

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

RODRIGO WARTHA

**INDÍGENAS LAKLÂNÔ E IMIGRANTES EUROPEUS NO VALE DO ITAJAÍ (SC):
DISPUTAS DE NARRATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE**

FLORIANÓPOLIS

2024

RODRIGO WARTHA

**INDÍGENAS LAKLÂNÔ E IMIGRANTES EUROPEUS NO VALE DO ITAJAÍ (SC):
DISPUTAS DE NARRATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-
Graduação em História (PPGH) do Centro de Ciências
Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do
Estado de Santa Catarina – UDESC.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Gonçalves.

FLORIANÓPOLIS
2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Wartha, Rodrigo
Indígenas Laklänõ e imigrantes europeus no Vale do Itajaí (SC)
: disputas de narrativas na contemporaneidade / Rodrigo Wartha. --
2025.
280 p.

Orientadora: Janice Gonçalves
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2025.

1. Laklänõ. 2. Vale do Itajaí (SC). 3. Narrativa. 4. Indígena. 5.
História do Tempo Presente. I. Gonçalves, Janice. II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

RODRIGO WARTHA

INDÍGENAS LAKLĀNŌ E IMIGRANTES EUROPEUS NO VALE DO ITAJAÍ (SC): DISPUTAS DE NARRATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Orientadora: Profª. Drª. Janice Gonçalves.

BANCA EXAMINADORA

Drª. Janice Gonçalves (Presidente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:
Drª. Roberta Barros Meira
Universidade da Região de Joinville

Dr. Luciano Félix Florit
Universidade Regional de Blumenau

Drª. Luisa Tombini Wittmann
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dr. Rogério Rosa Rodrigues
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 11 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada de mais de quatro anos, esteve repleta de pessoas que de algum modo ou outro contribuíram para a sua realização. Esta tese é fruto de um momento muito específico, sendo a primeira turma a realizar o doutorado no Programa de Pós-graduação em História na modalidade remota, isto em função da pandemia mundial de COVID-19. Assim, não houve aulas presenciais, a construção de laços de amizades, trocas de indicações de leituras e de outros materiais que pudessem contribuir com a formação. Tempos de isolamento, de distanciamento. O final gradual da pandemia, por seu turno, lançou novas expectativas e esperanças. Para tal as disciplinas ficaram para trás, e foi chegada o momento da escrita da tese.

Entre estas e outras dificuldades, preciso apontar pessoas e instituições que fizeram esta tese se materializar. Agradeço assim à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e seus profissionais que se mobilizaram de forma a não medirem esforços em momento tão distinto da humanidade.

Agradeço a bolsa recebida pelo UNIEDU/FUMDES.

Agradeço a professora Lilian Blanck de Oliveira quando começamos a pensar pesquisas de Iniciação Científica sobre populações indígenas quando eu ainda era um estudante de graduação de História na FURB.

Agradeço aos indígenas que depositaram em mim a confiança pela pesquisa.

Por fim, agradeço a professora Janice Gonçalves, minha orientadora e que me acolheu na UDESC, e da qual caminhamos juntos por quase meia década.

RESUMO

Este trabalho investigou de que maneira se promove, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, uma determinada narrativa sobre o povo indígena Laklänõ, em um esforço para representá-lo em contraste com o imigrante europeu, este último mesclado com a própria identificação da região como *Vale Europeu*. Por isso, se buscou compreender como uma narrativa singular e hegemônica, forjada ao longo do tempo, continuou a ser sustentada contemporaneamente, apesar de questionada. Para tanto, foram tomados como base, dois elementos mantidos pelo poder público, em dois municípios da região: o periódico *Blumenau em Cadernos* e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Referência na produção historiográfica regional, criado em 1957 e atualmente editado pela Secretaria Municipal da Cultura e Relações Institucionais de Blumenau, o periódico contempla a descrição e interpretação da presença de grupos indígenas, entre outros grupos; foram analisadas as edições de *Blumenau em Cadernos* entre 1997 e 2019, circunscrevendo assim todo o período em que o periódico esteve vinculado à Fundação Cultural de Blumenau. O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, vinculado ao Departamento de Cultura de Ibirama, foi selecionado por estar na área onde se encontra a Terra Indígena La-Klanô; procurou-se analisar como o museu retrata esta presença indígena em sua exposição de longa duração. Contudo, foram também mobilizados, como fontes, outros materiais (como registros fotográficos, monumentos e produções da historiografia local) que contribuem para pensar essa narrativa a partir de representações em torno do que se denominou Pacificação. Os resultados das análises dessas duas formas de narrativa foram confrontados com narrativas indígenas, estas obtidas com recurso à metodologia da História Oral, por meio de nove entrevistas com membros do povo Laklänõ. Com base nas abordagens propostas pela História do Tempo Presente, buscou-se analisar os contrastes na construção de narrativas que estabelecem o lugar do indígena na região do Vale do Itajaí, criando espaços e lugares no passado e no presente, bem como projeções de futuro, além de representações e jogos identitários que envolvem tanto indígenas como imigrantes europeus e seus descendentes.

Palavras-chave: Laklänõ; Vale do Itajaí (SC); Narrativa; Indígena; História do Tempo Presente.

ABSTRACT

This study investigated how a specific narrative about the Laklânõ indigenous people is promoted in the Itajaí Valley region of Santa Catarina, in an effort to represent them in contrast to the European immigrant, the latter mixed with the region's own identification as a European Valley. Therefore, we sought to understand how a singular and hegemonic narrative, forged over time, continued to be sustained in contemporary times, despite being questioned. To this end, two elements maintained by the government in two municipalities in the region were taken as a basis: the Blumenau em Cadernos newspaper and the Eduardo de Lima e Silva Hoerhann Municipal Museum. A reference in regional historiographical production, created in 1957 and currently published by the Municipal Secretariat of Culture and Institutional Relations of Blumenau, the periodical includes the description and interpretation of the presence of indigenous groups, among other groups; the editions of Blumenau em Cadernos between 1997 and 2019 were analyzed, thus circumscribing the entire period in which the periodical was linked to the Blumenau Cultural Foundation. The Eduardo de Lima e Silva Hoerhann Municipal Museum, linked to the Ibirama Department of Culture, was selected because it is located in the area where the La-Klanô Indigenous Land is located; we sought to analyze how the museum portrays this indigenous presence in its long-term exhibition. However, other materials (such as photographic records, monuments and productions of local historiography) were also mobilized as sources, which contribute to thinking about this narrative based on representations around what was called Pacification. The results of the analyses of these two forms of narrative were compared with indigenous narratives, which were obtained using the Oral History methodology, through nine interviews with members of the Laklânõ people. Based on the approaches proposed by the History of the Present Time, we sought to analyze the contrasts in the construction of narratives that establish the place of the indigenous people in the Itajaí Valley region, creating spaces and places in the past and present, as well as projections of the future, in addition to representations and identity games that involve both indigenous people and European immigrants and their descendants.

Keywords: Laklânõ; Itajaí Valley (SC); Narrative; Indigenous; History of the Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.....	107
Figura 2 – Túmulo Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.....	108
Figura 3 – Acervo SPI.....	121
Figura 4 – Acervo indígenas junto à sala Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.....	122
Figura 5 – Capa da publicação relativa aos 70 anos de colonização de Ibirama no ano de 1968.....	132
Figura 6 – Publicação do cronograma das festividades relativas aos 70 anos de colonização de Ibirama.....	133
Figura 7 – Inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio.....	134
Figura 8 – Indígenas na inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio	134
Figura 9 – Governador Ivo Silveira participando das comemorações.....	135
Figura 10 – Monumento do Pioneiro e do Índio em 2022.....	135
Figura 11 – Desfile indígena em Ibirama, 28 de julho de 1968.....	136
Figura 12 – Homens indígenas desfilando em Ibirama.....	137
Figura 13 – Indígenas idosos em um palanque nas comemorações de 1968.....	138
Figura 14 – Lei de criação do Brasão Municipal em 1967.....	139
Figura 15 – Brasão Municipal de Ibirama.....	140
Figura 16 – Selo alusivo ao centenário de colonização de Ibirama.....	141
Figura 17 – Monumento do Centenário.....	144
Figura 18 – Representação do indígena no Monumento do Centenário.....	144
Figura 19 – Representação do operário no Monumento do Centenário.....	145
Figura 20 – Documento explicando o Monumento do Centenário.....	146
Figura 21 – Câmara.....	153
Figura 22 – Mapa do território Laklânõ.....	206

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Edições de Blumenau em Cadernos onde surgem os indígenas atrelados aos termos pesquisados (1997-2019).....	84
Quadro II – Edições de Blumenau em Cadernos que contêm textos onde a presença indígena é discutida de forma central (1997-2019).....	92
Quadro III – Edições de Blumenau em Cadernos com divulgação de pesquisas científicas centradas nos sujeitos indígenas (1997-2019).....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AIB	Ação Integralista Brasileira
AMARHIN	Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Indaial
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COMIN	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
FATMA	Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GPEAD	Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IMA	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SEM-SC	Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA E O LUGAR DA REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS.....	31
1.1 BLUMENAU EM CADERNOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO VALE DO ITAJAÍ.....	35
1.2 O PODER PÚBLICO E BLUMENAU EM CADERNOS – AS EDIÇÕES DE 1997: NOVOS OLHARES PARA UM VELHO PASSADO?.....	46
1.3 LEMBRAR, COMEMORAR, DOCUMENTAR E FESTEJAR?.....	52
1.4 ENTRE A PLURALIDADE E A TRADIÇÃO.....	73
1.5 INDÍGENAS E DESCENDENTES DE IMIGRANTES EUROPEUS – DISPUTAS POR CLIO?.....	82
2 HISTÓRIA INDÍGENA NA COLÔNIA HANSA-HAMMÔNIA: IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO.....	102
2.1 A PACIFICAÇÃO E O PACIFICADOR.....	104
2.2 O MUSEU MUNICIPAL EDUARDO DE LIMA E SILVA HOERHANN.....	112
2.3 MONUMENTOS, DESFILES E TEXTOS.....	131
3 SILENCIAMENTO INDÍGENA EM VALE EUROPEU.....	158
3.1 UMA CLIO, DUAS HISTÓRIAS?.....	160
3.2 INDÍGENAS DENTRO DA HISTÓRIA.....	167
3.3 HISTÓRIA ORAL INDÍGENA EM VALE EUROPEU: UM PASSADO EM DISPUTA.....	182
4 ENTREVISTAS-FAGULHAS: NOVOS ROTEIRISTAS PARA UM NOVO ROTEIRO.....	194
4.1 EIXO A - A HISTÓRIA ENSINADA SOBRE O VALE DO ITAJAÍ E SOBRE SANTA CATARINA.....	198
4.2 EIXO B - HISTÓRIA E PODER: QUEM CONTA A HISTÓRIA NO VALE DO ITAJAÍ?.....	223
4.3 EIXO C - SERIA POSSÍVEL UMA OUTRA HISTÓRIA?.....	233
4.4 EIXO D - IDENTIFICAÇÃO INDÍGENA.....	243
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
REFERÊNCIAS.....	257

ANEXOS.....	276
ANEXO A – Mapa Terra Indígena Ibirama.....	277
ANEXO B – Terra Indígena Ibirama La-Klanô.....	278

INTRODUÇÃO

De forma geral, a história indígena é pouco propagada em Santa Catarina, o que tem gerado uma lacuna tanto acadêmica quanto em termos de difusão nos demais espaços da sociedade. A realidade é agravada em função das constantes ações que apresentam a população do estado de Santa Catarina como portadora de uma ascendência europeia, sobretudo na mesorregião do Vale do Itajaí¹ (Frotscher, 1998; 2007). Isto, no esforço de solidificar o *status* criado sistematicamente nas últimas décadas, e que hoje se explicita no termo *Vale Europeu*². Deste modo, busca-se sufocar qualquer possibilidade não só de discussões em torno da história e memória indígena, mas também da consolidação da diversidade cultural como um todo.

Anteriormente à implantação da Colônia Blumenau, em 1850, o Vale do Itajaí compunha um território de livre circulação de grupos indígenas, notadamente o povo Laklânõ³ (Pereira *et al.*, 1998). A partir da fundação da Colônia Blumenau, este grupo passou a sofrer com os efeitos da depopulação, inicialmente em decorrência dos embates armados com as frentes de colonização. Em 1912, funcionários do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN criaram um posto de atração nas margens do rio Platê, este um afluente do Rio Itajaí do Norte, também denominado Rio Hercílio – local este, onde

¹ O Vale do Itajaí é uma das seis mesorregiões que compõem o estado de Santa Catarina e atualmente conta com 54 municípios, totalizando 1,6 milhão de habitantes, o que representa 24,7% da população total do estado, tornando-se deste modo a mesorregião mais populosa, e tendo Blumenau como cidade referência tanto cultural como política e economicamente (Santa Catarina, 2014). Na sua fundação, na metade do século XIX, a Colônia Blumenau abrangia praticamente todo o Vale do Itajaí, tendo sido elevada à categoria de Município de Blumenau em 1883 e de cidade de Blumenau em 1928. A partir do início do século XX passou pelo processo de desmembramento de parte do seu território, que além da sede (atual município de Blumenau), abrigou o surgimento de outras cidades menores. O termo *Colônia Blumenau* designa a implantação da colonização europeia iniciada em 1850, já o termo *Vale do Itajaí* designa a região geográfica da mesorregião de nome homônimo. Estes termos surgem simultaneamente, estabelecendo uma conexão entre a implantação da colônia e a região geográfica.

² A expressão Vale Europeu, como construção de um espaço geográfico que reproduz valores culturais notadamente eurocêntricos, foi criada após a Segunda Guerra Mundial. Fundamenta-se sobre uma interpretação/leitura histórica da fundação da região. Uma leitura mais pontual sobre este tema pode ser encontrada em Florit *et al.* (2016). Em sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Alesc, esta, em formato itinerante, e realizada em Blumenau no dia 7 de maio de 2024, foi aprovado o projeto de lei para alterar a Lei Estadual Complementar 495. Se objetivou a alteração da denominação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí como Região Metropolitana do Vale Europeu, de autoria do deputado estadual Egidio Ferrari (PL).

³ O termo Laklânõ significa “gente do sol”, “gente ligeira” ou “povo que vive onde nasce o sol”, segundo Nanblá Gakran (2005) e reafirmado em pesquisa recente por Walderes Coctá Priprá de Almeida (Priprá, 2021). No entanto, em publicações e na própria fala dos indígenas surgem, em muitos casos, o termo Xokleng; popularizado pelo trabalho do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, o termo designa, na língua do grupo, “a aranha que vive nas taipas de pedra”. Outras denominações foram atribuídas desde os primeiros contatos, como o termo botocudos (em decorrência da utilização de adorno labial utilizado pelos homens, o que fez com este termo fosse assim ganhando espaço entre funcionários do SPI e pesquisadores) ou os termos “bugres” e “selvagens”, estes, sobretudo utilizados pelos regionais com o objetivo de depreciar os indígenas. É importante salientar que reflexões sobre estas denominações identitárias estão sendo realizadas mais recentemente. Nesta tese, utilizamos o termo Laklânõ, assim como descrito por Nanblá Gakran e Walderes Coctá Priprá de Almeida.

em 1914 ocorreu a Pacificação.⁴ Após a Pacificação de 1914⁵, os indígenas ficaram ali sedentarizados, passando o local a ser conhecido, em 1920, como Posto Indígena Duque de Caxias (Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, descrito regionalmente como o “pacificador” dos indígenas, foi bisneta de Duque de Caxias⁶). A Pacificação levou à perda definitiva da livre mobilidade dos indígenas⁷. Somente em 1926 foi publicado o Decreto nº15, de 03 de abril, que regulamentou a então Reserva Indígena Duque de Caxias para utilização pelo SPI; o governo de Santa Catarina reconheceu este território, oficializando as terras, demarcadas em 1965; em 1975, foi denominado pela FUNAI de Terra Indígena Ibirama (Pereira *et al.*, 1998). Na atualidade, a FUNAI denomina Terra Indígena Ibirama a área demarcada, de pouco mais de 14 mil hectares; já a área delimitada, de mais de 37 mil hectares, é denominada de Terra Indígena Ibirama La-Klanô, devido à Portaria n. 1.128, de 13 de agosto de 2003, pela qual o Ministério da Justiça declarou os mais de 37 mil hectares demarcados como posse permanente, ação esta não efetivada até o momento pelo Estado⁸.

A Terra Indígena Ibirama La-Klanô ocupa parcelas de quatro municípios catarinenses, três do Vale do Itajaí (a saber: José Boiteux, Vitor Meireles e Doutor Pedrinho), bem como Itaiópolis, no Planalto Norte⁹. Entre os Laklânô, somam-se duas mil cento e cinquenta e três pessoas (Brighenti, 2023). Além dos Laklânô, nesta Terra Indígena, convivem sujeitos Kaingang, Guarani, não indígenas e cafuzos, o que totaliza duas mil e quatrocentos e onze pessoas.¹⁰ Isto, na área *Regularizada* de 14.084,886 hectares; entretanto, há uma disputa pela ampliação e demarcação, e real efetivação das dimensões, tendo como marco legal a citada

⁴ O SPILTN foi criado em 1910; em 1918 denominado de Serviço de Proteção aos Índios e dissolvido em 1967, dando lugar a FUNAI.

⁵ Pacificação é o termo utilizado sobretudo pela sociedade regional para designar o início do contato entre membros do grupo Laklânô e funcionários do SPILTN. Com o intuito de promover o “aldeamento” dos indígenas, a Pacificação teve seu ápice em 22 de setembro de 1914. Para esta mesma experiência, o termo utilizado predominantemente pelos indígenas é “Contato”, que introduz o indígena como sujeito que agiu dentro do contexto mesmo que em situações desfavoráveis, grafando assim a sua agência. De igual forma, as narrativas e os sentidos do passado se alteram a partir de cada um desses conceitos. Neste sentido, utilizaremos o termo Pacificação para fazer referência às ações do Estado e, alinhado com a leitura indígena do passado, utilizaremos o termo Contato; ambos os termos aparecerão com iniciais maiúsculas.

⁶ A memória construída em torno de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann será discutida ao longo deste trabalho.

⁷ Após a Pacificação no Vale do Itajaí, dois outros grupos indígenas permaneceram livres. O grupo que foi para o Norte do estado, foi contatado e atraído por João Gomes Pereira em 1920. O grupo que foi para o Sul de Santa Catarina habitou a Serra Geral sobrevivendo até a década de 1970 (Santos, 2004). O processo de distribuição dos indígenas em grupos será abordado ao longo do texto.

⁸ Uma reprodução cartográfica desta dimensão pode ser observada no item Anexos.

⁹ Além desta terra indígena, os Laklânô também habitam a Terra Indígena Rio dos Pardos, em Porto União, na qual, conforme levantamento realizado por Clovis Antonio Brighenti (2023), vivem 16 pessoas descritas como Xokleng. O faccionalismo e a divisão dos grupos, entre elas o Rakranô (Laklânô), serão debatidos posteriormente.

¹⁰ Os não indígenas se inserem na vida indígena sobretudo através da união matrimonial; sobre os cafuzos, ver Martins (1995). Estes, atualmente se identificam como quilombolas.

portaria, o que levaria a área para 37.108,000 hectares, que além dos municípios citados abrangeia Rio Negrinho, este também no Planalto Norte.

Nesta distribuição geográfica, é importante salientar a presença de membros do grupo Laklānō vivendo dispersos em áreas urbanas de municípios da região. A disputa por território entre o projeto colonizador e os indígenas, levou aos combates tão conhecidos entre estes últimos e os bugreiros, e mesmo conflitos com os próprios imigrantes, em muitos casos. No entanto, os meandros de se grafar uma identificação para o território, para o Vale do Itajaí, como um Vale Europeu (assim justificando práticas culturais que possam ser denominadas de heranças europeias, sobretudo alemãs) são elementos de um procedimento que vem ocorrendo somente nos últimos anos. A construção da Oktoberfest como um grande bastião deste esforço de *europeização* da região se deu no início dos anos 1980, e a mudança da denominação da Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí para Associação de Municípios do Vale Europeu se deu na segunda década do século XXI. Uma vez que um esforço de identificação coletiva para o Vale do Itajaí passou a ser centrado no imigrante europeu, uma representação do indígena foi sendo construída a partir dessa mesma narrativa, que mitifica o imigrante europeu e reserva ao indígena, práticas de esquecimento ou narrativas distorcidas da realidade.¹¹

Ainda é válida a afirmação feita por Luisa Tombini Wittmann (2007, p. 19) há cerca de duas décadas: “[...] a história xokleng foi e ainda é invisibilizada [...]”. No entanto, isto não ocorre de forma aleatória ou desprovida de sentidos, mas sim dentro de uma estrutura maior, em que a história regional é elemento central na construção das identificações. Identificação, eis uma das categorias centrais desta tese. Identificação a partir da definição de Stuart Hall:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (Hall, 2003, p. 106).

¹¹ A imigração europeia e as levas de imigrantes que chegaram ao Brasil e especialmente em Santa Catarina são marcadas por historicidades – cada local em determinado tempo foi elemento que influenciou e foi influenciado pela presença destes imigrantes. Não é objetivo, aqui, delimitar e circunscrever tais fluxos de imigração, em cada momento, com estas especificidades. Assim, quando o texto trouxer o termo imigrante europeu estará enquadrado em uma representação pautada a partir de elementos que podem ser referidos como o imigrante pioneiro, o primordial. Esta descrição, por tanto, dialoga mais com uma projeção de imigrante europeu, afeito à ordem, à disciplina e ao trabalho, do que com a realidade apresentada, que em muitos casos levou europeus empobrecidos a se aventurarem no projeto de colonização.

A identificação, tal qual proposta por Stuart Hall, é construída a partir do grupo para si, e neste sentido, *europeizar* nominalmente o Vale do Itajaí significa criar e propagar valores supostamente ligados aos europeus que inicialmente colonizaram a região. Sendo assim, ao ser descrito como “outro” pelo descendente de europeu no Vale do Itajaí, o indígena passou a ser delimitado dentro do que se estabelece como representação.

Para Stuart Hall, “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolver o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 31). Esta representação é descrita como um esforço na construção de sujeitos coletivos com suas delimitações e potencialidades já pré-estabelecidas e presas a um determinado passado (que, concebido e descrito no momento atual, também cria laços no presente e horizontes de futuro), sobretudo estabelecido através de fronteiras arbitrárias construídas por meio das diferenças.

Dentro deste cenário, esta tese buscou compreender de que forma circulou, desde a segunda metade do século XX, uma certa representação do indígena no Vale do Itajaí, e como dois veículos que se dispõem a discutir o passado regional. Dois elementos mantidos pelo poder público foram referências importantes para a pesquisa: o periódico *Blumenau em Cadernos*, no período enquanto foi publicado pela Fundação Cultural de Blumenau entre 1997 e 2019 e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, por meio de sua exposição de longa duração. Mas foram mobilizados também outras fontes (como registros fotográficos, monumentos e produções da historiografia local) que contribuem para pensar essa narrativa a partir de representações em torno do que ficou conhecido como Pacificação. Questionou-se: que elementos estariam em jogo especificamente ao se construir estes limites, estas fronteiras entre indígenas e descendentes de europeus? Ao se buscar esta resposta, também se buscou a voz indígena. Em entrevistas realizadas com os métodos da História Oral, cada um dos nove indígenas entrevistados trouxe suas percepções sobre o passado e a forma como este vem sendo mobilizado na região para promover uma identificação europeia, e sobre qual local o indígena passou a ter nesta realidade.

Mas, antes mesmo de responder a esta questão, é preciso compreender como ela mesmo foi desenvolvida. É preciso compreender a própria caminhada do autor, como esta supervalorização do sujeito europeu, em detrimento do sujeito indígena, foi percebida. Assim, é preciso trazer para a escrita a primeira pessoa do singular.

Ainda durante a graduação, nos semestres finais, realizei minha primeira inserção na Terra Indígena Ibirama La-Klanô, por volta do ano de 2009. Até então, as histórias regionais que povoavam o imaginário da minha geração eram formadas por abnegados imigrantes europeus que, atravessando o Atlântico, desbravaram a floresta selvagem e “venceram” na vida através do trabalho, afirmando assim o início da colonização, e em seguida a implantação de cidades, com a urbanização e a industrialização. Esta narrativa, que coloca em seu centro a positivação do trabalho e a independência do indivíduo em relação ao Estado, foi revestida politicamente de meritocracia. Leitura do passado chancelada nos municípios do Vale do Itajaí através de dois aspectos: por um lado, o silenciamento dos indígenas; por outro, a materialização desta positivação da trajetória europeia, que, para além de monumentos e nomes de ruas, se perpetua inclusive em um clube de futebol profissional em Ibirama, que recebe o nome do imigrante alemão e industrial, Hermann Aichinger.

Conhecendo a realidade dos indígenas e seus desafios, pude compreender o que até então eu denominava de *outro lado da história*, amplamente inspirado na publicação *Visão dos vencidos*, de Miguel León Portilla (1985). Sob a orientação da professora Lilian Blanck de Oliveira, na Universidade Regional de Blumenau – FURB, realizamos imediatamente uma pesquisa de Iniciação Científica, que envolveu entrevistas com cinco indígenas, tendo a história regional como foco. De lá para cá, a caminhada esteve repleta de atividades que buscaram responder estas questões. Foi mais de uma década trabalhando no museu de Rio do Sul (Museu Histórico Cultural de Rio do Sul Victor Lucas) onde, conversando com diversos visitantes, pude compreender como a relação entre descendentes de imigrantes europeus e indígenas é indissociável. Alguns destes visitantes, geralmente de fora da região, ao se depararem com peças indígenas do acervo, questionavam a presença destes grupos na localidade, outros, já negativavam enfaticamente o sujeito indígena (estes, geralmente sujeitos da região que traziam, em suas memórias, histórias onde o indígena foi descrito de forma negativa). Independentemente da forma como se abordava, a questão era a inegável presença indígena no Vale do Itajaí. Uma vez que estas visões em sua maioria se apresentavam distorcidas por parte dos visitantes, se buscou realizar projetos que pudessem dar visibilidade para a questão indígena, e assim foram vários os projetos desenvolvidos em conjunto com o povo Laklânô. Nos dois últimos — duas histórias em quadrinhos —, parcelas da trajetória desse povo são

narradas pelos próprios sujeitos (estes representados por educadores/as e educandos/as da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, da Aldeia Bugio)¹².

Em outras regiões no estado de Santa Catarina, outras formas de promover representações de indígenas se fizeram atuantes. Na região Oeste e Meio-Oeste, marcadas pela Guerra do Contestado, onde povos indígenas habitavam o território de forma livre até o conflito (1912-1916), o poder público (e por muito tempo também o universo acadêmico) procurou diluir uma ideia de indígena na categoria de Caboclo, fazendo crer que os indígenas não se faziam mais presentes naquela região, sendo seu desaparecimento gradual e afirmado de forma a estarem mesclados com os ditos Caboclos¹³. Pois onde não haveria indígenas, não haveria também a necessidade (dever) da efetivação de políticas públicas por parte do Estado, sobretudo a demarcação de terras indígenas (Wiik; Simonetti, 2017). Em se tratando de Brasil, desde o século XIX o governo nacional (seja sob a monarquia, seja sob a república), com o intuito de dissolver a categoria “indígena”, além de outras práticas de violência, lançou mão sobretudo de estratégias de casamentos interétnicos entre mulheres indígenas e homens não indígenas (Carneiro da Cunha, 1992b). Desta forma, predominou por muito tempo a crença de que não mais existiriam indígenas em determinadas regiões brasileiras, quiçá no Brasil como um todo.

Destarte, percebem-se diversas formas de atuação do poder público promovidas com a intencionalidade de pensar o indígena no universo regional, e que apontam as variadas formas de pesquisar estas especificidades e características consolidadas ao longo do tempo: características de espaços e lugares onde estas se efetivaram e se consolidaram para promover formas de manipular a representação indígena. No Vale do Itajaí, sobretudo, se efetiva o que se pode chamar de pêndulo histórico, onde se cria uma positivação do sujeito europeu e um apagamento do indígena, ou então a sua representação de forma negativa. A construção de monumentos e de museus, a promoção de eventos (festas de viés identitário) e festivais gastronômicos, a denominação de logradouros — enfim, são variadas as formas de se buscar uma aproximação com uma suposta raiz europeia, o que ampliaria as possibilidades de fontes de pesquisa. Dentre estas, se optou por pesquisar, antes de tudo, *Blumenau em Cadernos* e o

¹² Projetos financiados por editais do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura. Os exemplares das histórias em quadrinhos foram distribuídos gratuitamente em escolas de Rio do Sul e da Terra Indígena Ibirama La-Klanô (Wartha, 2019; Dagnoni, 2016). No universo acadêmico, o autor realizou uma especialização e um mestrado, além de outras pesquisas e publicações. A Especialização em Educação, Diversidade e Cultura Indígena pela Escola Superior de Teologia EST São Leopoldo – RS, com a monografia *Colonização e Representação: A construção da imagem do indígena no Vale do Itajaí Entre 1850 e 1926*. No Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, foi publicada a dissertação *A história inconclusa do Vale do Itajaí. território, memória e identidade nas vozes atuais do povo Laklänõ/Xokleng*.

¹³ Este “desaparecimento” do indígena e sua dissolução na categoria Caboclo não foi apenas percebido, mas também, lamentado no ano de 1967 na pesquisa de Ruy Christovam Wachowicz (1969).

acervo em sua exposição de longa duração do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, ambos em determinado contexto, como será colocado com mais detalhe a seguir. Desta forma, a hipótese que orientou a pesquisa se refere ao fato de que o esforço realizado por *Blumenau em Cadernos* e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann na construção de representações regionais no Vale do Itajaí esteve ancorado em um binômio: o enaltecimento do imigrante europeu e a depreciação ou representação caricata do indígena, ou ainda sua invisibilização – isto no período pesquisado, o periódico com suas publicações entre 1997 e 2019, e o museu com sua exposição de longa duração quando da pesquisa de campo, no ano de 2022. É esta narrativa histórica que sustenta a aplicação do termo *Vale Europeu* à mesorregião mais populosa do estado de Santa Catarina: a do notável celeiro industrial criado a partir de uma heroica saga de imigrantes europeus, onde os indígenas foram lançados à referida terra indígena com a Pacificação, em 1914, constituindo, assim, em muitas representações na região, como os vencidos desta batalha. Vencidos na luta pelo território no passado e, atualmente, pela narrativa. Cenário que não condiz com a realidade, uma vez que os indígenas nunca deixaram de possuir o seu horizonte em relação às interpretações dos fatos e às lutas por seus direitos – sempre se compreenderam como agentes.

Periódico e museu são compreendidos na tese como veículos de discussão da história, da memória, de identificações e representações, e estando dentro do Vale do Itajaí, reverberam debates sobre uma possível raiz europeia na construção dos grupos sociais atuais, e sobre a milenar presença indígena. Isto pode ocorrer de diversas formas, inclusive pela exclusão da presença indígena, ou sua minimização. Porém, é fundamental apontar que não há uma narrativa linear ou unidimensional em *Blumenau em Cadernos* e no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, inclusive em decorrência da passagem de diversos sujeitos na gestão de ambos; portanto, seria pouco provável sustentar uma única narrativa em relação ao passado. É neste sentido que se buscou compreender a forma de abordagem da presença indígena no Vale do Itajaí pelo periódico e pelo museu, também pensando suas fissuras – a possibilidade de se promover abordagens mais inclusivas; mais realista com o universo regional e os sujeitos que o compõem. No processo de pesquisa, como já indicado, somaram-se outras fontes, o que demonstrou a diversidade de formas que a narrativa hegemônica sobre o Vale do Itajaí pode tomar.

Dentro desta questão, se propõe uma outra ótica, qual seja, o ponto de vista dos próprios indígenas em relação a estas representações no Vale do Itajaí. Sim! As entrevistas sinalizaram indígenas se movimentando neste jogo identitário. Nesta pesquisa, tomou-se os indígenas como

sujeitos centrais, que compreendem este movimento causal, onde a super valorização do sujeito europeu está intimamente atrelada ao apagamento do sujeito indígena na região. Se o Vale é Europeu, a História também o é. Dito de outra forma: é preciso justificar a decisão de aproximar o passado da Europa, mesmo que uma Europa imaginária. Como os indígenas percebem diariamente este esforço, vindo inclusive do poder público, para alocar a região em uma construção com elementos europeus? Qual o espaço indígena?

Dentre os municípios que compõem a região do afamado *Vale Europeu*, são muitos os que mantêm algum espaço onde a presença europeia possui destaque como eixo de memória coletiva, isto desde a construção de festas mantidas ou de alguma forma apoiadas pelo poder público, como o caso de *La Sagra* em Rodeio, *Per Tutti* em Ascurra, festa do Queijo em Laurentino ou festa da Polenta em Rio do Oeste; ou ainda a atribuição do nome de imigrantes que inicialmente colonizaram estas terras a logradouros e prédios públicos, além dos monumentos em memória deles, tão debatidos ultimamente. Elementos como esse, foram levados em conta no segundo capítulo da tese. Todavia, *Blumenau em Cadernos* e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann possuem algumas especificidades para o debate que se propõe.

Produzido no Vale do Itajaí, *Blumenau em Cadernos* é o periódico de história mais longevo da região, produzido ininterruptamente desde 1957 na cidade de Blumenau. O Vale do Itajaí possui outros periódicos semelhantes, como *Notícias de Vicente Só*, de Brusque, *Rio do Sul -Nossa História em Revista* e *Indaial Conhecendo a sua História*, basicamente implantados a partir da influência da revista de Blumenau e seus métodos. *Blumenau em Cadernos* não apenas se sobrepôs aos demais, como incentivou de alguma maneira estas cidades a produzirem tais publicações. Para além deste procedimento, que pode ser delimitado como *matriz* deste formato de produção historiográfica, *Blumenau em Cadernos* concentra o fato de estar no epicentro da colonização europeia da região; contar com conselho editorial pelo qual já passaram destacadas figuras do universo regional (e integradas a projetos criados e mantidos a partir desta), além de possuir a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, cujo curso de História que possui mais de três décadas e já formou muitos profissionais que atuaram e atuam na região, desta forma fortalecendo os laços institucionais.

Centro da construção de uma narrativa singular da colonização europeia para o Vale do Itajaí, sede da Colônia Blumenau em 1850, o município de Blumenau tem muitos espaços em que se sustenta um discurso eurocêntrico, buscando a consolidação de um passado de raízes europeias e que, nesta esteira, entre outras questões, criou também a Oktoberfest no início da

década de 1980. Podem ser citados projetos na Secretaria Municipal da Educação de Blumenau, como a implantação do idioma alemão no currículo escolar e parceria com outras instituições. Em solenidade de transferência do cargo de cônsul honorário em Blumenau, no ano de 2019, Hans Dieter Didjurgeit apontou no período de sua gestão, uma série de ações realizadas em parcerias no estado de Santa Catarina e o município de Blumenau. Entre estas, a escola bilíngue em 6 unidades escolares e o resgate do Conselho Municipal da Língua Alemã, ambos em Blumenau (Didjurgeit, 2019).

O longevo periódico *Blumenau em Cadernos*, com mais de seis décadas, vem sendo escrito por diversos autores, entre memorialistas, pesquisadores de pós-graduação, sociólogos, historiadores, entre outros, criando, desta forma, uma polifonia de discursos. Ao realizar leituras mais detalhadas, se percebem as opções pelas quais o periódico opera a partir de 1997, ano em que começou a ser publicado pela então Fundação Cultural de Blumenau, isto até o ano de 2019, completando vinte e dois anos sob os auspícios do poder público municipal, enquanto Fundação Cultural de Blumenau. A estrutura administrativa do Poder Executivo de Blumenau passou por alterações, e desde 2019, as funções antes desempenhadas pela Fundação Cultural de Blumenau foram transferidas para a Secretaria de Cultura e Relações Institucionais de Blumenau. Aqui apresentamos a denominação de cada qual, de acordo com sua atuação no período em discussão. Mas se constata que, mesmo com esta alteração, em 2019, tanto a historiadora Sueli Maria Vanzuita Petry como o superintendente Rodrigo Rogério Ramos se mantiveram em seus respectivos cargos. O último número de *Blumenau em Cadernos* publicado pela Fundação Cultural de Blumenau foi a edição número 4 do bimestre julho/agosto de 2019.

Para além da revista, a gestão pública da memória está centrada como elemento que busca dar um sentido, um significado para a região, isto tanto para o periódico como para o museu enfocados privilegiadamente nesta pesquisa. Um esforço realizado através do setor público que atravessa décadas e tem aumentado gradativamente. Grandes ou pequenas, as cidades do Vale do Itajaí têm buscado, cada qual a seu modo, aspectos desta europeização, e se observa que esta movimentação ocorre independente de qual a vertente do partido político que governa.

A iniciativa privada também está associada a este segmento. A rede hoteleira, restaurantes, os parques temáticos (como, no caso do município de Pomerode, o Alles Park, que promete neve o ano inteiro) e réplicas do que se afirma ser edificações criadas a partir de características alemãs de edificações, envolvem investimento milionário. No entanto, na tese se

focou no poder público, pois é justamente este que possui o dever de promover práticas e políticas para com a diversidade cultural.

Mas a pesquisa não esteve presa ao período de 1997 a 2019, e números anteriores do periódico foram consultados; estes foram utilizados para se analisar essa escrita da história na região, suas nuances em diversos períodos históricos e a forma como o sujeito indígena foi descrito. Isso não foi feito de forma aleatória, mas a cada vez que se fazia necessário retomar o passado do periódico para contrastar questões que se apresentavam no momento analisado, dentro da revista. Como exemplo, e bastante marcante, as efemérides, tão concorridas nas publicações. No ano de 1999 se rememorou os cem anos de falecimento de Hermann B. O. Blumenau, e no ano 2000, se comemorou os 150 de fundação do município de Blumenau; assim, publicações sobre estes dois temas foram a tônica deste período, para a revista¹⁴. Logo, se mergulhou em números anteriores ao período pesquisado, e mesmo a própria biografia do fundador de *Blumenau em Cadernos* foi consultada para compreender que uma biografia de Hermann B. O. Blumenau já havia sido publicada tanto na revista como em formato de livro por seu idealizador, José Ferreira da Silva, isso ainda na década de 1930. Nada parecido, porém, para a questão indígena. Inclusive, nos primeiros números, as capas da revista possuíam a figura de Hermann B. O. Blumenau.

Esta análise de outros números pode gerar uma questão: por que a pesquisa não abordou todas as edições, desde a primeira? Isto ocorreu porque se pretendeu responder como o Vale do Itajaí grafava uma história hegemônica centrada na figura do imigrante europeu em contraponto com o indígena, e para tal, foi preciso diversificar as fontes, abrindo possibilidade de pesquisar um museu na região, e entrevistas indígenas como um contraponto. Ao se pesquisar as edições do periódico entre 1997 e 2019 se avaliou o período em que este esteve vinculado a Fundação Cultural, e um momento onde se propôs renovações na escrita. Além disto, outros trabalhos já foram desenvolvidos pesquisando a revista e seu período inicial, gerando assim, a questão: como *Blumenau em Cadernos* grafava uma história hegemônica centrada na figura do imigrante europeu? Isto articulado com outras fontes, sendo a região do Vale do Itajaí o foco da pesquisa e não o periódico necessariamente.

¹⁴ A partir da edição Número de 02 de 2019, as capas da revista receberam uma espécie de “selo”, predominantemente branco, cujo centro apresenta o rosto de Hermann B. O. Blumenau em preto e branco, envolto com as cores da bandeira alemã; na parte inferior esquerda, o número 1819, na parte inferior direita, o número 2019, e ao centro, com uma fonte maior, o número 200 (fazendo referência à passagem de dois séculos de nascimento de Hermann B. O. Blumenau, nascido em 26 de dezembro de 1819). Homenagem bem menos badalada que as anteriores; no entanto, *Blumenau em Cadernos* não deixou esta efeméride sem promover algum movimento de lembrança.

O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann está localizado no município de Ibirama, onde a Colônia Hansa Hammônia estabeleceu sua sede, em 1897; alocado na outrora grande Colônia Blumenau, seu território abarcava os atuais municípios de Witmarsum, Dona Emma, Presidente Getúlio, Vitor Meirelles, José Boiteux, além de Ibirama. Tanto quanto Blumenau, Ibirama se tornou o município-referência dentro da sua região. Ali os embates entre indígenas e frentes de colonização se tornaram mais letais, na virada do século XIX para o XX, sendo que a própria Terra Indígena Ibirama La-Klanô possui parcelas de seu território no município de José Boiteux (este, emancipado de Ibirama em 1989). O museu sintomaticamente leva o nome do funcionário do SPILTN reconhecido na região do Vale do Itajaí como o *Pacificador dos índios* e responsável por ter findado os conflitos. Além desta homenagem, em Ibirama foram criados outros espaços que fundamentam a memória da Pacificação, como diversos monumentos implantados no centro da cidade.

Foi no território de Ibirama onde ocorreu o evento denominado Pacificação do povo Laklânô, sendo posteriormente ali estabelecida, como anteriormente destacado, a terra indígena, que por muitos anos ficou vinculada ao município. O vínculo de Ibirama com a terra indígena, do ponto de vista territorial, foi rompido em 1989, ano da emancipação do município de José Boiteux, mas a construção da memória e as relações entre indígenas, frentes de colonização e funcionários do SPILTN¹⁵ permaneceram. Mesmo que em 1914 o município de Ibirama estivesse vinculado a Blumenau (sendo emancipado em 1934), em seu território os indígenas foram sedentarizados, e a construção e urbanização do município se deu com a expansão da ocupação territorial sobretudo após a Pacificação, pois aí o temor dos embates com indígenas já não era mais o elemento que limitava a ocupação do espaço. Em se tratando de uma pesquisa voltada para a história indígena no Vale do Itajaí, se *Blumenau em Cadernos* está para a historiografia regional como uma referência indiscutível, o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann está para a museologia. Na pesquisa, teve-se por opção pesquisar sua exposição de longa duração, o que foi feito na pesquisa de campo no ano de 2022, e que exigiu analisar também outros elementos, como a própria estrutura onde se encontra o museu, documentação de sua fundação, entre outros, que serão apresentados.

¹⁵ A partir da Pacificação, a relação entre os indígenas e a população de Ibirama (que posteriormente se tornaria município) inegavelmente passou a ser de proximidade e marcaria tanto este povo indígena como a formação de Ibirama, pois, com o início da sedentarização, a sociedade regional passou a descrever os indígenas como *índios de Ibirama*, o que, por vezes, se tornou uma estratégia de outras cidades para apagarem a presença do sujeito indígena, e mesmo de sua contribuição. A descrição de indígenas ligados ao município de Ibirama pode ser observada tanto na produção de documentação oficial do Estado, realizada por funcionários do SPI, tanto quanto a publicação de pesquisadores, como se verá mais adiante.

Publicado em 2024, pela Fundação Catarinense de Cultura, o *Guia de Museus de Santa Catarina*, aponta a existência de 201 instituições; estas que além de museus abarcam Recantos Ecológicos, Espaços da Memória entre outros, e estão distribuídas em 113 municípios. Já no Vale do Itajaí são 21 cidades que contém ao menos uma destas instituições (Santa Catarina, 2024). Além deste *Guia*, se pesquisou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2011), e em ambas, nenhum museu especificamente indígena na região é descrito neste levantamento.

Por fim, houve o esforço de investigar o “outro” da narrativa hegemônica dos não indígenas a partir dele mesmo, como forma de dar lugar a uma narrativa contra hegemônica. Assim, compreendeu-se que as falas dos indígenas completam este jogo identitário injusto, desproporcional e historicamente marcado por violências (das mais diversas). É este jogo identitário que configura uma identificação regional, de tal modo que é ouvindo este indígena que se pode compreender não somente seu apagamento, mas o esforço de pensar como uma ideia de Europa e mesmo que imaginária, estão vinculados a um passado de conflitos e entre imigrantes e indígenas. Resumindo: tomou-se como pressuposto que a construção mítica de um Vale Europeu promove o apagamento ou a criação de um estereótipo de indígena como forma de trazer o sujeito regional, este descendente de europeus, como sujeito próximo da Europa, e distante do indígena e de outras categorias de brasileiros como caboclos, entre outras¹⁶.

Em se tratando do outro lado deste discurso hegemônico, foi utilizada a História Oral como metodologia para a realização das entrevistas com nove sujeitos do povo Laklānō. Entrevistas estas que promoveram um contraponto a esta história até agora marcada por identificações e representações já delimitadas entre europeus e indígenas, mas quase exclusivamente produzida por não indígenas. Procurou-se pensar a redefinição do que é ser indígena na região que se denomina *Vale Europeu* apresentando formas outras que não a propagada predominantemente, inclusive por meios ligados ao poder público. Estas vozes indígenas não apenas sinalizam o que é ser indígena a partir de um contraste com o não indígena, mas apontam também o que é ser indígena a partir de suas próprias experiências, suas vivências dentro e fora do Vale do Itajaí no contexto atual.

¹⁶ Descrita como bisneta de Hermann B. O. Blumenau, Jutta Bumenau-Niesel, possui um texto traduzido para o português e publicado em *Blumenau em Cadernos* em 2019; neste, a autora revela a presença de sujeitos da Companhia de Pedestres nos arredores da Colônia Blumenau. O principal objetivo deste destacamento foi garantir a segurança dos sujeitos que circulavam a região, entre tropeiros, viajantes e levas de imigrantes europeus que se instalavam cada vez mais ao interior do estado. Nesta ação, Jutta Bumenau-Niesel aproxima os sujeitos pertencentes a Companhia de Pedestres e os indígenas de modo a gerar quase um grau de parentesco: “Estes pedestres, acostumados a caminhar na mata, em sua maioria de origem indígena, deveriam proteger os colonos dos ataques de sua própria gente” (Blumenau-Niesel, 2019, p. 36).

Pensar estes grupos excluídos, como nos diz Marieta de Moraes Ferreira (2018), a partir da ótica da História do Tempo Presente, sobretudo em um Brasil pós-ditadura, é pensar justamente como são representados e questionar quem criou essas representações, em que contexto que estruturas mais amplas da sociedade as moldaram. Quem criou uma representação ao longo da história para o indígena no Vale do Itajaí, reservando-lhe este espaço em que se encontra? Mesmo que esta questão não pareça difícil de ser respondida, devemos nos perguntar como essas representações foram sendo modeladas ao longo do tempo para gerar a legitimidade do Vale do Itajaí enquanto portador de elementos que se querem europeus. É preciso indagar como ambas as identificações, de indígenas e imigrantes europeus, são correlacionadas e quais elementos são utilizados para representá-las.

Na tese, procurou-se compreender, em especial, como o poder público vem criando, dentro dessas narrativas, lugares e espaços não somente para o imigrante europeu (no caso, o imigrante primordial, do início da colonização, e seus descendentes, vistos sempre com seus valores mais fundamentais: o trabalho, a retidão, a tenacidade, a austeridade), mas também para o indígena: espaços, na região do *Vale Europeu*, que são ao mesmo tempo sociais, simbólicos e físicos. Questão relevante quando se sabe que o governo do estado de Santa Catarina e a FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina¹⁷, desde 2009, vêm movendo uma ação de reintegração de posse contra os indígenas da Terra Indígena Ibirama La-Klanô e a FUNAI, processo que, quando da escrita deste texto, se encontrava como Recurso Extraordinário (RE) nº 1.017.365, a ser analisado pelos ministros do STF, no âmbito do que ficou conhecido como Marco Temporal. O resultado da disputa previa sua “repercussão geral”; o que significa dizer que a decisão sobre a situação Laklânô seria utilizada como base e espelho para a definição de casos semelhantes em todo o país. No centro da discussão está o dia 05 de outubro de 1988 como divisa, dia da promulgação da constituição federal vigente, e a contenda está em decidir se os indígenas que buscam a demarcação de suas terras atualmente podem fazê-lo, uma vez que não estando sobre elas nesta data.

Pensada dentro desta esfera, com seus desafios e possibilidades, esta pesquisa se insere nos pressupostos da História do Tempo Presente, sobretudo no que diz respeito a trajetórias não encerradas, como dizem Reinaldo Lindolfo Lohn e Emerson Cesar de Campos (2017, p. 116): “Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a História do Tempo Presente é uma História da vida e do existir”. Assim, a subjetividade do historiador se encontra não somente nas escolhas teóricas e metodológicas, mas desde a construção de seu objeto de

¹⁷ Atual Instituto do Meio Ambiente – IMA.

pesquisa, como sujeito dentro do seu tempo que vivencia estas *trajetórias não encerradas*, como apontam os autores. A atuação como sujeito que faz opções, não somente acadêmicas, mas políticas, e se posiciona frente ao que vive, é percebida por Henry Rousso a partir da Primeira Guerra Mundial: “Com a guerra total e mobilização geral dos corpos e dos espíritos, esse universo muda. O engajamento se torna norma, a neutralidade, impensável, a torre de marfim científica, uma quimera condenável” (Rousso, 2016, p. 102). Com as consequências das guerras mundiais, o mundo pós-guerra criou uma realidade onde estes eventos traumáticos precisavam ser explicados, contexto que, sobretudo para Christian Delacroix (2018), levou a História do Tempo Presente, na França, a se efetivar, procurando explicar este passado recém-terminado. Para outros países e regiões, como no caso da América Latina, onde as ditaduras da segunda metade do século XX deram os contornos do novo cenário, foram outras as demandas que configuraram a História do Tempo Presente, sobretudo a partir do que Christian Delacroix (2018) denominou *caráter cívico de justiça às vítimas*. Exemplos que demonstram, na afirmação do autor, as singularidades com que cada sociedade passou a abordar a História do Tempo Presente – seus recortes, seus objetos de pesquisa. Na América Latina e no Brasil, são outros os eventos que têm sido privilegiados na História do Tempo Presente, bem como suas ações e abordagens: para boa parte dos historiadores e historiadoras da região que refletem sobre isso, esta se define a partir das experiências com as ditaduras, inclusive no Brasil; mas outros autores apontam momentos de ruptura distintos do marco da ditadura militar no país, caso de Rafael Araújo (2019), que sinaliza para a década de 1950 e as grandes alterações sociais ocorridas em decorrência da industrialização e da urbanização, entre outros elementos. Mas a necessidade de estabelecer marcos temporais estritos para a História do Tempo Presente foi posta em xeque pelo historiador Walderez Ramalho (2023):

O ponto de partida é reconhecer que o tempo presente é policrônico, relacional, abrigando numerosas historicidades. Em vez de assumir a fronteira entre passado e presente como um princípio normativo básico de toda interpretação histórica, a história do tempo presente pode *tematizar* as fronteiras temporais como objeto de investigação, produzindo estudos sobre como os atores sociais estabelecem significados para o seu presente na relação com outros sujeitos e outros tempos (passados e futuros) (Ramalho, 2023, p. 17).

Para a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018), é com o final da ditadura militar e a Constituição Cidadã de 1988 que surgem, no Brasil, espaços para as questões propostas pela

História do Tempo Presente, com a retomada da democracia e a possibilidade de se discutir/pesquisar e pensar os grupos que historicamente foram subalternizados, tanto na sociedade de forma geral, como na historiografia. A História do Tempo Presente se insere neste contexto em que o passado é construído segundo as necessidades do presente (Ferreira, 2018). O final da ditadura militar, a abertura democrática e a constituição cidadã de 1988 abriam um horizonte de expectativas para os povos indígenas no Brasil. Ao criar obras invasivas como a Transamazônica, a Barragem Norte em José Boiteux – SC, ou mesmo sendo vistos como sujeitos em transição para a aculturação, não foram respeitados dentro de sua integridade. Se as práticas políticas da ditadura reprimiram os indígenas, nos períodos anteriores estes mesmos indígenas também vivenciaram desafios semelhantes¹⁸. No entanto, com o final do período ditatorial, fissuras começaram a serem tecidas, como, por exemplo a eleição de Mário Juruna para deputado estadual pelo Rio de Janeiro, antes mesmo da Constituição Cidadã de 1988. As lutas dos indígenas pelos seus direitos ocorrem desde os primeiros contatos com os europeus; ações governamentais procuraram subjugá-los, mas exclusão é um termo que não se aplica. Cabe, contudo, questionar as tentativas de exclusão.

Para a já referida historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018), é a História Oral voltada para estes grupos e vítimas da ditadura militar que abre as portas para a História do Tempo Presente no Brasil, sobretudo se consolidando nos anos 1990, seguida de outras discussões, como a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação, estas já no século XXI, e que ampliam as possibilidades de pesquisa. Isso ainda está conectado às lutas por justiça, reparações históricas e/ou compensações morais.

Estes elementos são marcados pela própria singularidade da História do Tempo Presente. Retomando Christian Delacroix (2018), se “encaixam” no contexto brasileiro devido justamente à relação estabelecida com demandas sociais, que legitimam e configuram essa dimensão singular. É nesta esfera que esta pesquisa se enquadra. Neste contexto, a História Oral indígena se apresenta como uma forma de os indígenas não apenas “ressurgirem” após uma tentativa de apagamento promovida pelos idealizadores da ditadura militar no Brasil como um todo, mas também de testemunharem. Apesar de parte da historiografia hegemônica de regiões como o Vale do Itajaí procurar promover um apagamento do indígena, independente e anterior à ditadura militar, foi com a findar desta, que foram criadas condições sócio-políticas para que vozes indígenas, entre outros grupos, pudessem emergir no Brasil como um todo. São estas vozes que John M. Monteiro chamou de *visões alternativas do contato* (Monteiro, 1995).

¹⁸ Ações de violências das mais diversas formas são apresentadas no relatório Figueiredo. (Brasil, 1968)

Conforme Marieta de Moraes Ferreira, “Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social” (Ferreira, 2002, p. 327). As entrevistas foram pensadas dentro desta possibilidade, de uma reconstrução de representações a partir dos próprios sujeitos, no caso, indígenas do povo Laklānō. Também neste contexto nacional em que a História do Tempo Presente no Brasil emerge em um país pós-ditadura, em que as vozes destes sujeitos subalternizados (indígenas) ressoam como elementos de resistência, sobretudo neste momento atual. É justamente essa possibilidade, dada pela História do Tempo Presente, de desconstruir a representação de um passado determinista acerca do indígena, no Vale do Itajaí, que permite “abrir” um futuro.

Na tese, buscou-se pensar qual o lugar do indígena hoje no Vale do Itajaí a partir da história e as alterações na representação dele, de modo que os próprios indígenas possam se expressar e, como disse o entrevistado-protagonista Faustino Criri (2023), ao ceder sua entrevista, estar comprometido com uma história para o futuro. O que está em aberto agora é este “[...] reequacionar as relações entre passado e presente, ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado” (Ferreira, 2018, p. 85). Apontar, no Vale do Itajaí, estes usos políticos do passado dos quais fala a autora envolve reequilibrar estas identificações de imigrantes europeus e indígenas hoje, sob os auspícios dos embates de narrativas, e desvendar as tramas e articulações que uma parcela de habitantes do Vale do Itajaí vem promovendo em decorrência da construção de uma representação indígena.

Valorizar narrativas indígenas é buscar confrontar uma *fatalização* imposta pelos artífices do *Vale Europeu* — fatalização compreendida como a ação de definir, com base em representações que já estão dadas, espaços e lugares fixos para os sujeitos. Já desfatalizar é compreender os sujeitos, suas identificações e representações como algo em movimento, onde as relações de poder normalizadas caem por terra, e que valoriza a representação indígena realizada justamente pelos próprios sujeitos, como autorrepresentação, a partir de relatos – no caso, entrevistas promovidas por meio da História Oral. Desfatalizar as identificações e representações significa não as perceber como estáticas, com valores predeterminados através de relações de poder monopolizadas pelos descendentes de europeus.

No Vale do Itajaí, o dito *Vale Europeu*, uma narrativa predominante foi estabelecida, criando uma “atemporalidade”, onde indígenas e imigrantes europeus (sobretudo, alemães) possuem suas identificações e representações prontas e acabadas, estando em lados opostos

como em um filme de Velho Oeste estadunidense, quando assim convém. Sendo assim, na maioria das oportunidades não existem aproximações, mas dicotomias marcadas por diferenças, justificando ações de violência e de esbulho da terra desde o início da colonização e ainda vigentes. Como nos disse Silvio Coelho dos Santos (1973), se referindo ao processo de colonização no Vale do Itajaí, os gestores da província de Santa Catarina possuíam conhecimento da realidade dos indígenas e introduziram levas e levas de imigrantes europeus; os conflitos e mortes não foram um acaso, mas sim um projeto. Como salientou o antropólogo, em uma analogia com as artes cênicas, o roteiro e os papéis deste teatro trágico no Vale do Itajaí já estavam dados.

Assim, repensar a história indígena no Vale do Itajaí com base na História do Tempo Presente se torna uma desfatalização, como descrito por François Dosse (2012, p. 15): “A história do tempo presente, na medida em que ela é confrontada com a opacidade total de um futuro desconhecido, é uma bela escola de desfatalização, que encontra a indeterminação do presente e que reflete sobre a abordagem do passado [...].” Desfatalizar as representações que constroem indígenas e imigrantes europeus como sujeitos antagônicos, pertencentes a uma balança de dois pratos, onde o primeiro é reduzido, diminuído em relação ao segundo, é a ação aqui mobilizada. Diante dos objetivos expostos, são vários os pontos de diálogo com os conceitos, temas e abordagens próprios da História do Tempo Presente. No que se refere à dimensão do tempo, traz a ideia de pensar, antes de tudo, uma nova cronomorfologia dos acontecimentos, uma cronomorfologia alternativa (Bevernage, 2018), onde se possa pensar outras formas de tempo, não a imposta pelos vencedores, mas sim a das vítimas¹⁹. Entre nossas hipóteses iniciais esteve a de que tanto *Blumenau em Cadernos* quanto o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann atuaram e atuam dentro de uma ideia de tempo ocidental, recortando marcos divisórios como o antes e depois da chegada do sujeito europeu no Vale do Itajaí, o antes e o depois da Pacificação – estabelecendo quase sempre a presença indígena no passado colonial da região, reforçando este fatalismo, contribuindo para velhos estigmas em torno do sujeito indígena, lançando-o assim, atualmente, em um passado findo.

Existem dois momentos fundamentais para o povo Laklânõ no Vale do Itajaí: o Contato de 1914, que promoveu seu isolamento no que viria a ser a Terra Indígena Ibirama La-Klanõ, além de rupturas com sua milenar forma de vida, e a construção da Barragem Norte em seu território, entregue para a comunidade regional do Vale do Itajaí nos anos 1990. Tais fatos

¹⁹ Berber Bevernage (2018) emprega o termo cronomorfologia para estabelecer as formas de pensar e perceber o tempo vivenciadas pelas vítimas de determinada experiência, sobretudo práticas de violência de Estado, que o autor pesquisou em relação à ditadura na Argentina, à guerra civil em Serra Leoa e ao Apartheid na África do Sul.

geram perguntas: formariam ambos os eventos um passado que não passa? Como estas vivências são ressignificadas pelos indígenas e consolidam representações, atualmente?

Berber Bevernage (2018), quando pesquisando casos traumáticos específicos que envolveram comissões da verdade na Argentina, África do Sul e em Serra Leoa, percebeu que pode haver diferentes formas de se vivenciar o tempo – como o tempo dos perpetradores dos crimes e o tempo das vítimas. O tempo é fator fundamental na construção da autorrepresentação indígena Laklānō, pois mesmo em um contexto adverso, os sujeitos indígenas compreendem seu protagonismo, uma vez que atuaram, fizeram e fazem opções. Neste sentido, se evidencia também a própria vivência de tempo histórico, onde uma leitura mais apurada de Reinhart Koselleck (2014) e seus *Estratos do Tempo*, permite pensar diferentes interpretações e vivências do/no tempo neste contexto apresentado. Esta metáfora geológica desenvolvida pelo historiador alemão bem pode retratar a realidade Laklānō, onde a Pacificação e a construção da Barragem Norte, formam, já citando Henry Rousso (2016), o *passado que não passa* deste povo.

A tese foi estruturada em duas partes, a primeira abordando a narrativa hegemônica sobre as relações entre indígenas e imigrantes europeus e seus descendentes, no Vale do Itajaí; a segunda, a narrativa contra hegemônica representada em relatos de indígenas Laklānō.

A primeira parte, constituída por dois capítulos, se concentra na forma como o poder público atuou e atua sobre esses contrastes entre indígenas e descendentes de imigrantes europeus no Vale do Itajaí; como principais fontes, no capítulo 1, destaca-se o periódico *Blumenau em Cadernos*, enquanto o capítulo 2 se apoia em artefatos da exposição de longa duração do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, além de trabalhos referentes às histórias locais, registros fotográficos e monumentos. O primeiro capítulo, intitulado *Indígenas na historiografia e o lugar da Revista Blumenau em Cadernos*, analisa as edições geradas nos mais de vinte anos em que esta publicação fez parte dos projetos da administração municipal, por meio da Fundação Cultural de Blumenau; foram analisadas todas as 153 edições entre março de 1997 e julho/agosto de 2019, físicas ou digitalizadas. O segundo capítulo, *História indígena na Colônia Hansa-Hammônia: identificação e representação*, adentrou no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, buscando compreender como e com quais propósitos foi formado e como dialoga com a história da região, especificamente com a história das cidades da outrora antiga Colônia Hansa-Hammônia. Como já referido, a investigação envolveu artefatos da exposição de longa duração. Em paralelo a esta exposição, se pesquisou “para além das paredes do museu”, mobilizando-se publicações de história, quase

sempre escritas por autores locais e sem formação acadêmica das cidades que formaram a antiga Colônia. Em Ibirama, ainda se pesquisou homenagens a imigrantes por meio da construção de monumento e em festividades realizadas no aniversário do município, em 1968 e em 1997. Estes elementos sinalizam o diálogo que há entre o museu e os eventos que ocorrem para além de suas paredes.

A segunda parte da tese, também composta de dois capítulos, discute a metodologia da História Oral como fonte para se promover uma narrativa indígena sobre este passado regional (capítulo 3) e os relatos obtidos a partir de entrevistas com indígenas Laklânõ (capítulo 4). *Silenciamento Indígena em Vale Europeu* é o título do terceiro capítulo, cuja discussão se fez em diálogo com autores como Marieta de Moraes Ferreira, José Carlos Sebe Bom Meihy e Alessandro Portelli, para dimensionar o horizonte metodológico da História Oral; buscou-se também discutir os meandros desta abordagem em uma região marcada pelo silêncio e pelo esquecimento dos embates violentos entre imigrantes europeus e indígenas, como é o caso do Vale do Itajaí. O quarto capítulo, *Entrevistas-fagulhas: Novos roteiristas para um novo roteiro*, se prestou a analisar nove entrevistas realizadas com indígenas da Terra Indígena Ibirama La-Klanõ. A realização das entrevistas, semiestruturadas, foi devidamente submetida e aprovada no bojo do projeto de pesquisa da tese, apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Buscou-se, como diz Alessandro Portelli (2010), trazer estas vozes para a esfera pública, para o debate em relação à consolidação de um pretenso Vale Europeu, em meio à milenar presença indígena. Mais do que *contar a sua história*, nas entrevistas, os indígenas trouxeram a sua inserção, ao longo do tempo, em uma história regional que também criou a narrativa que enaltece o descendente de europeu.

Esta narrativa hegemônica também conta com o silenciamento indígena; mas este fato não ocorre ao acaso, mas sim, ele próprio, a produção deste silenciar, está pautada no que Trouillot (2016) chamou de engajamento. Dentro deste jogo assimétrico de narrar e silenciar, Hayden White, sinaliza que “O que conta na narrativa é uma mimese do enredo vivido em alguma região da realidade histórica, e, tanto quanto seja uma imitação acurada, é doravante considerada um relato verdadeiro” (White, 2011, p. 442). A narrativa é compreendida aqui como este espaço de disputa, onde as relações de poder são refletidas, e a elaboração de um relato como diz o autor são assim constituídas com suas historicidades. É mister informar que, ao nos referirmos à sociedade não indígena, seja nos municípios em torno da terra indígena ou outro elemento da sociedade externa, nos utilizamos do conceito de sociedade regional.

Uma última ressalva se faz necessária. Dentre as diversas alterações promovidas na escrita da história no Brasil, sobretudo após o final do período ditatorial e a promulgação daquela que ficou conhecida como a *Constituição Cidadã* de 1988, os ventos da democracia se revestiram de esperança e proporcionaram novas perspectivas metodológicas, bem como de novas vozes, entre elas, a dos próprios indígenas. O Censo demográfico da década seguinte assinalou a crescente demográfica da população indígena brasileira; a diversidade cultural pulsava das artes, da esfera política e das maneiras de pensar o passado. Estas alterações, somadas às expectativas esperançosas de um Brasil democrático e mais inclusivo, na academia, estiveram associadas às alterações metodológicas e teóricas que buscaram descongelar o indígena de um passado onde apenas teria sido reativo, com seu desaparecimento étnico irreversível, e que produziram uma *Crônica da Extinção* (Monteiro, 1995). Houve, então, uma guinada, da parte de historiadores e outros pesquisadores, propondo compreender o indígena como sujeito protagonista em seus próprios termos. Somaram-se a isto as renovações historiográficas, sobretudo a partir dos anos 1970, com a chamada Nova História, além da consolidação da Nova História Cultural. À valorização da agência indígena no campo historiográfico se denominou *Nova História Indígena*. Segundo Luisa Tombini Wittmann,

Na escrita da Nova História Indígena, busca-se levar em conta a perspectiva dos próprios indígenas e colocar em cena suas interpretações da história, posto que durante muito tempo os pesquisadores se detiveram apenas nos discursos e práticas sobre eles, ou mesmo não reconheciam sua historicidade. Hoje, se propõe indagar sobre as formas indígenas de pensar e agir diante do outro, diferente de si (Wittmann, 2015, p. 08).

É preciso sinalizar o mundo além dos muros acadêmicos, onde a caminhada do autor junto ao povo Laklänõ se iniciou antes do ingresso no doutorado, como anteriormente destacado, e que com ele se afina, tal qual a pesquisa para esta tese, cujo projeto foi apresentado previamente para a comunidade Laklänõ, sendo aplicado à medida que autorizado pelos indígenas. No que se pode definir como uma interface entre o universo acadêmico e a caminhada junto ao povo Laklänõ, o diálogo com bell hooks (2013, p. 93) é elucidativo, pois a autora aponta a necessidade de “(...) construir novas teorias para nos engajar e transformar a realidade”. As palavras dos próprios indígenas estão grafadas nas entrevistas, além de consideradas na versão inicial do projeto de pesquisa, que buscava responder questões postas desde o projeto colonial, criador de identificações e representações orientadas pelo ser *branco*

ou ser *índio* (e que definiu, como se verá, a sociedade regional do Vale do Itajaí). Algo que faz sentido não apenas para o autor, com base nas vivências deste, junto ao povo Laklänõ, desde 2009, mas também para esse povo indígena, como demonstram as entrevistas realizadas durante a pesquisa.

1 INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA E O LUGAR DA REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS

“O primeiro ato de fundação do conquistador começa, pois, com a construção imaginária da figura do Outro” (Novaes, 1999, p. 10).

O periódico *Blumenau em Cadernos* é atualmente publicado pela Secretaria Municipal da Cultura e Relações Institucionais de Blumenau, que, a partir de 2019, sucedeu a Fundação Cultural de Blumenau em suas atribuições; em última análise, o referido periódico é uma produção feita, desde então, a partir do governo municipal de Blumenau. Ao pesquisar especificamente os periódicos como fonte histórica, Tânia Regina de Luca nos alerta: “[...] o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa [...]” (Luca, 2005, p. 139). Através desta ótica, somos levados a pensar não somente o lugar geográfico onde tal periódico é construído, mas o lugar em que está inserido em meio à trajetória de outros; no caso de *Blumenau em Cadernos*, especialmente os periódicos relacionados à historiografia de Santa Catarina e à sociedade regional circunscrita pelo Vale do Itajaí. E ainda “[...] será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (Luca, 2005, p. 140). O destaque dado a determinado grupo, ou a omissão de outros, parte de opções, estas não aleatórias, mas carregadas de sentidos dentro do jogo nunca isento das identificações e representações: “[...] ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido [...]” (Luca, 2005, p. 140). *Blumenau em Cadernos* foi analisado como um periódico criador de narrativas históricas, atuando dentro da escrita da história no Vale do Itajaí e nos embates das identificações e representações.

A pesquisa privilegiou as informações que permitissem identificar os aspectos de criação e propagação, na revista *Blumenau em Cadernos*, de representações acerca de indígenas e imigrantes europeus, e em que medida se relacionam com jogos identitários associados a esses grupos. Isto considerando os aspectos da produção do periódico, como seu lugar de editoração, os autores publicados (a partir de que lugar social publicam) e a questão indígena regional; sendo que muitos destes textos são cartas do início da imigração europeia para o Vale do Itajaí, no século XIX, ou textos memorialísticos. Foram analisadas as opções feitas pela direção de *Blumenau em Cadernos*, o que inclui toda a esfera à qual o periódico está ligado – o conselho editorial, os patrocinadores, assinantes e sua direção, esta última

compreendida, não apenas como sua diretoria, mas o arcabouço que manteve o periódico em circulação e o órgão municipal ao qual esteve vinculado.

Compreendido como um produto de/na sua época, o periódico teve suas páginas problematizadas nas dicotomias que constroem as identificações e representações a partir das diferenças, mas não perdendo de vista que estas categorias se complementam, tal como afirmado por Tomaz Tadeu da Silva (2003, p. 82): “[...] afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir”. Incluir e excluir, ações estas eivadas de relações de poder: poder de construir esta fronteira no tempo e no espaço, criando os sujeitos, *nós* e *eles*, ou entre os incluídos e os excluídos, utilizando os termos do autor. Contudo, de forma sutil ou mesmo carregada de contradições, estas identificações e representações são, sim, estabelecidas como se fossem criações naturais, e isto não se dá de forma isenta de posicionamentos. Para além de possíveis práticas essencialistas, Stuart Hall, em seu provocativo texto, *Quem precisa de identidade?* aponta que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2003, p. 109).

Cabe pensar *Blumenau em Cadernos* em relação àquilo que o autor denominou de locais históricos e institucionais específicos, bem como em relação aos discursos (ou práticas discursivas, como indicado por Stuart Hall) que configuraram identificações criando fronteiras identitárias entre imigrantes europeus e indígenas no Vale do Itajaí²⁰.

O discurso é compreendido como uma forma de comunicação que não se configura apenas através de texto, mas se espalha inclusive através da escolha de determinado texto, da escolha dos grupos que podem ou não podem serem reverenciados em determinadas datas comemorativas e, inclusive, dos grupos que podem cair em esquecimento em determinada data que poderia ser comemorativa, ou reflexiva, dependendo do ângulo ou interesse a partir do qual se interpreta o passado. Assim, o discurso pode ser marcado pela ausência. As práticas discursivas e as opções feitas pelo periódico são foco desta pesquisa para compreender a

²⁰ O termo identidade, é entendido como algo definido e petrificado, o termo identificação, por seu turno, é entendido como elemento que dá identidade a determinado grupo, mesmo sabendo que esta está em movimento, e passível de ser modificada; por fim, representação é entendido como o ato de representar-se a si e ou ao outro.

maneira como este atua como espaço de construção narrativa e de escrita da história, em meio às identificações e representações regionais, e em que medida contribui especificamente nas questões que envolvem imigrantes europeus e indígenas no Vale do Itajaí – eis a questão. Interessa-nos, neste ponto, compreender não somente a *História*, mas como esta está incrustada na sociedade, no caso, na região do Vale do Itajaí.

A escrita da história está intimamente ligada à sociedade que a circunda: “Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (Certeau, 1982, p. 74). O periódico analisado foi pensado como elemento dentro da sociedade, que produz conhecimento, influencia e é influenciado, e que constrói leituras e interpretações não somente sobre o passado, mas também concepções e expectativas para com o presente e o futuro. *Blumenau em Cadernos* foi analisado criticamente, dentro do jogo de incluir e excluir no qual as identificações e representações são forjadas e pensadas no contexto de afirmação identitária do imigrante europeu, em um esforço de mitificação do mesmo, haja vista o contraste com outros grupos, notadamente o indígena. Estas perspectivas entre passado, presente e futuro são descritas logo no primeiro número de *Blumenau em Cadernos*, em 1957:

Traremos o passado e o presente de Blumenau, contados e registrados em cadernos mensais [...]. Mas não nos limitaremos a rebuscar arquivos, a contar casos dos tempos idos. Procuraremos, também, apontar aos que, na atualidade, concorrem com o seu trabalho para o engrandecimento comum, o caminho a seguir (Silva, 1957a, p. 01).

A utilização de periódicos como esforço para estabelecer e delimitar as disputas em torno das representações para com o indígena tem como baliza, no Brasil, a criação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, em 1839. Desde a fundação do instituto, em 1838, discussões em torno da questão indígena geravam ferrenhos debates e estes atuaram na criação de posicionamentos, sendo que em 1847 o periódico inaugurou a seção *Etnografia e Arqueologia*, na qual publicou textos acerca do universo indígena (Moreira, 2010). Na então monarquia brasileira, o que estava em jogo não era somente a presença e/ou contribuição do indígena na identificação nacional com vistas ao passado, mas projetos de futuro na nova nação e o lugar do indígena nele. A catequese em ordens religiosas, a miscigenação, a guerra e, ainda, a integração pelo trabalho, foram propostas veiculadas no citado periódico. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, que pesquisou a fundação tanto do IHGB como da revista e seus números iniciais, afirma que 73% destas publicações abordaram

a tríade: indígenas, expedições e história regional (Guimarães, 1988). Para John Manuel Monteiro, “A *Revista* [...] proporcionava uma espécie de barômetro através do qual se podia aferir a intensidade do debate indigenista da época” (Monteiro, 2001, p. 147).

Na pesquisa para a tese, o olhar lançado sobre *Blumenau em Cadernos* considerou a revista no seu tempo e espaço e em suas mudanças, e seus conteúdos como construções narrativas, não naturalizadas e isentos de posicionamentos, mas em última análise, criados e difundidos por seus idealizadores. Na análise, percebeu-se que, em muitos casos, os textos que de alguma forma promovem a presença dos indígenas o fazem através de óticas diversas, pois diversos foram os autores, as metodologias, as demandas de cada época e os lugares de onde estes autores escreveram. São textos de religiosos, agentes da colonização, colonos imigrantes do século XIX, ou pesquisadores do século XXI. E, nesta miríade de textos, com sujeitos tão diversos, escrevendo a partir de inscrições temporais e lugares sociais tão diferentes, foi preciso sistematizá-los. Uma leitura acurada de cada um levou a agrupar estes textos por similaridade, portanto, não contando com a sua apresentação de forma cronológica e linear. Os textos referentes a datas comemorativas, por exemplo, foram lidos e analisados a partir da construção destas efemérides não por acaso, mas sim elaboradas a partir de interesses de perpetuação da memória da imigração, ou melhor, de uma memória específica, como se verá. Por outro lado, se evidenciou também a construção de textos oriundos de pesquisa científica acadêmica. Este agrupamento, e opção de ler o periódico foi a forma metodológica encontrada para apresentar a revista, e o seu viés; realizar a sua interpretação através da própria forma como ela se apresentou neste período – suas escolhas, suas formas e métodos de publicação.

Foram analisadas, de forma sistemática, as edições de *Blumenau em Cadernos* de março de 1997 até julho/agosto de 2019, totalizando 153 edições. Mas como afirmado anteriormente, números anteriores foram analisados, uma vez que temas como as efemérides e a consolidação de memórias de imigrantes europeus são constantes na revista, cabendo verificar possíveis aproximações entre as publicações entre 1997 e 2019 e as anteriores.

No momento da pesquisa (2022), no site da Hemeroteca Digital Catarinense estavam digitalizadas 107 edições, cobrindo o período de março de 1997 até o número 06 de novembro/dezembro de 2011. As edições de 2012 até 2019, totalizando 46 edições, estavam disponíveis somente impressas, e foram pesquisadas no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau. Em todas estas, foram analisadas a forma como o indígena surge neste periódico. Nesta dinâmica, se buscou os termos: Xokleng, Laklänõ, Índios, Indígenas, Bugres, Selvagens e Botocudos. Se optou por estes termos pois, através deles, o sujeito indígena foi

sendo descrito no Vale do Itajaí, mas também pelo fato de que foram estes os termos de maior incidência em *Blumenau em Cadernos* para se referir aos indígenas. Termos como silvícola, ou talvez outros que possam desapercebidamente ter fugido desta análise, não foram analisados; no entanto, certamente não alterariam de forma expressiva o teor desta coleta de dados. As últimas edições do período pesquisado foram publicadas com um pouco mais de 100 páginas, já as primeiras não chegaram a 3 dígitos.

Este capítulo foi dividido em cinco subcapítulos. Nos dois primeiros, *Blumenau em Cadernos e a escrita da história no Vale do Itajaí* e *O poder público e Blumenau em Cadernos – as edições de 1997: Novos olhares para um velho passado?* procura-se situar o periódico em seu local de produção, Santa Catarina e região do Vale do Itajaí. No subcapítulo *Lembrar, Comemorar, Documentar e Festejar?* são analisadas as efemérides e comemorações presentes na revista, tão caras ao periódico, mas também à cidade de Blumenau; nele se escancaram as ausências de outros grupos que não sejam os de imigrantes europeus e seus descendentes. Já no subcapítulo *Entre a pluralidade e a tradição*, buscou-se debater a produção de pesquisa e sua difusão na revista, sobretudo oriunda do universo acadêmico. Por fim, com o sugestivo título *Indígenas e descendentes de imigrantes europeus – Disputas por Clio?* apresenta-se, em quadros, a sistematização dos dados levantados, que permite perceber a maneira como *Blumenau em Cadernos* promoveu o contraste entre indígenas e imigrantes europeus e seus descendentes.

1.1. BLUMENAU EM CADERNOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO VALE DO ITAJAÍ

José Ferreira da Silva foi o idealizador e primeiro editor de *Blumenau em Cadernos*, mantendo-se no posto de diretor do periódico desde o primeiro número, em 1957, até o ano de sua morte, em 1973. Nasceu em Tijucas-SC, em 1897, se estabelecendo em Blumenau na década de 1920. Foi autor, entre outras publicações, de *A Colonização do Vale do Itajaí* (1931), *Fritz Müller* (1931) e *O Doutor Blumenau* (1933), publicações estas que evidenciam seu olhar, focado para a história regional e para as grandes figuras. Inicialmente, publicou em jornais, fundando-os, em alguns casos. Em um momento em que jornais publicados em idioma alemão mostravam a forte ligação de muitas cidades do Vale do Itajaí com o idioma de Schopenhauer, Ferreira da Silva criou o jornal *A Cidade*, em 1924, o primeiro jornal em língua portuguesa de Blumenau (Moser, 2017). Naquele jornal, seus escritos tiveram como tônica o enaltecimento de figuras públicas do passado e do presente. O empreendimento foi realizado juntamente com

João Octaviano Ramos, natural de São José-SC. Segundo Carla Fernandes da Silva, por não serem blumenauenses,

[...] buscam a inserção pela atividade intelectual; em especial Ferreira da Silva, que, além de fundar um novo jornal em Blumenau, inicia uma série de biografias e estudos históricos sobre a Colônia Blumenau, tornando-se, assim, uma referência intelectual no município (Silva, 2008, p. 22).

Antecedendo a criação de *Blumenau em Cadernos*, e permeando outras iniciativas de perpetuação da memória na região do Vale do Itajaí, o próprio José Ferreira da Silva, como vereador pela Ação Integralista Brasileira – AIB, em 1936 organizou condições para a criação, em Blumenau, do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, que possuía entre seus objetivos ser “(...) não só um espaço para guardar e conservar os acervos, mas também um espaço institucional de produção e divulgação de saberes” (Frotscher, 2007, p. 97). Todavia, atuando como interventor municipal durante a campanha de nacionalização, entre 1938 e 1941, promoveu outras ações que podem serem descritas como contraditórias em relação aos objetivos desta entidade. Durante o período de intervenção, ocorreu a proibição de se nomear escolas com nomes estrangeiros (entre outras ações na educação), o fechamento de clubes recreativos e sociedades em regiões coloniais (ou substituição de diretorias), sendo estas intensificadas a partir de 1942, com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, especificamente à Alemanha e à Itália. Fatores estes, que mesmo não sendo deliberados pelo poder público municipal – sendo José Ferreira da Silva, então, o interventor forasteiro –, foram efetivados por ele, ou a ele associados. E, como nos diz Méri Frotscher (2007, p. 102): “A Campanha de Nacionalização influenciou diretamente a produção, a circulação e a reprodução de uma determinada memória em Blumenau”.

Destituído do posto de interventor em 1941, José Ferreira da Silva deixou a cidade e, em 1957, criou *Blumenau em Cadernos* a partir de Curitiba. Segundo o historiador Darlan Jevaer Schmitt, a criação do periódico trazia a possibilidade de se tornar um veículo de disseminação de uma história catarinense, além de poder promover sua redenção como intelectual,

A referência era a *Revista do IHGSC*, que neste período, entre 1957 e 1973, não estava em circulação, voltando a circular somente em 1979. Com esta lacuna, a possibilidade de construção de uma historiografia dita catarinense nas páginas da Revista *Blumenau em Cadernos* seria implicitamente um dos objetivos de Ferreira da Silva. Além de

caminho para a reconstrução de sua biografia intelectual, a Revista poderia naquele momento, ser uma nova propagadora do ato de escrever a história catarinense (Schmitt, 2011, p. 68).

Blumenau em Cadernos passou a receber subvenção da Prefeitura Municipal de Blumenau já no ano seguinte ao seu lançamento: a Lei nº 841 de 1958 previa a subvenção de três mil cruzeiros mensais ao periódico. Vinculada a este fato esteve a contrapartida de entrega de cem exemplares de cada edição à prefeitura, sendo que, em cada edição, deveria ser publicado ao menos um documento inédito do Arquivo Histórico do Município (Blumenau, 1958). Com o incêndio da Prefeitura Municipal de Blumenau, no final do mesmo ano, que acarretou a perda de milhares de documentos (inclusive documentos referentes ao movimento de colonização, no século XIX), *Blumenau em Cadernos* se tornou também um importante espaço de divulgação e circulação de documentos preservados, ao menos em seu conteúdo, por José Ferreira da Silva. Como aborda a historiadora Carla Fernanda da Silva:

Em novembro de 1958, acontece o grande incêndio da Prefeitura, ocorrendo uma enorme perda da documentação do Arquivo Municipal e do Fórum. Assim, a *Revista Blumenau em Cadernos* e Ferreira da Silva tornam-se porta-vozes da história da cidade, pois era ele quem possuía cópias da maioria da documentação extraviada no incêndio. Assim, nos primeiros anos, os Relatórios da Colônia escritos por Hermann Blumenau são publicados por Ferreira da Silva, permitindo a socialização de informações, e uma reaproximação com Blumenau (Silva, 2008, p. 36).

O primeiro número de *Blumenau em Cadernos* foi publicado com 24 páginas, estando dividido em diferentes seções, além de conter indicações para a assinatura da revista; contou com o patrocínio da Fábrica de Gaitas Hering. A estrutura do periódico foi paulatinamente alterada até a edição número 12, de dezembro de 1973, última em que José Ferreira da Silva esteve à frente da revista. Nesta última edição, da qual estavam ausentes seções tradicionais como as relativas às *figuras* do passado e do presente, há a presença de diversos autores, além da publicidade de duas empresas patrocinadoras (a empresa blumenauense Electro Aço Altona, do segmento metalúrgico, e a empresa têxtil de Brusque, Companhia Industrial Schlösser, ambas indicadas nas últimas páginas). Já nas primeiras páginas há a identificação dos nomes de vinte patrocinadores, descritos como cooperadores para a publicação do periódico, entre eles, empresas regionais como Cremer e Hering; chama a atenção, neste rol, a presença de órgãos do governo, como a Prefeitura Municipal de Blumenau e as Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Se inicialmente *Blumenau em Cadernos* se apresentava como uma publicação acanhada, na última edição da qual esteve à frente José Ferreira da Silva, mostrou que, naquele momento, o periódico estava coberto de prestígio regional, pois contava com o patrocínio de diversas instituições, tanto do setor público como do setor privado, além da publicação de textos de profissionais já renomados, como Silvio Coelho dos Santos e Oswaldo Rodrigues Cabral.

Para José Ferreira da Silva, enaltecer pioneiros da imigração e seus descendentes através da escrita foi uma forma de circunscrever sua inserção na sociedade blumenauense e do Vale do Itajaí, e também fortificar o vínculo do Vale do Itajaí com sua identificação europeia. Ao inserir estes sujeitos no centro da sua escrita, colocava também o europeu como o responsável pela construção de uma emergente região, em meio à inóspita natureza, contrastando uma ideia de progresso a uma ideia de selvageria. Transpôs esta escrita para *Blumenau em Cadernos* e, em sua primeira edição, em novembro de 1957, como seu editor, José Ferreira da Silva relatou, no editorial *A que viemos*, qual a função principal do periódico:

Traremos o passado e o presente de Blumenau, contados e registrados em cadernos mensais, sem outras pretensões que não as de concorrer com nosso esforço e o pouco de inteligência que Deus nos deu, para tornar mais conhecida a história do município, mais estimada e venerada a memória dos homens que fizeram sua grandeza atual e para que o exemplo desses pioneiros sirva de orientação e estímulo aos que, na hora que passa, trabalham para que nosso futuro não seja menos glorioso que nosso passado (Silva, 1957a, p. 01).

Este esforço para solidificar a positivação de imigrantes europeus pode ser percebido ainda na seção *Vozes do Passado*, também desta primeira edição, em uma breve biografia do imigrante Henrique Krollerg, descrito como *engenheiro arquiteto*, sendo que, já de início, o autor utilizou termos elogiosos para se referir à igreja católica construída por Krollerg; esta possuía, segundo José Ferreira da Silva, linhas harmoniosas – uma obra de arte –, assim descreveu: “Dominando a parte central da cidade, a igreja que desaparece foi, durante bons oitenta anos, testemunha muda dos acontecimentos que, progressivamente, impulsionaram Blumenau para a situação invejável que desfruta nos dias que correm” (Silva, 1957b, p. 12). Evidencia-se, assim, a percepção de Ferreira da Silva de enaltecimento do imigrante europeu e das ações do seu tempo, no seu contexto, em 1957, com suas afirmações de um progresso incontestável. O idealizador de *Blumenau em Cadernos* não se absteve mais uma vez de

vivificar a memória de Hermann B. O. Blumenau²¹ como ao descrever o biografado em questão, Henrique Krollerg: “[...] manteve-se ao lado do fundador da colônia, como seu auxiliar-técnico” (Silva, 1957b, p. 11).

Ainda neste primeiro número, na seção *Figuras do Presente*, o periódico trouxe uma pequena biografia de Frei Ernesto Emendoerfer, diretor do Colégio Santo Antônio, destacado educandário de Blumenau. Isso demonstra as articulações de José Ferreira da Silva com a sociedade que o englobava, assim como suas opções, estas já apontadas no editorial de abertura. Em relação a esta *figura*, Ferreira da Silva assume que é cedo para homenageá-lo, pois o frei, tendo sessenta anos de idade, muito poderia fazer pela região,

Blumenau do futuro consagrará êsse modesto franciscano como um dos maiores de seus filhos. E, certamente, a multidão de indivíduos úteis à sociedade e à pátria, que passaram por suas mãos de mestre e de amigo, médicos, engenheiros, advogados, padres, professores, juízes, políticos, administradores, industriais, simples operários, hão de honrar o seu nome pelas gerações a fora, inscrevendo-o na galeria dos mais destacados descendentes dos pioneiros que, às margens do Itajaí, argamassaram com suor e sangue este magnífico empreendimento que é a obra colonizadora do Dr. Blumenau (Silva, 1957c, p. 13).

Fazendo menção aos chamados indivíduos úteis e suas profissões, que esta *figura do presente* colaborou para formar, José Ferreira da Silva remonta ao fato deste ser descendente dos pioneiros, e fecha o texto desferindo elogios novamente a Hermann B. O. Blumenau e seu projeto colonizador do Vale do Itajaí. Circunstância recorrente, pois Ferreira da Silva se esforçou para inseri-lo em suas publicações, enaltecedo seu projeto colonizador e a própria imigração europeia²².

Idealizador e primeiro editor de *Blumenau em Cadernos*, após sua morte, em 1973, José Ferreira da Silva foi sucedido por Frederico Carlos Allende, de 1974 até 1977, e posteriormente por José Gonçalves, este permanecendo como editor até 1997. Como constatado na dissertação

²¹ O químico Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu em Hasselfelde, Alemanha, em 1819, e faleceu em 1899, em Braunschweig, também Alemanha. Conhecido no Vale do Itajaí como Doutor Blumenau, pelo fato de possuir o título de doutorado (que costuma ser designado como PhD - Doutor em Filosofia), esteve no Brasil ainda na década de 1840, coletando informações sobre o Sul do país. Em 1850, conseguiu autorização para a implantação de uma colônia na Província de Santa Catarina, que levaria o seu nome e foi administrada por ele durante uma década; em 1860, a mesma passou a ser encampada pelo Império e Hermann B. O. Blumenau foi seu diretor até o ano de 1880. Além de seu nome, a cidade mantém diversos outros espaços de memória vinculados ao sujeito que é descrito como fundador da cidade - *Blumenau em Cadernos* (2002) e *Blumenau em Cadernos* (1999d).

²² Projeto bem sucedido: em 1970 José Ferreira da Silva foi reconhecido com a Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha (*Blumenau em Cadernos*, 1970).

de mestrado em História de Carla Fernanda Silva (2008), Frederico Carlos Allende procurou expandir as possibilidades do periódico, dialogando com novos pesquisadores e universitários de outros municípios, buscando um alcance maior. Já o sucessor, José Gonçalves, dirigindo a revista entre 1977 e 1997, permaneceu focado apenas em Blumenau, momento quando “A *Revista Blumenau em Cadernos* deixa de ser um espaço de socialização dos intelectuais catarinenses para tornar-se um espaço de socialização das memórias blumenauenses” (Silva, 2008, p. 48). Mudanças estruturais e consistentes ocorreram na revista somente em 1997, quando esta se tornou integralmente editada pelo poder público municipal. Mas, como afirmado por Janice Gonçalves, isso não significou necessariamente uma ruptura em relação ao legado de José Ferreira da Silva,

Fundador e diretor de *Blumenau em Cadernos*, durante mais de duas décadas mobilizou estudiosos da história do vale do Itajaí e, disseminando-a, buscou atrair leitores. Diretor executivo da Fundação Casa Dr. Blumenau, tentou fortalecer a biblioteca pública e o arquivo histórico municipais. Ao assumir seu nome e sua revista, o Arquivo Histórico de Blumenau encampou sua herança intelectual (Gonçalves, 2006, p. 280).

Sob direção da historiadora Suely Maria Vanzuita Petry, a revista começou a contar com um conselho editorial e artigos científicos passaram a fazer parte de suas publicações de forma contínua. Depois de mais de seis décadas atuando como um veículo de escrita da história na região do Vale do Itajaí, *Blumenau em Cadernos* acabou “virando história” e se tornou objeto de estudo sob diversos ângulos; adentrou o século XXI sendo alvo de questionamentos, estes a serem confrontados sobretudo com a historicidade de tal produção. O periódico, que disponibilizou suas páginas para autores regionais que tanto pesquisaram e publicaram, passou a ser ele próprio pesquisado. O periódico no qual, ao se publicarem histórias, se buscou também forjar identificações, passou a ter a sua própria identificação desvelada.

Tendo como foco a revista *Blumenau em Cadernos*, foram desenvolvidas ao menos duas dissertações de mestrado em História, além de a revista ser abordada na tese de doutorado em História de Janice Gonçalves, esta última defendida no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade de São Paulo – USP, em 2006. Janice Gonçalves pesquisou de que maneira, ao longo do século XX, os campos historiográfico e arquivístico se constituíram, criando redes de interação. Isto tendo como foco, no caso dos arquivos municipais, os arquivos de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis. Ao estudar a trajetória do Arquivo Municipal

José Ferreira da Silva, em Blumenau, a historiadora fez também um levantamento sobre o periódico *Blumenau em Cadernos*, constatando que este

[...] mantém-se como espaço aberto aos pesquisadores da história de Santa Catarina (em especial, a do vale de Itajaí), independentemente de suas formações, posicionamentos políticos e opções teórico-metodológicas, o que lhe confere lugar peculiar no cenário mais recente de embates historiográficos entre “novos” e “velhos” (Gonçalves, 2006, p. 281).

Esta historiadora apontou as diversas nuances entre autores e autoras que publicam no periódico. Isto fica explícito ao se perceber, nas diversas seções, tanto artigos de estudantes de pós-graduação com rigor metodológico como textos memorialísticos de caráter mais saudosista, além de suas diferentes opções teórico-metodológicas. Evidencia-se, assim, a escolha da direção da revista em não se limitar a um único formato, a uma única estrutura narrativa, possibilitando, enfim, a publicação de autores de correntes historiográficas diversas. Em 2008, Carla Fernanda da Silva defendeu, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, a dissertação *Grafiás da Luz: A Narrativa Visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos*. Nesta pesquisa de mestrado, a autora analisou a forma como as fotografias publicadas no periódico foram utilizadas para representar a cidade de Blumenau – como um elemento na construção de uma memória social, nas palavras da autora (Silva, 2008). Este trabalho trouxe a análise de quatro fotografias referentes ao povo Laklänõ: duas fotografias dos indígenas em estúdio usando suas armas e vestimentas tradicionais, uma fotografia onde bugreiros²³ posam com indígenas ao ar livre; e a última fotografia trazendo o funcionário do SPI, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, junto aos indígenas, na qual estes surgem vestidos à maneira ocidental. Estas fotografias são datadas do final do século XIX e início do século XX e, neste contexto, para a autora:

A fotografia participava da ótica estereotipada de teorias raciais, destacando-se o grotesco, o estado selvagem, como um fato ultrapassado, marcando os tipos étnicos e dividindo-os em mais evoluídos, ou menos evoluídos. Nesta narrativa fotográfica, temos os colonizadores europeus representando a civilização e os indígenas representando o selvagem, que deve ser pacificado (Silva, 2008, p. 15).

²³ Bugreiros foram sujeitos financiados pela província de Santa Catarina e/ou frentes de colonização que adentraram as florestas de Santa Catarina, sobretudo no Vale do Itajaí, para exterminarem os indígenas, enfaticamente no último quartel do século XIX e início do século XX. A atuação destes bugreiros se deu quase sempre em áreas onde as colônias europeias se expandiam. Para maiores detalhes ver Santos (1973; 1997).

Ao serem publicadas na revista *Blumenau em Cadernos* quando estava sob direção de José Ferreira da Silva, estas fotografias teriam, na análise da autora, o intuito de garantir uma cisão entre o civilizado europeu (que criou uma cidade em franco desenvolvimento – Blumenau) e o atrasado indígena (que na floresta representava a barbárie). Estas imagens representariam estes contrastes, sempre fortalecendo uma ideia de mito fundador circunscrevendo o imigrante alemão, sobretudo Hermann B. O. Blumenau.

Darlan Jevaer Schmitt, em 2011, através do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, publicou *Blumenau em Cadernos e José Ferreira da Silva: Passado e presente para o Vale do Itajaí – Santa Catarina (1957-1973)*. Nesta pesquisa, o autor buscou responder como se construiu uma narrativa sobre a região do Vale do Itajaí e do município de Blumenau através do periódico *Blumenau em Cadernos*, tendo como fio condutor seu idealizador e primeiro editor, José Ferreira da Silva. Destarte, a pesquisa buscou compreender as relações de Ferreira da Silva com a escrita da história em *Blumenau em Cadernos* e suas articulações com a sociedade regional – desde assinantes e patrocinadores até as figuras biografadas (Schmitt, 2011).

Como nos disse Michel de Certeau (1982, p. 76-77): “Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros”. Dada a dimensão alcançada por *Blumenau em Cadernos*, são numerosas as citações, apontamentos e indicações do periódico em outras pesquisas, que vão desde iniciação científica a teses de doutorado, e não somente em História, mas em outras áreas do conhecimento, o que evidencia sua abrangência e influência. Com o início da revista em 1957, suas nuances e alterações, suas formas de se relacionar com a cidade de Blumenau e a região a partir de narrativas sobre o passado, um arcabouço de conhecimento do que seria um periódico de história no Vale do Itajaí foi sendo desenvolvido. Espelhando-se abertamente em *Blumenau em Cadernos*, ou tendo esta revista como leve inspiração, outros projetos semelhantes se espalharam pelo Vale do Itajaí e outras localidades catarinenses. A longevidade, a abrangência e o sucesso de *Blumenau em Cadernos* estimularam outros municípios da região — Brusque, Rio do Sul e Indaial — a

construírem periódicos semelhantes²⁴. Tendo como foco o Vale do Itajaí, lançamos nossa análise para tais projetos desenvolvidos e ainda em atividade.

O periódico *Notícias de Vicente Só* é editado pela Sociedade Amigos de Brusque, entidade esta, sem fins lucrativos, mas que recebe subsídios da Prefeitura de Brusque, tendo sido fundada em 4 de agosto de 1953 e reconhecida como sendo de utilidade pública por leis municipal e estadual em 1954. Esta Sociedade, publicou em 1977, inicialmente trimestral, o periódico *Notícias de Vicente Só* e que possuiu várias formas de periodicidade; desde 2016, se mantém como periódico anual, mas entre o início dos anos 2000 e o ano de 2011 ficou sem publicação. Em sua primeira edição, relativa ao trimestre janeiro/março de 1977, tinha Ayres Gevaerd como diretor. Gevaerd mantivera contato com José Ferreira de Silva, tendo inclusive publicado em *Blumenau em Cadernos*; as relações foram tão próximas que inicialmente a revista brusquense foi composta e impressa na Oficina da Fundação Casa Dr. Blumenau (informação que consta na capa do número um da revista). O alinhamento à *Blumenau em Cadernos* era tão grande que, em seu subtítulo, a revista trazia a relação entre o passado e o momento presente, *Notícias de Vicente Só – Brusque ontem e hoje*, o mesmo procedimento adotado em *Blumenau em Cadernos*. Em sua primeira edição, na *Apresentação*, Ayres Gevaerd assim apresentou o periódico: “Aí está a nossa Revista. Nela continuaremos contando a história de Brusque e de todo o Vale do Itajaí-Mirim, de maneira simples e honesta, e a destacar o trabalho de todos aqueles que contribuíram e contribuem para o progresso de nossa região” (Gevaerd, 1977, p. 05). Este periódico se apresenta desde a primeira edição tendo como área de abrangência o Vale do Itajaí-Mirim, microrregião que reúne diversas cidades, tendo Brusque como referência. Atualmente, possui conselho editorial e ISSN.

Rio do Sul - Nossa História em Revista é o periódico editado ininterruptamente desde 1999 pelo Museu Histórico Cultural de Rio do Sul Victor Lucas, vinculado à Fundação Cultural de Rio do Sul. No *Editorial* do número inicial, a historiadora Catia Dagnoni, diretora da revista desde então, apresentou o periódico com uma conexão que vai além do passado: “A proposta não é apenas buscar o passado, mas sim, despertar no leitor novos caminhos para a compreensão e construção do conhecimento histórico” (Dagnoni, 1999, p. 08). É um periódico que iniciou de forma bimestral, mas que atualmente possui três edições por ano. Para além de Rio do Sul,

²⁴ A cidade de Itajaí possui o *Anuário*, lançado em 1924 para comemorar o centenário de fundação do Curato de Itajaí, retomado em 1949 e depois apenas em 1959/1960, para comemorar o centenário de Itajaí. Somente em 1998 o *Anuário* passou a ser editado anualmente e ininterruptamente, ganhando caráter acadêmico, possuindo conselho editorial e ISSN, desde então mantido pela Fundação Genésio Miranda Lins. No entanto, este periódico abrange aspectos da cultura geral daquela região, e não pesquisas em história, foco desta pesquisa. As informações levantadas sobre estes periódicos se referem ao ano de 2020.

alcança todos os vinte e oito municípios da microrregião do Alto Vale do Itajaí, possui ISSN e conselho editorial desde o seu início e já ultrapassou mais de cem edições publicadas. Rio do Sul, tendo sido o quinto distrito do município de Blumenau, conquistou sua emancipação política em 1931, englobando desde então o que viria a ser boa parte da microrregião do Alto Vale do Itajaí, com localidades que posteriormente tornaram-se municípios, como Taió, Lontras, Agronômica, entre outras. Através do Museu Histórico Cultural de Rio do Sul Victor Lucas e do Arquivo Público Histórico Wera von Buettner Gemballa, Rio do Sul se efetivou como referência para esta microrregião do Vale do Itajaí no quesito pesquisa em história; os acervos dessas instituições possuem uma gama enorme de documentos acerca dos processos históricos desta microrregião, e, neste contexto, o periódico *Rio do Sul Nossa História em Revista* divulga parcela considerável de fontes.²⁵

Em março de 2015, a Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Indaial – AMARHIN, entidade sem fins lucrativos, lançou *Indaial - Conhecendo a Sua História*, inicialmente de periodicidade trimestral; mas esta regularidade não foi mantida, e a periodicidade passou a oscilar desde 2019, não possuindo atualmente uma periodicidade definida. O periódico não possui ISSN, mas tem conselho editorial desde sua primeira edição. Na edição número um, em sua *Apresentação*, o presidente da AMARHIN, Werner Alexandre Tkotz, também apontou as relações entre passado e presente para assim inaugurar o periódico: “Trimestralmente, estaremos oferecendo matérias retratando a história passada, em paralelo com relatos recentes e atuais de pessoas aqui residentes, de tal forma que o acervo histórico seja enriquecido e valorizado” (Tkotz, 2015).

Notícias de Vicente Só, Rio do Sul - Nossa História em Revista e *Indaial - Conhecendo a Sua História* são projetos abertamente inspirados em *Blumenau em Cadernos*, levando-se em consideração a composição gráfica, a forma de organização dos conteúdos, a forma de se pensar o passado (a partir de discussões propostas e articuladas com o presente), a relação com a sociedade regional e o perfil destas publicações. A forte influência exercida pela revista de Blumenau sobre estes periódicos, também pode ser compreendida através das relações entre

²⁵ Sob incentivo do prefeito Nodgi Enéas Pellizzetti, um entusiasta da cultura, idealizador da Fundação Cultural de Rio do Sul, simultaneamente ao lançamento do periódico *Rio do Sul - Nossa História em Revista* foi produzida a publicação *Rio do Sul - Uma História*, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e sob a coordenação dos professores e historiadores João Klug e Valberto Dirksen. Nesta última, o prefeito escreveu a *Apresentação*, onde destacou um processo de constante investimento na cultura e afirmou que “Felizes, vemos hoje surgir, a alma de todo esse projeto cultural, que é a busca de nossa identidade, através do resgate de nossa história” (Pellizzetti, 2000, p. 07). Interessante constatar em sua fala a presença do termo identidade em relação à escrita da história, o que não se restringiu apenas a mera retórica, tão usual entre políticos, mas se consolidou através de políticas públicas para a cultura.

estes veículos e suas respectivas direções – ou, dito de outra forma, das relações estabelecidas entre a diretora de *Blumenau em Cadernos*, Sueli Maria Vanzuita Petry, e os diretores dos periódicos. Caso do periódico *Rio do Sul - Nossa História em Revista*, que contou com esta historiadora em seu conselho editorial logo no primeiro número.

Sueli Maria Vanzuita Petry foi professora na graduação de História na Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB entre 1985 e 2013, participando na formação de muitos historiadores e historiadoras do Vale do Itajaí que atualmente são responsáveis por arquivos, museus, setores vinculados ao patrimônio e/ou à gestão cultural das cidades da região²⁶. Os laços entre ex-alunos e a professora se mantiveram fortalecidos para além da sala de aula, se estendendo para as atividades profissionais no cotidiano (como é perceptível em sua participação no conselho editorial de *Rio do Sul - Nossa História em Revista*, como já indicado). Na edição comemorativa de 45 anos de *Blumenau em Cadernos*, em 2002, o economista e também professor da FURB, Ivo Marcos Theis, então Presidente do Conselho Editorial de *Blumenau em Cadernos*, apontou:

Que nestes 45 anos a revista garantiu seu lugar na cabeceira de muita gente boa, que freqüenta muitas estantes e bibliotecas disputadas, isso está fora de dúvida. Aliás, acredite-se, *Blumenau em Cadernos* está fazendo escola. Pelo menos “*Rio do Sul: nossa história em revista*”, publicada pela Fundação Cultural de Rio do Sul, não esconde - aliás, se esforça para isso! - que quer se parecer quanto puder com sua homônima premiada. Não deve ser a única (Theis, 2002, p. 07).

Encorajando ou inspirando, fato é que Sueli Maria Vanzuita Petry e o modelo *Blumenau em Cadernos* margearam a construção de outros periódicos semelhantes, estes gerando leituras a respeito de cidades e comunidades que até então não eram contempladas por pesquisas históricas e eventuais publicações. Interiorizando as oportunidades do fazer historiográfico, estes periódicos atuam sobretudo em pequenas cidades do Vale do Itajaí. O que ficou evidenciado é a forma como, em mais de sessenta anos de uma escrita da história no Vale do Itajaí, o periódico *Blumenau em Cadernos* se efetivou como referência e vem gerando práticas de reflexão e análises sobre estas narrativas. Neste sentido, se faz necessário compreender estes lugares, práticas e escritas a partir dos quais é produzido *Blumenau em Cadernos*, notadamente

²⁶ Entre estes e estas profissionais podemos citar atualmente: Catia Dagnoni, Diretora do Departamento de História, Memória e Documentação da Fundação Cultural de Rio do Sul; Dioney Sartor, Técnico em Atividades Culturais – Patrimônio Histórico no Departamento de Cultura de Ibirama; e Luiz Cláudio Altenburg, Historiador do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá da Fundação Indaiáense de Cultura.

a partir do ano de 1997 e até o ano de 2019, período em que este foi publicado pela Fundação Cultural de Blumenau.

1.2 O PODER PÚBLICO E BLUMENAU EM CADERNOS – AS EDIÇÕES DE 1997: NOVOS OLHARES PARA UM VELHO PASSADO?

Depois de quarenta anos de publicação, em março de 1997 a revista *Blumenau em Cadernos* passou por uma reestruturação. O periódico iniciado por José Ferreira da Silva de forma individual e privada, sobrevivendo através de patrocínios, assinaturas e mesmo com subvenção da Prefeitura de Blumenau, passou a ser gerido diretamente pelo poder público municipal, com a Fundação Cultural de Blumenau se tornando a responsável pela revista. Provendo diversas alterações, a direção de *Blumenau em Cadernos* mudou. O cargo de diretor, inicialmente assumido por José Gonçalves, foi ocupado pela historiadora Sueli Maria Vanzuita Petry, a qual já era vinculada aos departamentos ligados ao patrimônio e arquivo histórico do município desde a década de 1970²⁷. O primeiro conselho editorial foi formado pelo antropólogo e professor da FURB, Sálvio Alexandre Müller, pelo memorialista Niels Deeke; pela radioamadora Alda S. Niemeyer e pelos professores da FURB Tadeu C. Mikowski e Cristina Ferreira, esta professora do curso de História (também mestrandona Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e historiadora da Fundação Cultural de Blumenau). Cristina Ferreira também atuou, neste primeiro momento, na diagramação e editoração.

Logo na parte inicial da primeira edição da nova fase, o então presidente da Fundação Cultural de Blumenau, Bráulio Maria Schloegel²⁸, fez alguns apontamentos. O presidente relatou as alterações promovidas na revista, sobretudo apontando-as como uma proposta do Conselho Municipal de Cultura, entre elas a constituição de um conselho editorial e a coordenação do periódico vinculada ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O presidente reiterou a missão do periódico, mas, em comparação com a fase anterior (compreendida entre

²⁷ Atualmente, o setor que engloba estas dimensões se chama Departamento de Patrimônio Histórico-Museológico. No entanto, independente das nuances e/ou nomenclaturas, aqui se refere ao fato de que a historiadora permaneceu, neste período pesquisado, à frente do departamento que no município de Blumenau centraliza os campos patrimonial, arquivístico e museológico, sendo uma referência nestas áreas, na região.

²⁸ Bráulio Maria Schloegel, formado em Museologia em 1972 e em Direito em 1976, foi o primeiro diretor da biblioteca da FURB, em 1968, ocupando este cargo até 1994. Nesta instituição atuou ainda como professor, membro do Conselho Editorial da Editora da FURB, diretor da Revista de Divulgação Cultural da FURB e do Núcleo de Atividades Culturais, alcançando o cargo de vice-reitor, entre 1982 e 1986, e aposentando-se em 1995.

os anos de 1957 até 1997 e marcada pelo esforço de afirmação do mito do imigrante fundador), um momento de inflexão surge, uma leitura de pluralidade para a história se faz presente: “Que a revista seja difundida para todos os moradores desta cidade. E sobretudo defende a imagem da cidade que é um extraordinário caldeamento sócio-cultural” (Schloegel, 1997a, p. 06).

Apesar deste movimento, inclusive ao descrever a cidade de Blumenau como um *extraordinário caldeamento sócio-cultural*, a apostila na diversidade cultural teve alguns reveses. Uma parcela dos patrocinadores de *Blumenau em Cadernos*, não corroborando com esta nova posição, preferiu deixar de patrocinar a revista, ou mesmo parcelas de leitores pararam de assiná-la (Silva, 2008). Em Santa Catarina, a historiografia deste período ficou marcada por diversas alterações, sobretudo no reconhecimento das ações no cotidiano em detrimento do “fato”, a voz das massas, dos até então chamados de excluídos em relação aos grandes homens, estes, entre outros, foram fatores que grafaram esta época (Wolff, 1994; Gonçalves, 2005). Fatores estes inflamados com o final da ditadura, a Constituição Cidadã e o surgimento de novos sujeitos a escreverem a história, os subalternizados.

Buscamos, neste subcapítulo, compreender como, a partir da gestão de *Blumenau em Cadernos* se dar pelo poder público, desde março de 1997, estabelecendo uma nova configuração, possibilidades foram moldadas (ou não) para que o sujeito indígena fosse descrito no periódico. De que forma a afirmação de uma identificação europeia, sobretudo alemã, se confronta com a representação do indígena no Vale do Itajaí, e como isso foi descrito na revista *Blumenau em Cadernos*? Até que ponto este *extraordinário caldeamento sócio-cultural*, ressaltado em 1997 pelo então presidente do Conselho Municipal de Cultura de Blumenau e da Fundação Cultural de Blumenau, realmente abarcou o indígena em *Blumenau em Cadernos*? E de que forma?

Na *Introdução* da edição de março de 1997, Sueli Maria Vanzuita Petry apresentou essa nova forma da escrita da história em *Blumenau em Cadernos*, isto em consonância com o comentário anterior de Bráulio Maria Schloegel. Tal qual este, quando falava em continuar a missão, mas também na diversidade cultural, a historiadora aponta os novos horizontes, dos quais a diversidade da cidade de Blumenau e do Vale do Itajaí no final do século XX já não poderiam mais ficar alheios; mas também buscou manter os leitores ainda ligados às tradições. Criou, assim, uma relação entre a missão da revista, idealizada por José Ferreira da Silva com os laços de tradições vinculadas ao imigrante europeu, e também os inegáveis sujeitos, temas e problemas históricos que pulsavam por serem pesquisados no Vale do Itajaí no final de século XX, sendo um dos conceitos mais veiculados e debatidos naquele período, o de globalização, e

suas consequências culturais. Seguindo nesta direção, a historiadora, em sua *Introdução*, apontou a nova fase do periódico como inevitável diante de novos questionamentos e novas metodologias de pesquisa em história: “Nossa proposta é reunir todos os interessados em participar dos novos paradigmas que norteiam os caminhos da atual historiografia” (Petry, 1997, p. 10). Mas considerou: “O momento presente nos coloca diante de perguntas cujas respostas podem e devem ser buscadas também em momentos passados. Por isso, a revista entra numa nova fase, sem perder as características que a identificam com o seu público” (Petry, 1997, p. 09). Abordando estes aspectos na nova fase da revista e vislumbrando abordagens metodológicas mais condizentes com o contexto histórico, este primeiro número (março de 1997) não trouxe menções aos indígenas.

Na edição seguinte, de abril, a presença indígena surgiu em três seções diferentes. Na seção *História e Historiografia*, com o texto *Um capítulo da história brasileira: Santa Catarina, tradição e atualidade à luz dos antigos planos imperiais*, de Maria Luiza Renaux (professora do curso de História da FURB e doutora em História), discutiu a formação do povoamento em Santa Catarina e descreveu a presença de grupos no interior do estado: “Apenas índios Xokleng, pertencentes ao grupo linguístico dos gê, vagavam naquele ermo” (Renaux, 1997, p. 11-12). Na seção *Pesquisas e Pesquisadores*, André Fabiano Voigt publicou o texto *A migração de alemães para o Vale do Itajaí (1838-1850), processo informal de ocupação de terras*; neste, o autor afirma que, “De acordo com o Relatório do então Presidente da Província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, em 1837, um ataque de indígenas afugentou vários colonos de seus estabelecimentos” (Voigt, 1997, p. 24). Mais adiante, na seção *Documentos Originais – Correspondências*, o periódico trouxe a tradução da carta de um imigrante chamado Franz Sallentien, de 24 de maio de 1855, endereçada aos seus irmãos que residiam na Alemanha. Franz, havia chegado em Blumenau logo em 1850, sendo um dos 17 primeiros imigrantes²⁹. Nesta carta, ele cita os indígenas chamando-os de bugres:

Anexo ainda, como pequena curiosidade, um cordão de bugre que foi morto nas propriedades de Blumenau. Eles usam estes cordões no tornozelo provavelmente para não torcer os pés quando pulam. Vocês vão admirar também o firme, mas lindo trançado do arco e flecha que perderam na perseguição (Sallentien, 1997, p. 49).

²⁹ Algumas publicações trazem o nome Francisco Sallenthien, mas, independentemente das divergências na escrita, se trata do mesmo imigrante.

É assim que *Blumenau em Cadernos* dá início a esta nova fase para com o indígena. O sujeito indígena surge, mas não como objeto central de pesquisa, apenas como sujeito atrelado ao movimento da colonização, agindo apenas de forma reativa.

Na edição número 07, de julho, a Barragem Norte surge como elemento vinculado ao povo indígena Laklänõ³⁰. Na seção *Artigos*, o geógrafo Nilson Cesar Fraga publicou *A Barra do Rio Dollmann dá lugar a uma barragem que promete segurança ao Vale do Itajaí*. Neste texto, o autor relatou as dramáticas formas de estruturação da ocupação do território em torno da Barra do Rio Dollmann³¹, além do contato forçado em décadas de violência gerada pelo Estado e a acomodação de vários grupos étnicos na região, tornando a Barra Dollmann um verdadeiro Balcã; além dos Laklänõ, cafuzos e imigrantes europeus e seus descendentes ocuparam a região. Nas palavras do autor, “não foram poucos os conflitos entre os índios da Reserva Duque de Caxias e os outros habitantes da Barra do Rio Dollmann. Os habitantes mais antigos cultuam até os dias atuais aqueles momentos de tensão. Alguns trazem no corpo marcas de flechadas” (Fraga, 1997, p. 25)³². É desta forma que o autor atualiza os sentidos do passado – sobretudo as relações tensas entre os colonizadores, bugreiros e os conflitos com os indígenas, trazendo para o momento presente (final da década de 1990) as memórias de conflitos que dimensionaram o território na região do Vale do Itajaí, bem como as efervescências destas memórias. O autor relata, sobretudo, o transcurso de construção da Barragem Norte, e com isso a chegada de trabalhadores de diversas partes do Brasil, o crescimento do local do ponto de vista populacional de maneira vertiginosa e as alterações sociais promovidas em função desta construção. Neste novo formato editorial, a partir de março de 1997, este pode ser compreendido como o primeiro texto de pesquisa publicado na revista *Blumenau em Cadernos* que de alguma forma discutiu a realidade do povo Laklänõ. Neste texto, Nilson Cesar Fraga inaugurou uma ótica mais voltada para os desafios do indígena, ou uma forma de pensar e ver a questão indígena por dentro³³.

³⁰ Situada no território do município de José Boiteux, tal barragem foi construída entre os anos 1970 e entregue à comunidade nos anos 1990. No entanto, ao represar as águas, uma área entre 700 e 900 hectares com frequência passa a ser inundada dentro da Terra Indígena Ibirama La-Klanõ. A barragem também promoveu diversos outros problemas sociais e ambientais para o referido povo indígena desde o início da sua construção. Para maiores detalhes, ver Santos (1973) e Müller (1987).

³¹ Atualmente esta localidade se configura como pertencente à Terra Indígena Ibirama La-Klanõ na Aldeia Kóplág. Kóplág significa Barragem.

³² Conforme indicado na Introdução, o processo de Contato se deu em 1914; em 1926 foi oficialmente criada a Reserva Indígena Duque de Caxias, atualmente denominada Terra Indígena Ibirama La-Klanõ.

³³ No ano seguinte, o geógrafo publicou, em *Blumenau em Cadernos*, os artigos *Schwinden: uma família de imigrantes* e *Os cafuzos de José Boiteux: reflexões sobre uma comunidade nos 150 Anos de colonização no Vale do Itajaí*, passando assim a pesquisar diversos grupos na região: imigrantes, cafuzos e indígenas. O autor publicaria em 2000, juntamente com Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart, *Vale do Índios – Vale dos Imigrantes*.

Se o texto de Nilson Cesar Fraga publicado na revista em julho de 1997 poderia despertar interesse pelo contexto indígena atual, que sofre sistemáticas ações de esbulhos de suas terras e das inundações ocasionadas após a construção da Barragem Norte, na edição seguinte, de agosto de 1997, a forma de descrição do indígena retornou para os estereótipos negativos e congelados do passado, do século XIX. Na seção *Documentos Originais - Periódicos*, apresenta-se texto do imigrante russo, Andreas Kinas, que viveu na localidade de Rafael, em Ibirama, no início de 1909, e que descreveu os indígenas como bugres que molestavam os colonos, inclusive relatando uma morte que teria sido ocasionada pelos indígenas. Texto este já publicado no ano de 1965, o que é sinalizado por *Blumenau em Cadernos* logo de início.

O imigrante russo, além de depreciar a imagem do indígena, utilizou a mesma balança para enaltecer o indivíduo que esteve à frente dos projetos de colonização, e que podemos delimitar como *homem branco*. Pois, ao reforçar estereótipos negativos para o indígena, enalteceu o mito fundador do imigrante europeu, ao relatar que Eduardo de Lima e Silva Hoerhann foi o único capaz de contornar a situação de conflito entre colonos e indígenas. Para tal, Andreas Kinas assim descreveu Hoerhann,

[...] Eduardo Hörhann instalou um posto no Rio Plate, na desembocadura do Alto Rio Hercílio, onde após vários anos de intenso trabalho e muita privação conseguiu demarcar a reserva indígena, domá-los, educá-los para o trabalho e introduzi-los à civilização. Somente a ele cabe o agradecimento e mérito de ter dominado o perigo indígena e assim todos os moradores do Vale do Itajaí e regiões vizinhas até o planalto, puderam viver em paz, sem estar correndo risco de vida (Kinas, 1997, p. 45).

Neste fragmento, percebe-se como Kinas se utilizou dos termos “trabalho” e “privação” para se referir a Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e “civilização” e “doma” para se referir ao indígena. Já na edição de outubro de 1997, na seção *História e Historiografia*, há a descrição de uma experiência vivenciada pelo explorador alemão, Gunther Plüschow, que em 1928 realizou uma expedição ao continente sul-americano com passagens pelo Vale do Itajaí e visitou os indígenas em contato com Eduardo de Lima e Silva Hoerhann³⁴. Nesta passagem, suas

³⁴ Financiado pela revista alemã, *Berliner Illustrierte Zeitung*, Gunther Plüschow realizou uma expedição no período de 1927 e 1929 durante a qual, entre outros lugares, percorreu o Vale do Itajaí, e terminou na Terra do Fogo. Esta expedição produziu um documentário de longa-metragem *Silberkondor über Feuerland* (O condor de prata na Terra do Fogo) e uma publicação em formato de livro de nome homônimo. No entanto, para as pretensões desta pesquisa, foi analisado somente este texto em *Blumenau em Cadernos*.

anotações foram publicadas no periódico blumenauense, e descrevem aspectos contrastivos das relações entre os imigrantes alemães e seus descendentes (que criaram a pujante cidade de Blumenau através do trabalho árduo) e o que ele próprio denominou de violentos indígenas (Plüschor, 1997).

Na última edição de 1997, edição número 11/12, de novembro/dezembro, na seção *Documentos Originais*, o periódico trouxe trechos da publicação *Cavalgadas e impressões no Sul do Brasil*, de Wilhelm Lacmann, que relatou sua viagem por algumas colônias alemãs do Sul do Brasil. Deu-se destaque para a parte da viagem de São Bento até Blumenau, isso entre os anos de 1903 e 1904, um período crítico para os Laklänõ, com violências e estigmas que duravam décadas e que culminariam com a Pacificação de 1914. A violência e a banalização da vida indígena são tão marcantes e cotidianas que o autor as descreveu da seguinte forma: “[...] ainda não está decidido se a morte de um índio não em defesa própria é considerada crime de morte. E o relacionamento entre os brancos e os de raça vermelha deve ser considerado estado de guerra permanente” (Lacmann, 1997, p. 55).

Ao término desta edição, Bráulio Maria Schloegel apresentou o texto *Blumenau em Cadernos 40 Anos*, onde apontou de forma reflexiva a importância da publicação e demonstrou, principalmente, na produção histórica do periódico, o seu alinhamento ao ideário inicialmente proposto pelo seu fundador e primeiro editor, José Ferreira da Silva,

Blumenau em Cadernos é uma revista aberta a todos aqueles que se preocupam com a memória de nossa região. É uma publicação referencial, à altura dos ideais de José Ferreira da Silva que, há 40 anos deste século, semeou fundamentos para a historiografia da nossa terra. Durante 40 anos desfilaram, ao longo das milhares de páginas de Blumenau em Cadernos, nomes de famílias que foram construindo, pouco a pouco, a nossa cidade. Pessoas que do trabalho compuseram suas próprias histórias, hoje inseridas no quadro maior que é a cidade em si (Schloegel, 1997b, p. 67).

Assim foi concluído o primeiro ano do novo projeto editorial de *Blumenau em Cadernos*, distante do que havia proposto em março, se aproximando mais do ideário estabelecido por José Ferreira da Silva, que buscou enaltecer os feitos dos imigrantes europeus, do que de um ideário voltado para a diversidade cultural. Ao analisar estas edições de *Blumenau em Cadernos* se evidenciou o surgimento de novos elementos na historiografia – métodos, autores, recortes, enfim, estes serão abordados na sequência.

1.3 LEMBRAR, COMEMORAR, DOCUMENTAR E FESTEJAR?

Este subtítulo é inspirado na afirmação de Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 104), “[...] Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar”, em que a autora se refere à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em um contexto pós-independência do Brasil, e as tramas para a escrita de uma história que se pensava a partir de então. Ainda para a autora,

Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar (Schwarcz, 1993, p. 104).

Tal afirmação nos remete a um singular questionamento, em se tratando de *Blumenau em Cadernos*: o que havia para ser lembrado, comemorado, documentado e festejado entre o final do século XX e início do século XXI? Às portas do terceiro milênio, diversas foram as ações comemorativas em todo o mundo. No Brasil, esta data coincidiu com o que se convencionou chamar de 500 anos da invasão/descoberta do atual território brasileiro, e para tal, criou-se um evento nacional denominado *Brasil 500 anos*, com comemorações culminando no ano 2000, no dia 22 de abril, data da chegada dos portugueses em território hoje brasileiro, no ano de 1500. Momento também de embates em torno da memória e suas representações, os próprios conceitos de descoberta e invasão foram arenas de disputas, inclusive reverberando em diversas esferas sociais³⁵. No contexto regional, tomado por leituras sobre o passado alusivas à virada de século e também a datas comemorativas (sendo que Blumenau comemoraria seu sesquicentenário em menos de um ano, em 2 de setembro de 2000), a edição número 10 de 1999 de *Blumenau em Cadernos* foi elaborada para ser especial, dedicada ao centenário da morte de Hermann B. O. Blumenau, fato descrito na *Apresentação* da revista:

Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, o fundador de nossa cidade, faleceu em 30 de outubro de 1899, em Brunswick, na Alemanha. Em sua homenagem, a revista “Blumenau em Cadernos”, visando marcar este centenário de falecimento, organizou

³⁵ Antecedendo a estes conflitos, a publicação *A outra margem do Ocidente*, organizada por Adauto Novaes, trouxe textos de vários autores, entre eles Ailton Krenak e David Kopenawa, se antecipando aos debates do 22 de abril de 2000 e propondo reflexões.

esta edição especial, que procura destacar as experiências por ele vivenciadas (Blumenau em Cadernos, 1999, p. 05).

Ao longo desta edição, foi publicada uma biografia deste imigrante, e que, para aquela diretoria/conselho editorial, foi compreendida como a mais fiel:

Feito um estudo em torno das várias biografias produzidas sobre o homenageado, chegou-se à conclusão que o texto, de autoria do Dr. Karl Fouquet, publicado no livro do “Centenário de Blumenau”, ilustra o personagem com grande probidade e revelase, na opinião da própria bisneta de Hermann Blumenau, sra. Jutta Blumenau-Niesel, “uma biografia verdadeiramente informativa, pois encontra-se fundamentada na investigação de dados objetivos e baseada em vastos conhecimentos demonstrados pelo autor” (Blumenau em Cadernos, 1999, p. 05).

Dentre os diversos textos sobre a vida de Hermann B. O. Blumenau foi eleito o do Dr. Karl Fouquet³⁶ (originalmente publicado na década de 1950, por ocasião do centenário de fundação da Colônia Blumenau), que já havia publicado o *Centenário de Blumenau*. Entre outros autores que biografaram Hermann B. O. Blumenau consta o próprio José Ferreira da Silva, em 1933, com o *Doutor Blumenau*. Neste texto de Karl Fouquet, o autor enalteceu os feitos do imigrante alemão, entre eles o desafio de superar os indígenas com seu projeto colonizador:

Daí a razão por que se impunha, sem dúvida alguma, a necessidade de introduzir trabalhadores livres, e porque a proposta do Dr. Blumenau era extraordinariamente importante para a Província. Significava ela um aumento da população, um empreendimento de interesse vital, o rechaçamento dos índios, a lavragem de terras incultas, incremento da produção agrária, animação de mercado e, concomitantemente, o desenvolvimento do artesanato e da indústria (Fouquet, 1999, p. 38).

Neste fragmento, observam-se as diversas articulações que estiveram envolvidas no projeto de fundação da Colônia Blumenau; estas perpassam a atração de imigrantes europeus,

³⁶ Filho do imigrante alemão Eugen Fouquet, Karl Fouquet, nascido em Blumenau em 1897, com formação acadêmica em universidades alemãs e com titulação de doutorado, esteve associado a instituições como o Instituto Hans Staden e a Fundação Martius; cofundador da Biblioteca Alemã e Portuguesa, entre suas publicações consta Dr. Hermann Blumenau (Blumenau em Cadernos, 1999).

a adoção do trabalho livre, o trabalho em terras ditas incultas, a ampliação da produção agrícola, com animação do mercado e o que o autor chamou de “rechaçamento dos índios”. Conclui o autor sobre a relação entre o Dr. Blumenau e os indígenas:

Como ocorrera em relação às asperezas da região inculta, o Dr. Blumenau havia subestimado também o perigo representado pelos aborígenes. Não eram Comanches guerreiros, não eram índios do Texas, porém legítimos filhos da floresta virgem, que, à sua maneira, defendiam dos adventícios intrusos a terra ancestral, por meio de incursões e assaltos aos colonos que habitavam em lugares isolados. A primeira incursão deu-se a 28 de dezembro de 1852, no ribeirão da Velha. Seguiram-se, até 1883, no tempo do Dr. Blumenau, no mínimo ainda 11 incursões e, posteriormente, até a pacificação do último bugre por Eduardo Hoerhann da Silva, no ano de 1914, pelo menos mais de 48 ataques em toda a região do município, sem mencionar os desassossegos que se estendiam, às vezes, por semanas e meses: Foram mortos, ao todo, 41 brancos e feridos 22, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente, em consequência dos ferimentos recebidos. Perderam-se rebanhos inteiros de gado vacum e equino (Fouquet, 1999, p. 58)³⁷.

Ao descrever os embates entre imigrantes europeus e indígenas, o autor, ainda que afirme que os indígenas *defendiam dos adventícios intrusos a terra ancestral*, pontuando como ancestralmente viviam na região, denotando a invasão, entende que essas defesas foram efetuadas pelo então denominado *bugre*, logo após usar o termo *assaltos*; evidencia a quantidade de *brancos* mortos e omite a quantidade de indígenas mortos, estes que promoviam “desassossegos” no Vale do Itajaí, levando os *brancos* a perderem rebanhos de bovinos e equinos.

Que Karl Fouquet, blumenauense e doutor, fundador do Instituto Hans Staden, em São Paulo, em 1938 (além de possuir vínculos com outras instituições germanófilas), tenha construído uma narrativa voltada para o engrandecimento da figura do “Dr. Blumenau” na década de 1950 não seria novidade, mesmo que, para tal, realizasse uma desqualificação do indígena, em meio à construção de mitos e enaltecimento de grandes personagens que marcou a historiografia deste período em todo o Brasil. Mas cabe considerar que *Blumenau em Cadernos* já havia passado pelo procedimento de alteração de sua publicação, a partir de março de 1997, visando assim uma história mais plural e inclusiva.

³⁷ Inclusive, ao longo do seu texto, o autor aponta que em 1845 o então jovem Hermann B. O. Blumenau chegou a se encontrar com Carl Friedrich von Martius, este, reconhecido botânico bávaro que, explorando as florestas do Brasil décadas antes de Hermann B. O. Blumenau, foi reconhecido por ser o vencedor do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1845, publicando *Como se deve escrever a História do Brasil*. O Ribeirão da Velha desagua no Itajaí-Açú, sendo em suas margens que as primeiras habitações referentes à colonização foram levantadas a partir de 1850.

A prática de apresentar datas comemorativas e escolher quais destas datas e quais sujeitos deveriam ou não serem lembrados não é incomum nas páginas de *Blumenau em Cadernos*; na verdade, é rotineira. Em 1969, José Ferreira da Silva trouxe, na edição número 12, de dezembro, o texto intitulado *No Sesquicentenário do Dr. Blumenau*, oportunidade em que o periódico já havia apresentado breve biografia do fundador da Colônia Blumenau. Estas comemorações transcendiam o periódico *Blumenau em Cadernos* e foram materializadas na forma de eventos, outras publicações e, inclusive, na criação de um instituto – o Instituto Blumenau 150 Anos³⁸. Eventos estes ocorrendo em Blumenau de forma quase simultânea ao evento *Brasil 500 anos*. Neste sentido, é de suma importância compreender a ligação de *Blumenau em Cadernos* com estes eventos, publicações e com os sujeitos que, em Blumenau, se manifestaram nestas comemorações.

Os eventos alusivos ao centenário de falecimento de Hermann B. O. Blumenau seguiram, e no dia 30 de outubro de 1999 ocorreu uma solenidade para cunhar a imortalidade deste imigrante. Criada pelo Instituto Blumenau 150 Anos e realizada no Teatro Carlos Gomes, no centro de Blumenau, a solenidade foi apoiada pela Fundação Cultural de Blumenau e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC. Nesta oportunidade, Theobaldo Costa Jamundá realizou o que o periódico denominou como *fala*, sendo transcrita e publicada na edição de novembro/dezembro de *Blumenau em Cadernos* com o título de *Prosit! Herr Doktor Blumenau*.³⁹ Nesta sessão *fala*, realizada em 30 de outubro de 1999, Theobaldo Costa Jamundá trouxe uma leitura um tanto peculiar, que destoa dos demais textos analisados em *Blumenau em Cadernos* nesta edição, e que diz respeito à maneira de descrever o colonizador Hermann B. O. Blumenau e a colonização em si (e, por consequência, esta relação com os indígenas). Apesar de trazer a lógica binária de civilizado e incivilizado para descrever o imigrante europeu e o indígena, e mais do que isto, impor um sistema de valor assimétrico – que pode ser sintetizado na afirmação “Quem dispunha da linguagem civilizadora era o civilizado” (Jamundá, 1999, p. 74) –, esta *fala* teve como fio condutor a distribuição da culpa pela violência ocasionada para com os indígenas no transcurso da colonização. Na virada do

³⁸ O Instituto Blumenau 150 Anos possuiu sede no então “Castelinho da Moellmann”, na Rua XV de Novembro, centro de Blumenau. Atualmente ocupado por uma loja de departamentos, este imóvel icônico se situa próximo às margens do rio Itajaí-Açú e a Rua XV de Novembro.

³⁹ Theobaldo Costa Jamundá nasceu em 1914 no Recife-PE, e faleceu em Blumenau em 2004. Hoje descrito como jornalista, poeta e historiador, passou a residir no Vale do Itajaí a partir da década de 1940, fixando-se em Blumenau e Indaial, contribuindo com pesquisas históricas. Dá nome ao Arquivo Histórico de Indaial e tem, entre suas publicações, *Um alemão brasileiríssimo, o Dr. Blumenau*. Sócio emérito do IHGSC, cadeira número 5 da Academia Catarinense de Letras, conheceu José Ferreira da Silva no ano de 1939 (Jamundá, 1997). Entre outras publicações de Theobaldo Costa Jamundá, em *Blumenau em Cadernos*, há uma homenagem ao próprio José Ferreira da Silva na edição de 1997, em comemoração aos cem anos de nascimento deste último.

século XX para o XXI, a distribuição da culpa passou a fazer parte da descrição do passado, ao menos na *fala* de Theobaldo Costa Jamundá naquela oportunidade. Opção que destoa dos demais autores que seguem as comemorações, sobretudo no ano posterior.

Para Jamundá, Hermann B. O. Blumenau não poderia carregar sozinho o fardo de promover atos de violência em sua campanha de colonização – transferindo essa responsabilidade em parte para os demais imigrantes, em parte para os gestores da Província de Santa Catarina, uma vez que a estrutura da colonização e a relação com os indígenas se deram a partir de opções tomadas por centros de decisão distantes do Vale do Itajaí. Theobaldo Costa Jamundá apontou que a liberdade do indígena e a do dito civilizado dependiam do imigrante europeu, com a responsabilidade de construir o que ele denominou de convivência: “[...] o xokleng era nômade nativo na floresta. Ao civilizado cabia a invenção de uma convivência” (Jamundá, 1999, p. 74). Mas o autor ainda lançou mão de alguns dados, deslocando a parcela maior das responsabilidades para o governo da Província de Santa Catarina, este convedor da geografia local e da presença da população indígena. Relatou o autor que a imigração alemã em Santa Catarina já era uma realidade nas quase três décadas anteriores à fundação da Colônia Blumenau; sendo assim, a presença indígena não era uma novidade para o governo provincial. As ações realizadas em função da colonização, culminaram com o destino catastrófico que se abateu sobre o povo Laklânõ no Vale do Itajaí, o que, para o autor, teria sido uma mancha sobre a biografia do próprio Hermann B. O. Blumenau. Alguns textos em edições posteriores, entre eles do próprio Hermann B. O. Blumenau, podem demonstrar esta preocupação de Theobaldo Costa Jamundá para com a imagem do colonizador europeu e a violência perante o indígena. Fato que levou Jamundá a manter certa preocupação com a memória do colonizador e a forma como os seus feitos seriam solidificados ao longo do tempo, caso a culpa pelos conflitos entre imigrantes europeus e indígenas recaísse apenas sobre Hermann B. O. Blumenau, o que ficou explícito na *fala*:

E assim fica na História, está na História e nela permanece. As escolas catarinenses de todos os graus: o Xokleng foi uma vítima do civilizado. E porque *Herr Doktor* Blumenau era o líder, sobre ele de modo virtual cai a culpa. *Convenhamos com bom senso e de cabeça fria: o peso-carga de toda culpa deve ser distribuído* (Jamundá, 1999, p. 74).

O historiador trouxe dois aspectos para sustentar sua colocação: “Um detalhe alivia a culpabilidade do alemão de Hasselfelde. Este detalhe é formado por duas parcelas: (1) *A polícia*

provincial foi utilizada no enxotamento do Xokleng; (2) A intelectualidade e os religiosos da sociedade catarinense ignoraram o assunto” (Jamundá, 1999, p. 75). Uma dúvida paira no ar: esse posicionamento do autor teria sido influenciado pelo movimento *Brasil 500 anos*, que pretendia realizar uma reflexão sobre os quinhentos anos de invasão/descobrimento do Brasil, isto a começar pela terra natal de Jamundá, o Nordeste brasileiro? Para o autor:

[...] pelos abeiramentos das águas correntes o Xokleng era liberto como os pássaros, as feras, os insetos e o pólen das flores. E com o Xokleng o alemão de Hasselfelde conflitou. O conflito caracterizou uma fragilidade, uma competência num doutor em Filosofia, e na ética da religiosidade. A fragilidade é aguda e ressoa. Ressoa porque o alemão de Hasselfelde é civilizado e de fé em Deus; os imigrados de sua colônia, igualmente, civilizados com efetivas práticas religiosas; o Xokleng era nômade nativo na floresta. Ao civilizado cabia a invenção de **uma convivência**. O Xokleng vivia a selvageria permitido por Deus. A criatura da selva era secular quando o imigrado chegou. Quem dispunha da linguagem civilizadora era o civilizado. E o porquê não usou tal linguagem, revelou-se numa fragilidade humana e por incompetência de relacionamento (Jamundá, 1999, p. 74).

A narrativa de Theobaldo Costa Jamundá possuiu um duplo efeito: se por um lado pretendeu dividir a culpa pelos atos violentos que a colonização gerou para com as populações indígenas, por outro, também apontou o peso da responsabilidade de Hermann B. O. Blumenau em relação ao trato com o indígena. Este fato é evidenciado quando Hermann B. O. Blumenau por várias vezes solicitou ao presidente da Província de Santa Catarina a presença de batedores de mato em sua colônia, para promover o confrontamento com o indígena, como será analisado mais adiante. Jamundá lançou mão de um último argumento: a fé. Sendo Hermann B. O. Blumenau luterano, “[...] praticante de ética protestante indicente na criatura humana: não entendeu o Xokleng como criatura humana [...]” (Jamundá, 1999, p. 75). Por fim, o historiador deu sua última cartada, procurando realizar um balanço dos prós e contras da obra colonizadora que ultrapassou as adversidades,

Se esta fragilidade ficou, ficaram também as potencialidades da predestinação. A fragilidade não foi pequena, porém a predestinação foi ímpar. Ela possibilitou que ultrapasse: o poder capitalista e político dos bremenses e hamburgeses financeiros e negociantes da emigração; ultrapassou também o racismo do conde Gobineau, à época propagando que a “*Kolonie Blumenau*” era de hereges; ultrapassou todas as limitações discriminantes, inclusive as do governo da Província (Jamundá, 1999, p. 75).

De forma hábil, Theobaldo Costa Jamundá procurou dividir a culpa, ato este que não isenta Hermann B. O. Blumenau das ações violentas para com os indígenas. Se o historiador chamou a atenção da gestão da Província de Santa Catarina, não se privou de deixar evidente as responsabilidades do empreendedor da Colônia Blumenau, não se esquivou de apresentá-lo como sujeito que, sendo ele o “civilizado”, poderia ter utilizado da “linguagem civilizadora” como método de se efetivar a prática colonizadora. Isto tudo dentro da solenidade criada para grafar a sua imortalidade, no contexto em que, como já referido, foi criado o Instituto Blumenau 150 Anos.

Neste instituto, Sueli Maria Vanzuita Petry assumiu a Comissão de Cultura e Cristina Ferreira, a Coordenação Geral da Subcomissão de Publicações. Dentre diversas realizações, foi publicado *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*, organizado pelas historiadoras citadas. Nesta obra bilíngue (português e alemão), as organizadoras trouxeram para o público, duas publicações do próprio Hermann B. O. Blumenau: de 1850, *Sul do Brasil em suas relações à emigração e colonização alemã*, e de 1851, o *Guia de instruções aos emigrantes para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Na *Introdução*, que as organizadoras assinaram juntamente com Bráulio Maria Schloegel, este na condição de Presidente da Fundação Cultural de Blumenau e Secretário do Instituto Blumenau 150 Anos, destaca-se:

No ano 2000, além de assinalarmos os 500 anos da História do Brasil, em Santa Catarina comemoramos os 150 anos de fundação da cidade de Blumenau. Este é um momento de reflexão, que está intimamente ligado à nossa história regional e constitui-se também em oportunidade para reavaliarmos os sonhos e expectativas de Hermann Bruno Otto Blumenau e dos pioneiros imigrantes do Vale do Itajaí no início da colonização desta região (Schloegel; Ferreira; Petry, 1999, p. XIX).

Para os autores, estes sonhos e expectativas a serem reavaliados a partir das vozes de Hermann B. O. Blumenau e dos pioneiros imigrantes não incluíram a perspectiva indígena⁴⁰. Seguindo esta toada das comemorações, *Blumenau em Cadernos*, na edição 03, de março de

⁴⁰ Uma aproximação com o sujeito indígena na época desses eventos se resume ao texto *Bugres: As notícias correm!* de Rosilene Maria Alves. Este se encontra como capítulo na publicação, no ano 2000, de *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*, com organização de Cristina Ferreira e Meri Frotscher e promoção do Instituto Blumenau 150 Anos. O foco desta tese não contempla a análise destas publicações, e sim *Blumenau em Cadernos*, mas a criação deste instituto envolveu eventos e a publicação de *Um alemão nos trópicos* e, neste contexto, as publicações se entrelaçaram. Não por acaso, envolvendo os mesmos sujeitos que encabeçaram o periódico enquanto direção, conselho editorial e a Fundação Cultural de Blumenau, o que merece esta análise, mesmo que breve.

2000, na seção *Documentos Originais – Artigos*, trouxe texto publicado por Eugen Fouquet no jornal *Der Urwaldsbote*, em 1913, embora a revista não tenha feito menção de autoria⁴¹. Na revista, ganhou versão bilíngue (português-alemão) esse texto originalmente publicado apenas em alemão, um ano antes da Pacificação e marcado pelo calor do momento, com seus conflitos alimentados pelo histórico de violência na região. Com o título *Os resultados da catequese dos índios em Santa Catarina*, nele o autor faz severas críticas à catequização de indígenas. Entretanto, chamam a atenção as notas iniciais que antecedem e apresentam tal texto, as quais também não apresentam autoria, mas pelo seu teor, é de se supor que sejam suas⁴²:

No momento em que vivemos a passagem dos 500 anos do Brasil, nada mais oportuno do que publicar um texto que venha facultar aos estudiosos e leitores os mais diversos olhares sobre um período significativo da nossa história regional, que diz respeito ao aldeamento dos nativos da região e os consequentes conflitos gerados entre “catequizadores”, colonos e indígenas. O texto foi publicado originalmente em língua alemã e impresso no Jornal “Der Urwaldsbote”, na edição de 9 de novembro de 1913. No mesmo ano, as oficinas do Jornal “Der Urwaldsbote” editaram um opúsculo em língua portuguesa e através do discurso do autor pode-se aferir diferentes situações que o conduziram a denunciar os vários saques e mortes feitos pelos nativos, bem como as inquietações que perseguiam os colonos (Blumenau em Cadernos, 2000, p. 07).

Esta edição de *Blumenau em Cadernos* apontou o referido texto de 1913 como oportuno para as reflexões dos 500 do Brasil, mesmo que os termos associados aos indígenas girem em torno de crimes, homicídios e roubos:

Há exatamente três anos, se nos oferece o ensejo de observarmos os efeitos da catequese dos índios em Santa Catarina. Vimos que durante este tempo gastou-se inutilmente muito dinheiro. Nem um só índio deixou-se domesticar e converter à civilização. [...] Portanto, a catequese não consegue exhibir resultados positivos, e os resultados negativos são ainda maiores. Neste particular, os assaltos dos selvagens se tornaram mais freqüentes em comparação com os tempos passados e, os índios cientes de sua imunidade, estão dia a dia mais insolentes [...]. Os presentes que receberam em

⁴¹ A autoria foi confirmada em contato com funcionária do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. De família abastada, o alemão Eugen Fouquet teve acesso a boa educação na Alemanha; formado em direito, migrou para o Brasil no final do século XIX e, aportando em Blumenau em 1893, iniciou uma carreira de caixeiro-viajante. Em 1898, entrou para a redação do jornal blumenauense *Der Urwaldsbote*, no qual permaneceu por três décadas (Kilian, 1978). Emaranhando-se na vida política regional, mesclando suas publicações e suas ações cotidianas, foi ferrenho defensor do extermínio indígena no Vale do Itajaí.

⁴² Sabendo da autoria de Eugen Fouquet, este texto está assim descrito na citação direta, nas referências e no Quadro II da tese. Já em relação ao texto de apresentação, como não há indicação de autoria, mesmo supondo-se ser da direção de *Blumenau em Cadernos*, tanto nas referências como na citação direta se conservou a indicação Blumenau em Cadernos.

abundância, não aplacaram seu furor, mas sim os incitaram a cometer sempre novos crimes. Se os índios recebem presentes, por cada homicídio, por cada roubo, é claro que vêm nisso um convite para continuar sua atividade criminosa, assim recompensada. [...]. O fiasco da catequese é inegável e, a indignação do povo contra os catequistas é cada vez maior. Com exceção de poucos indivíduos, que tiram proveito da Proteção aos Índios ou apresentam sintomas de anormalidade mental, toda Blumenau está convencida de que a catequese por um lado é inútil e, por outro, é nociva (Fouquet, 2000, p. 09)⁴³.

O jornal *Der Urwaldsbote*, editado em Blumenau, foi um grande veículo de circulação de informação na região neste período, e foi um dos mais incisivos ao se posicionar de forma contrária aos indígenas em suas publicações.⁴⁴ Neste sentido, não é novidade tal periódico trazer este teor de matéria, mas se ressalta a opção feita pelo conselho editorial de *Blumenau em Cadernos*, que apresentou o texto de *Der Urwaldsbote* no ano 2000, para as reflexões/comemorações dos 500 do Brasil, como oportuno. Nesta edição, não há nenhuma entrevista com qualquer indígena, por exemplo. Em 22 de abril seriam então comemorados os 500 anos de Brasil, e em todo o país, principalmente na costa baiana, epicentro das comemorações, as manifestações indígenas se tornaram uma constante, como contraponto às comemorações oficiais. Fato este que aponta que, na esfera nacional, a disputa pela narrativa e suas representações já estavam dadas; os embates em torno de uma única perspectiva sobre o passado, este conciliador, apresentando um indígena que junto ao português e ao africano construiu o país, já não poderia fazer ressonância.

Os textos de Eugen Fouquet publicados na revista no ano 2000 foram originalmente escritos em períodos muito sensíveis, que antecederam a Pacificação e oriundos do jornal *Der Urwaldsbote*. Em resposta ao jornal *O País*, que havia feito críticas ao seu posicionamento

⁴³ Para Antônio Carlos de Souza Lima, os *presentes*, ou *brindes*, pequenos objetos que poderiam ser ferramentas, utensílios de tecido, dependendo da disponibilidade e do local, estão inseridos no contexto do que o Serviço de Proteção aos Índios nomeou como campanhas de Pacificação, e para tal, foram oferecidos aos indígenas em seus territórios dentro de um conjunto de ações que o antropólogo nomeou de táticas de atração: “Presentes (nos diversos sentidos do termo) em todos os quadrantes, os pacificadores docilizam a violência do embate” (Lima, 1995, p. 171). Em se tratando da realidade Laklânô, os presentes não se limitaram somente a servir como elemento de atração. Após a Pacificação de 1914, a oferta de presentes se mantinha como forma de promover uma aproximação: ao visitar o posto Duque de Caxias, logo após a Pacificação, o padre polonês, João Komínek, da região que atualmente abriga o município de Itaiópolis, prometeu, em momento oportuno, levar alguns Laklânô para conhecer a localidade da sua paróquia e dar-lhes presentes. Neste ato, além dos presentes, os indígenas conheciam instituições como a igreja, a escola e o governador do estado, Adolfo Konder, que lhes mandou dar cachaça, pedido negado pelo padre (Wachowicz, 1967).

⁴⁴ Entre o final do século XIX e início do século XX, os jornais foram arenas dos ferrenhos debates quanto à posição a ser tomada sobre os indígenas no Vale do Itajaí. Dentre os autores que mais publicaram de forma incisiva contra os indígenas no jornal *Der Urwaldsbote* se encontra o próprio Eugen Fouquet. No jornal *Blumenauer Zeitung*, o médico alemão Hugo Gensch publicava textos pregando ação mais branda, entre estas, adoções de crianças indígenas. Para mais detalhes, ver Alves (2000).

frente aos indígenas, Fouquet publicou, em 1912, “*O País*” e a catequese dos índios, texto este republicado na edição número 04 de *Blumenau em Cadernos*.⁴⁵

Como a historiografia regional comprehende a data de 2 de setembro de 1850, quando houve a chegada de 17 imigrantes europeus, como a data de fundação da Colônia Blumenau, as edições 9 e 10 foram conjuntas, compondo uma edição especial. Esta foi integrada por três textos: o texto inicial, escrito pelo próprio Hermann B. O. Blumenau em 1850 e endereçado ao presidente da Província de Santa Catarina, acerca da política de imigração de europeus para o Sul do Brasil (intitulado, *Dr. Blumenau e sua proposta de colonização*); um texto de José Ferreira da Silva, *História de Blumenau*, este publicado originalmente na publicação do Centenário de Blumenau, onde o autor realizou um apanhado histórico sobre o período de 1850 a 1950; e para finalizar, texto em que Sueli Maria Vanzuita Petry discorre sobre o período de 1950 até o ano 2000, intitulado *Blumenau e sua contemporaneidade*, e que não promoveu diálogo com a questão indígena.

O texto de Hermann B. O. Blumenau, com seus apontamentos sobre a implementação de uma colônia de imigrantes europeus no Sul do país, possuía uma parte dedicada aos indígenas – *Quartéis contra Índios Bugres*, e esta trouxe a seguinte determinação:

Enfim pertence ainda indispensavelmente p^a. cá o estabelecimento de uma linha regular de quartéis ou arraiais em redor das colônias contra os assaltos dos Índios Bugres, conforme o modelo daqueles estabelecidos na Guiana Holandesa contra os Caraibas, devendo ser equipados por verdadeiros soldados, que fazem o seu dever, inspecionados e comandados por comandantes vigilantes e diligentes no serviço, pois sem tal diligência e sem a necessária energia todo o expediente é inteiramente inútil, como hoje se pode ver em muitas partes (Blumenau, 2000, p. 12-13).

Neste fragmento se comprehende o motivo de todo o esforço realizado por Theobaldo Costa Jamundá, no ano anterior, em sua fala para a cerimônia de celebração do centenário de falecimento de Hermann B. O. Blumenau. São evidentes as articulações em que o idealizador da colônia exigia da presidência da província, a presença de grupos armados para a defesa do território contra indígenas.

Já em seu texto, José Ferreira da Silva trouxe diversos apontamentos sobre os indígenas, sobretudo relatando os embates entre eles e as frentes de colonização. Além de fotografias dos

⁴⁵ Sabendo da autoria de Eugen Fouquet, este texto está assim descrito tanto nas referências quanto no Quadro II. Já em relação ao texto de apresentação, como não há indicação de autoria, mesmo se supondo ser da direção de *Blumenau em Cadernos*, nas referências, se conservou esta autoria.

Laklänō já sedentarizados, o autor realizou uma apresentação da cidade de 1850 até 1950, onde descreveu os primeiros 17 imigrantes europeus que chegaram à Colônia Blumenau, em 1850; também tratou de Fritz Müller e suas relações com Charles Darwin; e, embasado em documentações como relatórios produzidos pelo próprio Hermann B. O. Blumenau, comentou sobre os indígenas desta forma: “Foi em fins de 1851 que chegaram à colônia, pela primeira vez, notícias das correrias de índios pelas terras de Francisco de Oliveira, cujo lote ficava próximo ao Garcia. Blumenau organizou um grupo de voluntários para dar caça aos assaltantes” (Silva, 2000, p. 46). E o autor finalizou: “Novo ataque de índios ocorreu na colônia, no Garcia, em 1862. Durante o período que vai de 1852 a 1911, a colônia e depois município de Blumenau e adjacências sofreram 61 ataques de bugres, botocudos e coroados, que mataram 11 pessoas e feriram 22” (Silva, 2000, p. 56). O autor resumiu assim as relações entre indígenas e as frentes de colonização.

Para os editores do periódico, assim se encerraram os ciclos de comemorações, que no município haviam iniciado em 1999, por conta das comemorações do centenário de morte de Hermann B. O. Blumenau, adentrando o ano 2000, momento de comemoração dos 500 anos do Brasil em abril e, em setembro, 150 anos de Blumenau. Após a apresentação da edição e de seus três textos, é importante compreender o posicionamento do presidente do conselho editorial da revista *Blumenau em Cadernos*, o economista e professor da FURB, Ivo Marcos Theis, para tal edição. Na *Apresentação* daquela edição, Theis reafirmou o respeito às tradições e o “contexto de pluralidade”:

É, certamente, desnecessário acrescentar muito mais ao que já foi dito. Contudo, antes que os atentos leitores de *Blumenau em Cadernos* mergulhem nos artigos que integram este número comemorativo, deseja-se reafirmar o compromisso da revista com o respeito às tradições e com a divulgação da cultura local, mas num contexto de pluralidade, democracia e liberdade. Traduzindo: os 150 anos de Blumenau, na medida em que se buscou resgatar o passado para reelaborar o presente, tornaram a cidade mais universal. *Blumenau em Cadernos* pretende ser o registro vivo das vivências cotidianas dos sujeitos históricos do Vale do Itajaí. Ao se valorizar o que é singular na história local, também se deseja contribuir para a construção de uma solidariedade global (Theis, 2000, p. 08).

As representações identitárias no Vale do Itajaí são referentes apenas aos alemães? Não! Dentro das levas de imigrantes europeus, se estabeleceram, a partir do século XIX, poloneses, russos, italianos, entre outras nacionalidades. Mas, para quais grupos *Blumenau em Cadernos* precisaria criar um espaço de memória em suas páginas neste início de século XXI?

As comemorações do centenário da morte do Hermann B. O. Blumenau, em 1999, e o sesquicentenário da cidade de Blumenau, em 2000, foram efemérides que buscaram o diálogo além do sujeito no seu campo individual, mas também com a coletividade identificada com a imigração alemã e seu projeto colonizador, com seus avanços e retrocessos, tal como queria Theobaldo Costa Jamundá. A identificação alemã esteve em debate em todo o momento: sua contribuição na formação da sociedade do Vale do Itajaí, a composição étnica regional e estadual e a influência do sujeito alemão na construção do estado de Santa Catarina. Dentro desta caminhada editorial da revista, o ano de 2005 ficou marcado pelo que se descreveu na *Apresentação* da edição número 07/08 como “[...] os 130 anos da imigração italiana para o Brasil” (Petry, 2005, p. 07). No entanto, é importante frisar que a colonização de grupos oriundos de regiões que falam o italiano, e ou dialetos teve início no Brasil em 1836, sendo que o Estado nacional italiano surge na segunda metade do século XIX. Mas ao ler a edição como um todo se percebe que 130 anos se refere à colonização destes grupos “italianos” nos arredores de Blumenau (como sugerido nos artigos, o atual município de Rio dos Cedros), e que podemos compreender aqui como 130 anos de colonização italiana no Médio Vale do Itajaí.

O lançamento de edições especiais do periódico *Blumenau em Cadernos* não está explícito logo no primeiro número deste ano; tal menção surgiu somente na edição número 05/06 de maio/junho, bem menos pomposa que as comemorações anteriores, que inclusive contaram com a criação de um Instituto, atuando com publicações, entre outras ações. Esta *comemoração*, no que se refere à publicação de *Blumenau em Cadernos*, ficou restrita a algumas edições, pois nelas constatou-se um esforço para a presença de textos voltados para a comunidade italiana, ou textos produzidos por autores pertencentes, de algum modo, a círculos de comunidades ítalo-brasileiras, ou ainda, textos sobre regiões onde grande número de imigrantes italianos iniciaram a colonização no Vale do Itajaí. Caso do texto do Padre Schüler, que relatou uma batida de bugreiros nos arredores de Brusque, que, mesmo sendo uma cidade predominantemente de origem germânica, teve expressiva colonização de italianos, sobretudo em regiões que hoje são as cidades em seu entorno, como Nova Trento e Botuverá; este texto foi publicado na primeira edição do ano de 2005 de *Blumenau em Cadernos*, com uma abordagem um tanto dúbia para o momento em que foi produzido.

O Padre Schüler viveu no início do século XX, em Brusque e na região Norte de Santa Catarina, e no texto *Uma caçada de bugres*, publicado na seção *Documentos Originais – Artigos*, além de relatar, como já indicado, um embate entre indígenas e uma família de colonos em Brusque, informou sobre outros embates com indígenas na ligação entre Brusque e

Blumenau e em Botuverá. Depois destes, os bugreiros foram acionados, entre eles Martinho Bugreiro. Neste texto, fez referência ao que denominou “caçada aos bugres”, em 4 de fevereiro de 1905, narrando que os bugreiros trouxeram do mato os objetos que, segundo o autor, haviam sido roubados pelos indígenas, além de crianças indígenas a serem adotadas por instituições religiosas. No texto, se utilizou, para descrever as ações dos indígenas, palavras como “assaltos” e “roubos”, mas, apesar destes termos, é interessante perceber que, mesmo possuindo este tipo de posicionamento, o religioso reconheceu a violência perpetrada pelos bugreiros: “Os componentes do grupo nada comentam. Mas é fácil de compreender que eles cometem uma grande chacina” (Schüller, 2005, p. 17). Também nesta edição, na seção *Crônicas do Cotidiano*, no texto de Alfredo Scottini, *A Noite no Eremitério*, o autor afirmou que os italianos, presentes na Colônia Blumenau desde 1875, eram preteridos, sendo destinados para núcleos acima da sede da colônia, em locais de prováveis conflitos com indígenas; os imigrantes do Norte da Itália teriam servido de escudo humano (Scottini, 2005). Esta proximidade dos indígenas ao sujeito italiano, alocado em núcleos mais distantes do centro da Colônia Blumenau, gerando embates e mortes, é descrita também por José Curi, na mesma edição⁴⁶.

Mas é nos dois textos de José Curi, identificado na revista como vinculado ao IHGSC, doutor em Letras e Livre Docente em Linguística, que a revista apontou esta homenagem aos colonizadores italianos, em decorrência da passagem dos 130 anos de colonização italiana no Médio Vale do Itajaí. Um dos textos é intitulado *A influência do ‘Talian’ na fala catarinense*, e foi dividido em duas partes, uma publicada na edição 05/06, de maio/junho de 2005, outra na edição seguinte. Assim o texto é descrito na *Apresentação* da revista pela diretora do periódico, Sueli Maria Vanzuita Petry, na edição 07/08 de julho/agosto:

O ano de 2005 registra os 130 anos da imigração italiana para o Brasil. Em torno desta questão imigratória a revista Blumenau em Cadernos traz, na coluna Artigos, o texto “A influência do ‘Talian’ na fala catarinense”, artigo este iniciado na edição anterior e ora finalizado, de autoria do professor José Curi, do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Trata-se de um estudo lingüístico-etnográfico das falas dos

⁴⁶ Ao longo destas edições, outras perspectivas de representar o indígena surgiram. Na edição 05/06 de maio/junho, na seção *Artigos*, a arquiteta Rosália Wal publicou *Arquitetura de Blumenau*, onde afirma que a arquitetura em Blumenau tem início com os indígenas, isto se baseando na arqueologia (Wal, 2005). Nesta descrição do espaço, na seção *Pesquisa e Pesquisadores*, o texto *Turismo e história no Parque Ecológico Spitzkopf*, de autoria de Aurélia Maria Santos, trouxe apontamentos para a primeira empreitada realizada por desbravadores no referido parque, e afirma que escalar o morro *Spitzkopf* em Blumenau, em 1892, não tinha o turismo como finalidade, mas sim a demarcação de terras e a perseguição aos indígenas (Santos, 2005). Apesar destes textos demonstrarem o indígena como sujeito presente no território regional, isto ocorre *en passant*, e não descrito como sujeito que dê sentido ao objeto estudado, nem mesmo apresentando-o como o antagonista no processo colonizador.

imigrantes italianos em Santa Catarina. O autor, com este texto, presta a sua homenagem aos colonizadores estabelecidos há 130 anos na região do Rio dos Cedros (Petry, 2005, p. 07).

Nestes espaços é que *Blumenau em Cadernos*, de forma não tão pomposa e grandiosa como procedeu com os 150 anos da imigração alemã, foi alocando a comunidade italiana, ou colonização italiana — imigrantes que sobretudo ocuparam a região de Rio dos Cedros e Rodeio, nos arredores de Blumenau, na atual microrregião do Médio Vale do Itajaí. Curi, que na edição número 01/02 de janeiro/fevereiro deste mesmo ano publicou o texto *Brabeza dos primeiros imigrantes de Rio dos Cedros*, apresentou o texto *A influência do “Talian” na fala catarinense* como “Estudo lingüístico-etnográfico em homenagem aos 130 anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos a Rio dos Cedros” (Curi, 2005b, p. 20). Para o autor, o sujeito italiano está dissolvido em todo o estado de Santa Catarina, “[...] deixando o Estado mais rico e muito mais alegre” (Curi, 2005b, p. 21) e arremata: “Este nosso trabalho gira em torno do *modus vivendi et agendi* dos nossos imigrantes italianos e por isto mesmo adentra o sentido antropológico como o queria Herskovits” (Curi, 2005b, p. 27). Inicialmente, José Curi apontou a formação do Vale do Itajaí enquanto uma colonização pautada por sujeitos germânicos luteranos, em contraste com os então italianos católicos; ressaltou também as diversidades de dialetos italianos advindos das diferentes regiões da hoje nação italiana. Mas, segundo o autor, estes dialetos se configuraram no *talian*⁴⁷, que, para o autor, por ser um idioma neolatino, assim como o português, penetrou mais fácil nas comunidades do Vale do Itajaí,

A amizade do imigrante italiano com o pessoal da terra, principalmente no Sul, pessoal este formado por caboclos, brasileiros falantes quase todos do dialeto caipira, foi o grande passo para a interinfluência linguística e de costumes. Aliás, todo contato entre povos de línguas diferentes deixa inúmeros traços de uma língua na outra, afora técnicas e costumes. Tenho por mim que o imigrante italiano levou vantagem no aspecto [sic] assimilativo com o pessoal da terra, bem mais que o eslavo (polonês), e muito mais que o alemão. Expliquemo-nos: melhor seria dizermos: levou vantagem ao polonês e ao alemão aqui em Santa Catarina porque tanto a língua polonesa, quanto a alemã (a primeira eslava e a segunda germânica), são muito diferentes da italiana, uma língua neo-latina como é o português, mesmo que seja o dialeto caipira (Curi, 2005b, p. 22-23).

⁴⁷ O *Talian* foi reconhecido como referência cultural brasileira pelo Iphan em 2014.

Denominando o brasileiro de caboclo, e destacando que no Brasil a língua italiana leva vantagem sobre as demais, sobretudo o alemão, o autor prossegue afirmando que:

O contato com os índios (tirando, talvez, o Dois de Ouro que viveu entre comunidades do Sul e ensinou aos colonos a buscar a saúde com chás de ervas, sementes, folhas, cascas e raízes) também foi nulo, porque os índios foram dizimados, em parte, pelos “bugreiros”, liderados pelo célebre Martinho Marcelino de Jesus Martins e os seus bugreiros, praticamente todos luso-serranos, e os índios que escaparam da morte foram expulsos das Colônias de imigrantes, tanto das italianas quanto das alemãs. Nas Colônias ítalo-alemãs de Santa Catarina dificilmente encontramos topônimos calcados em bantu ou tupi-guarani. Tanto os caboclos (dentre eles lembremo-nos de Zé Dias) quanto os tropeiros muito ensinaram aos imigrantes do Sul no campo da comida e da saúde (Curi, 2005b, p. 23).

Fazendo um breve histórico da colonização italiana no estado de Santa Catarina, o autor apresentou aspectos da culinária, como a *cucia*, de origem alemã (descrita pelo autor como *Kuchen*), que veio a integrar a cultura e o idioma dos imigrantes italianos, no Vale do Itajaí, nas regiões de colonização italiana, passando a se chamar “fugassa”; além de cunhar a identificação do imigrante italiano através da religiosidade, do trabalho e da tenacidade. Solidificando esses aspectos em relação ao imigrante, o autor apresentou relatos de contato entre o italiano e o indígena, situação que teria sido uma das razões do fracasso da primeira colônia italiana em Santa Catarina. Ao abordar a formação inicial da ocupação europeia do território e a construção das primeiras moradias do imigrante italiano no Vale do Itajaí, José Curi assim descreveu sua relação com o indígena:

Além de habitar em choupanas, tinha que derrubar a mata e preparar o terreno para o plantio, e este colono não desanimou, tudo enfrentou com coragem: a mata espessa, animais ferozes, cobras venenosas, aranhas, mosquitos torturantes (entre eles os terríveis borrachudos e pernilongos), vespas negras e vermelhas e... os bugres famélicos e enfurecidos (Curi, 2005b, p. 55).

Em suma, para o autor, “[...] nesta Santa Catarina, terra abençoada, chegaram legiões de italianos para construir pedaços da Itália” (Curi, 2005a, p. 72), pedaços que estão associados à terra, ao local, ao regional. Fatores que demonstram que o autor não ficou indiferente ao sujeito indígena, mas se posicionou, fez opções. José Curi apresentou uma quantidade enorme de termos onde o *talian* e o português se encontram; por vezes, corruptelas do idioma alemão

são mescladas com este *talian*. Entre estes termos, o autor apresentou os termos *búlgheri* ou *búgheri*, formas como o descendente de italiano denominou o indígena, e para além de nomear, o autor relatou o pavor que o imigrante possuía deste último, apontando situações em que as práticas de crueldade contra os imigrantes europeus foram recorrentes. Reforçando esta dualidade entre imigrante e indígena, o autor não problematizou, não apontou a possibilidade de o indígena estar promovendo a defesa de seu habitat, e mais do que isso, da sua cosmologia. Como o fizeram, em *Blumenau em Cadernos*, outros autores em relação ao sujeito alemão, no centenário de morte de Hermann B. O. Blumenau, em 1999, ou nas comemorações do sesquicentenário de Blumenau, no ano 2000, o autor “homenageou” os italianos reforçando as dualidades entre imigrantes italianos e indígenas no Vale do Itajaí.

Importante destacar que o texto não é uma carta de imigrantes europeus do início da colonização, no século XIX, onde possíveis preconceitos cunhados pelo cientificismo daquele período poderiam aplicar demarcações biologizantes para as segregações entre europeus e indígenas. O texto, em si, traz apontamentos de imigrantes, dos primeiros colonizadores italianos, mas para o autor esses apontamentos só servem para reforçar a crueldade indígena e promover o que pode ser compreendido quase como vitimização dos italianos. Estamos falando de um texto da primeira década do século XXI.

Dez anos depois das edições de 2005 e das comemorações dos 130 anos de colonização italiana no Médio Vale do Itajaí, novamente os italianos da Colônia Blumenau receberam homenagem nas páginas de *Blumenau em Cadernos*, para comemorar os 140 anos deste feito, sobretudo com abrangência das cidades de Rodeio e Rio dos Cedros. A *Apresentação*, realizada por Sueli Maria Vanzuita Petry, assim descreveu o número 05/06 do ano de 2015:

O ano de 2015 assinala os 140 anos de chegada dos primeiros grupos de imigrantes italianos para a região do grande Vale do Itajaí [...]. Para relembrar a história e reacender novos olhares sobre os imigrantes na região do Vale do Itajaí, a revista *Blumenau em Cadernos* brinda os seus leitores com esta edição voltada à imigração italiana (Petry, 2015, s/p).

Todas as seções dessa edição são voltadas à imigração italiana, como afirmou Sueli Maria Vanzuita Petry, estas possuindo quatro artigos, dos quais três abordam especificamente a imigração italiana no Vale do Itajaí, sobretudo no Médio Vale, e fazem menção aos

indígenas⁴⁸. Renzo M. Grosselli, identificado como formado em Sociologia, em sua publicação, salienta a dificuldade dos tiroleses de origem italiana acolhidos na Colônia Blumenau: “Entre os animais enfrentaram desde borrachudos até onças e cobras coral. Além disso, tiveram que se defender dos ‘bugres’” [...] (Grosselli, 2015, p. 27).

Identificado com formações na área da linguística, possuindo doutorado em Língua Italiana (DLM/FFLCH/USP) e, na época desta sua publicação, como presidente do Centro Cultural Dona Leopoldina, no município de Treze Tílias – SC, Everton Altmayer , em seu artigo *Aspectos identitários da imigração tirolesa no Brasil (1859-1938)*, afirma que a primeira colônia fundada por italianos em Santa Catarina foi a Colônia Nova Itália, em São João Batista, no ano de 1836; conforme ressaltou, “A colônia não prosperou devido às difíceis condições da época e por conta de um ataque feroz de índios que habitavam a região” (Altmayer, 2015, p. 62-63).

Um pouco mais polido, Norberto Dallabrida, identificado como doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, professor e pesquisador na UDESC e docente no curso de Pedagogia da UDESC, considerou que “O conflito com os indígenas foi um fato significativo, que muitas vezes é minimizado na historiografia catarinense. Houve algumas lutas armadas, assassinatos de indivíduos e massacres de famílias de ambas as partes” (Dallabrida, 2015, p. 14).

No período entre estas comemorações, em 2007, retorna José Curi na edição número 05/06, maio/junho de 2007, com o texto *A luz misteriosa*, em forma de conto literário, onde descreveu a chegada ao Vale do Itajaí do imigrante italiano, Giuseppe, apresentado assim, sem muitos detalhes e sem sobrenome; nesta descrição, os indígenas surgem como sujeitos que atacaram um imigrante italiano, Segismondo Menestrina, que havia chegado quatro anos antes de Giuseppe. Assim, o primeiro imigrante havia desistido do local, em função justamente da alta periculosidade gerada por indígenas, deixando uma pequena habitação, que então fora ocupada por Giuseppe. Nenhuma novidade em se tratando de José Curi, mas é interessante notar que o autor se questiona se isso não fora uma intervenção divina: “Teria São José feito sair do lugar o Menestrina para dar lugar a Giuseppe?” (Curi, 2007, p. 81). No mínimo curiosa a descrição do autor, que, neste caso, apela para a fé católica, tão fortemente presente no imaginário do imigrante italiano, para explicar o contexto, negando toda as opções geopolíticas da colonização, sobretudo da gestão da Província de Santa Catarina. Este apelo nega o

⁴⁸ O artigo *O Tirol de Ontem, o Trentino de hoje*, de Ornella Inês Pezzini, como sugere o título, se dedica a discutir os aspectos da composição da região de Trento, deste modo não abarcando a discussão desta pesquisa.

dimensionamento do confinamento indígena, que ao menos desde a década de 1830 se via cercado por criadores de gado na região serrana, e por imigrantes europeus no Vale do Itajaí, a partir de 1850, sendo reduzido drasticamente seu território de sobrevivência. Tais descrições reforçam o fato de que todas estas formas de pensar o indígena são opções e não elementos dados. Novamente, *Blumenau em Cadernos*, ao seu modo, procurou criar um pedestal para o imigrante, no caso, o italiano. No que diz respeito aos indígenas, a fórmula não muda, é a mesma tanto para italianos quanto para alemães. A narrativa é singular. A circunstância de os recém-chegados imigrantes italianos estarem afastados do centro da Colônia Blumenau no último quartel do século XIX e, portanto, mais próximos dos indígenas, torna a saga italiana mais heroica no Vale do Itajaí, isto sob a perspectiva dos autores. A fé católica, o trabalho e a tenacidade, elementos ditos na fala de José Curi como fundadores da identificação italiana no Vale do Itajaí, são realçados com quanto mais adversidades os italianos são desafiados; a inóspita floresta, sua fauna e flora desconhecida e, principalmente, os temidos indígenas.

A forma como estas comemorações foram incorporadas à revista nos mostra como o periódico, assim como toda a esfera em que este estava alocado, com seus vínculos com a Fundação Cultural de Blumenau, Prefeitura de Blumenau etc., procurou criar também escalas de valores para os imigrantes europeus: teve o imigrante alemão como o seu topo, o ápice, o sujeito fundador da colonização do Vale do Itajaí, materializado através de diversas representações, entre elas a personificação na figura do próprio “Dr. Blumenau”. Desta forma, *Blumenau em Cadernos* não somente foi um veículo para a circulação de memórias, representações e narrativas para os italianos, mas os dimensionou conforme essa escala, abaixo dos alemães, e não “só abaixo”, mas com um certo grau de distanciamento para os níveis de representação e construção da memória⁴⁹. A cidade moldada pela Oktoberfest desde 1984, tomada por turistas ávidos por uma suposta cultura alemã, que pretende transformar a cada mês de outubro a cidade em uma pequena Alemanha, reserva apenas um final de semana, anualmente, para a Festitália (desde o ano de 1994), para acolher as tradições dos descendentes de imigrantes italianos.

Depois de buscar eternizar a memória de Hermann B. O. Blumenau celebrando o centenário de sua morte, em 1999, o sesquicentenário da fundação da Colônia Blumenau em

⁴⁹ Não foi objetivo da pesquisa da tese comparar, na revista *Blumenau em Cadernos*, quantos artigos, cartas ou outras seções foram destinadas para alemães e italianos. Mas, em uma breve leitura dos títulos das seções nas edições de *Blumenau em Cadernos*, é possível perceber a preferência pelo germânico. Além de outros espaços de memória e representação serem criados no município de Blumenau para afirmarem esta memória germânica, garantindo assim sua condição majoritária.

2000, e a colonização italiana em Santa Catarina por duas oportunidades, era chegado o momento de sua própria comemoração. Após uma singela homenagem aos seus quarenta anos, em 1997, com a chegada dos cinquenta anos de *Blumenau em Cadernos*, em 2007, foi criada uma programação mais suntuosa. Afinal, meio século de publicação de um periódico no interior de Santa Catarina é fato notável, principalmente em se tratando do mercado editorial brasileiro. A edição 11/12 de novembro/dezembro de 2007 foi publicada como edição especial, com quinze artigos de diversos pesquisadores, em sua maioria historiadores vinculados à FURB. A publicação é apresentada com a página inicial *A que viemos*, da primeira edição de novembro de 1957, escrita pelo seu idealizador e primeiro editor, José Ferreira da Silva, analisada anteriormente. Estaria *Blumenau em Cadernos* de 2007 seguindo o mesmo caminho traçado por José Ferreira da Silva?

Após a apresentação do texto de Ferreira da Silva, Ivo Hadlich, então presidente da Fundação Cultural de Blumenau, assinou o texto *Blumenau em Cadernos: registro vivo da nossa identidade cultural*. Dialogando com Walter Benjamin, nos diz que “Benjamin tinha a consciência de que apenas com a palavra escrita a história poderia ser contada de outros ângulos” (Hadlich, 2007, p. 08). Em se tratando do diálogo com Benjamin, célebre pelo conceito de História a Contrapelo, a apresentação da publicação poderia ser um indício que incluiria a presença de grupos menos favorecidos do *Vale Europeu*, entre eles os indígenas. Mais adiante, Ivo Hadlich é ainda mais incisivo e instiga o leitor a prosseguir a leitura: “Se a revista *Blumenau em Cadernos* conseguiu este feito na história é porque o que se conta nela não é tão-somente a História Oficial, aquela que se desenrola nas mesas de reuniões, entre decisões e documentos” (Hadlich, 2007, p. 08). Uma forma arrojada e instigante de iniciar a apresentação de uma publicação que pretende realizar um apanhado de cinco décadas de historiografia regional — e, por que não dizer —, de projeção estadual?

Na mesma edição especial, depois de fazer um breve balanço do periódico e apresentar cada um dos artigos, Sueli Maria Vanzuita Petry projeta um futuro para a revista: “Um novo ciclo se inicia, outros horizontes se abrem e novos encaminhamentos serão concretizados. Desejamos sucesso e perenidade à revista ‘*Blumenau em Cadernos*’.” (Petry, 2007, p. 14). Este discurso de uma guinada na revista pode ser percebido dez anos antes, como visto anteriormente, na edição de março de 1997. Mas seria agora realmente uma efetivação deste novo ciclo?

A edição especial seguiu o que pode ser compreendido como uma narrativa cronológica linear, iniciando com um artigo da Pré-história de Blumenau até as memórias de Urda Alice

Klueger, no século XXI. O primeiro artigo é intitulado *Meio ambiente em Blumenau: da Pré-história à História*, de autoria de Lauro Eduardo Bacca. Este autor é descrito na apresentação como graduado em História Natural pela FURB e Mestre em Ecologia pela Universidade do Amazonas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Neste artigo, surgiu a descrição dos indígenas. O autor relatou a ocupação da região anteriormente à presença do europeu e abordou as pesquisas que indicam a presença humana na região de Blumenau datada de oito mil anos. Contudo, o texto enfoca mais o meio ambiente do que os seres humanos. Ao tratar especificamente do contato do imigrante europeu com o Laklânõ, o autor assim o define:

Ao contrário do processo de sucessão e disputas territoriais entre povos e tribos pré-históricas dos séculos e milênios pregressos, desta vez, a desigualdade de condições dos indígenas, frente aos equipamentos, ferramentas e armas dos forasteiros europeus foi enorme. Os Xokleng, aos quais restava como única vantagem inicial o profundo conhecimento dos segredos de seu ambiente florestal, foram aos poucos sendo expulsos, perseguidos, mortos e derrotados. Aos sobreviventes, quando da pacificação dos conflitos, foi destinada pelo europeu vencedor a Reserva na Terra Indígena Ibirama, localizada em José Boiteux, no Vale do Rio Itajaí do Norte, cerca de 100 km a oeste de Blumenau (Bacca, 2007, p. 24).

Seguindo nesta linha, após definir o meio ambiente, foi preciso iniciar a descrição da atração de imigrantes, e para tal, surge *O Vale do Itajaí e a política imigratória do império*, texto da antropóloga Giralda Seyferth. A autora apresentou os indígenas como sujeitos cuja presença era de conhecimento do Estado antes mesmo da instalação das colônias de imigrantes europeus, fator que deveria ser levado em consideração, a própria recusa de Hermann B. O. Blumenau em implantar uma colônia no Espírito Santo teria sido, entre outros elementos, o problema da presença indígena. Inclusive apontou o fato de que, para os artífices das políticas de imigração, a chegada de mais imigrantes europeus poderia solucionar a *questão indígena* – assim, os embates entre colonos e indígenas foram parte de um projeto (Seyferth, 2007).

Seguindo neste percurso historiográfico, após os artigos sobre o *Meio Ambiente* e a *Política imigratória*, houve terreno fértil para apresentar o nosso herói: o texto *A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847*, de Klaus Richter, Doutor em História pela Universidade de Hamburgo (Alemanha) e ex-arquivista do Arquivo Estadual de Hamburgo. Neste texto, o autor trouxe uma correspondência de Hermann B. O. Blumenau em suas incursões por Santa Catarina, nas proximidades do que viria a ser a Colônia Santa Isabel, em que já apontava o que denominou de ataques indígenas, lançando um olhar sobre suas

relações com a presença do sujeito europeu. Em se tratando de descrever experiências do sujeito indígena, o mais próximo disso, nesta edição especial de *Blumenau em Cadernos*, foram as memórias de Urda Alice Klueger, presentes no último artigo da publicação – *Manhãs de Domingo em Blumenau – Reminiscências*. Esta autora cita a trajetória de Ana, indígena que viveu em Blumenau no início do século XX, conhecida como Ana Bugra.

A Ana Bugra foi a única índia de verdade que eu conheci na minha infância, e tenho uma foto dela, hoje, guardada no meu escritório. Muitas vezes penso nela: na época do grande genocídio do povo Xokleng, no começo do século XX, Ana Bugra era uma indiazinha que escapou de um dos massacres, e foi criada pelas freiras do Colégio Sagrada Família, em Blumenau, onde ficou até a sua morte. A lembrança que tenho dela é que já era bem velha, quando eu era criança, mas criança não sabe avaliar muito bem estas coisas de idade. Mas penso mais: que vida infernal este cristianismo onde vivemos proporcionou à indiazinha que ficou sem pai, sem mãe, sem família, num mundo totalmente inóspito, de outra língua, outra comida, outro tudo! Para que não fugisse das freiras, alguém fez o misericordioso ato de decepar-lhe a ponta do pé – o que deve ter sentido aquela criança? Era por causa da falta daquele pedaço de pé é que ela claudicava e só podia usar tênis - pois enchia a ponta do tênis de algodão – e quanta humilhação deve ter sofrido por ser obrigada a usar aquele tênis que ninguém, então, usava, a não ser para fazer educação física! (Klueger, 2007, p. 368).

A descrição de Urda Alice Klueger, que soa apenas como crônica memorialística, não é fruto de uma pesquisa sobre o Vale do Itajaí, tal qual os outros artigos. Apresentar a questão indígena em um artigo também não seria uma resolução, mas poderia ser uma resposta metodológica para ao menos sinalizar vozes indígenas perante a história regional. Se as comemorações são atos, materializados em publicações repleta de elogios ao sujeito europeu, o silenciamento também é um ato. Para Michel-Rolph Trouillot,

em suma, as celebrações são criadas e essa criação é parte integrante do processo de produção histórica. Celebrações esparramam-se para ambos os lados da historicidade. Impõem silêncio aos eventos ignorados e preenchem esse silêncio com narrativas de poder a respeito do evento que celebram (2016, p. 190).

No ano de 2014, fato curioso ocorreu: *Blumenau em Cadernos*, periódico tão notório por promover comemorações e “datas históricas”, com suas efemérides, não promoveu nada parecido sobre o centenário da Pacificação Laklânõ de 1914 (ou poderia ser Contato se eventualmente houvesse vozes indígenas). Em 2014, se publicou mais do mesmo – indígenas

no passado obstruindo a expansão da imigração, ou ainda, ataques de indígenas, isto em diversas seções. O periódico encerra o ano do centenário da Pacificação, na revista 06, de novembro/dezembro, descrevendo a criação da Companhia de Pedestres, em Belchior⁵⁰, destinada à proteção da região contra assaltos dos indígenas, em 1838, mais de uma década antes da fundação da Colônia Blumenau.

O que se evidencia na publicação especial de 50 anos é o fato de que, uma vez mais o indígena deixou de ser apresentado na historiografia como sujeito de sua própria história, assim como o imigrante. O indígena, nas poucas vezes que surgiu, foi contraposto à imigração e vinculado à paisagem natural antes da colonização, descrito como sujeito que poderia inviabilizar o projeto colonizador; em nenhum momento o indígena apareceu como sujeito central, em nenhum momento um grupo indígena milenar, que combateu em defesa de sua cosmologia e seus modos de vida, foi colocado a partir do seu ponto de vista na história. Entrevistas, ou a história a contrapelo de Benjamin, autor citado por Ivo Hadlich, não foram elementos pensados para a edição comemorativa de cinco décadas de um periódico voltado para a historiografia de Blumenau e do Vale do Itajaí. Em termos de opções metodológicas e, por que não dizer, ideológicas, não houve por parte dos idealizadores de tal projeto uma proposta de inserção do indígena nesta publicação. Tal qual nas comemorações do centenário de morte de Hermann B. O. Blumenau, em 1999, do sesquicentenário do município de Blumenau em 2000, as comemorações dos cinquenta anos de *Blumenau em Cadernos* em 2007 não incluíram os indígenas: estes não foram ouvidos sobre as memórias desencadeadas nesses momentos. Ao que parece, as ideias iniciais apresentadas por Ivo Hadlich e os artigos não estiveram em consonância. Ou a interpretação de Walter Benjamin e a história a contrapelo esbarraram em alguns obstáculos no Vale do Itajaí.

1.4 ENTRE A PLURALIDADE E A TRADIÇÃO

Após as edições relativas às comemorações que, apesar de circularem em torno de sujeitos como Hermann B. O. Blumenau, versaram sobre a colonização de alemães, italianos e o próprio festejar do cinquentenário da revista, ficou evidenciada uma (re)afirmação do mito do europeu fundador, e isso de diversas formas, não somente nos textos de *Blumenau em Cadernos*, como demonstrado pelas ações do Instituto Blumenau 150 Anos.

⁵⁰ Localidade no atual município de Gaspar, este limítrofe com Blumenau e tendo se emancipado em 1934.

Entretanto, em 2002 um texto mais plural, por assim dizer, surgiu no citado periódico. Na edição 05/06 de maio/junho, na seção *Pesquisas & Pesquisadores*, as autoras Silvia Maria Fávero Arend e Luisa Tombini Wittmann, a primeira, professora do Departamento de História da UDESC, a segunda cientista social pela UFSC e graduanda em História na UDESC (assim identificadas na publicação), publicaram o artigo *O “Problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias*. Neste artigo, as autoras apresentaram a construção de Blumenau como uma cidade que no início do século XX (1900 a 1914) promoveu diversas alterações em sua estrutura, como o início da eletrificação, a ferrovia etc. Neste ponto de vista, seus habitantes vivenciavam uma ideia de “progresso”. Mas a “questão indígena”, a qual por várias décadas demandava diversas ações da gestão pública, neste período era alvo de divergentes posicionamentos entre os principais grupos políticos da cidade; divergências que eram refletidas nos jornais não só de Blumenau, mas de Itajaí. Sinteticamente, esses embates entre o projeto civilizador e seus conceitos de progresso foram assim resolvidos, conforme as autoras:

Nas terras da colônia Hansa-Hammonia, sob os auspícios de Deeke e do Serviço de Proteção ao Índio, foi criada a reserva indígena de Duque de Caxias em 1926. Os Xokleng do Vale do Itajaí foram transferidos para lá. Excluía-se o diferente para que o progresso seguisse o seu curso (Arend; Wittmann, 2002, p. 79).

Após anos de apologia ao projeto colonizador, por meio da publicação de livros, artigos e reedição de textos do próprio Hermann B. O. Blumenau, este artigo de Silvia Maria Fávero Arend e Luísa Tombini Wittmann trouxe um contraponto, não somente quanto ao que pode ser compreendido como a questão indígena, mas sobre a própria dimensão da gestão da Colônia Blumenau (e do posterior município de Blumenau) para com o que as autoras denominaram ser este “diferente”.

Este diferente, este outro, retornou como objeto de análise no periódico somente mais de um ano depois, quando, na edição 03/04 de março/abril de 2004, na seção *Artigos*, a publicação *O guarda-roupa alemão*, de Lausimar Laus, foi analisada por Márcia Fagundes Barbosa. Licenciada em Letras (Língua e Literatura Alemã) pela UFSC, e que neste texto se identificou como Mestre em Literatura e doutoranda em Teoria Literária, ambas as formações também pela UFSC, a autora relatou a forma como o livro de Laus descreveu os primeiros cem

anos de Blumenau. Iniciou com a fundação da colônia e os confrontamentos entre imigrantes europeus e indígenas no Vale do Itajaí, evidenciando a formação do ofício do bugreiro:

Os jornais debatiam o assunto, a comunidade precisava se posicionar. A cotização para a montagem de uma guarda especial caracteriza o ato de barbárie da colonização alemã no Vale do Itajaí. Questões de cor são determinantes neste universo: os matadores eram quase todos mestiços, ou pessoas de pele escura – quase nunca brancos. Os brancos eram, segundo a história, ao mesmo tempo vítimas, artífices e cúmplices (Barbosa, 2004a, p. 28).

Retornou Márcia Fagundes Barbosa no número 11/12 de novembro/dezembro de 2004, desta vez com seu artigo *Hermann Otto Blumenau: O outro olhar construindo identidades outras*. Neste, a autora analisou a obra *Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã, de Dr. Blumenau*, onde o autor relatou suas impressões do Brasil, sua natureza e forma de vida (publicação que foi reeditada no ano 2000 pelo Instituto Blumenau 150 Anos). Márcia Fagundes Barbosa analisou esta publicação sob a perspectiva do contexto histórico de sua elaboração, a metade do século XIX, e, portanto, destacou a forma como a presença indígena foi forjada a partir da ideia deste *outro* em relação ao europeu:

Hermann Otto Blumenau (1819-1899), na Alemanha, em 1850, sobre impressões que colheu no Brasil. Seu livro, *Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã*, descreve o potencial da natureza e seus recursos, além de reproduzir uma ampla visão da vida brasileira e fazer esclarecimentos referentes à legislação do país. O enfoque a este material partirá da visão do *eu estrangeiro* sobre o *outro nativo* e as relações de poder subjacentes nestes encontros, na tentativa de uma reflexão identitária mais abrangente (Barbosa, 2004b, p. 33).

Nesta ótica, a autora abordou uma leitura de espaço e de tempo em que a descrição deste indígena se configurou como a de um sujeito *outro* em relação à formação desta identificação do imigrante europeu no Vale do Itajaí: “A categorização dos índios na classe dos selvagens é condicionada pela ideia da superioridade europeia. O fato de estarem incluídos nas espécies dos animais selvagens e nos aspectos negativos da região é tomado como uma atribuição natural” (Barbosa, 2004b, p. 36). Arremata a autora:

O livro *Sul do Brasil em suas referências à emigração alemã*, de Hermann Otto Blumenau, publicado na Alemanha em 1850, revela o olhar europeu sobre um território que vive inúmeras tensões étnicas, culturais e raciais. Seu discurso articula-se nessas tensões e afirma uma ideologia evolucionista da diferença, enquanto produto de um contato intercultural (Barbosa, 2004b, p. 41).

Conforme as análises propostas por Márcia Fagundes Barbosa, pode-se afirmar que, em ambos os textos, a autora buscou sobretudo contextualizar algumas ideias de uma colonização criada por abnegados europeus, apontando as crenças da época, suas inconsistências, desnudando, assim, as opções feitas pelos artífices da colonização, entre eles, Hermann B. O. Blumenau. A autora publicou outro texto no ano 2006, em *Blumenau em Cadernos*, destoando da narrativa de outros da mesma edição, que apontavam imigrantes europeus, viajantes, religiosos, cujas correspondências descreviam os indígenas como sujeitos que promoviam ataques e/ou geravam problemas para a colonização europeia. Márcia Fagundes Barbosa publicou seu texto na seção *Artigos*, este intitulado *Imigração e globalização*, e apontou os indígenas no contexto de colonização do Vale do Itajaí, em um período onde prevalecia o subjugar destes indígenas, assim como de africanos, entre outros grupos, e que promoveu políticas públicas em prol, apenas, do sujeito europeu (Barbosa, 2006).

No ano de 2007, na edição número 03/04 de março/abril, surge um artigo com o objetivo de problematizar a questão territorial entre indígenas e descendentes de imigrantes italianos no município de Doutor Pedrinho⁵¹. Na seção *Artigos*, o texto *Conflitos territoriais entre indígenas e colonos em Doutor Pedrinho (SC): 1980-2000*, de Fernando Luiz dos Santos, identificado como Especialista em História Social e Ensino de História (EEUNI/INA/ISULPAR), e Ancelmo Schörner, identificado como Doutor em História (UFSC), focou os conflitos causados em função da terra entre indígenas e colonos de ascendência italiana no município de Doutor Pedrinho e a Aldeia Bugio, esta pertencente à Terra Indígena Ibirama La-Klanô, localizada com parcelas no referido município. O artigo utilizou jornais como fontes e, como base bibliográfica, a obra do padre Dorvalino Eloy Kock – *Tragédias Euro-Xokleng e Contexto*. Houve inclusive a tentativa dos autores de entrarem na Aldeia Bugio, o que não foi possível, pois, como indicam no texto, após contatarem os responsáveis na FUNAI, foram advertidos que a entrada seria vetada, em virtude do clima de tensão que se encontrava na região. Estes também tentaram realizar entrevistas com indígenas, o que foi impossível. Assim, segundo os autores, também

⁵¹ Como já descrito, a Terra Indígena Ibirama La-Klanô possui seu território em parcelas do território dos municípios de Doutor Pedrinho juntamente com José Boiteux, Itaiópolis e Vitor Meireles. Entre as aldeias, a aldeia Bugio possui parcelas do território do município de Doutor Pedrinho.

não realizaram entrevistas com os colonos, pois estariam explorando somente uma perspectiva sobre os fatos. O texto seguiu apresentando o movimento colonizador, a construção da Barragem Norte e o difícil desafio de sedentarização dos indígenas, povo que milenarmente era seminômade. Em termos conclusivos, os autores assinalaram que a disputa pela terra agiu como um “estopim” para com os problemas entre indígenas e não indígenas, estes que desenrolaram outros problemas sociais, apontando a morosidade da FUNAI e outros órgãos governamentais como parte da construção desses problemas⁵².

Em 2004, na edição 07/08 de julho/agosto, com o artigo *A Pacificação dos Botocudo através dos relatórios do SPI* foi publicado pela primeira vez um texto de autoria de Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann, bisneto de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. O contato e pós-contato dos indígenas e as relações destes com o SPI, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e a sociedade regional foram temas de pesquisa do autor em seu mestrado e doutorado. Nesta publicação de 2004, se identificou como mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na UFSC, onde já havia realizado a graduação. No artigo, sinalizou a forma como Eduardo de Lima e Silva Hoerhann ingressou no SPI e como procedeu na Pacificação, tendo por base seus próprios relatórios:

Estes relatórios, feitos a partir dos primeiros anos de experiência da pacificação, apontam informações de todo o trabalho agrícola, reformas no posto, construções realizadas, a saúde dos funcionários, as colheitas e um capítulo especial sobre os botocudos. Nele inclui os estados sanitários dos indígenas, óbitos e principalmente dados sobre seu comportamento (Hoerhann, 2004, p. 68).

Conclui o autor, apontando as dificuldades enfrentadas pela gestão do Posto Indígena e com isso as reações dos indígenas:

O SPI nunca possuiu a ajuda necessária para atender os pedidos requisitados e isso gerava revolta entre os indígenas, os quais ameaçavam, com freqüência, matar todos os funcionários do posto. O pensamento dos líderes do Serviço de Proteção aos Índios era integrá-los à sociedade, então foi preciso adaptá-los à vida sedentária.

⁵² Mesmo não circunscrevendo os objetivos desta pesquisa, tendo o indígena sido retratado no periódico predominantemente como uma figura que surge na historiografia a partir da colonização europeia nos séculos XIX e ou XX, é de se mencionar, na seção *Artigos*, o texto de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, *A ilha de Santa Catarina, chave da presença espanhola na América Meridional - Séc. XVI ao XVII*. Neste texto, o autor apontou os navegadores em contato pacífico com os indígenas do litoral catarinense (Corrêa, 2007).

Sedentarismo exige ao menos a prática da agricultura, e conforme os relatórios, foi muito difícil convencer os indígenas a se adaptarem ao novo meio de vida. Raramente encontra-se nos relatos registrados, principalmente entre os anos de 1916 a 1918, a colaboração completa nas atividades diárias do posto (Hoerhann, 2004, p. 72).

Nas quatro últimas edições do ano de 2008, Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann publicou, em forma de quatro artigos, sua dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em História, na UFSC. São eles: *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios 1912 – 1926* (edição 03); *A Pacificação documentada, parte II (1916- 1918): resistências à nova vida imposta* (edição 04); *A Pacificação documentada parte III (1918-1921): a revolta dos Botocudo no Posto Plate e a promoção da paz* (edição 05), sendo que o autor finalizou com o artigo *A Pacificação documentada (1921- 1927): Anos melhores- Parte IV* (edição 06). Para Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann, “Esta pesquisa teve como finalidade projetar novas imagens sobre o processo de modificação cultural dos Botocudo/Xokleng nômades, caçadores e coletores para sedentários agricultores” (Hoerhann, 2008a, p. 78).

Atentando-se à data de um ano da morte do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, em 2009, na edição número 05, de setembro/outubro, na seção *Entrevista*, o periódico publicou uma entrevista deste pesquisador concedida ao então estudante da quinta fase da graduação em História na UFSC, Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann, no ano de 1999. Nesta entrevista, as questões giraram em torno da atuação de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e as conexões com o SPI, os indígenas e a sociedade regional. Mas o entrevistador/estudante fez uma ressalva: “Hoerhann é destacado por ele [Sílvio Coelho dos Santos]⁵³ como o informante mais difícil que conheceu em sua vida profissional, pois mesclava assuntos pertinentes com anedotas e não permitia o acesso aos seus acervos” (Hoerhann, 2009, p. 80). A entrevista abordou, sobretudo, aspectos da relação entre Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e Sílvio Coelho dos Santos – a forma como se conheceram e os vínculos estabelecidos no cotidiano. Sílvio Coelho dos Santos inclusive destacou a dubiedade do termo Pacificação, com o pacificador o homem branco, mas, na leitura dos indígenas, sendo eles que pacificaram o homem branco; como descrito pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1979), “uma pacificação às avessas”. A Pacificação passou a ser compreendida e descrita com *aspas* pela antropologia, no período vivenciado pelo antropólogo catarinense, desde o início de sua carreira à data da entrevista. Sílvio Coelho dos Santos ainda apontou o SPI como uma instituição que procurou

⁵³ Colchetes nossos.

defender os indígenas de ataques dos regionais, sobretudo os bugreiros; mas, após promover o que o Estado brasileiro passou a chamar de Pacificação, não soube como proceder com estes indígenas, “[...] o SPI como um todo, como uma instituição, não sabia o que fazer depois dos índios contatados” (Hoerhann, 2009, p. 97).

Em 2011, na edição número 02, março/abril, na seção *Artigos*, Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann publicou o texto *Discussão de fontes primárias*, abordando fontes que deram base para sua tese de doutorado em História, no Programa de Pós-Graduação da UFSC, tendo como objetivo questionar o que chamou de identidade indígena, em momento de intensa relação entre indígenas e a sociedade regional. Fontes estas formadas pela documentação pertencente ao próprio Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, tais como correspondências, relatórios e ofícios, estes no período de 1914 até 1954, quando seu bisavô esteve à frente do Posto Indígena Duque de Caxias.

Durante este período de publicação do bisneto de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, no ano de 2008, houve, na seção *Entrevista* da edição número 05/06, de maio/junho, o depoimento do professor Sálvio Alexandre Müller, antropólogo e por muitos anos professor da FURB, autor de *Opressão e depredação: a construção da barragem de Ibirama e a desagregação da comunidade indígena local*, inclusive tendo sido orientado por Sílvio Coelho dos Santos. Esta entrevista ficou mais focada na carreira do entrevistado como um todo, não abordando as experiências do professor em relação ao povo indígena.

No ano de 2012, *Blumenau em Cadernos* publicou, da edição número 02 até a 06, o texto *A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul-americana*, do médico Hugo Gensch. Vivendo no Vale do Itajaí no início do século XX, Gensch adotou uma menina indígena, que recebeu o nome de Maria Korikrã. Contrapondo-se à ideia de degeneração racial e de promover ações de violência, que imperavam, na época, para com estes sujeitos; educou a menina e, entre seus objetivos, estava o de demonstrar que os Laklänõ eram tão capazes quanto os “brancos”. Hugo Gensch apresentou este estudo em Viena, na Áustria, em 1908, no XVI Congresso Internacional de Americanistas⁵⁴. Na sequência, na

⁵⁴ Em 1908, a colonização prosseguia no Vale do Itajaí, ocupando o território e promovendo o genocídio dos indígenas, e nem mesmo a fundação da Liga Patriótica para a Catechese dos Selvícolas, em 1906, em Florianópolis, idealizada para atuar com métodos pacíficos para com o indígena, foi capaz de superar o expediente de brutalidade já estabelecido. A tentativa dessa entidade de promover contato com os Laklänõ, no Vale do Itajaí, da qual ficou encarregado o naturalista e etnólogo tcheco Albert Vojtech Frič, acabou gerando outro tipo de resultado. Frič denunciou como a colonização procedia em relação aos seus conflitos com os indígenas; isto também no mesmo congresso, e em sua comunicação, solicitou uma posição dos membros do congresso em relação a tamanha brutalidade. As discussões no Brasil se estenderam em vários espaços; nos jornais, no IHGB, e com o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering. Este, ao se referir aos Kaingang no Oeste paulista, sempre defendera a penetração do “progresso” em detrimento do indígena. Tal situação, de repercussão mundial, a qual se expunha o

edição 01 de janeiro/fevereiro de 2013 de *Blumenau em Cadernos*, ocorreu a publicação, na seção *Documentos Originais*, do *Glossário dos Bugres de Santa Catarina*, de mesma autoria de Hugo Gensch.⁵⁵ Nesta esteira, a revista publicou o artigo *Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios: a reação contra o extermínio dos índios*, de autoria do doutor David Hall Stauffer (edição 04 julho/agosto de 2015), da Universidade do Texas, sendo este o terceiro capítulo de sua tese de doutorado, de 1955. No texto, o autor comentou as denúncias de Albert Vojtech Frič, sobretudo os massacres dos Laklānō, feitas no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, em 1908.

A republicação dos textos de Hugo Gensch e de David Hall, décadas depois de serem originalmente publicados, dialoga com autores que estão além do Vale do Itajaí, e também do próprio período enfocado privilegiadamente nesta pesquisa, mas este aspecto pode ser percebido em outras seções do periódico. Estas publicações estão vinculadas aos contextos em que foram produzidas, tanto em seu viés científico, como quanto ao local social: se o médico Hugo Gensch escreveu um glossário sobre o indígena, ele também adotou uma menina indígena – isto tudo dentro dos conflitos entre indígenas e o próprio Estado de Santa Catarina.

O que se evidencia nos textos mais recentes analisados é que as relações entre sujeito indígena e sociedade regional passaram a ganhar mais elementos – a questão do território, com a construção da Barragem Norte como elemento desagregador do povo Laklānō e estopim de diversos problemas na região.

As seções de entrevistas, cartas ou outras publicações no periódico são relevantes como material de pesquisa; no entanto, a contribuição genuína e pautada em debates, promovendo o crescimento do conhecimento científico, está situada na seção Artigos. Caso do artigo de Fernando Luiz dos Santos e Ancelmo Schörner, no qual os autores se utilizaram de jornais locais, e pretendiam também fazer uso da História Oral, não apenas com indígenas, mas com colonos que ocupam a área em litígio. Ou ainda de Marcia Barbosa Fagundes, pesquisando e problematizando a própria publicação de Hermann B. O. Blumenau, elaborada durante a colonização.

país, levou o governo do Brasil a colocar o Estado como responsável pelo indígena, e contribuiu para a implementação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais em 1910 (Santos, 2007; 1997).

⁵⁵ Entre os leitores do glossário, constata-se o próprio Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, que assim iniciou seu aprendizado no idioma dos próprios indígenas (Hoerhann, 2005). Após mais de uma década educando Maria Korikrã, Hugo Gensch, que manteve relações estreitas com Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, e consequentemente com o projeto civilizador do Estado, promoveu, juntamente com o “pacificador”, um encontro entre Maria Korikrã e seus pais biológicos (Wittmann, 2007).

Em 2016, as edições de *Blumenau em Cadernos* não promoveram menção aos indígenas, e em 2017, novamente o apontamento de cartas de imigrantes e relatos trazendo o sujeito indígena como já descrito: estereotipado, atravancando o projeto colonizador. Essa foi a tônica que encerrou aquele ano, e também o sexagésimo ano de *Blumenau em Cadernos*. Em se tratando das descrições de indígenas, foco desta pesquisa, o cenário pouco mudou em 2018. Na edição número 2, na seção Crônica, Alfredo Scottini retorna, e nesta oportunidade com o texto *Imigrantes ou Deportados*. Identificado como escritor e professor aposentado, descreve a chegada ao Vale do Itajaí dos trentinos na segunda metade do século XIX, e mais uma vez reafirma que o “[...] sr. Blumenau, o qual não apreciava italianos, mandou-os Vale acima, para livrar-se deles e servirem de escudo contra os indígenas, donos das terras e combatentes dos invasores” (Scottini, 2018, p. 79). É possível perceber uma alteração na descrição do autor em relação ao indígena, isto comparando com sua postura em publicações anteriores, pois utiliza o termo indígena em vez de termos depreciativos, além de afirmar estes como os verdadeiros donos das terras. Contudo, Scottini não deixou de sinalizar que, ao deslocar os italianos para regiões mais distantes do centro da Colônia Blumenau, a intenção de Hermann B. O. Blumenau sempre foi a de transformar estes imigrantes em escudos contra o indígena. Na edição posterior, número 3 de 2018, o médico húngaro e judaico, Alexander Lenard⁵⁶, que se estabeleceu em Dona Emma na década de 1950, entre suas diversas atuações, escreveu sobre a realidade local; nesta oportunidade, *Blumenau em Cadernos* trouxe o texto *Katharinensis*, onde o autor aborda a consolidação do que afirmou ser um dialeto único no mundo – este falado por 100 mil descendentes de germânicos que na época viviam em Santa Catarina, e para tal, relaciona a construção deste dialeto com a vivência destes com os indígenas Laklānō. Na seção Documentos Originais, na edição número um, de janeiro/fevereiro de 2019, o periódico publicou outro texto de Lenard, onde o médico demonstrou seu temor por um possível desaparecimento do idioma falado pelos indígenas; isso materializado pelo intenso e crescente contato que o autor presenciou entre indígenas e a sociedade regional. Na explicação que antecedeu o texto de Lenard, se vê pela primeira vez o termo Laklānō Xokleng em *Blumenau em Cadernos*, neste período pesquisado. Logo no início do texto, se comprehende que não se refere ao desaparecimento tão somente do idioma, mas de todo a cultura do que o autor denominou de botocudo; influenciado pela teoria da *crônica da extinção*, Lenard apresenta sua preocupação:

⁵⁶ Existem variações de seu nome. *Blumenau em Cadernos* trouxe Alexander, outros autores nomeiam o mesmo sujeito como Sandor Lénárd, mas se trata da mesma pessoa. Optou-se por utilizar o nome apresentado em *Blumenau em Cadernos*. Para maiores detalhes, ver *Sandor Lénárd no fim do mundo*, (Boppré, 2022).

Em uma dessas florestas há ainda trezentas pessoas que conhecem, falam e mantêm uma língua milenar enquanto ainda sobrevivem. Trata-se das últimas trezentas pessoas de um povo que dominava uma área ainda não delineada por fronteiras nos mapas. E há cinquenta anos ainda havia três mil delas. Quão bárbaro serão os próximos quinze anos, não nos atrevemos nem a imaginar (Lenard, 2019, p. 10).

Ainda nesta mesma edição, e com o título *A Expedição contra os Bugres*, o periódico trouxe na seção Fragmentos da Nossa História um compilado de quatro notícias do jornal de Itajaí, *Novidades*, sendo três do ano de 1905 e uma de 1913. Estas notícias foram utilizadas por diversos pesquisadores ao longo dos anos. As ações descritas relatam o clima de animosidade no qual vivia o estado catarinense nos anos que antecederam a Pacificação. Na edição número 4 do ano de 2019, a última publicada enquanto vinculada à Fundação Cultural de Blumenau, trouxe, na seção *Artigos*, um texto de Jutta Blumenau-Niesel, identificada como bisneta de Hermann B. O. Blumenau, e responsável pela Blumenau-Gesellschaft, entidade voltada ao cultivo das relações Blumenau-Alemanha. Neste texto, a utilização de termos como índios, bugres e selvagens concorre com a do termo indígenas. Sem problematizar os conflitos entre estes e os imigrantes, para a autora “Nenhum bugre resistia a uma roupa de cama xadrez” (Blumenau-Niesel, p. 2019, 35).

1.5 INDÍGENAS E IMIGRANTES EUROPEUS – DISPUTAS POR CLIO?

No período em que a revista *Blumenau em Cadernos* foi publicada pela Fundação Cultural de Blumenau (1997-2019), se buscou compreender como o indígena foi descrito e, especificamente, descrito pelo não indígena como o *Outro* da colonização se efetivando identificações e representações; para tal se pesquisou a incidência dos termos Xokleng, Laklänõ, Índio, Indígena, Bugre, Selvagem e Botocudo. Os dados obtidos foram sistematizados em três quadros e indicam uma mobilidade da presença do sujeito indígena na revista; mobilidade esta, diretamente ligada aos autores e às datas de cada edição lançada. Percebeu-se também as contribuições de pesquisadores que publicaram textos com rigor acadêmico e dados de pesquisa, e que, neste sentido, possibilitaram debates a partir destes levantamentos. É desta forma que estes textos saem do senso comum, que a temática indígena deixa de fazer parte apenas das memórias dos imigrantes, lideranças religiosas ou artífices da colonização e ganham um contorno de ciência, uma vez que, pautadas em fontes de pesquisa, procuram responder (mesmo que momentaneamente, o que é característico do fazer científico) questionamentos

específicos. Textos que não buscam um ponto final para tais pesquisas, mas sim, contribuições, e que, como a própria dinâmica do conhecimento científico, são passíveis de críticas e sugestões — enfim, já nascem prontos para serem sabatinados.

Os três quadros foram a forma eleita para apresentar os dados referentes às 153 edições analisadas, e sintetizam a maneira pela qual *Blumenau em Cadernos* apresentou o indígena em contraste com o imigrante europeu, e inclusive quando não o fez. O silenciamento presente em algumas edições foi descrito, nos quadros, como *não houve menção*. Cada uma das edições foi lida na íntegra, embora nem todos os textos tenham sido comentados nos subcapítulos anteriores; o objetivo foi compreender o rastro, o fio condutor que movimentou estas publicações. Que efemérides? Que datas? Que grupos mereceram ser homenageados, e quais foram lançados ao esquecimento? Como os novos ciclos foram assim apresentados ao público, se referindo ao aniversário da própria revista, em 1997 e em 2007? Estas questões permitiram chegar a um perfil para *Blumenau em Cadernos*. Por isso, alguns textos foram selecionados e debatidos nos subcapítulos anteriores: por serem representativos de como a revista foi organizada e distribuída para o público, apresentando a sua própria identificação, em especial no que tange ao problema da pesquisa.

Antes da análise dos dados, é importante destacar que a periodicidade e a forma de numeração do periódico, passaram por alterações no período pesquisado. No início deste recorte abordado, em março de 1997, *Blumenau em Cadernos* tinha uma tiragem mensal, possuindo, em suas edições, a numeração de 01 até 11, pois os meses de novembro e dezembro eram então unificados. A partir de 2001, a tiragem se tornou bimestral, periodicidade mantida até a edição julho/agosto 2019, a última pesquisada. No período entre 2001 e 2007, as numerações das edições se davam de forma que podemos considerar conjuntas; a edição relativa ao bimestre janeiro/fevereiro ganhou o número 01/02, a edição do bimestre março/abril, o número 03/04, isto sucessivamente até a última edição, número 11/12, para o bimestre novembro/dezembro. A partir de 2008, as edições passaram a ser numeradas de forma contínua; a edição do bimestre janeiro/fevereiro, número 01, março/abril, número 02, sucessivamente até o bimestre novembro/dezembro com o número 06; modelo vigente até a última edição pesquisada.

A seguir, apresenta-se o Quadro I, que sintetiza as edições da revista *Blumenau em Cadernos* em que os indígenas aparecem relacionados aos termos pesquisados, no período de 1997 a 2019.

Quadro I – Edições de Blumenau em Cadernos onde surgem os indígenas atrelados aos termos pesquisados (1997-2019).

Ano	Edição ⁵⁷	Termo(s) usado(s)	Seção	
1997	Nº 03	Índios, Selvagens	História & Historiografia, Memórias, Burocracia & Governo	
1997	Nº 04	Xokleng, Índios, Indígenas, Bugres	História & Historiografia, Pesquisas & Pesquisadores, Correspondências	
1997	Nº 05	Bugres	Correspondências	
1997	Nº 06	Índios	Autores Catarinenses	
1997	Nº 07	Xokleng, Índios, Indígena	Artigos, Documentos Originais, Pesquisa & Pesquisadores	
1997	Nº 08	Bugres, Índio, Indígena	Documentos Originais	
1997	Nº 09	Não houve menção		
1997	Nº 10	Índios, Indígenas, Bugres, Selvagens, Botocudos	História & Historiografia Documentos Originais	
1997	Nº 11/12	Índios, Indígenas, Selvagens, Bugres, Botocudos	Documentos Originais	
1998	Nº 01	Xokleng, Bugre, Índios, Indígenas	Verbetes para a História Catarinense, Pesquisa & Pesquisadores, Documentos Originais, Pesquisa & Pesquisadores	
1998	Nº 02	Índios, Bugres, Selvagens	Burocracia & Governo, Artigos	
1998	Nº 03	Não houve menção		
1998	Nº 04	Índios, Xokleng, Indígena, Bugre, Botocudo	Carta aos pais e parentes Hermann Blumenau (1846), Memórias, Autores Catarinenses	
1998	Nº 05	Não houve menção		

⁵⁷ De acordo com o recorte da pesquisa, o primeiro número publicado de *Blumenau em Cadernos* iniciado a partir da incorporação de Blumenau em Cadernos pela Fundação Cultural de Blumenau, se deu na edição número 03, de março de 1997. Assim, os números 01 e 02 daquele ano não foram pesquisados.

1998	N° 06	Índios, Bugres, Indígena	História & Historiografia, Pesquisa & Pesquisadores, Verbetes para a História Catarinense, Autores Catarinenses
1998	N° 07		Não houve menção
1998	N° 08	Xokleng, Índios	Artigos, Autores Catarinenses
1998	N° 09	Índios, Bugres, Botocudos, Indígenas	Pesquisa & Pesquisadores, Autores Catarinenses
1998	N° 10		Não houve menção
1998	N° 11-12	Xokleng, Índios, Indígena	Artigos
1999	N° 01		Não houve menção
1999	N° 02	Índio, Indígena	Biografias, História & Historiografia
1999	N° 03	Xokleng, Índios, Bugres, Selvagens, Indígena	Verbetes para a História Catarinense, Documentos Originais, História & Historiografia
1999	N° 04	Xokleng, Índios, Indígena, Selvagens, Botocudo, Bugre	Crônicas do Cotidiano, Documentos Originais
1999	N° 05	Índios, Bugre, Selvagens, Indígena	Documentos Originais, Artigo
1999	N° 06	Índios	Autores Catarinenses, Documentos Originais
1999	N° 07		Não houve menção
1999	N° 08	Bugres, Selvagens	Documentos Originais
1999	N° 09	Indígena, Bugres, Selvagens	Autores Catarinenses, Documentos Originais
1999	N° 10	Índios, Indígena, Bugres	Ensaio Biográfico
1999	N° 11-12	Índios	Biografia, Verbetes para a Historiografia Catarinense
2000	N° 01	Índios	Documentos Originais

2000	N° 02	Índios, Selvagens, Bugres	Documentos Originais, Autores Catarinenses, Artigos
2000	N° 03	Índios, Bugre, Botocudo, Xokleng	Artigos
2000	N° 04	Índios, Indígena, Bugre, Selvagens, Botocudo, Xokleng	Artigo, Autores Catarinenses
2000	N° 05	Indígena	Documentos Originais
2000	N° 06	Índios	Artigos
2000	N° 07	Não houve menção	
2000	N° 08	Xokleng, Índios	Crônicas do Cotidiano, Biografia, Documentos Originais
2000	N° 09/10	Xokleng, Índios, Bugre, Selvagens, Botocudos, Indígena	Blumenau 150 anos de fundação
2000	N° 11/12	Índios, Bugres, Indígena	Documento Originais, História & Historiografia
2001	N° 01/02	Índios, Indígena, Bugre	Crônicas do Cotidiano, Documentos Originais, Pesquisas & Pesquisadores, História & Historiografia
2001	N° 03/04	Bugre	Documentos Originais
2001	N° 05/06	Xokleng, Índios, Indígena, Bugres, Botocudos	Crônicas do Cotidiano, Documentos Originais, Pesquisas & Pesquisadores, Autores Catarinenses
2001	N° 07/08	Não houve menção	
2001	N° 09/10	Índios, Indígena, Bugre	Artigos, Biografia
2001	N° 11/12	Indígena	Crônicas de Natal, Impressões de Viajantes
2002	N° 01/02	Índios, Indígenas, Bugre, Botocudos	Autores Catarinenses, Documentos Originais, Artigos
2002	N° 03/04	Índios, Indígena, Selvagem, Bugre	Biografia, Artigos, Esporte e Lazer

2002	N° 05/06	Xokleng, Índios, Indígena, Bugres, Selvagem, Botocudos	Pesquisas & Pesquisadores, Biografia, Artigos
2002	N° 07/08	Índios, Selvagem	Biografia
2002	N° 09/10	Indígena	Pesquisas & Pesquisadores
2002	N° 11/12	Índios	Artigos, Autores Catarinenses
2003	N° 01/02	Xokleng, Indígenas, Índio	Autores Catarinenses, Artigo, Memórias
2003	N° 03/04	Índios, Indígena, Bugre	Artigo, Autores Catarinenses, Memórias
2003	N° 05/06	Índios, Bugres, Selvagens	Documentos Originais
2003	N° 07/08	Índios, Bugre	Entrevista, Burocracia & Governo, Documentos Originais
2003	N° 09/10	Indígena, Bugre	Autores Catarinenses, Documentos Originais, Artigo, Burocracia & Governo
2003	N° 11/12	Índios, Indígena, Selvagens	Pesquisas & Pesquisadores
2004	N° 01/02	Xokleng, índios, Indígena, Bugre, Botocudo	Artigo, Documentos Originais
2004	N° 03/04	Xokleng, Indígena, Índios, Botocudo	Artigo, Documentos Originais, Autores Catarinenses
2004	N° 05/06	Xokleng	Pesquisa & Pesquisadores
2004	N° 07/08	Índios, Indígena, Bugres, Botocudo, Xokleng, Selvagem	Artigo, Pesquisa & Pesquisadores
2004	N° 09/10	Não houve menção	
2004	N° 11/12	Índios, Bugres, Selvagem, Botocudo	Artigo
2005	N° 01/02	Índios, Indígena, Bugres, Selvagem, Botocudo	Documentos Originais, Artigos, Crônicas do Cotidiano
2005	N° 03/04	Índios, Indígena, Selvagem	Artigos, História & Historiografia
2005	N° 05/06	Índios, Indígena, Bugre	Artigo, Pesquisas & Pesquisadores, Autores Catarinenses

2005	N° 07/08	Índios, Bugre, Botocudo, Bugre	Artigo	
2005	N° 09/10	Índios	Artigo, Memórias	
2005	N° 11/12	Índios, Indígena	Autores Catarinenses, Artigo	
2006	N° 01/02	Não houve menção		
2006	N° 03/04	Xokleng, Bugres, Índios	Autores Catarinenses, Biografia	
2006	N° 05/06	Indígenas, Bugres, Selvagens	Autores Catarinenses, Memórias, Artigo	
2006	N° 07/08	Índios, Bugres	Artigo	
2006	N° 09/10	Índio, Bugre, Indígena, Selvagens	Artigo, Memórias, Autores Catarinenses, Fragmentos da História de Blumenau	
2006	N° 11/12	Índios, Indígenas, Bugre	Documentos Originais, Autores Catarinenses, Lembranças Natalinas	
2007	N° 01/02	Não houve menção		
2007	N° 03/04	Xokleng, Índios, Indígena, Bugres, Botocudos, Selvagem	Artigo, Documentos Originais	
2007	N° 05/06	Índios	Conto Literário, Biografia	
2007	N° 07/08	Indígena, Índios, Bugres, Selvagem	Artigo, Memórias	
2007	N° 09/10	Índios	Autores Catarinenses	
2007	N° 11/12	Xokleng, Índios, Indígena, Bugres, Selvagem, Botocudos	Artigos	
2008	N° 01	Índios, Bugres	Documentos Originais, Artigos	
2008	N° 02	Índios, Botocudo	Crônicas do Cotidiano, Documentos Originais	
2008	N° 03	Xokleng, Índios	Entrevista, Artigo, Correspondências de Imigrantes, Crônicas do Cotidiano	
2008	N° 04	Xokleng, Índios, Indígena, Botocudo	Apresentação, Artigo	
2008	N° 05	Índios, Indígena, Botocudo	Artigo, Apresentação	

2008	N° 06	Xokleng, Indígena, Índios, Botocudo, Bugres	Artigo, Autores Catarinenses
2009	N° 01	Indígena	Artigo
2009	N° 02	Índios, Indígena	Artigo, Crônicas Memorialistas
2009	N° 03	Índios, Bugres	Burocracia & Governo, Correspondências de Imigrantes
2009	N° 04	Índios, Indígena	Documentos Originais
2009	N° 05	Xokleng, Índios, Selvagem, Botocudos	Entrevista
2009	N° 06	Índios, Bugres, Indígena	Autores Catarinenses, Documentos Originais
2010	N° 01	Índios, Indígena, Bugre, Selvagem, Botocudo	Documentos Originais, Memórias
2010	N° 02	Índios, Bugre	Artigo
2010	N° 03	Índios	Artigo, Memórias
2010	N° 04	Índios	Correspondências de Imigrantes
2010	N° 05	Índios, Indígenas	Correspondências de Imigrantes, Autores Catarinenses
2010	N° 06	Índios, Indígena, Selvagem, Botocudos	Autores Catarinenses, Memórias
2011	N° 01	Índio, Indígena	Entrevista
2011	N° 02	Xokleng, Índios, Indígena, Bugres, Botocudo	Artigo, Entrevista
2011	N° 03	Índios	Correspondências de Imigrantes
2011	N° 04	Não houve menção	
2011	N° 05	Índio	Documentos Originais
2011	N° 06	Índios, Indígenas	Artigo, Documentos Originais, Autores Catarinenses
2012	N° 01	Não houve menção	
2012	N° 02	Índios, Indígenas, Bugres, Selvagens, Botocudos	Documentos Originais
2012	N° 03	Índios, Indígenas, Bugre	Documentos Originais, Artigo

2012	N° 04	Xokleng, Índios, Indígena, Bugre	Documentos Originais
2012	N° 05	Xokleng, Índios, Indígenas, Bugres, Selvagem, Botocudo	Documentos Originais, Artigo, Memórias
2012	N° 06	Índios, Indígena, Selvagem, Botocudos	Documentos Originais
2013	N° 01	Índios, Indígenas, Bugres, Selvagens	Documentos Originais, Artigos, Autores Catarinenses
2013	N° 02	Xokleng, Índios, Indígenas	Artigo
2013	N° 03		Não houve menção
2013	N° 04		Não houve menção
2013	N° 05		Não houve menção
2013	N° 06		Não houve menção
2014	N° 01		Não houve menção
2014	N° 02	Índios	Documentos Originais
2014	N° 03		Não houve menção
2014	N° 04	Índios, Indígena	Artigo
2014	N° 05	Índios, Selvagens, Bugre, Indígenas	Documentos Originais, Fragmentos da nossa história local, Memórias
2014	N° 06	Indígenas, Bugres	História & Historiografia
2015	N° 01		Não houve menção
2015	N° 02		Não houve menção
2015	N° 03		Não houve menção
2015	N° 04	Indígenas, Índios, Selvagem	Artigo
2015	N° 05		Não houve menção
2015	N° 06	Indígena, Índio, Bugre	Artigo
2016	N° 01		Não houve menção
2016	N° 02		Não houve menção
2016	N° 03		Não houve menção
2016	N° 04		Não houve menção
2016	N° 05		Não houve menção
2016	N° 06		Não houve menção

2017	N° 01	Indígena, Índio, Índios, Selvagens	Artigo, Memórias
2017	N° 02	Índio, Bugres, Indígena, Índios, Indígena	Artigo, Memórias de Família, História e Historiografia, Biografia
2017	N° 03	Índios, Xokleng, Selvagens	Memórias de Família
2017	N° 04		Não houve menção
2017	N° 05		Não houve menção
2017	N° 06	Índios	Artigo
2018	N° 01	Índio	Entrevista
2018	N° 02	Indígenas	Crônica
2018	N° 03	Índios, Indígenas	Documentos Originais
2018	N° 04		Não houve menção
2018	N° 05		Não houve menção
2018	N° 06	Índios, Indígenas	Documentos Originais Artigos
2019	N° 01	Bugre, Selvagem, Botocudo, Índios, Indígenas	Fragmentos da Nossa História
2019	N° 02		Não houve menção
2019	N° 03		Não houve menção
2019	N° 04	Bugres, Indígenas, Índios, Selvagens	Artigos

Fonte: Blumenau em Cadernos (1997-2019).

Conforme o Quadro I, os termos pesquisados surgem em 117 edições, totalizando 76,47%, daquelas publicadas entre 1997 e 2019, o que demonstra que o sujeito indígena é amplamente contemplado na revista. Nas diferentes seções, e representado de diversos modos, o indígena está na história do Vale do Itajaí em se tratando de *Blumenau em Cadernos*: em artigos científicos de historiadores e outros pesquisadores, em memórias de descendentes de imigrantes europeus, ou em documentos produzidos pelo governo, estes, principalmente no século XIX, documentos estes, em alguns momentos, escritos pelo próprio Hermann B. O. Blumenau. Desta forma, o indígena é apresentado como um sujeito intrínseco à história do Vale do Itajaí e à historiografia construída em *Blumenau em Cadernos*, ficando de fora apenas de 36

edições do periódico. Na maioria das vezes, porém, o indígena surge como um sujeito reativo à colonização. O Quadro II permite aprofundar essa questão.

Quadro II – Edições de Blumenau em Cadernos que contêm textos onde a presença indígena é discutida de forma central (1997-2019).

Número/ Ano	Seção	Autor(as/es)	Título
07/1997	Artigo	Nilson Cesar Fraga	A Barra do Rio Dollmann dá lugar a uma barragem que promete segurança ao Vale do Itajaí
10/1997	História & Historiografia	Gunther Plüschorow	Com os Botocudos
02/1998	Burocracia & Governo	Frederico Deeke	Relatório à Diretoria da Colônia Blumenau (29/3/1878)
04/1999	Documentos Originais	Eugen Fouquet (Publicado no jornal “Der Urwaldsbote” em 1923)	A decadência da prestação do serviço ao índio em Blumenau
	Histórias ao redor da fogueira do acampamento	José Deeke	Sob o domínio dos Botocudos
03/2000	Documentos Originais	Eugen Fouquet ⁵⁸ (Publicado no jornal “Der Urwaldsbote” em 1913)	Os resultados da catequese dos índios em Santa Catarina
04/2000	Documentos Originais	Eugen Fouquet ⁵⁹ (Publicado no jornal “Der Urwaldsbote” em 1912)	“O País” e a catequese dos índios

⁵⁸ Como já informado, texto em *Blumenau em Cadernos* sem autoria, mas atribuído a Eugen Fouquet.

⁵⁹ Como já informado, texto em *Blumenau em Cadernos* sem autoria, mas atribuído a Eugen Fouquet.

05-06/2002	Pesquisas & Pesquisadores	Silvia Maria Fávero Arend e Luisa Tombini Wittmann	O “Problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias
07-08/2004	Artigos	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A pacificação dos botocudos através dos relatórios do SPI
	Pesquisa & Pesquisadores	Lino João Dell' Antonio	Etimologia do termo Itajaí
11-12/2004	Artigo	Márcia Fagundes Barbosa	Hermann Otto Blumenau: o outro olhar construindo identidades outras
01- 02/2005	Documentos Originais	Padre Schüler	Uma caçada de bugres
03-04/2007	Artigo	Fernando Luiz dos Santos e Ancelmo Schörner	Conflitos territoriais entre indígenas e colonos em Doutor Pedrinho (SC): 1980-2000
03/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudos: a política indigenista através dos relatórios (1912 - 1926)
04/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada, parte II (1916- 1918): resistências à nova vida imposta
05/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada, parte III (1918-1921): a revolta dos Botocudos no Posto Plate e a promoção da paz
06/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada: Anos melhores – parte IV (1921-1927)

05/2009	Entrevista	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Entrevista com Sílvio Coelho dos Santos
06/2010	Autores catarinenses	Enéas Athanázio	O fantástico mundo da Etimologia
02/2011	Artigos	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Discussão de fontes primárias
02/2012	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul- americana – Dr. Hugo Gensch (Parte I)
03/2012	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul- americana – Dr. Hugo Gensch (Parte II)
04/2012	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul- americana – Dr. Hugo Gensch (Parte III)
05/2012	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul- americana – Dr. Hugo Gensch (Parte IV)
06/2012	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	A adoção de uma criança indígena: contribuição prática para solução da

			questão indígena sul-americana – Dr. Hugo Gensch (Parte V)
01/2013	Documentos Originais	Dr. Hugo Gensch	Glossário dos Bugres de Santa Catarina. Coletados dos lábios da indiazinha Korikrá ⁶⁰ , filha do cacique Kanyhama assassinado pelos caçadores de bugres
04/2015	Artigo	David Hall Stauffer	Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios: a reação contra o extermínio dos índios.
02/2017	História & Historiografia	Lino João Dell'Antonio	Topônimo Cedro
01/2019	Fragmentos da Nossa História	Jornal Novidades	A Expedição contra os bugres
	Documentos Originais	Alexander Lenard	Botocudo

Fonte: Blumenau em Cadernos (1997-2019).

Conforme o Quadro II, das 153 edições pesquisadas, apenas 30 apresentam algum texto voltado prioritariamente para o sujeito indígena no Vale do Itajaí. Entre esses, em sua maioria, artigos publicados por pesquisadores da área de História. Estes textos apresentam tanto resultados de pesquisas científicas realizadas a partir do universo acadêmico (caso da publicação de Sílvia Maria Fávero Arend e Luisa Tombini Wittmann), como incluem a publicação no jornal *Der Urwaldsbote*, por Eugen Fouquet em 1923, publicado originalmente no início do século XX. Ambos possuem a temática indígena no centro de suas discussões. O que se modifica é a forma, bem como as abordagens de cada texto. Também se destaca que

⁶⁰ O nome é grafado de diferentes formas: Korikrá, Coricrã, Koricran, entre outras. Nas documentações produzidas por Hugo Gensch e em outras referências bibliográficas consultadas, o termo mais usual é Korikrá. Todavia, mantivemos o termo apresentado na publicação em questão.

muitas destas publicações são continuidades de pesquisas – assim, é reduzido o número de autores envolvidos.

Confrontados entre si, esses dados tabulados nos dois quadros (I e II) apontam duas questões. Os indígenas, como sujeitos, no Vale do Itajaí, são apresentados maciçamente em *Blumenau em Cadernos* (Quadro I), apesar de o imigrante europeu ter se tornado a identificação padrão, que cunhou a região com o seu perfil. Artigos, memórias, documentação estatal — enfim, em todas as seções, os indígenas são descritos e em sua maioria como um desafio a ser superado pelo imigrante, configurando o Vale do Itajaí em *Vale Europeu*. Contudo, no segundo quadro, referente aos textos efetivamente publicados tendo o indígena como sujeito central, a figura se inverte. Se no Quadro I, das 153 edições, em 117 surgiram os termos pesquisados, totalizando 76,47%, neste segundo quadro, os textos relativos aos indígenas se referem a 30 edições, totalizando 19,60%.⁶¹

É importante reter, contudo, que a linha que faz esta separação entre os textos que são dedicados à questão indígena e os que não são, é muito tênue. O texto *Os cafuzos de José Boiteux: reflexões sobre uma comunidade nos 150 anos de colonização do Vale do Itajaí*, do geógrafo Nilson Cesar Fraga, publicado em 1998 na seção *Artigos*, não está indicado neste quadro, pois seu foco foram os cafuzos; mas os indígenas são mencionados em relação aos cafuzos. Já o texto *A decadência da prestação do serviço ao índio em Blumenau*, de Eugen Fouquet, consta, isto em função de focar especificamente os indígenas, e como descrito na apresentação da edição, se entendeu, naquele ano de 1999, como oportuno destacar na seção *Documentos Originais – Artigos* esse texto publicado originalmente em 1923, no jornal *Der Urwaldsbote*. Esta linha tênue não ocorre ao acaso. A história do Vale do Itajaí é uma história repleta de múltiplas relações entre imigrantes europeus e indígenas, que vão além das disputas por territórios. O que se evidenciou foi um esforço da construção e mitificação da figura do imigrante europeu que se lançou sobre a presença do indígena, ora ofuscando-a, ora distorcendo-a, apresentando-o de acordo com os interesses desta história singular.

Em se tratando da publicação de resultados de pesquisas acadêmicas sobre o povo Laklänõ, o número é bem menor em relação aos quadros anteriores: o Quadro III aponta sua presença apenas em 10 edições, distribuída nas seções *Artigos* (8), *Pesquisas & Pesquisadores* (1) e *Entrevista* (1). Estas dez edições representam 6,53% do total pesquisado. Com estes dados

⁶¹ As seções *Verbetes para a História Catarinense* e *Autores Catarinenses* não foram contabilizadas, pois, por vezes, mesmo em se tratando dos indígenas, não contemplam o objetivo percorrido: compreender as relações entre indígenas e imigrantes europeus no que se refere à construção das identificações e representações. Caso, por exemplo, do texto *Dois Livros*, onde Enéas Athanázio resenhou *Os Índios Xokleng - Memória Visual*, de Sílvio Coelho dos Santos, mas apenas explanou sobre a publicação, a partir da sua ótica como leitor.

se evidencia que o sujeito indígena é debatido no periódico, mas quando o debate se dá a partir de pesquisas científicas o número diminui brutalmente⁶².

Quadro III – Edições de Blumenau em Cadernos com divulgação de pesquisas científicas centradas nos sujeitos indígenas (1997-2019).

Número / Ano	Seção	Autor(as/es)	Título
07/ 997	Artigo	Nilson Cesar Fraga	A Barra do Rio Dollmann dá lugar a uma barragem que promete segurança ao Vale do Itajaí
05-06/2002	Pesquisas & Pesquisadores	Sílvia Maria Fávero Arend e Luísa Tombini Wittmann	O “Problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias
07-08/2004	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A pacificação dos botocudos através dos relatórios do SPI
03-04/2007	Artigo	Fernando Luiz dos Santos e Ancelmo Schörner	Conflitos territoriais entre indígenas e colonos em Doutor Pedrinho (SC): 1980-2000
03/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 - 1926)
04/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada, parte II (1916- 1918): resistências à nova vida imposta
05/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada parte III (1918-1921): a revolta dos Botocudo no Posto Plate e a promoção da paz

⁶² A pesquisa se centrou em analisar como *Blumenau em Cadernos* trabalha com a questão indígena em relação ao sujeito europeu, fugindo de seu objetivo desvendar as causas do baixo número destas publicações, ou do grau de interesse da academia pela questão indígena.

06/2008	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	A Pacificação documentada, (1921-1927): Anos melhores-Parte IV
05/2009	Entrevista	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Entrevista com Sílvio Coelho dos Santos
02/2011	Artigo	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Discussão de fontes primárias

Fonte: Blumenau em Cadernos (1997-2019)⁶³.

A análise sistemática das edições de *Blumenau em Cadernos*, entre 1997 e 2019, possibilitou verificar como uma parcela da sociedade regional, acionada através da Fundação Cultural de Blumenau e toda a teia de relações que isto envolve (o conselho editorial e a diretoria do periódico, até os leitores e assinantes), aborda não somente a questão indígena, mas as relações entre indígenas e a imigração no Vale do Itajaí. Esta análise possibilitou entender como uma historiografia do Vale do Itajaí foi sendo escrita neste período, a partir de *Blumenau em Cadernos*. Os quadros I, II e III evidenciam as opções realizadas pelo periódico (entendendo-se diretoria, conselho editorial, o órgão público ao qual está ligado e toda a esfera que sustenta tal publicação) para incluir ou excluir a temática indígena. E, ao optar por incluir, de que forma isso é feito?

Os indígenas são descritos de diversas maneiras nas páginas de *Blumenau em Cadernos*. De maneira geral, remetidos ao passado, quase sempre ao processo de ocupação territorial e à disputa por espaço com as frentes de colonização. O dia a dia da colonização, com seus recuos ou avanços, foi tratado, nas páginas da revista, por imigrantes, viajantes, colonos, pelos gestores da colonização (como presidentes da província de Santa Catarina e mesmo por Hermann B. O. Blumenau em suas cartas). Em sua maioria, pessoas que atuaram em prol da colonização do

⁶³ Em uma primeira análise se constatou que dentro do período estudado, de 1997 até 2019 estas publicações findaram em 2011. No entanto, é importante reter que *Blumenau em Cadernos* se manteve aberta para publicações dos mais diversos posicionamentos, métodos ou estruturas textuais como apresentado até aqui. Não é objetivo levantar discussões sobre qual ou quais motivos levaram a não publicação de textos com a temática indígena no formato de artigo, mas uma possibilidade para esta falta de publicação de artigos acadêmicos após esta data pode se dar em função de constantes readequações no formato de avaliação dos periódicos em função da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação no que se refere ao extrato de cada periódico. Fato que leva muitos pesquisadores vinculados a esfera acadêmica a buscarem periódicos de estratos mais elevados.

início do século XX, ou do final do XIX, eivados de suas crenças, descrevendo o indígena como um estorvo para o avanço da colonização, até mesmo propondo o seu extermínio, ideia veiculada pelo jornal *Der Urwaldsbote*, tendo Eugen Fouquet como seu maior expoente.

Mas em *Blumenau em Cadernos* a questão indígena, em si, não despertou interesse a ponto de ganhar uma reflexão mais profunda em 2014, quando se completaram cem anos da Pacificação (ou do Contato, em uma abordagem crítica à naturalização da “paz” estabelecida). Esse desinteresse já havia sido demonstrado sete anos antes, na edição especial dos cinquenta anos da revista, em que os artigos versaram sobre diversos temas, mas o indígena surgiu em poucos artigos: como sujeito que antecedeu a colonização e nas memórias de Urda Alice Klueger.

Afinal, o indígena é invisibilizado em *Blumenau em Cadernos* ou não?

Ao analisar os dados levantados nesta pesquisa, não é possível se utilizar de uma resposta taxativa para esta questão. Por um lado, se percebeu, nas efemérides, a construção de um pedestal para o imigrante europeu como ação constante na revista, ao lado do apagamento indígena (visível na não comemoração do centenário do Contato). A figura do sujeito indígena é mobilizada na medida dos interesses de cada publicação, mas, como demonstrado, na maioria das vezes, quando surge e não é apagado, é apresentado em oposição à colonização. Contraposto ao colonizador, que ocupa um espaço central – criando as futuras cidades a sua imagem e semelhança, nomeando ruas e praças, e até mesmo refletido no próprio nome do município (caso de Blumenau) –, é tratado como selvagem.

Seria a história veiculada por *Blumenau em Cadernos* uma História Tradicional, como a caracterizou Peter Burke (1992)? Um olhar específico para os contrastes apresentados na relação entre indígenas e imigrantes europeus pode demonstrar as características deste fazer historiográfico, que o historiador inglês sistematizou em seis pontos: 1) dimensão política, focada nas ações dos grandes homens; 2) narrativa dos acontecimentos, desprezando as alterações de longo prazo; 3) privilégio de uma história vista “de cima” em detrimento de uma história vista “de baixo”, assim excluindo visões de grupos subalternizados; 4) prioridade a documentos oficiais, produzidos pelo Estado; 5) ênfase nas ações dos indivíduos, perdendo a perspectiva do coletivo; 6) busca de uma história “verdadeira”, que não contempla diferentes vozes. A diversidade de gêneros textuais e de enfoques dos autores nos textos apresentados em *Blumenau em Cadernos*, nestes vinte e dois anos pesquisados (1997-2019), impossibilitou definir-lhe um caráter homogêneo, mas, em se tratando de suas opções, enquanto periódico — consideradas as efemérides destacadas e os documentos desenterrados do passado, ou ainda, as

entrevistas não feitas (com indígenas) —, delineou algumas práticas muito específicas do periódico, próximas de uma História Tradicional, conforme Burke (1992).

Nas efemérides, esta História Tradicional fica evidenciada – o apagamento de datas que poderiam ser comemorativas ou de reflexão, para os indígenas, contrasta com as celebrações dos imigrantes europeus. Este fato invariavelmente levanta questões: quem escolhe estas ações? Quem apaga e quem visibiliza os sujeitos na história do Vale do Itajaí no universo de *Blumenau em Cadernos*? A máxima estabelecida por Maria Regina Celestino de Almeida, referindo-se à história indígena brasileira, continuou vigente no Vale do Itajaí, por meio de *Blumenau em Cadernos*: “A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas [...]” (Almeida, 2017, p. 19). O método de enaltecer o imigrante europeu, implantado por José Ferreira da Silva, não apenas foi bem efetuado, mas transcendeu *Blumenau em Cadernos*, ganhou corpo e tomou a cidade: diversos eventos e publicações materializaram este direcionamento, um Instituto foi construído e sua sede ocupou um dos grandes espaços de representação eurocêntrica do Vale do Itajaí, o Castelinho da Moellmann, e isto tudo, antes mesmo de serem completados os 150 anos da fundação da Colônia Blumenau, e por consequência da colonização sistematizada em todo o Vale do Itajaí.

Um esforço para promover um debate, levando o indígena para o centro da discussão, se percebe em artigos de pesquisadores, como demonstrado no Quadro III. Cabe ressaltar que a maioria destes autores não pertencem ao círculo de produção científica e cultural de Blumenau. Fato que evidenciou outra questão: a produção desta gangorra identitária, onde o imigrante alemão possui o mais alto patamar às custas do rebaixamento indígena, se centra nas instituições sediadas em Blumenau – tanto a publicação de *Blumenau em Cadernos*, como a Fundação Cultural de Blumenau, a construção do Instituto Blumenau 150 Anos e até mesmo a FURB, todas enquanto instituições públicas, ou de algum modo vinculadas ao setor público, caso desta última, não promoveram a centralidade do indígena enquanto sujeito — o que, sabemos, vai além de uma análise do passado, mas envolve sua inserção na sociedade do momento presente, com seus desafios e mazelas desencadeadas no passado. Esta presença foi assim sufocada, sua voz jamais passou pela possibilidade de ser ouvida, o que pode ser interpretado não como um ato de descuido e desleixo, mas sim na construção de um silenciamento em prol do enaltecer o imigrante europeu.

Em *Blumenau em Cadernos*, se alguns conceitos, como *trabalho, família, tradição*, estão presentes para definir o imigrante europeu, outros conceitos, antagônicos, podem representar outros grupos. Isto fica evidenciado principalmente nas seções da revista mais focadas para as memórias dos primeiros colonizadores, quase sempre europeus (ou descendentes da primeira geração) que se fixaram na região, ou ainda, de viajantes que por vezes transitaram no Vale do Itajaí. Geralmente estes textos são correspondências trocadas entre estes europeus com seus familiares na Europa, onde procuraram demonstrar as diferenças entre as condições de vida no Vale do Itajaí nos princípios da colonização com a vida no Velho Mundo. Ao promoverem a representação deste indígena, forjaram a representação do imigrante e a identificação da região com a Europa e os europeus. Como pontuado pela historiadora Luísa Tombini Wittmann,

além do discurso da ferocidade dos índios, percebemos outra representação corriqueira divulgada nos relatórios, desta vez relacionada ao colono como profícuo trabalhador. Esse discurso reforçava, por um lado, a importância do imigrante enquanto agricultor que bons frutos trazia ao progresso do Brasil; por outro, insistia na inutilidade dos índios para o desenvolvimento da região que estava sendo colonizada (Wittmann, 2007, p. 62-63).

Como destacou Jacques Le Goff (1996, p. 109): “Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história”. Este capítulo visou pensar justamente essa escrita da história em relação ao povo Laklānō no Vale do Itajaí, tendo a revista *Blumenau em Cadernos* como foco. O capítulo seguinte examina outras formas de produzir narrativas sobre a história do Vale do Itajaí e dos indígenas, mas tendo como principal referência os municípios da outrora Colônia Hansa-Hammônia, principalmente o município de Ibirama.

2 A HISTÓRIA INDÍGENA NA COLÔNIA HANSA-HAMMÔNIA: IDENTIFICAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

“Portanto, o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram um lugar-comum nas representações do passado brasileiro” (Monteiro, 1999, p. 239).

Neste capítulo se faz necessário compreender a interação entre diferentes dimensões de representação, como aquelas reconhecíveis na criação de museus (especificamente, o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann), na instalação de monumentos comemorativos a efemérides e, atreladas a isto, realização de festividades e publicação de livros de história dos municípios da outrora Colônia Hansa-Hammônia. Estes últimos, geralmente financiadas pelo poder público municipal, quase sempre compreendidos como uma história oficial e possuindo uma única versão do que é relatado. Abrangendo a cidade de Ibirama, se pesquisou a inauguração de dois Monumentos: o Monumento do Pioneiro e do Índio, inaugurado em 1968 em alusão aos setenta anos do início da colonização da cidade, e o Monumento do Centenário, em alusão aos cem anos desta mesma efeméride, no ano de 1997. Estes são elementos que afirmam e difundem representações que circunscrevem indígenas e imigrantes europeus, e que convocam não somente a cidade de Ibirama, mas toda a região a dar respostas para um conjunto de questões: qual o espaço do indígena e do descendente de imigrante europeu? Quais os meandros da construção e da manutenção deste jogo identitário que movimenta estes sujeitos ao longo do tempo e do espaço? Quem articula estas identificações, e com qual propósito? Ao se criar um museu com o nome do *pacificador*, e outros elementos de representação identitária que vão além destas paredes museais, que imagem se pretende forjar da região?

As fronteiras construídas entre os grupos humanos são sempre móveis; resta saber quais as estratégias utilizadas nas delimitações entre imigrantes europeus e indígenas, em um *Vale autodenominado de Europeu*. Criar espaços de identificação que se queira europeus não basta, é preciso dar uma resposta para os *índios de Ibirama*. A fundamentação destas identificações europeias com supostas raízes no passado é fabricada como mecanismo para justificar ações no e do presente, tal qual aponta Eric Hobsbawm: “Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína.” (1998, p. 17). Aliás, o próprio passado se converte em

justificativa para tal; isto ocorre quando o indígena é congelado em uma narrativa que se encerra, e o europeu promove o “desenvolvimento” regional. O tempo passa a ser assim a própria articulação central de uma narrativa linear onde o imigrante europeu, com seus valores, se torna o ponto de partida e de chegada.

Sendo impossível promover a negação do indígena, os municípios da antiga Colônia Hansa-Hammônia realizaram elásticos exercícios de realocação de memórias que, além de publicações, monumentos e museu, se estendem para ações como Bailes do Chopp, festivais gastronômicos e o Natal Pelznickel de Ibirama. Ações que atualizam esta leitura que se pretende portadora de laços europeus e, ao fabricar um passado adâmico da imigração europeia, cria identificações, eclipsando o próprio indígena atual e do passado. Estes elementos, utilizados aqui como fontes, foram assim analisados dentro desta sociedade que criou o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, em 1968, e desde então, estão, de algum modo, associados nas disputas identitárias, não somente nas afirmações, mas nas negações e afastamentos de outros grupos que não europeus, notadamente o indígena.

Para tal empreitada, o texto foi dividido em três subcapítulos. Inicialmente, em *A Pacificação e o Pacificador* discute-se a relação da Colônia Hansa-Hammônia (e dos municípios que atualmente ocupam o que foi o seu território) com uma narrativa histórica que gira em torno da Pacificação e do Pacificador (tal como ficou conhecido, nessa narrativa, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann).

A seguir, *O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann* apresenta-se o museu que recebeu o nome de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. A instituição é compreendida como um microcosmo da sociedade onde está inserida, onde Ibirama atua enquanto uma fronteira tanto física (isolando os indígenas e impossibilitando sua mobilidade) como do campo simbólico, reforçando as diferenças entre a civilização representada pelo sujeito europeu e a selvageria, representada pelo indígena. Considera-se que o museu é uma instituição permeada por relações de poder, onde as representações dos sujeitos estão intimamente ligadas com as mesmas esferas de poder da sociedade. Por isso, em diálogo com bibliografia sobre instituições museológicas, são examinadas algumas de suas características e seu papel na afirmação de identificações e representações, bem como na visibilização e no apagamento de determinados sujeitos.

Em *Monumentos, Desfiles e Textos*, são apresentadas outras formas de identificação e representação envolvendo indígenas e imigrantes que vão além das paredes do museu: tanto publicações das histórias dos municípios da antiga colônia como a inauguração de dois

monumentos (com suas festividades) que homenageiam os imigrantes e sinalizam como os contrastes entre estes e os indígenas estão sendo colocados na região, e em que medida fazem ressonância com o roteiro apresentado no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

2.1 A PACIFICAÇÃO E O PACIFICADOR

Com a fundação da Colônia Blumenau, em 1850, cuja sede estava situada no atual município de Blumenau, levas de imigrantes europeus se estabeleceram nesta região de Santa Catarina, inicialmente alemães (e europeus do norte e leste) e posteriormente italianos. O crescimento populacional e a chegada de novos imigrantes levaram estes a buscarem mais terras dentro do Vale do Itajaí. Neste contexto, e dentro do que fora a grande Colônia Blumenau, foi fundada a Colônia Hansa-Hammônia, na última década do século XIX, região que atualmente abrange os municípios de Presidente Getúlio, Vitor Meireles, Dona Emma, Witmarsum, José Boiteux e Ibirama. Centro administrativo e político da Colônia Hansa-Hammônia, Ibirama conseguiu sua emancipação de Blumenau em 1934, e posteriormente deste território foram desmembrados e emancipados os municípios citados; em 1989, ocorreu a emancipação do último território, José Boiteux.

Foi na Colônia Hansa-Hammônia, em 22 de setembro de 1914, que se consolidou o processo denominado de Pacificação indígena, isto sob o ponto de vista dos membros do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), as diversas tentativas de promover um controle sobre o indígena a partir do findar da sua livre mobilidade e o controle dos seus próprios corpos na tentativa de transformá-los em trabalhadores rurais, começava a ganhar materialidade a partir de então. As narrativas em torno do encontro de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, completamente desnudo, com indígenas ditos arredios e violentos do povo Laklânõ indicam que este fato aconteceu na confluência do rio Hercílio (Itajaí do Norte) com o rio Platê, fato que foi amplamente divulgado em todo o Brasil, e descrito por pesquisadores como Jules Henry, Gregory Urban, Darcy Ribeiro e Sílvio Coelho dos Santos, estes de alguma maneira sendo contemporâneos do próprio Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e, em alguns casos, o entrevistaram. Os desdobramentos desse encontro criariam a caracterização regional ofensiva de *índios de Ibirama*, como se os indígenas se limitassem territorialmente por municípios, e os Laklânõ fossem pertencentes ao território de Ibirama. De todo modo, mais de uma década depois do encontro, em 1926 se deu a oficialização, pelo Estado de Santa Catarina, do Posto Indígena Duque de Caxias (Pereira *et al.*,

1998). Com a emancipação, em 1989, do município de José Boiteux, o território de Ibirama deixou de abarcar a Terra Indígena Ibirama La-Klanô. Território do evento denominado Pacificação, nele também foram iniciados projetos buscando transformar o indígena, até então de livre circulação, em trabalhador rural subordinado a funcionários do Estado. Foi a região onde os embates entre indígenas e frentes de colonização se tornaram mais letais. Fatores estes que fazem com que as memórias estejam mais manifestas. O município de Ibirama, por muitos anos, foi compreendido regionalmente como uma fronteira entre os indígenas e as frentes de colonização⁶⁴.

Com a Pacificação, em 1914, e o consequente aldeamento dos indígenas, o governo de Santa Catarina procurou acabar com o que se chamava de *correrias* – ataques indígenas nos núcleos coloniais. Assim, se buscou criar um cinturão de defesa, onde Ibirama passaria a ser visto regionalmente como o município onde indígenas foram definitivamente subjugados pelo Estado⁶⁵. Esta perspectiva de fronteira enquanto delimitação é analisada de forma mais pormenorizada por Antônio Carlos de Souza Lima, em sua publicação *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*:

Afinal, uma organização administrativa como a implementada pelo SPI, forma de a mais baixos custos estender o *cercro de paz* à máxima superfície geográfica possível, encenando e lançando as bases para que outros aparelhos de poder estatizantes se expandissem, teriam algumas contrapartidas evidentes (Lima, 1995, p. 292).

Para o autor, o evento da Pacificação, mais do que atuar sobre um grupo indígena dentro de cada universo regional delimitando espaços e sujeitos, esteve ligado a um projeto nacional de ocupação do território, baseado em relações de poder, fato que levou à construção de narrativas sobre este *outro*, este indígena. Assim, a construção destas fronteiras entre a civilização que promove a Pacificação e o povo indígena a ser pacificado é apresentada por Antônio Carlos de Souza Lima por meio de diversos termos da época: *pacificação, atração, guerra de conquista*, entre outros. Termos que demonstram o Estado como sujeito que constrói estas diferenças a partir de narrativas e estratégias bélicas não somente para a conquista, mas

⁶⁴ Após a Pacificação, e sobretudo na segunda metade do século XX, tanto a sociedade regional como alguns pesquisadores, entre eles Darcy Ribeiro, se utilizaram do termo “índios de Ibirama” para se referirem aos indígenas alocados no Posto Indígena, atual Terra Indígena Ibirama La-Klanô.

⁶⁵ A Pacificação não terminou com a livre mobilidade de todos os indígenas, sendo que alguns se mantiveram livres em outras regiões de Santa Catarina.

também para a manutenção do indígena enquanto um sujeito subjugado pelo Estado após a Pacificação. Cria-se, desta forma, a cisão de territórios e dos corpos que, fundada pela guerra de conquista, como indicado pelo autor, gerou assim o poder tutelar, este se espalhando com diversas outras instituições, movido pelos interesses do governo. As expedições visando o reconhecimento do território e das populações indígenas não findaram com o advento da Pacificação, no início do século XX, mas sim, foram elementos para uma contínua gestão deste *outro* – deste indígena (Lima, 1995). Além desta subjugação, o que esteve em jogo foi a posterior gestão destas terras e corpos pacificados – a conquista do território indígena é também a conquista do seu corpo,

[...] o poder tutelar exclui ao criar *postos indígenas* aos quais os povos nativos deveriam (re/a)correr, e junto aos quais deveriam se segregar. Ao mesmo tempo, porém, inclui populações e terras numa rede nacional de vigilância e controle, a partir de um centro único de poder (Lima, 1995, p. 74-75).

Em Santa Catarina, estas ações criadas pelo Estado, no início do século XX, ou em conluio com este, estiveram menos focadas em domesticar o indígena e mais nas práticas de extermínio, como nos diz John Manuel Monteiro (2001). Os indígenas pacificados em 1914, antes de tudo foram sobreviventes deste processo de extermínio orquestrado pelo Estado enquanto geopolítica de apropriação territorial. As fotografias dos bugreiros, disponíveis em vários arquivos históricos da região, evidenciam olhares mórbidos e nos revelam, hoje, estes embates, estas ações de extermínio⁶⁶. Os indígenas precisaram lidar com esta memória traumática do terror psicológico e, nas décadas seguintes, com outro inimigo: as doenças, sobretudo respiratórias, que dizimaram parcela do povo Laklânô pacificado e sedentarizado.⁶⁷

Tendo iniciado sua atuação no SPILTN como fotógrafo, aos dezesseis anos de idade, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, aos dezoito anos, em 22 de setembro de 1914 participou sob o ponto de vista de boa parte da historiografia, e da sociedade regional, como protagonista do evento que seria conhecido regionalmente como a Pacificação, sendo já o coordenador deste processo. Nas palavras de seu bisneto, o historiador Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann:

⁶⁶ Fotos do final do século XIX e início do século XX do resultado de “batidas” de bugreiros, em muitos casos junto às vítimas, estas, mulheres e crianças, estão disponíveis no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva em Blumenau, Arquivo Público Histórico Wera von Buettner Gemballa de Rio do Sul e Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

⁶⁷ Uma abordagem referente às doenças contraídas pelos indígenas logo após a Pacificação e seus efeitos está presente na publicação de Wiik (2001).

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann nasceu em freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho em Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1896. Seu pai, Miguel Hoerhann, foi instrutor de artilharia na Imperial e Real Marinha de Guerra da Áustria até 1884 na época do império austro-húngaro e Capitão-Tenente da Armada Nacional no Rio de Janeiro, onde lecionou esgrima e ginástica sueca. Sua mãe, Carolina de Lima e Silva Aveline Hoerhann, pertencia à aristocracia militar luso-brasileira, cuja família apresenta vasto histórico de envolvimento em conflitos bélicos tanto em Portugal como no Brasil (Hoerhann, 2012, p. 20).

Figura 1: Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst

Coleção/Fundo Público Municipal. Imagem 02-03b.

A trajetória de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann no Vale do Itajaí é objeto de múltiplas interpretações, sendo estudada e divulgada por diversos pesquisadores, sendo que até mesmo Sílvio Coelho dos Santos concluiu que Hoerhann foi seu informante mais desafiador, pois não

abria seus arquivos para terceiros, e em suas conversas combinava assuntos reais com causos (Hoerhann, 2009)⁶⁸.

Trajetória tão ambígua quanto suas alcunhas regionais, pois alguns o chamam de *pacificador*, outros o trataram como Eduardinho, e mesmo outros tantos como bugreiro; Eduardo de Lima e Silva Hoerhann dá nome para um dos museus do município de Ibirama, assim como a uma das salas daquela instituição, onde seus pertences são expostos de forma permanente. Ambiguidade esta que também está em seu túmulo; sepultado em 1976, em Ibirama, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann tem seu túmulo ornado por um monumento em formato de ponta de flecha, com a inscrição Katangará, nome recebido dos próprios indígenas com quem conviveu, e que significa madeira proveniente de uma árvore muito rígida. Sendo assim, pouco flexível.

Figura 2: Túmulo de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Ambiguidade perceptível inclusive na forma como o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, contemporâneo de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, descreve o *pacificador dos índios*: “Seus últimos anos de vida foram tristes. Vivia marginalizado pelos índios, pelos

⁶⁸ Esta informação foi abordada no primeiro capítulo, e se refere à entrevista de Sílvio Coelho dos Santos realizada por Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann em 1999 e publicada em *Blumenau em Cadernos* em 2009.

funcionários do SPI/FUNAI e pelos regionais. Apesar das posições ambíguas que em muitos momentos assumiu, não há dúvidas, porém, de sua dedicação à causa indígena e aos Xokleng” (Santos, 1997, p. 59). O antropólogo relata assim a forma como a sociedade regional então percebia o *pacificador*, no final de sua vida, depois de ter cumprido a missão de pacificar os indígenas, fazendo com que a expansão da colonização se tornasse possível. Sendo assim, não representava mais uma figura relevante para a sociedade regional, e deixando o cargo máximo do SPI, no Posto Indígena então chamado Duque de Caxias, no ano de 1954, quando da morte do indígena Basílio Lili Priprá; foi condenado, preso, removido do cargo de encarregado, vivendo ostracizado pelos indígenas, pelos regionais, e pelo SPI/FUNAI (Santos, 1997).

A ambiguidade em volta de Hoerhann é tão nebulosa que apesar de muitos pesquisadores lançarem-no neste ostracismo, é preciso relativizar esta ação. Isto sobretudo a partir dos espaços de memórias dos quais ele foi alçado após seus anos de atividade na região. Além da denominação do próprio museu, páginas elogiosas em muitas publicações regionais, nome de rua em Ibirama, elevaram-no a um patamar de célebre figura – que, se por seus feitos não possui unanimidade, conquistou notoriedade e em alguns espaços até prestígio regional, sendo condecorado com o título de cidadão honorário em Ibirama, Presidente Getúlio e Rio do Sul (Hoerhann, 2005).

Mas a trajetória da Pacificação não pode ser compreendida somente a partir da perspectiva de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, e dois eventos anteriores são indispensáveis para não cairmos na lógica do mito, do desbravador e *pacificador* que sozinho teria vencido os temíveis indígenas do Vale do Itajaí. Inicialmente, é importante compreender que, desde 1830, os indígenas são percebidos pela sociedade regional como protagonistas de confrontamentos, em função de suas terras tradicionais terem sidos ocupadas por criadores de gado na região serrana (Paula, 1924; Santos, 1973). Sendo assim, por quase um século (antes de 1914) os indígenas haviam percebido seu espaço sendo diminuído, e consequentemente entrado em conflito com criadores de gado na serra catarinense. Outro ponto importante diz respeito às diversas experiências e tentativas de projetos de controle dos indígenas, elaboradas anteriormente ao evento regionalmente denominado de Pacificação, entre elas também as catequeses.

A fim de impedir os Xokleng em sua constante mobilidade na região sul a principal alternativa produzida pelas autoridades do Período Imperial foi a tentativa da

catequese indígena, conjugada com a implantação do aldeamento de São Thomaz de Papanduva, na região ocupada pelos Xokleng (Pereira *et al.*, 1998, p.14)⁶⁹.

E, entre outros locais, um projeto de catequização de indígenas no atual município de Rio do Sul foi cogitado pelo governo provincial no final do século XIX (Nötzold; Vieira, 2000). Antes da atuação de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, outros projetos “pacificadores” não lograram êxito do ponto de vista do Estado:

Em 1912 o SPI reorganizou sua atuação no sul do país reunindo as inspetorias de Santa Catarina e Rio grande do Sul, nomeando para a chefia do órgão Raul Abbott. Nesse novo plano de ação o SPI concentrou sua atuação em uma área determinada a fim de realizar os trabalhos de atração e contactação. Abbott deslocou-se para o Alto Vale do Itajaí instalando uma base de operações em Ibirama.

[...]

Inicialmente instalou um posto de atração na região do rio Krauel e em seguida localizou um outro posto de atração na região do rio Plate, construído pela Sociedade Colonizadora Hanseática, onde um grupo Xokleng acabou contactado a partir de setembro de 1914. Importante referir que Raul Abbott conseguiu que a Sociedade Colonizadora Hanseática desistisse de uma área de 30.000 hectares de sua concessão para a constituição de futura reserva para os indígenas que seriam “pacificados” (Pereira *et al.*, 1998, p. 19).

Anteriormente à Pacificação da qual Eduardo de Lima e Silva Hoerhann se efetivou como uma figura mítica regional, outras tentativas, somadas à própria percepção dos indígenas de seu contexto, se tornaram elementos que levaram uma parcela dos indígenas a buscarem uma aproximação, com o objetivo de findar a violência. Se por um lado, o Estado, através do SPILTN, procurou os indígenas, os indígenas também procuraram o Estado⁷⁰. Mas todo este contexto de conflito, que se intensificou a partir do século XIX e início do XX, criou uma ideia de ferocidade do indígena e de sua impossibilidade de Pacificação; a não efetivação de projetos de catequização, os constantes conflitos com bugreiros – vários são os fatores que promoveram uma desconfiança por uma grande parcela da sociedade blumenauense em relação aos projetos de convivência entre indígenas e sociedade regional:

A chamada pacificação dos botocudos em território catarinense foi bastante comentada em artigos jornalísticos, documentos governamentais e conversas informais no município de Blumenau. Os blumenauenses, durante alguns meses,

⁶⁹ Como visto no capítulo anterior, os projetos de catequização dos indígenas sofreram duras críticas, sobretudo em periódicos no início do século XX, possuindo seu maior expoente o jornal blumenauense *Der Urwaldsbote*.

⁷⁰ A ótica do indígena protagonista e sua agência será debatida no capítulo 4, que trata de entrevistas com indígenas.

ficaram divididos entre os que comemoravam o sucesso da missão chefiada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e os que duvidavam de qualquer atividade pacífica diante de tão perigoso grupo indígena (Wittmann, 2007, p. 155).

Baseado nos estudos de Urban, o antropólogo Alexandre Namem (2020) conclui que os embates bélicos que se arrastaram por décadas, e que consequentemente promoveram a diminuição das terras ocupadas pelos indígenas, podem ser compreendidos como elementos que levaram os indígenas a criarem um faccionalismo interno, assim, dividindo o grupo dos “botocudos”⁷¹ em três facções. A facção Rakranò foi contatada por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e aderiu ao projeto de Pacificação (Namem, 2020). Já a facção

Ngrokòthi-tô-prèy corresponde ao grupo contatado em 1912 próximo a Porto União, Estado de Santa Catarina. Segundo o mesmo autor [Greg Urban]⁷², a facção Angyidn corresponde ao grupo desaparecido, é possível, na Serra do Tabuleiro (Estado de Santa Catarina) e sobre a qual não se tem mais informações precisas desde os anos 1920 (Namem, 2020, p. 20).

A figura de *pacificador* é forjada neste contexto, em que os indígenas viviam há várias gerações, sangrentos conflitos, com suas terras diminuídas violentamente pela ocupação de imigrantes europeus no Vale do Itajaí, de um lado, e por outro, pelos criadores de gado na serra catarinense, antigo corredor das tropas. Neste cenário, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann promoveu a Pacificação sem armas. Numa, seguindo os preceitos de não agressão indicados por Cândido Mariano da Silva Rondon, ou simplesmente Marechal Cândido Rondon, sintetizados na máxima, *Morrer se preciso for, matar nunca*; contatou os indígenas na confluência do rio Hercílio (Itajaí do Norte) com o rio Platê, dando início a um projeto onde a transformação do indígena Laklânõ de seminômade para sedentarizado passou também pela transformação deste em trabalhador da agricultura⁷³. A ambiguidade da pacificação e do *pacificador* é também apontada por Luísa Tombini Wittmann: “A ambigüidade é revelada nas palavras do próprio Eduardo: ‘Se eu não os pacificasse, os imigrantes se encarregariam de exterminá-los. [...], mas civilizá-los é o mesmo que aniquilá-los’.” (Wittmann, 2007, p. 212). Não é objetivo aqui esgotar

⁷¹ Como já indicado anteriormente, no início do contato botocudo era o termo utilizado, surgindo em diversos relatórios oficiais. Foi o termo utilizado por Alexandre Namem para designar os indígenas, atualmente denominados de Laklânõ.

⁷² Colchetes nossos.

⁷³ Entre os trabalhos mais relevantes a esse respeito se encontram Santos (1973), Wittmann (2007) e Hoerhann (2005, 2012).

a biografia de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, mas, pensar como se dão estes embates identitários em Ibirama, especificamente em torno do museu que recebeu seu nome.

2.2 O MUSEU MUNICIPAL EDUARDO DE LIMA E SILVA HOERHANN

As etapas de produção e acumulação no período da colonização do continente que se convencionou chamar de América, seguiram a cartilha do capitalismo, onde o não enquadrado se converteu em marginal, em pária da sociedade. Congelado no passado e sem possibilidade de fala, sua representação já se deu a partir dos desejos do imperialismo, como apontou Françoise Vergès,

depois de segmentar as populações em grupo e governá-las de forma discriminatória, o imperialismo estabeleceu o progresso como meta, destruindo tudo em seu caminho numa busca predatória de novas oportunidades de lucro – e em troca lacrando o passado em arquivos empoeirados e vitrines de museus. A escrita da história pelo imperialismo, que foi um dos mecanismos mais poderosos da sua reprodução, encerrou as pessoas em categorias fixas e transformou o anti-imperialismo em coisa do passado (Vergès, 2023, p. 57).

A entrada dos europeus na América foi materializada através de relações de poder, exploração e violências das mais diversas, desde o campo físico até o campo simbólico. Tal qual já descrito por Michel de Certeau (1982), o europeu tomou a América como uma página em branco para assim escrever um prolongamento da sua própria história no continente americano. Fator este, que segundo Tzvetan Todorov, é a ação fundamental na construção da identificação da América, “[...] é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente” (Todorov, 1999, p. 06). Esta trajetória de massacres dos povos originários esteve permeada pela construção de uma narrativa eurocêntrica baseada nas diversas formas de violência, inclusive epistemológica, onde o acervo material e a construção de museus estiveram associados:

Os séculos acompanharam os saques, as espoliações, as conquistas por violência e muitas outras formas de submissão social e cultural, que são responsáveis pela constituição de importantes instituições de pesquisa e por enormes impérios de bens patrimoniais. As coleções e os acervos dos museus antropológicos, de alguma forma, são herdeiros dessas trajetórias (Bruno, 2012, p. 40).

A apropriação de elementos materiais relativos às culturas indígenas para compor os mais diferentes espaços na Europa, sistematizados no século XIX em Gabinetes de Curiosidades e posteriormente em museus, seguiu este mesmo ideário. É nesta perspectiva que, sobretudo no século XIX, com a real efetivação dos Estados nacionais, dos nacionalismos e das identificações nacionais, estes objetos a serem musealizados passaram a ganhar um sentido dentro do discurso que compôs a nascente formação das modernas nações. O sentido da formação da identificação nacional moderna passou a ganhar não somente uma perspectiva de futuro, mas também um passado. Os alemães, por exemplo, passaram a serem descritos como descendentes diretos dos germanos, e por consequência cada nação forjou o seu passado nacional, e nesse forjar o passado também se estabeleceram, entre outros aspectos, as invenções das tradições (Hobsbawm; Ranger, 1997).

Neste sentido, a construção de uma narrativa singular não apenas demonstrava quem eram os franceses, os alemães ou os brasileiros, mas construía também fronteiras identitárias, ocasionando assim a construção do patrimônio cultural com caráter nacional, tal qual nos diz José Reginaldo Santos Gonçalves: “Os ‘patrimônios culturais’ são constituídos concomitantemente à formação dos Estados nacionais, que fazem uso dessas narrativas para construir memórias, tradições e identidades” (Gonçalves, 2007, p. 148). O mesmo autor, em outro texto, *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*, utilizando de sagaz cautela, aponta o fato de que não foram a modernidade e as modernas nações que inauguraram a construção de patrimônios enquanto vetores de identificações e tradições, mas sim a modernidade, que dará um contorno específico para estas identificações (Gonçalves, 2005).

No século XIX, a formação desta identificação como projeto moderno da recente nação brasileira foi pautada no apagamento da diversidade; identificação nacional fundada, portanto, no esforço da construção de uma homogeneidade. No ano de 1845, ganhando o concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB com seu prosaico projeto *Como se deve escrever a História do Brasil*, Karl Friedrich Philipp von Martius incluiu na configuração do país, indígenas, negros e brancos. Teoria que, fazendo escola, deu margem para outras perspectivas, sendo que, em 1854, em *História Geral do Brazil*, Francisco Adolfo de Varnhagen excluiu outros sujeitos da História, afirmando neste contexto que para o indígena “não há história: há só etnografia” (Varnhagen, 1979, p. 38). A história era branca, e não negra ou indígena; para este último, havia apenas etnografia. Se deu início ao que poderia ser descrito

como o *mito das três raças*. Negando todas as tensões existentes neste momento, o negro e o indígena sucumbiriam em um futuro não muito distante, dando ao Brasil um perfil estritamente branco.

Aliás, a relação entre a escrita da história, o IHGB e os nascentes museus, foi muito estreita, de acordo com Ana Maria Alves Machado (2013). Assim se comprehende os meandros da relação entre Estado nacional e os esforços para representações:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo (Gonçalves, 2007, p. 155).

Fato este abordado nos museus, segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses: “O problema da identidade nacional – ao qual se acopla o da memória nacional – é, por certo, de bastante relevância para tratar a problemática do museu histórico” (Meneses, 2013, p. 58). Para Françoise Vergès (2003, p. 41), “[...] o museu é um dos pilares da narrativa nacional, uma vitrine do nível de civilização que o país alcançou, a prova de que ele faz parte das ‘grandes nações’ que contribuíram para a evolução da humanidade”. Ainda para a autora, o museu se converteu, além de espaço de representação do próprio Estado-nação, também nos seus projetos de dominação (Vergès, 2023). Quanto à questão indígena designadamente, este período específico – a consolidação dos Estados nacionais, sobretudo o caso brasileiro com o advento da República, em fins do século XIX – esteve eivado de processos científicos. Neste contexto brasileiro, os museus, além de promoverem exposições, realizaram divulgações em periódicos próprios e desenvolveram explorações e pesquisas científicas, e neste cenário se destacaram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista, em São Paulo e o Museu Goeldi, no Pará (Grupioni, 2008).⁷⁴ Para Luís Donisete Benzi Grupioni,

⁷⁴ Os museus brasileiros, principalmente estes citados por Luís Donisete Benzi Grupioni (2008), tiveram uma trajetória marcada por uma narrativa que pode ser descrita como nacionalista e responsável, em certa medida, pela formação da identificação nacional brasileira para aquele momento. Contudo, não se desvincularam totalmente das perspectivas hierarquizantes herdadas da metrópole europeia, isto mesmo apesar a Independência e a Proclamação da República. Pois, mesmo pesquisando, explorando, catalogando e exibindo, os museus

As expedições científicas empreendidas no início deste século, com o intuito de coletar material etnográfico destinado à formação de coleções, caracterizavam-se pelo espírito de aventura que as cercavam: desbravar territórios ainda virgens ou pouco explorados e ir ao encontro de populações nativas desconhecidas. Revestiam-se de, também, de um caráter humanista: era preciso preservar a cultura dos povos indígenas que fatalmente iriam se extinguir, daí a significação ganhar, neste período, pelo recolhimento de artesanatos por eles produzidos. As coleções etnográficas cumpriram assim um papel fundamental: como documentos materiais das mais diversas formas da atividade humana, elas se constituíram no registro palpável da diferença e antes que essa desaparecesse, era fundamental aprisioná-la, para que ela fosse preservada, estudada e exibida (Grupioni, 2008, p. 22-23).

O cenário do Vale do Itajaí neste período, início de século XX, era bastante adverso. Bugreiros investidos de seus armamentos infestavam as matas da região em combates com indígenas; as páginas dos jornais regionais noticiavam as “batidas” destes célebres assassinos, que de acordo com Darcy Ribeiro aplicaram a maior forma de violência no Brasil contra populações indígenas neste período (Ribeiro, 1979). Apesar deste passado de quase etnocídio para com o povo Laklänõ, parcelas de objetos indígenas foram sendo de alguma forma conservadas e guardadas por particulares, e mesmo que o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann não existisse no início do século XX, pois só viria a ser construído em 1968, o espírito de coletar e preservar material de culturas indígenas, como afirmado por Luís Donisete Benzi Grupioni (2008), com este intuito de documento material, registro da diferença de grupos em vias de desaparecimento, estava em voga no Vale do Itajaí.

Além de microcosmo social, conforme indicado pelo Instituto Brasileiro de Museus (2011), o museu é compreendido aqui a partir da definição de Mário de Souza Chagas (2015, p. 32), “[...] como arena, como um espaço de conflito”, e não como espaço neutro, pacífico, de efetivação da memória de poucos. Segundo pesquisa do IBRAM, divulgada em 2011, até setembro de 2010 o Brasil possuía 3.025 unidades museológicas, sendo 199 em Santa Catarina (IBRAM, 2011), estado assim descrito por esta instituição:

Assim como os demais Estados da região Sul, a cultura em Santa Catarina foi fortemente influenciada pelos imigrantes europeus – predominantemente alemães e italianos –, que começaram a desembarcar na região a partir da segunda metade do século XIX, quando foi proibido no Brasil o tráfico de escravos africanos. Da mesma forma, os portugueses açorianos, colonizadores do litoral catarinense ainda no século XVIII, interviveram na constituição cultural do Estado. Esse conjunto de influências pode ser percebido na arquitetura, na culinária, nas festas tradicionais e nos museus

estabelecidos nos países colonizados se formaram à imagem e semelhança dos países colonizadores (Bruno, 2008). Para além disto, permaneceram afastados de outros centros de produção científica no Brasil, mas em estreita relação com museus europeus e estadunidenses (Schwartz, 2013).

catarinenses. Neles são encontrados traços fundamentais da história da região (IBRAM, 2011, p. 523).

Se o IBRAM descreveu o estado como sendo fortemente influenciado por imigrantes alemães e italianos, o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM-SC em sua publicação no ano de 2008 vai além, e mesmo ao descrever este como composto por diversos grupos, indígenas e afro-brasileiros, apresenta a região do Vale do Itajaí como *Vale Europeu*. Em 2008, o SEM-SC segue a divisão geográfica dividindo o território catarinense em oito regiões museológicas, entre elas o *Vale Europeu*, assim descrito:

O Vale Europeu é um importante polo econômico e turístico de Santa Catarina. Abriga diversos grupos étnicos: europeus, indígenas e afrodescendentes. A região conta com uma forte indústria têxtil, com boas condições para o ecoturismo, além de muitos Museus e Casas de Memória, que preservam e criam o passado e o presente da história do Vale (Piovesan, 2008, p. 29).

O *Guia de Museus de Santa Catarina* publicado em 2024 divide o estado sem sete regiões museológicas, e não aponta a característica de cada uma destas regiões, mas especificamente em relação ao Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, o descreve sua especialidade em Antropologia e História (Santa Catarina, 2024). Sendo assim, não aponta especificamente para a cultura indígena, por mais que aborde a antropologia. Como a maioria dos museus da região Sul, o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann é municipal (IBRAM, 2011, p. 63).

Sendo Ibirama historicamente o núcleo da antiga Colônia Hansa-Hammônia, onde por décadas diversos pesquisadores publicaram sobre a Pacificação, e considerada a expressão *índios de Ibirama*, justifica-se ser o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann a instituição museológica aqui abordada, inclusive porque preserva e guarda parcela significativa do acervo indígena e do SPILTN, entre outros objetos. Neste subcapítulo se analisa o museu e sua relação com a sociedade de Ibirama e demais cidades da antiga Colônia Hansa Hammônia. O museu foi pesquisado como um espaço onde as identificações e representações foram e estão sendo colocadas em flagrantes disputas, assim como observado em *Blumenau em Cadernos*, mas, tal como o referido periódico, o museu não pode ser compreendido fora das ligações dos sujeitos que grafam estas identificações e representações para a cidade de Ibirama e região da

Colônia Hansa-Hammônia. A maneira como a sociedade regional construiu o museu e como este ressoa para a região é compreendida em sua relação entre seu interior e seu exterior, ou, dito de outra maneira, vista de dentro e de fora de suas paredes.

Investigou-se a hipótese de o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann ser compreendido no contexto de criação de espaços para a efetivação do que Antônio Carlos Souza Lima (1995) chamou de *Cerco de Paz*: a partir da Pacificação do povo Laklânõ (ao menos, do grupo que se submeteu a este processo), possuindo como marco o dia 22 de setembro de 1914, foram sendo criadas outras estratégias de dominação e controle, estas, criações advindas do que o autor considerou ser um *Poder Tutelar*, e que se difundiram para várias esferas sociais. Poderia a criação do museu, em 1968, setenta anos após o início da colonização de Ibirama (e 54 após a Pacificação), ser interpretada como uma das manifestações do exercício do Poder Tutelar? Poderia o museu ser compreendido como um vetor que promove o discurso de ser a última fronteira entre a colonização e os indígenas, ou entre a civilização e a barbárie, no Vale do Itajaí?

O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann foi instalado no antigo Hospital Hansahoehe, seguindo os preceitos do que nos ensinou Mário Chagas (2015), quando constata que não é mera coincidência o fato de muitos museus estarem implantados em espaços onde outrora funcionaram o que o autor chama de *estruturas de poder*. Museu municipal, instalado na segunda metade do século XX, distante do século XIX, não possuía uma perspectiva de delimitar os contornos de uma identificação nacional, mas sobretudo uma identificação regional.

E de que regional estamos falando, afinal? Que passado seria apresentado neste museu?

Um museu do interior, sobretudo interior de Santa Catarina, em um município de maioria de descendentes diretos de imigrantes alemães. Região, esta onde também ocorreram embates identitários ocasionados em função da campanha de nacionalização, no Estado Novo e agravados com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contrário à Alemanha; na prática, naquele período, para Ibirama, o que ocorreu foi o fechamento de escolas, a proibição da utilização do idioma alemão, entre outras ações⁷⁵. Isto tudo certamente estava bem vivo na memória de alguns sujeitos quando da implantação do museu, em 1968, e neste contexto, se deu a fundação do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, em 16 de julho, sob a lei nº. 551, pelo então prefeito Carlos Pabst. Em seus artigos, a lei estabelece o museu e seus objetivos:

⁷⁵ Tema exaustivamente trabalhado pela historiadora Marlene de Fáveri (2005) para Santa Catarina como um todo.

Art. 1º Fica criado o Museu “Eduardo de Lima e Silva Hoerhann”.

Parágrafo único: o Museu Municipal funcionará juntamente com a Biblioteca Municipal e Arquivos da Sociedade Colonizadora Hanseática.

Art. 2º O Museu Municipal destina-se a coletar e manter em permanente a mostra objetos vinculados à formação histórica e cultural de Ibirama e congêneres, com o objetivo básico de divulgar aspectos da sedimentação social em nossa região (Ibirama, 1968)⁷⁶.

Este documento evidencia a articulação entre a documentação da Sociedade Colonizadora Hanseática e a sociedade de Ibirama. O museu será aqui interpretado a partir de três pilares: a narrativa proposta pelo museu, a ressonância operada e a construção do objeto enquanto integrante do acervo musealizado. Impossibilitados de serem analisados de forma isolada, são assim compreendidos aqui como bases para a própria construção do museu. O objeto, que constitui o acervo, e a construção da narrativa caminham juntos (Santos, 2006). Destarte, surgem as questões: Que narrativa ou narrativas existem dentro do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, sustentadas por quais objetos, e atingindo que espécie de ressonância?

Antecedendo qualquer análise, é fundamental retomarmos a cautela indicada pelo professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses para com a historicização do próprio museu enquanto mais uma construção humana e dentro do seu tempo e espaço, o que faz todo museu ser compreendido a partir do seu momento presente, e longe de ser um espaço sacralizado de certezas absolutas: “Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem” (Meneses, 2013, p. 26).

O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann está vinculado ao Departamento de Cultura do município de Ibirama e seu prédio é tomado por um corredor central e sete salas temáticas para exposição, sendo o próprio corredor espaço de exposição: nele há dois cartazes se referindo a um sítio arqueológico no município de Ibirama e os moldes que deram base para a construção do Monumento ao Centenário da cidade de Ibirama, inaugurado no ano de 1997

⁷⁶ Meio século depois, em 2018, foi publicado o decreto nº. 4.244, de 10 de agosto; este “Aprova o regimento interno do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e dá outras providências” (Ibirama, 2018). Neste decreto continuam sendo validados os artigos de 1968; além disso, há o processo de atualização dentro do cenário atual, onde não há significativas alterações do ponto de vista de delimitar identificações, mas apontando fatores como intercâmbio com outras instituições e os horários de funcionamento.

no centro da cidade)⁷⁷. Além da sala da administração, há três reservas técnicas, sendo uma destinada à arqueologia.

Não foi possível quantificar as peças que o museu possui, pois esta informação não estava disponível no ano de 2022, quando da pesquisa de campo. As fichas de doação dos objetos que compõem o acervo não foram sistematizadas nas gestões anteriores, assim, diversos objetos passaram a ser doados sem critério e sem estas fichas. O que resta pensar é que para alguns dos objetos expostos constam o nome dos doadores, e é fácil perceber que em sua maioria se referem aos sujeitos mais proeminentes da sociedade, oriundos das famílias mais abastadas, como por exemplo a Mesa Redonda, que contém o mapa da Sociedade Colonizadora Hanseática, doada ao museu pela família de Magdalene Luderwald Aichinger, considerada o primeiro nascimento em Hammônia.⁷⁸ Constatou-se que não há uma sala de exposição reservada exclusivamente aos indígenas, mas a reserva técnica, que consta possuir acervo arqueológico, está em processo de finalização e adequação de suas funções.

A sala Hermann Baumann leva o nome do funcionário ferroviário que assumiu várias funções, de guarda-chaves a fiscal do tráfego; é destinada à preservação da memória da rede ferroviária da Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC, que cortou o Vale do Itajaí no século XX, do litoral, na cidade de Itajaí, até Agrolândia, sendo desativada no início dos anos 1970. Em Ibirama, iniciou-se um ramal, e a EFSC passou a habitar o imaginário popular. Nesta sala estão expostos uniformes e fotografias, entre outros objetos do acervo. O memorialista Harry Wiese assim descreve a inauguração desta sala de exposição de longa duração, denominada de exposição permanente:

No dia 28 de junho de 2006, foi inaugurada a Exposição Permanente do Acervo Ferroviário Trecho Subida-Ibirama, anexo ao Museu Municipal, na sala Hermann Baumann. Esta exposição é um espaço reservado para o deleite de imagens e materiais que retrataram parte da história da extinta Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC. O acervo consta de aproximadamente 50 fotografias, em tamanho de 50cm x 40cm. As fotos mostram momentos da construção da ferrovia, além de passagens do cotidiano

⁷⁷Além deste museu, o município conta com outro espaço museal, pois foi inaugurada, em 08 de novembro de 2021, a Casa Histórica Hermann Schwarzrock, na localidade de rio Rafael, interior do município, e que tem como acervo, objetos do cotidiano do imigrante europeu (Ibirama, 2021).

⁷⁸ Idealizada por Carlos Kriegbaum em 1917 a mesa de madeira foi construída por Henrich Berg, e ficou exposta no Hotel Berg em Ibirama (após a Primeira Guerra Mundial). Nela foi entalhado o mapa de Hansa-Hammônia, com seus lotes demarcados até então. Esta mesa cartográfica funcionou como uma espécie de mecanismo de arrecadação de recursos financeiros para alemães após a Primeira Guerra Mundial, pois cada família que realizasse a doação de mil réis recebia a implantação de um pequeno prego em seu lote representado na mesa; já as famílias que doassem a quantia de dez mil réis recebiam um prego maior. No fim das arrecadações, se somou a quantia de quinhentos e sessenta mil réis. Esta descrição é uma síntese das informações contidas na placa de identificação exposta junto a própria mesa.

da população em relação ao trem. A exposição permanente foi idealizada e patrocinada pelo Consórcio Empresarial Salto Pilão⁷⁹, com o apoio da Prefeitura Municipal de Ibirama. As fotografias foram cedidas por pessoas da comunidade. Importante participação foi dada por Rubens Habitzreuter, a quem coube fazer a seleção e organização da mostra permanente, portanto, é o criador da exposição. Grande número de autoridades e seletos públicos, juntamente com Hermann Baumann estava presente na inauguração. Foi um momento de emoção e nostalgia (Wiese, 2007, p. 491-492).

A sala da Comunidade Luterana leva o nome do Pastor Aldinger, e conta com diversas fotografias da comunidade, além de objetos sacros e documentos.

A sala Padre José Brandel é destinada ao acervo da comunidade católica da região, e possui, nas características do acervo exposto, semelhança com a sala da comunidade luterana.

A sala que leva o nome do imigrante alemão Rolf Betz conta com uma das grandes atrações do museu, vinculada a clubes de aviação; o imigrante alemão criou 75 réplicas de aviões em miniatura (todas doadas para o museu), além do avião Pulga, confeccionado pelo próprio Rolf Betz e funcionando com motor de fusca.

A sala referente à Colonizadora Hanseática está repleta de documentos, principalmente referentes ao processo de demarcação do território, os mapas expostos em quadros, porta-mapas, fotografias e a mesa redonda já referida.

A sala Ivo Müller se refere ao farmacêutico de Brusque que se instalou em Ibirama, inaugurando a primeira farmácia da região, e se apresenta com várias fotografias e cartazes contando parcelas de sua biografia, além de objetos utilizados em sua labuta na farmácia.

Por fim, a sala Eduardo de Lima e Silva Hoerhann traz o nome do próprio *pacificador*, e apresenta objetos mesclados entre os seus, de uso particular, e os do Serviço de Proteção aos Índios, como celas de cavalos, botas e uma imponente espada. Assim, esta mescla apresenta um sujeito que transitou entre o público e o privado, e ao ser a grande liderança no processo de Pacificação, sedentarização dos indígenas e seu início de processos de produção agrícola, Hoerhann passou a ser a personificação do próprio Estado, em muitos casos.

Todas estas salas, que nesta análise podemos chamar de não indígenas, apresentam algo em comum: trazem nomes de pessoas, cada qual dentro do seu tempo, são humanizadas com biografias de sujeitos reais. Fotografias com rostos, com nomes, ligados a ações, a documentos que conferem sentido às pessoas enquanto indivíduos singulares. Inclusive a sala Eduardo de

⁷⁹ Ao referido consórcio, foi liberada a possibilidade da instalação da hidrelétrica de Salto Pilão, na cidade de Lontras, esta, limítrofe de Ibirama. Diversas são as atividades realizadas pelo mesmo descritas como culturais, entre estas, a implantação desta sala no museu.

Lima e Silva Hoerhann possui um cartaz com parcela de sua árvore genealógica. No entanto, junto a esta sala constam objetos indígenas. Arcos, flechas e bordunas estão apresentadas, e tal como em *Blumenau em Cadernos*, não é possível apontar a invisibilização indígena, mas o desafio que se apresenta é justamente compreender o seu lugar, tal como proposto por aquele veículo de divulgação da história – pensar o lugar que o museu reserva para o indígena.

Lado a lado com os objetos do SPI e do *pacificador*, os objetos indígenas estão em uma mistura que, naquele contexto, acaba dando sentido a uma narrativa hegemônica. Possuindo suas individualidades apagadas, nesta exposição, os indígenas são apresentados como sujeitos coletivos e mesclados em um tempo encerrado, onde os objetos da cultura indígena servem tão somente para confirmar esta narrativa proposta.

Figura 3: Acervo SPI.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figura 4: Acervo indígena junto à sala Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Para Myriam Sepúlveda dos Santos, “A narrativa [...] subordina o outro elemento da linguagem museológica que é o objeto. O acervo não é mais quem dita a exposição; ele aparece como auxiliar à narrativa” (Santos, 2006, p. 69). Esta narrativa é compreendida aqui como elemento capaz de dar sentido ao acervo e promover ressonância. A noção de ressonância foi proposta por Stephen Greenblatt (1991):

Por ressonância entendo o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque (Greenblatt, 1991, p. 250).

Para o autor, ressonância significa, portanto, este poder que o objeto exibido possui de evocar estas forças que foram capazes de produzi-lo. Um arco, uma espada, assim, evocam elementos de um contexto em que foram elaborados. Em seu artigo *O novo historicismo: ressonância e encantamento*, o autor lançou questões bastante concretas e objetivas: “Como os

objetos chegaram a ser expostos? O que está em jogo na sua caracterização como ‘dignos de museu’? Como eram originalmente utilizados?” (Greenblatt, 1991, p. 252).

Alocando estas questões para o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann no cenário de construção de monumento e festividades do septuagésimo aniversário de colonização de Ibirama, se observam os valores e sujeitos em questão a serem homenageados dentro do museu. A lei de criação do museu que levou o nome do *pacificador*, em seu Artigo 2º, sinalizou sua função, seu “objetivo básico”: “divulgar aspectos da sedimentação social em nossa região” (Ibirama, 1968).

A fundação do museu já indica os arquivos da Sociedade Colonizadora Hanseática como um referencial de aproximação; é a partir desta ótica que o museu foi fundado. Ou seja, o roteiro já estava esboçado! Mas devemos nos perguntar: que roteiro? Esse, onde os arquivos da colonizadora, mesclados com a biografia do *pacificador*, dão o tom? Como teria sido a relação desta companhia com os indígenas, em um período onde a posse da terra disputada com estes mesmos indígenas foi seu capital? Logo a terra, elemento que mediou os conflitos! Klaus Richter, em sua publicação *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*, apontou os objetivos desta empreitada, que previa a colonização com sujeitos alemães nas respectivas regiões. No entanto, os desafios enfrentados ao longo das décadas seguintes e as alterações promovidas na geopolítica mundial promoveram mudanças no plano inicial da colonização; mesmo assim, deveria ser mantida a ideia original da efetivação da colonização com o sujeito alemão.

O Decreto federal nº. 528, de 28 de junho de 1890, que *Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil*, contexto em que a Sociedade Colonizadora Hanseática firmou seu contrato com a Província de Santa Catarina, fazia restrição à entrada no Brasil de africanos e asiáticos. Quando esta política se alterou, em 1907, com o Decreto nº. 6.455, de 19 de abril, deixando de fazer qualquer tipo de restrição, a Sociedade Colonizadora Hanseática se apressou, e dez dias depois, em 29 de abril, o contrato com a Província de Santa Catarina foi alterado, mantendo a proibição de vendas de lotes para pessoas identificadas, no documento, como *pretos africanos e chins* (como eram identificados os asiáticos). Já para os indígenas, havia uma alusão: “Ficava a Sociedade obrigada a ajudar na construção de igrejas e escolas, a contratar médicos e providenciar os remédios necessários, a organizar junto com os colonos a defesa contra incursões dos índios.” (Richter, 1992, p. 32).

Encravado no Alto Vale do Itajaí, agindo como uma fronteira entre a civilização e a barbárie, o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann tem sua narrativa moldada e sustentada para torná-lo este espaço onde o imigrante europeu se movimenta no tempo, e mais, constrói farmácia, indústria, avião, denotando sua engenhosidade e capacidade de adaptação. Os objetos que formam o que pode ser compreendido como parcelas do acervo indígena e que são apresentados, como arcos e flechas, não estão sozinhos, mas sim expostos em contraste/relação com outros objetos de outros grupos que compõem a região, pois a poucos passos destes objetos se apresenta a sala Hermann Baumann, que remete à Rede Ferroviária Santa Catarina, ou a sala Pastor Paul Aldinger, referente à Comunidade Luterana. O que existe de comum a estas salas do museu? O fato de que se pode observar um sujeito imigrante europeu como um sujeito em movimento, construindo processos de transformação social, ficando assim em evidência o fato de que estes sujeitos são compreendidos como sujeitos que *fazem a história*. Tanto quanto apontado por Francisco Régis Lopes Ramos, são estes cruzamentos que ditam as relações:

Na medida em que são vestígios do passado recente ou mais longínquo, os objetos também se constituem, vale repetir, em cruzamentos possíveis. Não possuem essência, não são definidos de modo pronto e acabado: são tessituras, tramas em movimento (Ramos, 2020, p. 27).

Estes objetos, tal como compreendidos por Francisco Régis Lopes Ramos (2020), não possuem sentidos finitos, mas sim articulados aos interesses de quem os estabelece enquanto acervo de museu e, além disto, efetivados como elementos que detêm a capacidade de construir perspectivas outras de futuro. Assim como Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, os sujeitos da comunidade luterana, como o Pastor Paul Aldinger, ou mesmo Hermann Baumann, da ferrovia, ganharam visibilidade e vetores de memória para além das paredes do museu, como nomes de logradouros, fato que também aponta que estes sujeitos, além de possuírem prestígio social e representarem uma parcela da sociedade regional, também são descritos como sujeitos detentores de individualidades, com seus nomes, suas identificações. Interesses de quem os estabelece enquanto acervo de museu e, além disto, efetivados como elementos que detêm a capacidade de construir perspectivas outras de futuro.

A construção destes elementos como patrimônio cultural é assim delimitada a partir de um discurso, tal como apontado por José Reginaldo Santos Gonçalves: “os objetos que

identificamos e preservamos enquanto ‘patrimônio cultural’ de uma nação ou de um grupo social qualquer não existem enquanto tal senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos” (Gonçalves, 2007, p. 142). Em Ibirama, o discurso não apenas delimita a exposição, mas o próprio museu que, ao receber o nome do *pacificador*, já indica qual narrativa uma parcela da população de Ibirama quer consolidar.

O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann segue o que é descrito por Diana Taylor (2013) como “roteiro”: “Ao invés de privilegiar *textos* e *narrativas*, poderíamos também ver os roteiros como paradigmas para a construção de sentidos que estruturam os ambientes sociais, comportamentos e consequências potenciais” (Taylor, 2013, p. 60). Ao transcender o campo textual, a autora apresenta o roteiro como elemento que orienta e organiza o campo da compreensão, sobretudo pautado na repetição e nas estruturas de compreensão dos sujeitos. Apesar de o foco desta autora não ser o universo museal, nos ancoramos em sua definição de roteiro como conceito onde apresenta o desenrolar de fatos já efetivados através de descrição que pode ser elaborada por séculos; desta forma, este roteiro que apresenta uma narrativa, já possui, em si, seus personagens e sua estrutura narrativa, bem como seus sentidos. A autora apresenta como exemplo a trajetória de Cristóvão Colombo e as ações do que, para os espanhóis, ficou conhecido como a Descoberta da América de 1492 e sua primeira citação, de 1493. O roteiro desta experiência, denominada pelos espanhóis de descobrimento, é compreendido como teatral; personagens e atos são consagrados através do tempo e se configuram como performance, onde as identificações estão bem delimitadas:

O roteiro do descobrimento é realmente teatral. Os autoproclamados descobridores performatizam a reivindicação em público ao encenar movimentos específicos (fincar a bandeira) e ao recitar as declarações oficiais em um espetáculo apoiado por sinais visíveis de autoridade (a bandeira real e os estandartes com as letras gravadas) (Taylor, 2013, p. 95).

O roteiro necessita da performance, e ambos caminham lado a lado e se articulam como elementos que explicam a realidade e distribuem os papéis destas ações teatrais,

performatizar o ato de posse significa fazer a reivindicação; testemunhar e escrever legitima-o. As cartas e os diários asseguram a reputação do colonizador, não apenas aos olhos do Rei e da Rainha, mas também para as gerações seguintes (Taylor, 2013, p. 102-103).

A performance da “conquista” significa transcender o momento presente, suas ações se alastram visando o futuro. As cartas e demais documentos dão conta assim de sua expansão para além do tempo e do espaço. O roteiro passa a ser composto por vários elementos, da sua própria representação teatral, com o fincar a bandeira, até a escrita transoceânica que chegará aos reis católicos. No momento atual, este roteiro da descoberta ainda nos assola. Cinco séculos depois, sua estrutura, seus atores e as mazelas de suas consequências estão tão presentes quanto em 1492, e a criação desta narrativa com sujeitos presos em suas identificações ainda ecoa: “O roteiro do descobrimento continua a nos assombrar [...]” (Taylor, 2013, p. 117-118). O roteiro, neste sentido, é elemento que se compõe de várias estruturas e se fundamenta em uma narrativa pronta e acabada. Ao nomear seu primeiro museu, em 1968, com o nome do *pacificador*, e com base na documentação da Sociedade Colonizadora Hanseática, os seus idealizadores inauguraram o seu roteiro, este já determinando o espaço indígena. O roteiro não possibilita outras abordagens para o grupo indígena a não ser esta configuração onde está definido e embalsamado no passado. Um visitante desavisado que frequentar o museu e a cidade de Ibirama pela primeira vez poderá concluir que os indígenas não vivem mais na região, sendo sua trajetória encerrada em 1914, com a Pacificação.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em seu texto *Memórias e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*, ao citar James Clifford aponta as dimensões identitárias que o museu pode assumir ao promover exposições do *outro*; ao se expor uma sociedade indígena, se tem também a perspectiva da metrópole: “Trabalhando com museus e coleções antropológicas, Clifford (1985) bem demonstrou como neles se tem não apenas a representação do indígena, mas também do branco; das colônias, mas também das metrópoles” (Meneses, 1998, p. 97). O museu se efetiva assim não somente a partir das *Musas*, sobretudo de Mnemósine, mas a partir da sua relação com o poder, com Zeus, como descreve Mário Chagas:

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco se pode reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder. Assim, os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica (Chagas, 2015, p. 33).

As relações entre museu e poder são elaboradas de forma bastante problematizada na publicação *Em nome do objeto: museu, memória e ensino de história*, de Francisco Régis Lopes Ramos. Nesta, o autor relata a trajetória da Irmandade do Caldeirão, constituída por camponeses devotos de Padre Cícero e localizada no sul do estado do Ceará. Chegou a possuir mais de 1.000 pessoas, entre 1926 e 1936, quando, sob a acusação de iniciar um núcleo similar a Canudos, foi desmantelada pela polícia do Ceará, que aniquilou esta experiência comunitária e, posteriormente, subtraiu os objetos destes camponeses, conduzindo-os para a delegacia da capital, Fortaleza. A experiência cristã comunitária, fracassada em decorrência da violência do Estado, levou o mesmo Estado a musealizar estes objetos apreendidos no momento da destruição e desintegração da comunidade do Caldeirão. Transferidos para Fortaleza, tais objetos foram expostos como uma prova do crime, como diz Francisco Régis Lopes Ramos, maneira utilizada pelo Estado para demarcar este *outro*, este diferente. A exposição foi, assim, uma forma de criar esta fronteira entre o lícito e o ilícito. Utilizados como exemplo a não ser seguido, estes objetos,

Transmutaram-se. Deixaram de ter valor de uso para ganhar valor de memória. Não uma memória dos que usavam os artefatos, mas exatamente a memória dos que subtraíram esse valor de uso em nome do valor de “prova do crime”, capaz de sintetizar a “vida estranha”, diante da qual as autoridades tomaram as providências necessárias. Se a primeira reconfiguração se deu na recolha compulsória, a segunda ocorreu na delegacia de Fortaleza, exatamente quando os artefatos foram exibidos para visitação pública (Ramos, 2020, p. 144).

Assim, o Estado criou uma coleção que, posteriormente, da delegacia passou para o museu, o Museu do Ceará, em Fortaleza, onde se encontra atualmente. Objetos que outrora tinham valor de uso, foram convertidos em uma coleção de objetos com função de representação, a representação do *outro*, a representação dos camponeses que vivenciaram a comunidade do Caldeirão nas primeiras décadas do século XX enquanto uma nova experiência coletiva de sociedade. Evidenciam-se, na discussão do autor, as relações de poder estabelecidas sobretudo a partir dos ditames do Estado, o qual não apenas vigia, mas pune. PUNE e exibe os objetos subtraídos em combate com uma população civil, criando o sujeito musealizado, como que elaborando assim, uma lição para aquela sociedade.⁸⁰

⁸⁰ Para o autor, além da delegacia, outros espaços possuem em comum os atos de coletar artefatos e de os exibir. Francisco Régis Lopes Ramos aponta que os “Zoológicos, necrotérios e delegacias possuem ligações pouco confessáveis com a legitimidade que os museus pretendem ter. Ligações que se articulam com a letra da lei e dos

A fronteira, como diz Francisco Régis Lopes Ramos, é assim estabelecida e pensada a partir da sua construção e relação com o Estado – é este quem cria as dicotomias entre o *nós* e os *outros*, o Estado molda a diferença, e para além deste evento, há principalmente o ato de estabelecer valores, e estes, delimitados em seu roteiro. Na publicação *A danação do objeto: o museu no ensino de história*, Francisco Régis Lopes Ramos compara os *roubos* causados pela expansão napoleônica e aqueles promovidos pela Polícia do Ceará (neste caso, do Caldeirão), entendendo-os como elementos que criaram ligações históricas e sociais entre a apropriação de objetos e sua musealização, enquanto construção de uma narrativa (um roteiro) sedimentada pelo Estado,

os roubos do império napoleônico (ou da polícia do Ceará...) indicam que a própria tessitura de acontecimentos, que vai da “ex-posição” do objeto para a exposição museológica, é bastante significativa. Afinal, o museu institucionaliza um grande movimento de locação de objetos. Portanto, sempre vale a pena perguntar: por que certo objeto foi parar em determinado museu? (Ramos, 2004, p. 138).

Também Françoise Vergès (2023, p. 29) corrobora com este raciocínio; para a autora, a máxima de pilhagem se aplica a todos os museus europeus: “Os museus europeus são depósitos de ladrões, e a colonização foi uma oportunidade ímpar de cometer saques com legitimidade total. A universalidade do museu se originou no roubo”. Para a autora, a colonização, como espaço/tempo onde estas pilhagens se originaram, se estruturou em uma teia costurada pelo racismo e escravidão, entre outros fatores que delimitaram as estruturas sociais na construção do outro e sua musealização. Em se tratando especificamente da América do Sul, Glória Kok apresenta a mesma análise, delineada pelas relações coloniais baseadas na violência, racismo e relações de poder:

Os museus da América Latina assumiram, então, o papel de fabricação e legitimação de narrativas visuais e estratégias de representação das populações autóctones, conferindo-lhes a condição de selvagens, presos ao passado de origem da nação. Os objetos etnográficos, por sua vez, foram inscritos fora da temporalidade moderna, passando a ser exibidos como relíquias. Deste modo, por meio de objetos, imagens, símbolos e memórias, os museus investiram em uma produção simbólica articulada à narrativa para forjar as identidades nacionais sul-americanas, calcadas em fatos

jornais, com a letra dos livros de história [...]” (Ramos, p. 2020, 150). O autor assim indica as estruturas de poder como estruturas onde o cerceamento do *outro* não somente é construído, mas catalogado, exposto, enfim, musealizado.

históricos e nas figuras dos heróis, que se inscrevem no presente hegemônico e na história dos países (Kok, 2018, p. 06).

Glória Kok (2018) aponta, na América Latina, o esforço de criação de identificações em um universo racial, onde o mestiço (filho de pai espanhol ou de pai português) se configurou na elite nacional; neste contexto, o indígena foi convertido no outro musealizado e congelado no passado. Nestas lutas de identificação e representação que deram início aos Estados nacionais da América do Sul, o indígena foi mais invenção a partir de desejos destas elites do que a sua realidade em si. A divisão dos grupos, como forma de manter as estruturas de poder, se deu junto aos nascentes Estados modernos da América do Sul, que, dentro do espectro das relações e valores coloniais herdados das metrópoles, reproduziram as estruturas de subordinação e em muitos casos ainda mantiveram a estrutura da escravidão, mesmo após a independência, como no Brasil.

Com um acervo em que os próprios indígenas não realizaram doações de seus objetos, onde não participaram na montagem de exposições, sendo uma instituição que ainda leva o nome do *pacificador*, o que nos resta seria perguntar como o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann é percebido/sentido pelos indígenas Laklânõ. Outras realidades direcionam algumas possibilidades de análise, como a partir da experiência de Davi Kopenawa, liderança indígena Yanomami. Em visita ao Museu do Homem, em Paris, Davi Kopenawa definiu o que sentiu ser um museu: “Em outra ocasião, levaram-me para visitar uma grande casa que os brancos chamam de museu. É um lugar onde guardam trancados os rastros de ancestrais dos habitantes da floresta que se foram há muito tempo” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 426). Ressoando a perspectiva de Francisco Régis Lopes Ramos, da violência e poder do Estado, em guerras e violações para com minorias, com o exemplo do Caldeirão, no estado do Ceará, Davi Kopenawa aponta o museu como local de espólio de guerras, em franca relação de poder: “As imagens desses antepassados foram capturadas ao mesmo tempo que esses objetos foram roubados pelos brancos, em suas guerras” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 426). Tanto quanto já abordado aqui, conforme outros autores, o despojo de guerra exposto em museu demonstra o objetivo central do poder em sua tomada das terras ancestrais dos indígenas. Nesta linha, Davi Kopenawa sinaliza seu sentimento para com um museu em sua relação com o público indígena, ao menos em sua experiência particular em Paris. Fica evidenciada a sua afirmação indignada não apenas em relação a uma exposição com acervo indígena, mas à narrativa proposta pelo museu, que em seu extremo, expôs até mesmo os próprios indígenas.

As guerras realizadas pelo homem branco para a tomada da terra ancestral dos indígenas levaram ao museu expor não somente objetos, mas também corpos:

Aí, de repente, comecei a falar de modo duro com os brancos que me acompanhavam [...]. Surpresos com o tom de minha voz, meus guias me perguntaram se eu estava mesmo com muita raiva. Então expliquei meu pensamento: “Awei! Ver tudo isso me deixa muito triste! Os brancos não deviam tratar tão mal esses antigos mortos, colocando-os assim à vista de todos, cercados dos objetos que deixaram ao morrer. O mesmo vale para todos esses despojos e ossadas de animais. São ancestrais animais cujas imagens os xamãs faziam dançar. Eles também não devem ser maltratados assim. Se os brancos quiserem, que ponham no lugar ossos de galinhas, cavalos, carneiros ou bois!”. No final, os que me escutavam, constrangidos, tentando me acalmar, responderam: “Não fique tão chateado! Tudo isso está exposto apenas para todos poderem conhecer!” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 427-428).

Ao visualizar um futuro talvez não muito distante, Davi Kopenawa, tomado pelo pavor, reflete se o objetivo do homem branco em adquirir artefatos da cultura material do seu grupo indígena não seria armazenar tais objetos com o intento de preservar artefatos de um povo em flagrante extinção (Kopenawa; Albert, 2015). Em sua publicação *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*, escrita em coautoria com o antropólogo Bruce Albert, o autor demonstra, no Museu do Homem de Paris, as perspectivas de um indígena no passado, a exposição enquanto espaço de relação de poder, de guerra, tomada de território pelo Estado, apresentada em Paris (uma das grandes capitais de um país de passado colonizador) para a sociedade daquela cidade e seus visitantes.

No Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann são expostas fotos de famílias, da fundação da comunidade luterana ou da construção da farmácia de Ivo Müller, este em consonância com a ciência até então em voga. Ações estas que apresentam um imigrante se movimentando no tempo e no espaço, inclusive em alguns casos transformado em vítima, como com a campanha de nacionalização, que obrigou o Opa a tomar óleo de rícino⁸¹. Por outro lado, este tempo tem outro peso para o indígena. Esse roteiro cria um indígena genérico, sem rosto, sem identificação própria. Seus objetos, transformados em acervo no museu do *pacificador*, ganham sentido como o “pacificado”. Neste teatro de dubiedades, o indígena foi convertido no *outro*.

⁸¹ Opa é a forma como os descendentes de alemães no Vale do Itajaí se referem ao avô.

2.3. MONUMENTOS, DESFILES E TEXTOS

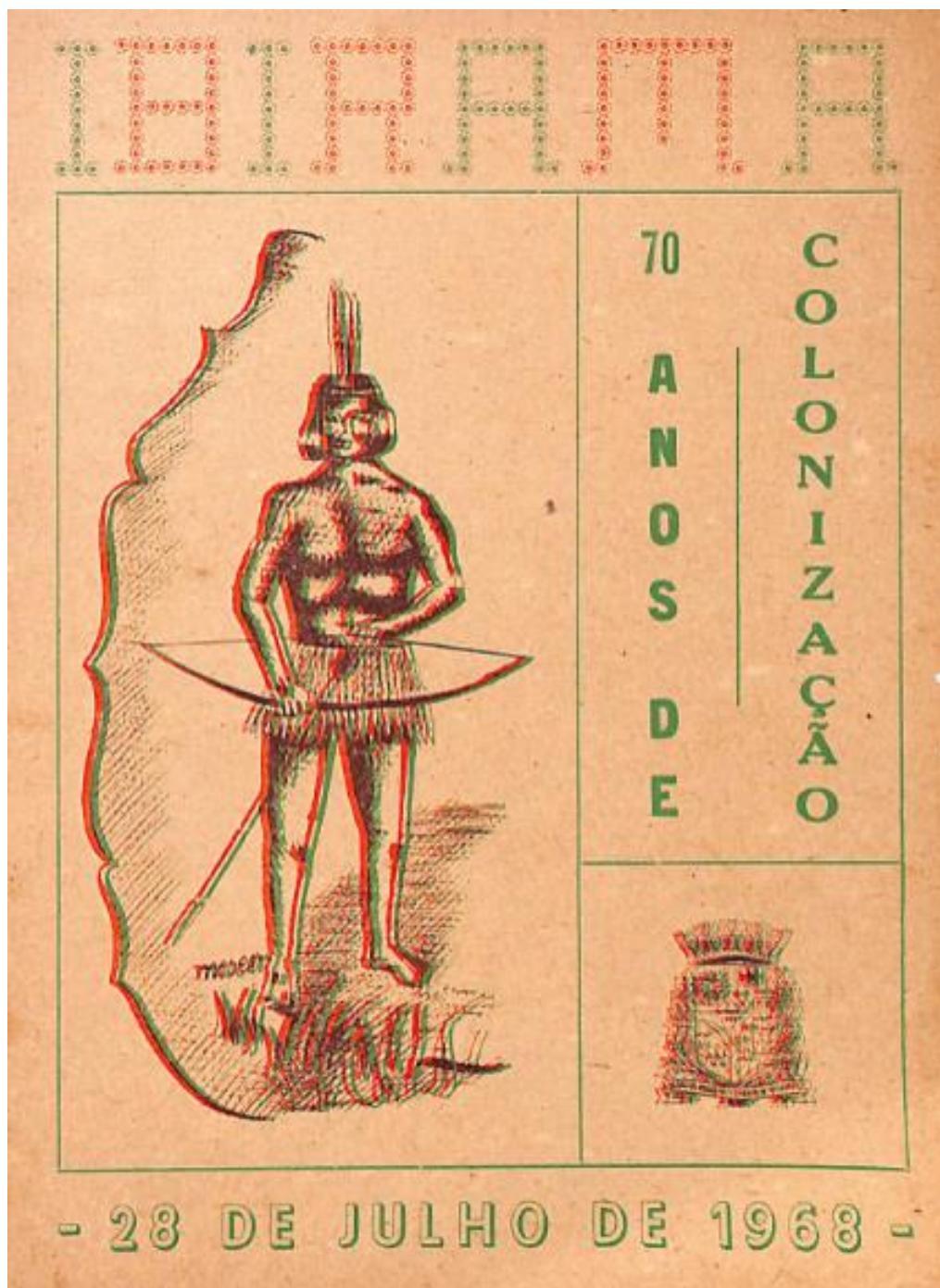
No Arquivo Público de Ibirama não há outros registros da implantação do referido museu, além de sua lei de criação. Mas indo além das paredes museais, como nos ensinou Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), procurou-se analisar fatos que ocorreram em Ibirama, em se tratando das disputas identitárias e suas afirmações. Para tal, outros documentos foram utilizados como fontes reveladoras, em se tratando do espaço destinado para o indígena naquela sociedade, no ano de 1968: festejos relativos ao aniversário de 70 anos de colonização de Ibirama foram analisados a partir dos desfiles e da implantação do Monumento do Pioneiro e do Índio; nesta trajetória, se investigou também o ano de 1997 e a simbolização do centenário de colonização da cidade, isto tendo como um fio condutor a implantação do Monumento do Centenário e seus festejos.

A fundação do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, em 16 de julho de 1968, esteve atrelada a uma série de iniciativas relacionadas à memória e à representação da cidade – a implantação do Monumento do Pioneiro e do Índio e as festividades alusivas aos setenta anos de colonização são ações que também moldaram o cunhar de uma identificação do imigrante e a representação do indígena, a partir de então – esta, bancada pelo poder público municipal. Naquele momento, compreendia-se como data oficial da fundação da colonização de Ibirama o dia 08 de novembro de 1897, mas as comemorações por parte do poder público referentes ao setuagésimo aniversário se efetuaram na data de 25 julho, por ser o Dia do Colono, no ano de 1968, e concentradas no dia 28, por se tratar de um domingo, mais propício para a realização e participação popular⁸².

Para valorizar esta efeméride, foi divulgada, em um livreto de vinte páginas, uma miscelânia de informações. Publicação patrocinada pela empresa sediada em Ibirama, Ralf Scheidemantel S. A., do segmento de importações e comércio, e que estampa sua marca na vigésima e última página, trouxe na íntegra o decreto de emancipação do município de 1934, a letra do hino do município, dados geográficos, o número de comércios e a capacidade agrícola, entre outros assuntos, e que, na capa, trouxe o desenho de um indígena, que pode ser compreendido como um *indígena genérico*.

⁸² A festividade do Dia do Colono, realizada simbolicamente e anualmente no dia 25 de julho, em alusão à data de 25 de julho de 1824, referente à chegada dos imigrantes europeus à atual cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e compreendida como o início da imigração europeia no Brasil, se configurou como um evento em Ibirama, antes e depois de 1968. No entanto, atualmente não é mais realizada; o que há são festejos relativos ao Dia do Agricultor.

Figura 5: Capa da publicação relativa aos 70 anos de colonização de Ibirama no ano de 1968.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

A referida publicação não tocou na temática indígena e sua relação com a imigração e efetivação da cidade de Ibirama. A primeira página trouxe um texto em homenagem ao imigrante, no entanto a capa, a única iconografia da publicação, apresentou um indígena. Como afirmado por Sílvio Coelho dos Santos (1978), o indígena fazia parte do apelo na divulgação desta efeméride. Cocar, tanga e os icônicos arco e flecha delinearam este sujeito.

No cronograma das atividades, este apelo continua.

Figura 6: Publicação do cronograma das festividades relativas aos 70 anos de colonização de Ibirama.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

As fotografias 7, 8, 9 e 10 mostram a inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio, na praça José Deeke, área central da cidade, evento este que contou com a participação do governador, Ivo Silveira. Este monumento é formado por duas colunas, e conta com a representação do indígena e do pioneiro. De um lado, a família do pioneiro, composta por um homem, uma mulher e uma criança; de outro, a família indígena, composta por um homem, uma mulher e duas crianças, além dos estereotipados arco e flecha. Ambos, pioneiro e indígena, se fitam, mas distanciados entre si, tendo entre eles o brasão da cidade de Ibirama. Cada uma das duas colunas possui uma altura aproximadamente de oito metros, e uma distância entre si de aproximadamente dez metros.

Figura 7: Inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst
Coleção/Fundo Público Municipal. Imagem sem número.

Figura 8: Indígenas na inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst
Coleção/Fundo Público Municipal. Imagem 010-016.

Figura 9: Governador Ivo Silveira participando das comemorações.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst
Coleção/Fundo Público Municipal. Imagem 010-05.

Figura 10: Monumento do Pioneiro e do Índio em 2022.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Entre as atividades dos festejos, houve desfiles pela cidade. As próximas duas fotografias demonstram aspectos deste dia, ambas extraídas de publicação de Sílvio Coelho dos

Santos, onde o próprio antropólogo relata a vergonha expressa na face dos indígenas convidados a desfilarem em público:

O processo de submissão do índio ao modo de produção peculiar à sociedade nacional encerra mil e uma facetas de espoliação. Em 1968, quando Ibirama completou 70 anos de fundação, diversos cartazes estratégicamente colocados às margens das estradas de acesso ao município convidavam o povo para as festividades. O índio incluía esse apelo. E na data aprazada o que se viu e se assistiu foi mais um vexame sobre a pessoa do índio. Os organizadores das comemorações, apoiados pelos funcionários do serviço de proteção oficial, a FUNAI, fantasiam os indígenas com tangas e cocares feitos com penas de galinha (Santos, 1978, p. 72).

Figura 11: Desfile indígena em Ibirama no 28 de julho de 1968.



Fonte: Santos (1997).

Figura 12: Homens indígenas desfilando em Ibirama dia 28 de julho de 1968.



Fonte: Santos (1997).

Em outro registro fotográfico que integra o acervo do Arquivo Público Municipal de Ibirama, a presença de indígenas idosos sobre um palanque aponta mais uma vez a presença destes sujeitos, em meio aos *pioneiros*; as placas com os números 1907 e 1903 indicam os anos de nascimento dos indígenas mais longevos de então.

Figura 13: Indígenas idosos em um palanque nas comemorações de 1968.



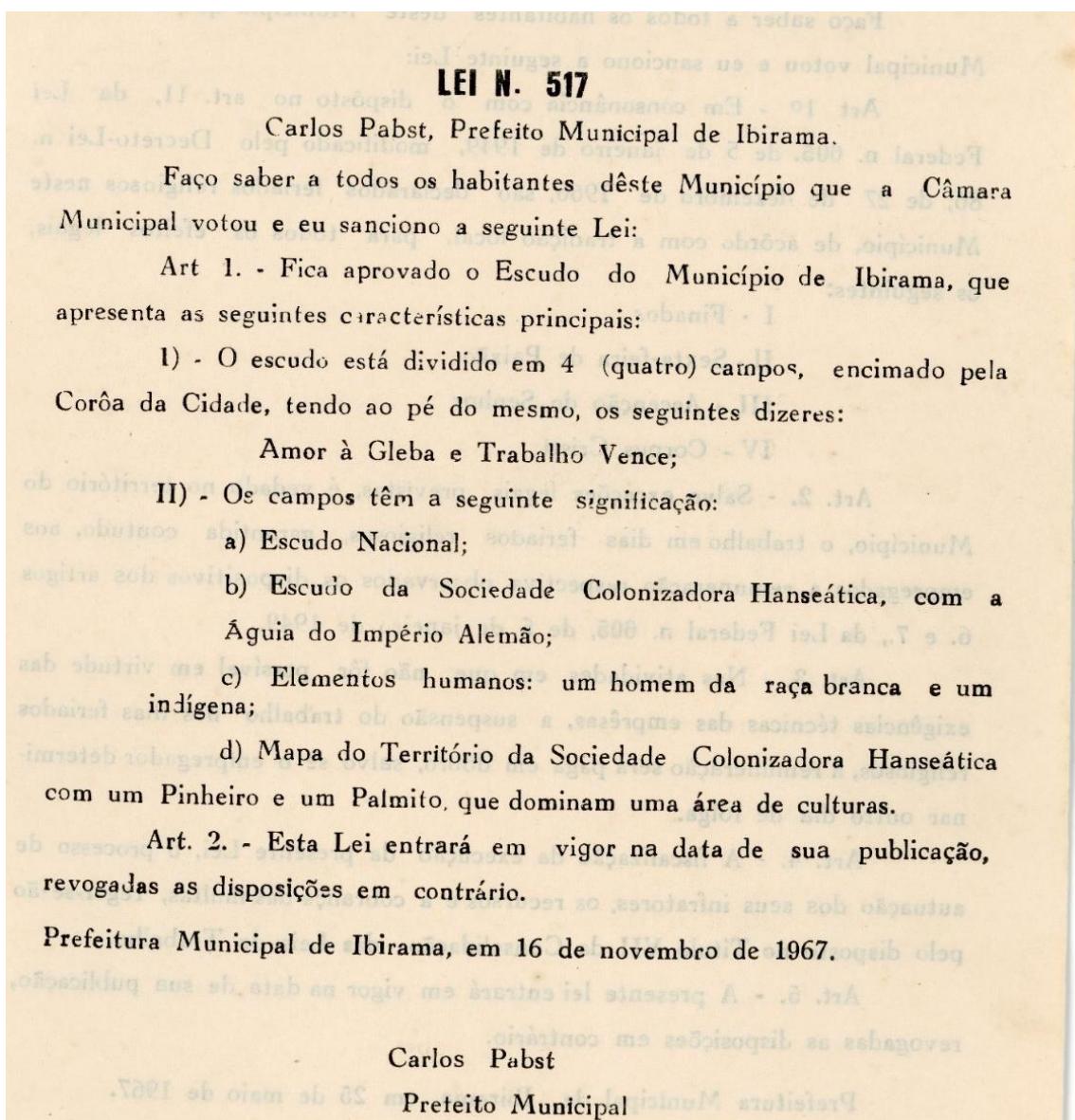
Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

Coleção/Fundo Público Municipal. Imagem 010-15.

Nas comemorações do septuagésimo aniversário da colonização de Ibirama, o indígena não foi invisibilizado, ou mesmo possuindo sua existência negada. Mas tanto as fotografias do desfile, no palanque ou as lutas (como se refere o cronograma da programação) alocam o indígena em um espaço na sociedade, qual seja, o da subalternidade, o do indígena pacificado. A inauguração do Monumento do Pioneiro e do Índio, e a festividade que se seguiu em Ibirama, apresentaram um indígena por um lado preso ao passado com cocar e tanga, e não possuindo território de pertencimento, tanto no campo simbólico, quando na própria terra indígena, em litígio até a atualidade; e por outro, apresentou este mesmo indígena alocado dentro da narrativa do colonizador, como um indígena vencido, superado e submisso ao Estado.

Nesse ano de 1968, o que esteve em jogo foi a delimitação de quem eram os indígenas e quem eram os *pioneiros* nesta disputa pelas representações. No entanto, um ano antes, em 1967, as bases destes elementos já haviam sido traçadas, a representação de imigrantes europeus e indígenas já havia sido sintetizada, onde cada qual possuía seu espaço – o brasão do município fora elaborado e assim descrito:

Figura 14: Lei de criação do Brasão Municipal em 1967.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

A efetivação do brasão nestes termos, evidencia os interesses apresentados pelo poder público municipal. A terra, o trabalho do homem de “raça branca” em detrimento do indígena, a vinculação com a Alemanha, indicaram as perspectivas a serem seguidas pelo município de Ibirama na composição de sua identificação e representação a partir de então.

Figura 15: Brasão Municipal de Ibirama.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

Carlos Pabst, o prefeito que criou o Museu, também criou o brasão, e neste o arco e a flecha que simbolizam o indígena ocupam o mesmo quadrante do colono lavrador, que ao arar a terra, implanta outro sentido para esta – o plantio e a colheita. Não há, portanto, um indígena neste brasão, mas elementos materiais de sua existência afirmando que, se não é possível negar esta realidade, por outro lado este mesmo indígena não se faz presente, sendo sujeito do passado. O quadrante do colono ao arar a terra com dois cavalos não dá espaço para a presença indígena, por mais que a referida lei fizesse a menção a dois elementos humanos, e que além do homem de *raça branca* haveria um índio, este último não está presente e a afirmação em Latim *Amor à Gleba e Trabalho Vence*, dá sentido ao trabalho deste homem da *raça branca*.

Três décadas depois, outra efeméride foi elaborada em Ibirama. Próximo às portas do novo milênio, em 1997, na cidade fora construída uma série de ações para a comemoração da

passagem do seu centenário de colonização. Mas como indígenas e descendentes de imigrantes foram representados e identificados, trinta anos após estas bases serem estabelecidas no governo municipal de Carlos Pabst?

Para estas comemorações, e antes de nos atermos ao cronograma que apontou as diretrizes de qual sentido o centenário tomaria, é importante trazer a iconografia do selo comemorativo, pois um selo fora criado para tal efeméride. Este, contendo as informações do centenário, com os anos de 1897, fundação da colonização, e 1997, trouxe o icônico chapéu tirolês, e uma flecha.

Figura 16: Selo alusivo ao centenário de colonização de Ibirama



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

O cronograma oficial das festividades, apresenta a Noite Brasileira, Italiana e Gauchesca entre os dias 03 e 05 de novembro, mas no principal dia, o dia 08 de novembro, dia do centenário em 1997, foi realizado almoço na Comunidade Evangélica Luterana, com comida típica alemã, e à noite, além da comida típica alemã, houve baile. O periódico *Jornal Vale Norte*, de Ibirama, publicou, no dia 08 de novembro de 1997, um suplemento de 20 páginas apresentando aspectos

da história da cidade e da região, onde apresentou diversas menções aos indígenas, sobretudo as já comumente descritas estereotipadas formas de representá-los.

Inicialmente, e logo na primeira página, o periódico apresenta assim os indígenas: “Passados 100 anos, os índios se vestiram e seu número diminuiu, Hammonia virou Ibirama e se desenvolveu, gravando na memória de todos bons momentos de uma terra encantada” (Vale Norte, 1997, p. 01). O indígena aparece como um contraponto ao imigrante europeu e um suposto progresso, principalmente referido a ações violentas com mortes, descrito como agressor de forma pontual e não contextualizada. No entanto, são mais dois fragmentos que chamam a atenção. Aspectos históricos dos municípios de Dona Emma, Presidente Getúlio e José Boiteux são apresentados de forma sintetizada, cada qual em uma coluna, e este último município, desmembrado de Ibirama em 1989, menos de uma década em relação ao ano do centenário em 1997, é assim descrito:

Uma miscigenação muito grande marca a composição da população de José Boiteux. Está dividida por etnias como a branca, índia e cafuza. Os cafuzos existentes em José Boiteux são uns dos poucos remanescentes da histórica Guerra do Contestado. Um contingente de negros e mulatos – migrantes a serviço de empreiteiras no período de construção da barragem, tem significativa participação no contingente populacional de José Boiteux (Vale Norte, 1997, p. 13).

A mesma publicação que afirma a germanidade de Ibirama, reconhece o que se denominou de “miscigenação”, esta existe, mas está na cidade vizinha, e não em Ibirama. Por fim, estas afirmações fazem contraste com uma descrição que se assemelha à resenha de uma publicação, esta denominada *Os Índios Xokleng – Memória Visual* do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, lançada para ser uma contraposição aos festejos eurocêntricos do centenário de Ibirama, como afirma o próprio antropólogo. Nesta descrição, o periódico reconhece que este lançamento trouxe “O drama de uma etnia, apresentado em três partes, se entrelaçam com a trama das imagens, desmascarando a história oficial” (Vale Norte, 1997, p. 14).

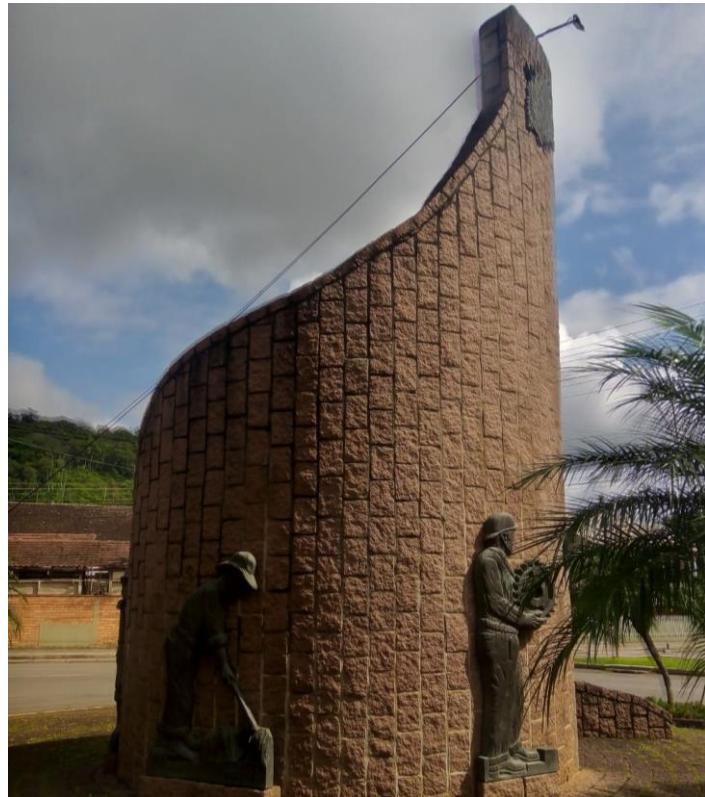
Esta descrição demonstra como a referida publicação foi lida e ou apresentada para o público, no periódico; fator este que, no mínimo, indica uma contradição em relação a tudo o que havia sido não somente publicado nas páginas anteriores, mas em relação às próprias reproduções de um passado mais voltado para o imigrante europeu que quiçá nunca existiu, em uma leitura eurocêntrica que enalteceu virtudes do imigrante e apagou o indígena. O periódico *Vale Norte* afirmou a publicação do antropólogo como um desmascarar da história oficial, mas

isto, no final do referido suplemento, soa mais como uma curiosidade, porque o uso de tal verbo não trouxe outras reflexões.

No cronograma relativo aos eventos festivos do centenário, são várias e diversas as ações propostas. No Arquivo Público de Ibirama, foi possível pesquisar o cronograma para o centenário, inicialmente com as datas e ações referentes ao período de 31 de outubro a 08 de novembro de 1997, além de uma ordem de apresentação do desfile de carros alegóricos com 60 carros. Este, o único momento em que os indígenas são descritos, único momento em que estes aparecem para além do passado como um desafio a ser superado pela colonização. Segundo o cronograma, os indígenas desfilaram em carro alegórico. Além das já citadas noites brasileira, italiana e gauchesca, onde a cidade, de supostas raízes alemã, flertou com a diversidade cultural, mas deixou indígenas, negros e cafuzos para José Boiteux, o cronograma descreveu a apresentação do monumento do Centenário para o dia 08 de novembro.

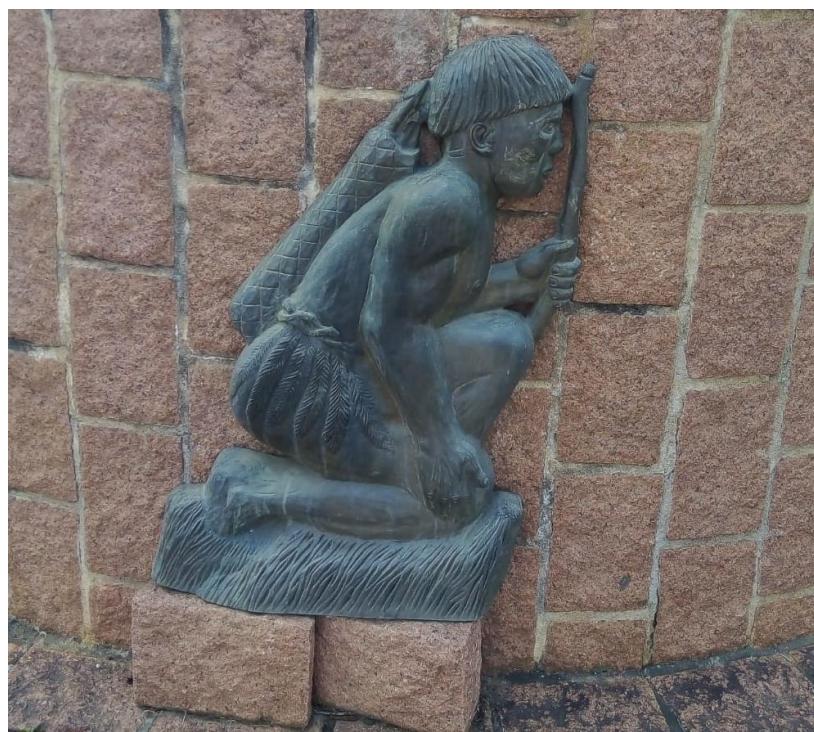
Este monumento foi construído em formato cilíndrico, em granito, com sete metros de altura e de maneira que quatro figuras em relevo estão dispostas em ordem de tamanho: inicialmente, o indígena, agachado, seguido pelo desbravador com um machado no ombro; o colono, com uma enxada lavrando o solo, forma a terceira figura e, por fim, surge a figura do operário, o mais alto de todos, nesta que pode ser lida como uma escala evolutiva, que segura em seus braços a roda dentada, símbolo da indústria e culmina com o brasão do município de Ibirama no mais alto local. Este monumento não nega a presença indígena, mas aloca este sujeito no passado da cidade, que, através de um processo evolutivo, calcado no trabalho do desbravador, seguido pelo colono, atingiu a condição de cidade industrial.

Figura 17: Monumento do Centenário.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figura 18: Representação do indígena no Monumento do Centenário.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

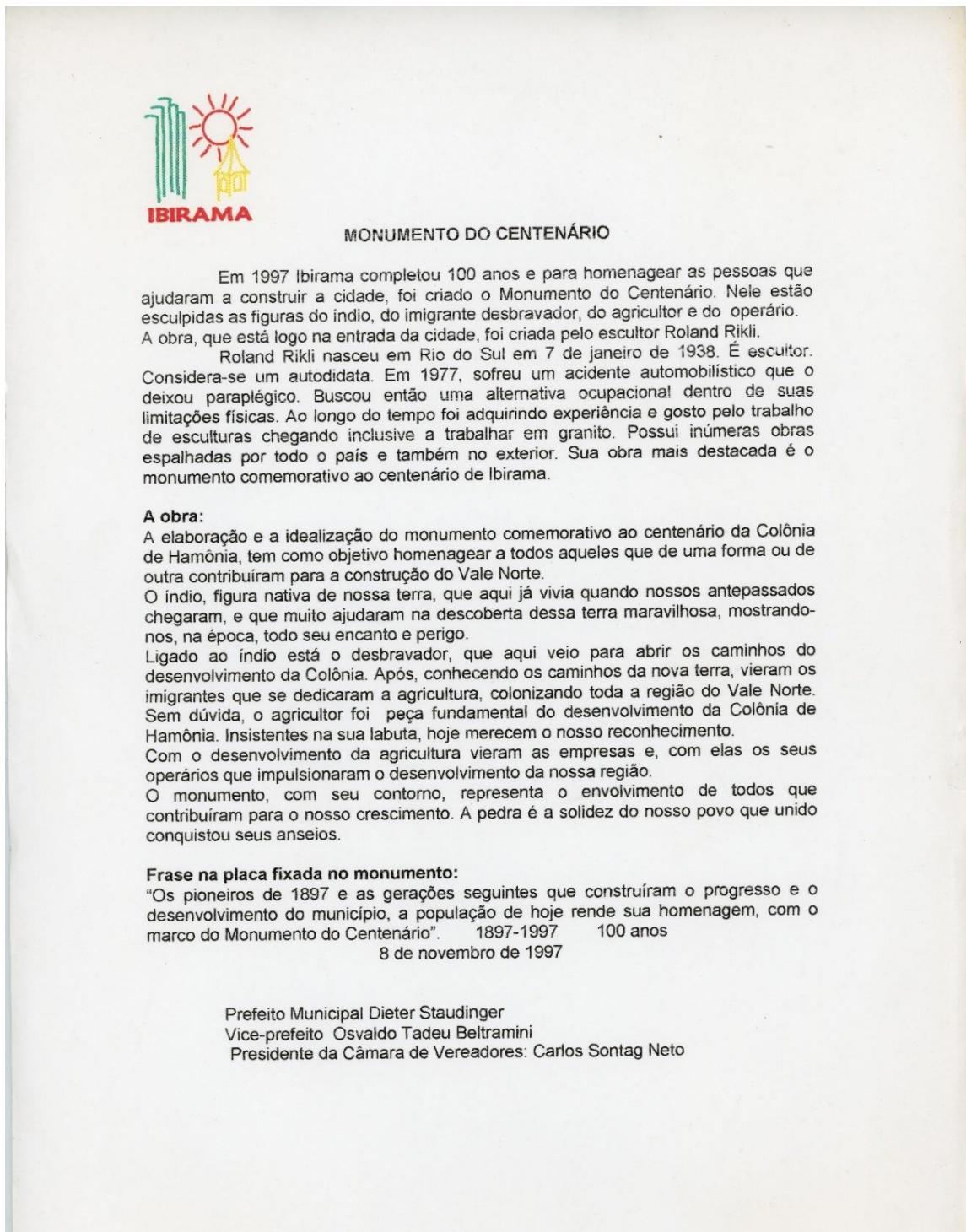
Figura 19: Representação do operário no Monumento do Centenário.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

O monumento foi explicado pelo prefeito Dieter Staudinger neste documento:

Figura 20: Documento explicando o Monumento do Centenário.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

O indígena, neste aspecto, tem sua presença reconhecida como sujeito que, estando no território anteriormente à chegada do imigrante europeu, não é necessariamente o antepassado, mas sim contribuiu com estes últimos para a sua fixação na região. Isto, para depois ceder espaço ao desbravador, ao agricultor e findar no operário, este ligado à indústria, dando contornos de uma cidade onde empresas movem o seu cotidiano e o da região. Para tal, o prefeito se refere ao termo Vale Norte, como é conhecida a região da antiga Colônia Hammônia, onde a influência de Ibirama se estende. E neste aspecto, também se questiona: para além de Ibirama, como estas outras cinco cidades se relacionam com o passado na formação de identificações e representações.

Em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na UDESC, intitulada *Horizontes da Escrita: Historiografia, uma Ideia de Região e a Monumentalização do passado: Alto Vale do Itajaí – SC (1985-2007)*, Arnaldo Haas Júnior analisou as publicações de História dos municípios produzidas nos 28 municípios que compõem a microrregião do Alto Vale do Itajaí.⁸³ Para o autor,

À pessoa que se depara com a listagem [das publicações que o autor pesquisou]⁸⁴ é dada a oportunidade de mergulhar no passado, de respirar a atmosfera onde os ares, devido à idealização imanente ao projeto, suscitam o saudosismo. Mas este acesso não é direto. A ligação passado/presente é mediada por um conjunto de imagens, por fotografias digitalizadas em que o passado se torna auto-referente. Para além do resgate histórico/cultural, do patrimônio ou de memórias passadas, o que se observa é um processo de objetivação/essencialização de uma identidade local – aquela que contribui para o fortalecimento das relações de regionalidade criadoras da idéia de Região do Alto Vale do Itajaí e para o sentimento de pertença por ela suscitado – via apelo imagético (Haas Jr., 2009, p.37-38).

Para o autor, o grande fruto deste processo é a construção de identificações através de uma elaboração de uma colcha de retalhos, isto sobretudo baseado na proliferação de imagens

O que se extrai disso é a expectativa de construção de uma identidade objetivada, cujo processo de formação só é possível mediante o pastiche da historicidade, ou seja, pedaços desconexos e imagens recortadas (quando não maquiadas) de um passado nostálgico são ajustados como material constituinte para essa mesma identidade. Ressalta-se que tais pedaços são, da mesma forma, imagens vazias, desprovidas de profundidade histórica, motivo pelo qual se apela para um bombardeio visual que

⁸³A mesorregião do Vale do Itajaí é subdividida em três microrregiões, além do Alto Vale do Itajaí, Foz do Itajaí e Médio Vale do Itajaí, denominada de Vale Europeu mais recentemente.

⁸⁴ Colchetes nossos.

induz à perda da noção de que essas imagens são apenas a representação idealizada de um passado, e não o passado em si (Haas Jr., 2009, p. 40).

Nesta esteira proposta por Arnaldo Haas Júnior, analisamos algumas publicações destes municípios que compõem a antiga Colônia Hansa-Hammônia; *De Neu-Zurich a Presidente Getúlio: Uma História de Sucesso, Terra da fartura: história da colonização de Ibirama, Vitor Meireles: Um Mergulho no Passado e Dona Emma - História do Município*. No entanto, para as cidades de Witmarsum e José Boiteux não foi localizado este tipo de material⁸⁵.

Entre estes autores, está o professor e memorialista Harry Wiese, um dos maiores nomes em se tratando deste tipo de pesquisa e publicação na região. Sobre a cidade de Presidente Getúlio, trouxe o sugestivo título *De Neu-Zurich a Presidente Getúlio: Uma História de Sucesso*, no qual expõe um pouco esta visão, e em seu primeiro parágrafo nos diz:

Em 1º. de julho de 1904, nasceu uma nova colônia. Os imigrantes eram quase todos suíços. O lugar foi denominado de “Neu-Zürich” e localizou-se no Vale do Itajaí do Norte, ou Vale do Rio Hercílio, pertencente a Hamônia, colônia alemã, do grande município de Blumenau. Deu-se assim, o primeiro impulso na colonização desta generosa terra. Com o passar do tempo, além de suíços e alemães, vieram também os italianos e os russos. Outras etnias foram insignificantes (Wiese, 2000, p. 13).

Seguindo nesta linha, o autor apresenta sua publicação em capítulos bem divididos, entre eles: *Vida Econômica, Educação e Grandes Personalidades*, sendo que neste último, consta Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Para o autor,

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, embora tenha seu grande trabalho efetuado em Ibirama, foi também cidadão ligado a Presidente Getúlio [...] Mais tarde, teve várias participações na vida política e social de Presidente Getúlio, sem contar o alívio que patrocinou aos colonos e população geral (Wiese, 2000, p. 238).

⁸⁵ Em contato com profissionais das Secretarias de Educação de José Boiteux e Witmarsum, bem como das bibliotecas destes municípios, se constatou que não se tem conhecimento de publicações desta natureza. Arnaldo Haas Júnior pesquisou publicações deste segmento na região, possuindo como foco em sua pesquisa uma historiografia dos 28 municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí; para tal, trouxe em sua lista de *Fontes Impressas*, uma quantidade inferior à metade das 28 publicações consultadas. Entre estas fontes, também não constam publicações referentes a José Boiteux e Witmarsum.

Alívio este que para Harry Wiese se deu com a Pacificação, possibilitando assim, às frentes de imigração, se expandirem sem contato com os indígenas, uma vez que estes passariam a ficar sob a tutela do Estado em lugar pré-definido, o Posto Indígena Duque de Caxias. A referida publicação possui um capítulo denominado *A Questão Indígena*, que em seus subcapítulos apresenta *A Morte de Helena Krause*, onde uma jovem é assassinada pelos indígenas, o que é descrito pelo autor como a primeira morte desta natureza na região (em 1906); isso justificaria que sujeitos residentes da Colônia Hansa-Hammônia contratassesem *Martim Bugreiro* (outro subcapítulo) para resolver o conflito. A isto se segue o subcapítulo *A Morte do Johann Horak*, ocorrida em 1913, portanto, anterior ao processo de Pacificação de 1914. Por fim, o subcapítulo *A Pacificação dos Botocudos*. A única fotografia relativa aos indígenas, nesta publicação, se trata de um registro no qual um grupo de indígenas posa junto aos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, intitulada *Índios pacificados por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann*; mas não consta que este ato tenha ocorrido necessariamente em Presidente Getúlio, não há indicação de localidade, servindo apenas como uma fotografia ilustrativa. Publicação que apresentou os indígenas como sujeitos defendendo seu território; no entanto, a colonização é que se sobressai como projeto civilizatório, em capítulos como *A Igreja, Política e Cidadania, Cultura e Lazer*. A publicação, que possui como subtítulo a prosaica descrição de *uma história de sucesso*, nesta contrastividade das identificações, reserva garboso lugar para os europeus: “Os imigrantes, muitas vezes, chegaram aqui com a roupa do corpo e muita vontade de trabalhar” (Wiese, 2000, p. 43).

O mesmo autor publicou, no ano de 2007, *Terra da fartura: história da colonização de Ibirama*. Também dividida em capítulos como *Saúde, Vida Eclesiástica*, há o sexto capítulo, *As Etnias Formadoras do Povo Ibiramense ou a História das Diversas Colonizações*, no qual, entre alemães, italianos, russos e outros, se encontram os cafuzos e os indígenas. Muito mais inclusivo que a publicação anterior, onde Harry Wiese apenas apontou os europeus de quatro nacionalidades, indicando que outras etnias não foram significativas para a formação da cidade de Presidente Getúlio, em *Terra da fartura*, o autor concorda que “Os índios foram os primeiros habitantes de Hammonia” (Wiese, 2007, p. 94).

Surgindo nos primeiros capítulos como sujeitos encontrados pelos homens brancos ao promoverem as expedições iniciais da colonização, os indígenas são descritos no décimo primeiro capítulo, denominado *A Questão Indígena*, onde o autor trouxe um breve relato de Eduardo de Lima e Hoerhann, de Martinho Bugreiro, além do singular episódio da Pacificação em si. Sobre os indígenas mais especificamente, o autor faz algo que pode ser compreendido

como um *mea culpa*, entre as afirmações que “Para o imigrante, o índio era um problema e para a Sociedade Colonizadora um entrave para o desenvolvimento [...] Por outro lado, como já foi mencionado, para o índio, o branco era o invasor, a ameaça e a morte” (Wiese, 2007, p. 283). Não se aprofundando nos aspectos geopolíticos da construção do território pelo Estado de Santa Catarina através da imigração, mas buscando justificar ações de indígenas, ainda descreve temas bastantes recorrentes neste tipo de escrita, apontando a divisão sexual do trabalho na sociedade indígena, afirmado de forma muito genérica que os indígenas homens construíam equipamentos bélicos enquanto para as mulheres era reservado o cuidado com as crianças e a confecção do que o autor chamou de artesanato. Os indígenas ainda surgem no último capítulo, intitulado *Casos Pitorescos e Interessantes*: casos como *A Índia Anosima*, *A Namorada Selvagem* e *Frau Schelle e os Índios*. Estes *causos* estão no mesmo patamar que outros, como *As Mulheres Sempre têm Razão* ou ainda *Anúncio da Chegada de um Touro*.

Em capítulos como *Economia, Esporte* entre outros, o que se percebe é uma ideia de desenvolvimento do município de Ibirama. É o sujeito europeu que promove alterações sociais na região, alterando e modificando seus aspectos, fazendo crer que somente o descendente de europeu promoveu alterações no tempo e no espaço, criando a terra da fartura em meio à floresta inóspita. Tanto que, no capítulo reservado aos indígenas, não há menção a um dos maiores problemas para os indígenas, ao menos desde o início de sua construção no período da ditadura militar: a Barragem Norte. Esta obrigou os indígenas a se reorganizarem em diversas aldeias, promovendo assim uma desorganização social, a ocorrência de cheias, além de diversos outros problemas ambientais, sociais além da inviabilização da pesca.

Alexandre Avancini, que em sua publicação *Vitor Meireles: Um Mergulho no Passado* se identifica como professor, embora não indique de qual disciplina, lecionou por trinta e três anos em Vítor Meirelles; a publicação foi lançada aos seus sessenta e quatro anos de idade, no ano de 1996, escrevendo-a em primeira pessoa. Dividindo a obra entre capítulos e anexos, como o hino municipal, o brasão e a bandeira do município, o autor iniciou sua empreitada apresentando os aspectos da flora local, com o sugestivo título *A região de Vitor Meireles antes de ser povoada*, onde consta:

E porque não lembrar a variedade de frutos que a natureza oferecia gratuitamente aos animais que povoavam as matas, bem como aos índios que por aqui passavam, caçando, pescando ou passeando em busca do alimento que a natureza oferecia, e depois aos brancos (Avancini, 1996, p. 13).

Fato que nas páginas seguintes se transforma em conflito, com a chegada dos imigrantes europeus para a região no início do século XX: “Os colonizadores enfrentavam problemas com os índios arredios que viviam na região” (Avancini, 1996, p. 27). No capítulo *Os índios na história de Vitor Meireles*, o autor descreveu a chegada dos primeiros portugueses no Brasil no século XVI, o início da catequização indígena e a atuação dos bandeirantes; em se tratando especificamente das relações regionais, algo curioso ocorre, pois mesmo o autor, nascido em 1932, vivendo até então boa parte de sua vida em Vitor Meireles (município do qual a Terra Indígena Ibirama La-Klanô engloba uma parcela), afirma que não foi possível coletar informações destas relações conflituosas entre indígenas e imigrantes: “Sei que os primeiros moradores tiveram dificuldades, mas nenhuma informação consegui sobre como foram as primeiras relações entre os imigrantes e os naturais da terra” (Avancini, 1996, p. 151).

Reconhece o autor a presença do Laklânõ no território quando da instalação do empreendimento da Colonizadora Hanseática e da introdução de imigrantes europeus, seguido da criação do SPILTN, em 1910, e da Pacificação realizada por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann: “Assim os povoadores tiveram sossego e a Companhia pôde continuar os trabalhos de loteamento, enquanto os imigrantes chegavam, de todos os lados [...]” (Avancini, 1996, p. 152). Afastando os indígenas do seu município, onde atualmente há litígios com colonos em decorrência da ocupação da terra, o autor afirma que “Os índios estão mais ligados, geográfica, social, comercial e politicamente com José Boiteux. Primeiro porque pertencem territorialmente, segundo, porque são favorecidos no que se refere ao transporte rodoviário” (Avancini, 1996, p. 152-153).

Diferentemente de outros autores, Alexandre Avancini não finaliza a trajetória indígena com a Pacificação de 1914, congelando-os no passado. É preciso afirmar que o autor apresenta alguns fatos relativos aos indígenas de forma, no mínimo, coerente. Relata a destituição de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann do cargo de diretor da reserva indígena, na década de 1950, a ação predatória de madeireiros ao tomar madeiras dos indígenas, e os problemas advindos da construção da Barragem Norte. Finaliza o autor apontando os desafios dos indígenas para aquele momento. É possível afirmar que este autor promoveu, ao seu modo, mas de forma bastante superficial, uma apresentação do sujeito indígena na atualidade. Fato nem sempre presente para os autores de publicações desta natureza que, aqui analisadas, quase sempre petrificam o indígena no passado e reservam ao imigrante europeu um movimento de evolução ligado ao que se convencionou denominar de desenvolvimento. Afora essas nuances, esta publicação trouxe o mais do mesmo, ou, dito de outra forma, a mesma receita. O interessante é

que este autor, em sua *Introdução*, faz uma explanação do que é a História. Inicia, já na primeira linha: *O que é história?*

História é relatar um fato, ou muitos fatos, ocorridos em algum tempo passado. [...] A história se divide em história verdadeira, concreta, por exemplo: A história de Santa Catarina; e história inventada, que chamamos de lendas, fábulas. Por exemplo; a lenda do chapeuzinho vermelho, a raposa e o tucano [...]. Geralmente gosta-se mais de ler as histórias inventadas (Avancini, 1996, p. 09).

São dois os elementos que chamam a atenção neste fragmento; o autor define a história como uma dicotomia, onde são duas as possibilidades, se por um lado existe a realidade, a *história verdadeira*, e o que podemos chamar aqui de ficção, a *história inventada*, onde o narrar o passado, atua gerando maior atração do público, segundo Avancini. O autor não explicita isso, mas demonstrando sua publicação através de pesquisa, de levantamento de dados, se coloca na posição da *história verdadeira*.

Em semelhança com a publicação anterior, *Dona Emma - História do Município* foi publicada em 1996 e escrita também por um professor: Valberto Dirksen, do Departamento de História da UFSC⁸⁶. Diferentemente da publicação do professor Alexandre Avancini — que passou grande parcela de sua vida em Vitor Meireles, sendo que a publicação já referida se dá aos seus sessenta a quatro anos de idade, ou seja, além de tempo de pesquisa, possuía vivência com o que chamaremos aqui de objeto de pesquisa —, a publicação *Dona Emma - História do Município* foi produzida a partir de um departamento de História de uma universidade federal. Mas qual inovação historiográfica um professor universitário poderia apresentar?

Inicialmente, e antes mesmo da introdução, a publicação apresenta a fotografia do prefeito que encomendara tal empreitada, Aloísio Gesser. Em sequência, se comprehende que Valberto Dirksen é na verdade o seu organizador, uma vez que existe a participação do engenheiro agrônomo Daniel Cansian, no texto *A terra e a natureza*, e de dois estudantes do curso de História da UFSC: o capítulo *Vida e atividades econômicas* foi escrito pelo então estudante da quinta fase, André Werle, e o capítulo *Igreja, religião e religiosidade*, relativo à comunidade luterana, ficou a cargo do então estudante da sexta fase, André Fabiano Voigt.

⁸⁶ Ao privilegiar as publicações atreladas ao poder público, e ou voltadas para uma história “completa” e “oficial”, não se incluiu as publicações de Sandor Lénárd para o município de Dona Emma, sendo que este autor realizou publicações independentes e voltada para uma crítica social da região, seus sujeitos e costumes.

A publicação, dividida em capítulos como *Educação, Política, Tradições e costumes*, tem início com o capítulo I, *A colonização de Santa Catarina*, e finda com o capítulo XIV, *O brasão do município*. Muito detalhista, no décimo capítulo, intitulado *Tradições e costumes*, Valberto Dirksen trouxe diversos hábitos culinários dos imigrantes europeus, e se utilizou de uma nota de rodapé para explicar o que é o queijinho, indicando sua utilização como opção de alimento do café da manhã, sobretudo para os *alemães*, uma iguaria que é acompanhada de nata e outros alimentos doces, como o mel.

Foi possível observar que, no tocante à questão indígena, o autor não se utilizou de tanto preciosismo e esmero, sendo que os indígenas aparecem apenas no capítulo V, com o nada sugestivo título *O começo foi assim*, ou, melhor dizendo, um título sugestivo da posição do autor, que apresenta o que comprehende ser o começo — o começo do processo de colonização europeia na região para o imigrante europeu, mas poderia ser compreendido, a partir da ótica indígena, como a tentativa de pôr *fim* ao seu modo de vida, à sua cosmologia. Opções à parte, fato é que, em relação ao sujeito indígena, sua cultura e processos de resistência às investidas das frentes de colonização, o autor apresenta singelos dois parágrafos e uma imagem referente ao sujeito indígena — a imagem de Câmrem, sujeito este reconhecido como liderança indígena no período dos mais agudos combates entre indígenas e frentes de colonização⁸⁷.

Figura 21: Câmrem.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ibirama Carlos Pabst.

⁸⁷ Algumas fontes trazem a denominação Kamlém, Kamarém, entre outras. Mas se trata do mesmo sujeito.

Tal capítulo tem início com o subtítulo *Os índios*, para logo depois, nas vinte páginas seguintes, se concentrar na saga dos imigrantes europeus, isto enriquecido com a nomeação de imigrantes pioneiros, a origem de cada qual e o início da colonização de cada localidade do município, além de algumas imagens das primeiras habitações. Nesta empreitada historiográfica, define o autor: “Todo começo é difícil e em Dona Emma não foi diferente. Quando os imigrantes chegaram, tudo era floresta e, portanto, tudo estava por fazer” (Dirksen, 1996, p. 49). Em relação ao sujeito indígena, como dito, uma imagem apenas e sem aprofundamento na questão. Nos dois parágrafos, o autor relata a presença indígena na região, esta anterior à chegada das levas de imigrantes europeus, onde, além de relatar aspectos alimentícios dos indígenas como a opção pela coleta do pinhão, vai a sua percepção de um indígena nômade, sem relação com o território. Esgueirando-se de maiores polêmicas, o autor afirma que, “Quando chegaram os imigrantes, os índios já haviam desaparecido, pois não há registro de conflitos armados entre brancos e índios” (Dirksen, 1996, p. 45).

Serviria como explicação parcial para que esta publicação tenha abordado a temática indígena de forma tão *en passant*, poderia se dizer, o curto intervalo de tempo disponível? O início da *Introdução* soa mais como uma justificativa: “Este livro foi escrito às pressas. É resultado da iniciativa do prefeito municipal [...] A pressa com que foi escrito não nos permitiu cruzar dados e conferir um volume maior de informações [...] Por isso, todas as críticas e sugestões são de suma importância e servirão para uma futura reedição” (Dirksen, 1996, p. 11-2)⁸⁸. Entre as publicações analisadas, somente esta, de Valberto Dirksen, não apresenta um capítulo específico sobre os indígenas. Não estamos afirmando que esta seria a forma correta de tal elaboração; no entanto, o autor, que apresenta costumes italianos como jogos de cartas, também foi o único a não criar um subcapítulo para Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e Martinho Bugreiro, se esquivando assim não apenas da questão indígena, mas também de seus desdobramentos, sobretudo suas nuances no quesito geopolítica da ocupação da terra e gestão da população, esta envolvendo as disputas entre indígenas e imigrantes europeus. Para tal, o autor se concentrou nas movimentações políticas burocráticas do estado de Santa Catarina e nas relações com a Companhia Hanseática.

Para além das opções realizadas pelos autores através dos textos, ou mesmo da falta de textos sobre o sujeito indígena, como é o caso desta última publicação, estes se destacam por

⁸⁸ Poucos anos depois, em 2000, com a publicação *Rio do Sul Uma História*, esta também encomendada pelo poder público municipal, Valberto Dirksen, juntamente com João Klug, organizaram tal publicação em capítulos, de tal forma que cada qual foi elaborado por professores/estudantes especialistas para tal assunto. Sendo assim, o primeiro capítulo, intitulado *A Ocupação do Espaço*, é destinado à questão indígena, e escrito pela também professora universitária da UFSC, Ana Lúcia Vulfé Nötzold, e a estudante/bolsista Edna Elza Vieira (2000).

suas obviedades, ora apontando a questão indígena como um caso para Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, ora como um caso para Martinho Bugreiro. Outro fato corriqueiro ocorre com a presença de imagens indígenas. De forma geral, nestas publicações de história regional, as imagens geralmente não possuem datas e locais de sua produção, e dentro destes livros, fazem parecer que tais eventos ocorreram nas cidades em questão. Arnaldo Haas Júnior pesquisou neste sentido sobre o Alto Vale do Itajaí:

Nas primeiras décadas do século passado, momento em que a maior parte das terras pertencentes à Região do Alto Vale estava sendo colonizada, os embates entre colonos e indígenas eram bastante freqüentes. Visando minimizar o problema, mandatários da colônia de Blumenau contratavam caçadores ou, como ficaram conhecidos, bugreiros. Dentre eles, figura um cuja lembrança é constantemente acionada quando o assunto é a caça aos índios: Martinho Marcelino de Jesus – o Martinho (ou Martim) Bugreiro. Numa de suas incursões, ele e seus ajudantes retornaram da caçada trazendo consigo um grupo de indígenas composto por duas mulheres e oito crianças. Captada pela lente de algum fotógrafo, a imagem que registra os doze caçadores, de pé, tendo a sua frente, prostrados ao chão, o grupo de mulheres e as crianças, é um dos raros registros visuais que se tem sobre Martinho. Utilizo o termo “imagem curinga” porque esta foto aparece nos livros sobre os municípios de Vidal Ramos, Imbuia, Agrolândia e Pouso Redondo, sendo que, em nenhum dos casos são oferecidas informações sobre o local e a data em que o registro foi efetuado. Aparentemente, cada um dos autores quis dar a entender que o episódio aconteceu em terras pertencentes ao município sobre o qual escrevem (Haas, 2009, p. 95).

Arnaldo Haas Júnior, que buscou analisar todas estas publicações regionais no Alto Vale, em termos conclusivos afirma que:

Embora as obras de história local não representem “o passado em si”, elas acionam um mecanismo de significação sobre ele. Orientada por um *continuum* passado/presente, a narrativa que lhes é comum, ao enaltecer a atuação dos pioneiros, “dos grandes homens do passado” – subsídio para uma identidade local –, cria também os subsídios para uma crítica do presente” (Haas, 2009, p. 129).

Fortemente embasado em Friedrich Wilhelm Nietzsche, o autor expõe uma forma de escrita que privilegia a grandiosidade do passado e as idealizações.

Ocorre que a confecção das obras de história local segue praticamente o mesmo itinerário descrito por Nietzsche: o passado é revestido de idealizações impermeáveis à inserção de uma perspectiva delatora das animosidades entre os “desbravadores”.

Quando surgem comentários sobre elas – atritos, divergências, brigas – tudo é retratado como mero desvio de percurso incapaz de pôr em questão a grandiosidade dos tempos pretéritos (Hass, 2009, p.129).

O que se evidenciou nestas publicações é o fato de que são os europeus e sua prole que promovem alterações na região. Constroem plantações, se agrupam enquanto forças políticas e conseguem as emancipações das cidades (atos narrados como quase heroicos), inauguram escolas, bancos, enfim, criam cultura. Ao passo que o indígena, preso em narrativas do passado, se resume aos primeiros embates, como dito por Valberto Dirksen no capítulo do livro por ele organizado em que constam os indígenas, *Os primeiros tempos*, desta forma delimitando o espaço do indígena no passado; ou então, outra fórmula é aceitá-los no presente, como fez Alexandre Avancini, atribuindo-lhes as alterações inerentes a todos os seres humanos, mas isto ocorre desde que estes indígenas estejam fora de sua cidade, e vinculados à cidade vizinha, José Boiteux.

Neste capítulo, museu, monumentos acompanhados de suas festividades de inauguração e publicações voltadas para as histórias locais desnudaram uma região que procura se afastar do indígena, lançando-o ao passado — não qualquer passado, mas sim um passado findo, congelado no tempo, um tempo que buscou criar um herói, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, e este heroísmo criado justamente em função de alterar a trajetória da região, onde a Pacificação do indígena garantiu a abertura do território para a colonização. Nesta estratégia, o tempo é utilizado como forma de justificar tal narrativa singular e que leva ao imigrante europeu, seu descendente ou sujeito que assim se descreve, como o indivíduo que naturaliza esta identificação, em uma região europeia, em um *Vale Europeu*.

Este tempo que justifica esta identificação europeia se utiliza tanto do acervo do museu como das publicações de caráter histórico e de monumentos. Essa leitura linear, singular, mediada pelo poder, que aloca o indígena cada vez mais em um passado distante, tanto quanto encerrado em si próprio, reitera um distanciamento de Ibirama em relação ao indígena, já afirmado em termos de território, uma vez que, desde 1989, com o desmembramento de José Boiteux, não há terra indígena no município de Ibirama.

Ao se buscar uma aproximação a supostas raízes europeias, há a criação de elementos que dão esta sustentação, ligados à história. Busca-se no passado uma legitimação para a aproximação ao sujeito europeu, o que leva ao afastamento do indígena, este visto como distante no tempo e no espaço: congelado no passado, como no museu; ou presente no atual, mas no município vizinho; ou ainda afirmado como desaparecido (de Dona Emma) assim que os

imigrantes chegaram, como dito pelo professor Valberto Dirksen (1996). As estratégias de remodelar a presença indígena não somente no passado, mas no presente, são esforços da sociedade de Ibirama e da região da Colônia Hansa-Hammônia.

O medo de encarar um outro passado seria o mesmo de encarar um novo presente e futuro? Ouvir uma narrativa indígena e compreender o seu protagonismo seria inevitavelmente levar os municípios da antiga Colônia Hansa-Hammônia a escrever outras narrativas para a região. Seria aceitar a pluralidade, e mais do que isto, aceitar que o passado da colonização não foi “um evento” heroico, mas esteve associado a um processo de desenvolvimento do capital internacional, e que, no Brasil, possui vários sentidos – principalmente a ocupação e o uso do solo, a substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra livre, além do branqueamento da população. Estas ações entraram em choque com o milenar povo Laklânõ. Engendrada nos meandros destas ações, esta narrativa singular e hegemônica no Alto Vale do Itajaí está umbilicalmente ligada aos valores desta sociedade. Políticas de mitigação destas ações, como as políticas de cotas, demarcação de terra, abririam um novo presente e um novo futuro. Um “novo passado”, ou uma leitura de passado mais voltada para as ações de modo plural, criaria novas perspectivas regionais.

Ao apresentar tanto a revista *Blumenau em Cadernos* como estes outros veículos de divulgação da história regional, todos vinculados ao poder público, e suas ações centrando o sujeito europeu como protagonista, se faz necessário apresentar dois movimentos a seguir. Primeiro: discutir como silenciamentos são forjados na região; Segundo: ouvir os próprios indígenas, e como compreendem e se sentem dentro desta narrativa que se queira hegemônica.

3 SILENCIAMENTO INDÍGENA EM VALE EUROPEU

“Descobriremos no passado um conjunto diferente de heróis: gente comum, tanto quanto líderes; mulheres, tanto quanto homens; negros, tanto quanto brancos” (Thompson, 1998, p. 335).

O início dos anos 1980 e as lutas pela democracia, que culminaram no movimento *Diretas Já* e na *Constituinte*, reposicionaram o sujeito indígena na história do Brasil⁸⁹. As reivindicações por direitos, neste contexto, não apenas demonstraram a irrealidade de um desaparecimento do indígena no país, mas também a sua presença ativa como sujeito político na busca por direitos; processo este que, entre outros encaminhamentos, culminou com um capítulo dedicado aos indígenas na Constituição de 1988. O censo demográfico do IBGE já vinha revelando uma presença indígena crescente, ainda mais acentuada nas décadas seguintes: em 1991, mais de 294 mil pessoas se identificaram como indígenas, em 2000, este número saltou para mais de 734 mil, ultrapassando 896 mil em 2010, e no censo mais recente, realizado em 2022, este número chegou a 1.694.836. Isto representa um aumento 88,82% em relação ao apontado no censo anterior (IBGE, 2024).

Houve não apenas um crescimento demográfico, mas também a promoção de uma esfera social e política onde se pôde afirmar ser indígena; isso se refletiu a partir da promulgação da Constituição em 1988, que sepultou o projeto da integração indígena; projeto este, vigente até então; passou a vigorar mecanismos como a autodeclaração para definir a identificação indígena. Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA no biênio 1986-1988, “[...] desde os anos 80, a previsão do desaparecimento dos povos indígenas cedeu lugar à constatação de uma retomada demográfica geral. Ou seja, os índios estão no Brasil para ficar” (Carneiro da Cunha, 1994, p. 123). Para o historiador John Manuel Monteiro, “A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão

⁸⁹ Ao afirmar que com o final da Ditadura Militar houve o reposicionar dos indígenas na História do Brasil, não estamos afirmando que o sujeito indígena passou configurar um espaço pleno de seus direitos e o findar de lutas. Tanto, que estas conquistas de direitos na década de 1980 estiveram associadas às lutas constantes dos indígenas e dos indigenistas, e especificamente ligadas aos movimentos da década de 1970; a criação da Comissão Pró-Índio de São Paulo, criada em 1978, representou parcelas deste processo. Para mais informações ver: Carneiro da Cunha (2018).

política — tais como as organizações indígenas —, reivindicam e reconquistam direitos históricos” (Monteiro, 1995, p. 223).

Este capítulo se insere nesta trajetória, apresentando a História Oral como possibilidade, em que os próprios indígenas se apresentem narrando os sentidos para o passado, em contraposição ao silenciamento; além de promover a desmistificação do mito do seu desaparecimento, em uma região descrita em muitos espaços e lugares como *Vale Europeu*. Mito pautado no silenciar indígena; isto significa a produção de elementos para o fazer historiográfico, “Silêncios são inerentes à criação de fontes, o primeiro momento na produção histórica. O controle desigual sobre a produção histórica persiste também no segundo momento da produção histórica, a elaboração de arquivos e documentos” (Trouillot, 2016, p. 91). A voz dos próprios indígenas como forma discordante de outras histórias que os excluem, invisibilizam sistematicamente, ou os inserem em uma representação coletiva irreal e que apenas atende os preceitos da colonização, é o que motiva a proposta de adoção da História Oral – esta, atuando como possibilidade de atender estes entrevistados na medida em que, por si mesmos, estabeleçam uma perspectiva do que é ser indígena no Vale do Itajaí, e como se compreendem em relação a uma história como a narrada predominantemente nos textos do periódico *Blumenau em Cadernos* e pela exposição do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann – uma história asséptica, como nos disse Marc Ferro (1983), que se consolida sobretudo a partir de um fazer historiográfico sob a ótica de um único grupo que, gerando exclusão, não permite outros olhares para com o passado e o presente, e por consequência, o futuro. Este cenário demonstra a relevância de uma outra visão de se pensar os indígenas no Vale do Itajaí, qual seja: a dos próprios indígenas.

Para alcançar tal intento, este capítulo está dividido em três partes. A primeira, intitulada *Uma Clio, duas Histórias?* discute a História Oral e suas interfaces com a questão indígena, em diálogo com autores que se utilizam desta metodologia como Marieta de Moraes Ferreira, José Carlos Sebe Bom Meihy e Alessandro Portelli, e autores indígenas como Kaká Werá Jecupé, Ailton Krenak e Davi Kopenawa, que colaboraram com a discussão em torno da palavra nos povos indígenas. A segunda, *Indígenas dentro da História* circunscreve a História Oral indígena, e para tal, dialoga com trabalhos já realizados neste campo, além dos autores mobilizados anteriormente. Já a terceira parte, *História Oral indígena em Vale Europeu: Um passado em disputa* aborda a conjuntura na qual se encontra o povo Laklânõ, no Vale do Itajaí para se pensar a História Oral. Os diversos meios de silenciamento por parte de imigrantes europeus e seus descendentes se chocam com resistência através da qual os indígenas contam

suas trajetórias ao longo das gerações; elementos estes apresentados através da própria experiência em que estas entrevistas foram desenvolvidas, o que será debatido no capítulo seguinte.

Assim, se objetiva pensar a História Oral como um processo que possui sua própria historicidade e que, no Brasil, ganhou um novo impulso pós-ditadura militar. Considera-se ainda que a população indígena do Vale do Itajaí tem, historicamente, na tradição oral, a base da sua dinâmica social, mas que esta realidade está sendo alterada, uma vez que, mais recentemente, jovens do povo Laklänõ passaram a ter a possibilidade de estudar fora da Terra Indígena Ibirama La-Klanô, deste modo realizando formação em graduação e pós-graduação, gerando assim monografias, sobretudo em programas de formação docente na Universidade Federal de Santa Catarina, e recentemente na Universidade do Estado de Santa Catarina em parceria com a FURB.

3.1 UMA CLIO, DUAS HISTÓRIAS?

Manuela Carneiro da Cunha, em Conferência realizada na Universidade de São Paulo – USP, em 28 de setembro de 1993, publicada em 1994, intitulada *O futuro da questão indígena*, de forma sintetizada pontuou algumas das representações que o sujeito indígena passou a receber no Brasil, isto de acordo com os interesses de cada grupo dominante e em cada contexto histórico:

No século XVI, os índios eram ou *bons selvagens* para uso da filosofia moral europeia, ou abomináveis antropófagos para uso na colônia. No século XIX, eram, quando extintos, os símbolos nobres do Brasil independente e, quando de carne e osso, os ferozes obstáculos à penetração que convinha precisamente extinguir. Hoje, eles são seja os puros paladinos da natureza seja os inimigos internos, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia (Carneiro da Cunha, 1994, p. 123).

Neste fragmento, a antropóloga aponta dois aspectos. O primeiro diz respeito à configuração das representações dos indígenas em uma estrutura binária, classificando-os como fazendo parte, de alguma forma, dos projetos de colonização ou sendo contrários a estes projetos; ao manifestarem a sua própria defesa, são compreendidos como um entrave aos interesses do poder vigente. O segundo: as representações lançadas sobre os indígenas não são estáticas, se alteram com o tempo e de acordo com os interesses dos grupos que exercem o

poder e da expansão do capital⁹⁰. Fator este que levou muitos indígenas a se movimentarem, na medida do possível, dentro destas representações promovidas pelos colonizadores, ao longo dos séculos, como já descrito por Maria Regina Celestino de Almeida: a historiadora, ao tratar do Rio de Janeiro colonial, considerou um processo de *metamorfoses* aquele, em que indígenas assumiram representações impostas pelos colonizadores, como forma de mobilidade ou mesmo de resistência, dependendo da ocasião (Almeida, 2003). Sendo assim, a forma como a sociedade representa o indígena, ou dito de outra forma, como o comprehende, como estabelece quem é ou não reconhecido e quais aspectos de sua cultura devem ser mantidos, foi sendo efetuada de forma arbitrária e vinculada aos interesses dos governos e da expansão do projeto colonial, estes também sendo alterados dentro de cada contexto histórico. Afirmar a inexistência do indígena é também afirmar que não há direito sobre terras, por parte destes indígenas; fator que as liberava para os projetos de expansão colonial. Fato que desvela mais uma vez a arbitrariedade e os interesses do governo e do capital nos recursos naturais das terras habitadas pelos indígenas; este expediente sinaliza assim o silenciamento e a arbitrariedade sobre o próprio corpo do indígena, sua própria identificação.

Como quaisquer agrupamentos humanos, os grupos indígenas são formados por sujeitos que, fazendo parte da sociedade, interagem buscando alcançar seus próprios interesses; portanto, não sendo um bloco homogêneo, se alteram, buscam conexões e relações das mais diversas, inclusive com ações que nem sempre são unâimes entre seus membros. A trajetória da colonização europeia no Brasil evidencia isso. Mais recentemente, a antropóloga Alcida Rita Ramos reatualizou a afirmação de Manuela Carneiro da Cunha, e apontou o indigenismo e sua projeção do indígena neste século como a de um “índio hiper-real”; a autora salientou como o indigenismo lança sua própria projeção sobre como os indígenas deveriam ser e agir,

E assim, a insustentável ambivalência do ser índio insinua-se por todos os lados, criando um meio fértil para a propagação de tantos índios quantos forem os agentes interessados em construir esse edifício fascinante, multifacetado e, por vezes, tão impossível de decifrar como uma obra de Escher. Esse é o Indigenismo que chegou ao século XXI (Ramos, 2012, p. 30).

⁹⁰ Em sua tese de livre-docência, John Manuel Monteiro (2001) aborda longamente sobre estes dualismos, especialmente sobre os conceitos de Tupis e Tapuias como uma construção criada a partir do projeto colonial e atrelada aos seus interesses.

Por outro lado, como apontado pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018, p. 93), o processo de produzir um novo olhar para com os povos indígenas após o período da ditadura militar (1964-1985) também sofreu influência da expansão da História do Tempo Presente no Brasil e do dever de memória: “[...] a grande virada que consolidou definitivamente esse campo [História do Tempo Presente] foi a discussão dos projetos relativos ao ‘dever de memória’ perante as vítimas da ditadura militar, e os grupos excluídos e discriminados de negros e indígenas”. Dever de memória compreendido aqui como a busca pela justiça social e políticas de reparação, promovidas em um contexto brasileiro pós-ditadura. A historiadora afirma que, paralelamente a este processo de retomada da democracia, um interesse maior no país, em relação a estes grupos subalternizados, entre eles os indígenas, configurou um fortalecimento da História Oral. É neste momento que floresce uma historiografia onde o indígena não apenas (re)surge para o Brasil, mas também aparece como interlocutor, como voz. É o que afirma John Manuel Monteiro, ao se referir a mudanças na produção historiográfica a partir da introdução da ótica dos indígenas sobre o passado (Monteiro, 1995).

Este horizonte que confere à História Oral no Brasil uma outra fase a partir dos desdobramentos em função da dissolução da ditadura militar (1964-1985), sobretudo após 1990, tendo como foco, grupos subalternizados, é compreendido como a sua segunda fase. A primeira, se dá ainda nos anos 1970, quando dos investimentos da Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas (Ferreira; Amado, 1996).

Se para Marieta de Moraes Ferreira (2018) foi o contexto pós-ditadura que forneceu as bases para se trabalhar com a História Oral enquanto metodologia voltada sobretudo para grupos historicamente subalternizados, entre eles os indígenas, José Carlos Sebe Bom Meihy e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (2009, p. 15), ao fazerem um balanço da *Revista Brasileira de História Oral*, também sinalizam para este momento como profícuo para uma guinada, uma alteração neste fazer historiográfico, “O ambiente de abertura política, definido principalmente depois de 1979 com a Anistia, motivou a aventura da história oral, que assim compatibilizava seu (re)surgimento com a anunciada democratização”.

O fato de o contexto político, possibilitar o fortalecimento da História Oral não é uma realidade somente brasileira, mas também é descrito por Paul Thompson, tanto para a realidade da Grã-Bretanha, como para alguns países africanos recém-independentes. Foi a partir da metade do século XX, no imediato pós Segunda Guerra Mundial, que se construiu um terreno fértil para o fortalecimento da história oral, isto em sociedades que precisavam discutir o passado recente, com vistas a se posicionar em uma nova realidade mundial (Thompson, 1998).

Se o contexto histórico explica o avanço da História Oral em alguns países, em outros, como os da América Latina, explica a sua retração. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, “[...] o desdobramento do golpe militar de 64 no Brasil, bem como de vários países da América Latina nos anos 1960, coibiu projetos que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos” (Meihy, 1996, p. 07).

Na publicação *Usos e abusos da História Oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, a História Oral é apresentada a partir de três delimitações, diante das diversas possibilidades de utilização: a História Oral como técnica, como disciplina e, por fim, como metodologia, status em que se situam tais organizadoras e ao qual se filia este trabalho também. Sendo que, “[...] como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...]” (Ferreira; Amado, 1996, p. XVI). Mas, nesta empreitada, nem todos os autores estabelecem fronteiras intransponíveis entre essas compreensões da História Oral; para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), é justamente esta imprecisão que confere à História Oral a sua fertilidade, e ao que o autor chamou de *charme* e *encanto*. Ou ainda como José Carlos Sebe Bom Meihy, mais taxativo:

É desprezível discutir se a história oral se compra ou não em ser uma técnica, um método ou uma disciplina. Dado seu perfil multidisciplinar, sem constituir um objeto específico de pesquisa, mais vale pensar a história oral como a ela se referiu Louis Star, um de seus fundadores: “Mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina”, também mais apta a motivar reflexões do que a esgotar-se em debates inócuos sobre seu sentido epistemológico (Meihy, 1996, p. 14).

Permitindo interpretações e diálogos até então obscurecidos e possíveis somente através das entrevistas — aspecto este que vem ao encontro com o proposto por Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006) —, a História Oral compreendida como metodologia se apresenta articulada à teoria, por vezes na relação com outras disciplinas, onde

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais (Ferreira; Amado, 1996, p. XVII).

Diante do exposto, é preciso compreender a trajetória indígena como portadora de elementos singulares na história do Brasil. Diversos foram os grupos violentados pela opressão da ditadura militar, e os indígenas do Vale do Itajaí foram duplamente oprimidos – pelo preconceito regional e suas várias faces, e pelas condições adversas do regime militar. Por isso, anteriormente às próprias entrevistas, é preciso conjecturar sobre a presença da área de estudos de história indígena como emergente em um país recém inserido na esfera democrática, após mais de duas décadas vivenciando a experiência da ditadura militar, cujo final ficou marcado nas memórias de Faustino Criri (2023) como momento de ruptura com estas estruturas que tutelaram o indígena, resultando em empoderamento de si junto à sociedade regional⁹¹. Portanto, a utilização da História Oral nesse contexto está associada onde um certo tipo de história tem sido possível e outro não. O que, por sua vez, nos leva a compreender e dar sentido aos muitos silenciamentos, como destaca Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses no texto *A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais*. Nele, o autor promoveu a discussão da memória no campo das Ciências Sociais logo após a retomada do Brasil na esfera democrática, e destacou:

Outra vertente de enorme significado na pesquisa, e que se vem desenvolvendo, é da amnésia na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos de todo tipo. Contudo, não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multifôrmas graduações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos (Meneses, 1992, p. 18).

Uma coletividade silenciada por muito tempo, caso específico dos indígenas, como é apresentado no relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, onde se evidenciam parcelas das violências perpetradas pelo Estado para com estes grupos, onde

os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações. Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas

⁹¹ No capítulo seguinte, Faustino Criri, um entrevistado-protagonista aborda mais elementos desta memória.

ações diretas quanto pelas suas omissões (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 204)⁹².

Se parcelas destes silenciamentos e outras formas de violência realizados durante a ditadura militar são descritas e denunciadas neste relatório, é preciso, uma vez mais, reiterar que estas violências para com os indígenas se tornaram uma constante desde os primeiros contatos com os europeus até nossos dias. Assim, as diversas formas de violência perpetradas pelo Estado e pelos sujeitos a ele atrelados, surgem e são descritas no contexto de suspensão da democracia, no entanto estão inseridas em um processo histórico mais amplo.

Silenciamentos dos mais diversos, e de múltiplas graduações, como nos indica Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses; silenciamentos nas vozes, mas também nas ações, pois o fim da ditadura militar e a abertura democrática não findaram com estes silenciamentos. Mas qual a graduação deste silenciamento no Vale do Itajaí? Uma vez mais, é preciso grafar este silenciamento como um dos lados da moeda, e o outro é a supervalorização do sujeito europeu, assim, “Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: ‘silencia-se’ um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. A prática de silenciamento exige engajamento. Menções e silêncios são, portanto, ativos, contrapontos dialéticos dos quais a história é a síntese” (Trouillot, 2016, p. 85).

No entanto, projetos realizados por grupos como ONGs, Universidades, ou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Igreja Católica, ou o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), e a inserção dos próprios indígenas em universidades, contribuem para a promoção de diálogo e visibilidade, além de diversos projetos coletivos e individuais a partir dos próprios indígenas, em áreas que vão da produção audiovisual, passando pela luta política através do engajamento em partidos políticos, até a formação de grupos de Rap.

Além de se compreender estes silenciamentos, é preciso analisar a História Oral a partir das relações de poder, tal qual nos diz Alessandro Portelli: “Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (Portelli,

⁹² Para além deste relatório, o CIMI, desde 1996, elabora o Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, e desde 2003 com periodicidade anual. No último relatório, datado de 2021, entre as diversas formas de violência praticadas contra os indígenas no Brasil há a categoria “Violência contra a Pessoa”, onde os dados apontam um total de 355 casos, de violência sexual até assassinatos, e para este levantamento de 2021 se constatou o maior número registrado desde 2013 (Cimi, 2021).

2010, p. 03). Como os textos criados por *Blumenau em Cadernos*, ou a exposição permanente no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, as entrevistas apresentadas no próximo capítulo buscam esta esfera pública, para que, transcendendo a Terra Indígena Ibirama La-Klanô, possam confrontar as narrativas propostas pelo periódico e pelo museu (ou que, similares, circulam por outros meios), e, para além destes, confrontar o próprio fazer historiográfico no Vale do Itajaí. Isto, para que possam apontar outros horizontes na construção das identificações regionais – estes de acordo com os interesses dos próprios indígenas. Essas narrativas alternativas envolvem desnaturalizar uma identificação do Vale do Itajaí com a Europa condenando os indígenas a um passado fechado e encerrado, no qual seriam tão somente sujeitos secundários e passivos da história.

Ao sinalizar para as diferenças, os idealizadores do projeto colonizador buscaram o distanciamento entre indígenas e imigrantes europeus. Mas, para além desta fronteira criada pelas diferenças, deve-se questionar as relações de poder instituídas – dito de outra forma, foram estes mesmos artifícies da colonização que sublinharam as diferenças e dificultaram enxergar possíveis semelhanças. Tanto como nos diz Frederick Barth, é com um olhar crítico que se pretende dissolver a ideia de fronteiras identitárias já definidas, mas construídas; assim devemos olhar para este passado regional,

É importante reconhecer que, embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de um para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes (Barth, 1998, p. 194).

A exaltação destas diferenças foi capaz de criar uma fronteira entre os imigrantes europeus e os indígenas, estabelecendo um fosso, cujo aspecto mais cruel foram os embates e as incontáveis mortes destes últimos. A desnaturalização de um *Vale Europeu* se faz, assim, urgente. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao apresentar os meandros da invenção do Nordeste, apontou como um dos pontos centrais as incongruências de um discurso que promove a identificação como algo naturalizado,

O perigo do discurso identitário é, exatamente, o de rebaixar o histórico ao natural, reificando determinados elementos e aspectos da vida social, desconhecendo que cada

gesto humano, cada forma de usar seus sentidos, cada fibra de sua musculatura, cada calo em suas mãos conta uma história, assim como cada sentimento, cada paixão, cada medo, cada sonho recolhe elementos desta historicidade (Albuquerque Júnior, 2001, p. 308).

Maria Bernadete Ramos Flores (1997), em pesquisa sobre a Oktoberfest, sinalizou para o esforço dos setores regionais, tanto do poder público como do privado, em manter um discurso onde a preservação do patrimônio histórico material, as tradições e a memória coletiva foram apresentadas como vínculos de sustentação de uma suposta identificação europeia já definida, sobretudo uma ideia de identificação alemã e o esforço para a sua representação.

Tanto Durval Muniz de Albuquerque Júnior como Maria Bernadete Ramos Flores, cada qual ao seu modo, apontaram as inconsistências de se compreender as identificações como elementos estabelecidos naturalmente, a-históricos, que, por estarem circunscritos em uma região, supostamente já possuiriam uma identificação cultural pré-estabelecida. Prova disto está na fração microrregional do Vale do Itajaí, o Médio Vale do Itajaí, núcleo onde se encontram o município de Blumenau e seus centros de representação: o próprio aspecto geográfico foi substituído por uma naturalização de identificação europeia. Entre as vinte e uma Associações de Municípios de Santa Catarina, todas com nomes geográficos, a outrora Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí atualmente se intitula, Associação dos Municípios do Vale Europeu⁹³.

3.2 INDÍGENAS DENTRO DA HISTÓRIA

Como afirmado, conforme os dados de 2022 do Censo Demográfico aplicado pelo IBGE, habitam no Brasil, atualmente, 1.694.836 indígenas; dentre estes, há uma diversidade de cosmologias, processos históricos de contato que dimensionam suas relações com a sociedade regional. Tamanha diversidade impossibilita uma síntese das experiências e expectativas de todos estes povos. Alguns desafios são constantes e comuns na atualidade: reconhecimento étnico, demarcação de terras, acesso à educação e saúde; mas também é possível apontar algumas características, entre estas, o forte apego à tradição oral.

⁹³ A Associação de Municípios do Vale Europeu, tendo sua sede em Blumenau (por sinal, em frente ao Parque Vila Germânica, que, entre outros eventos, recebe anualmente a Oktoberfest), é formada por 14 municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. De forma distinta, a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), região de Criciúma que contempla doze municípios, não é descrita por um nome geográfico, mas pela atividade econômica da extração do carvão dentro desta região geográfica.

Para o escritor guarani, Kaká Werá Jecupé (2020, p. 13), a palavra é formada de duas faces: “De acordo com nossa tradição, uma palavra pode proteger ou destruir alguém; o poder de uma palavra na boca é o mesmo de uma flecha no arco [...].” O autor, que possui diversas publicações e costuma participar de programas televisivos e feiras literárias, e que no passado teve atuação político-partidária, trouxe a sua mirada para com a palavra – suas possibilidades construtivas e destrutivas, isto em criativa analogia com o arco e a flecha, tão icônicos na representação de povos indígenas em todo o mundo. O autor de *Tupã Tenondé* possui uma leitura da utilização das palavras e, consequentemente, de nomeação do mundo “O ensinamento da tradição começa sempre pelo nome das coisas” (Jecupé, 2020, p. 18). Ailton Krenak, membro do povo Krenak, escritor e doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e membro da Academia Brasileira de Letras, também faz articulação da palavra com a ação, a criação do mundo; sendo assim, “[...] tudo está ligado, as coisas que têm existência física, elas foram todas fundadas a partir da palavra que foi ordenando a criação do mundo [...]” (Krenak, 1994, p. 204). Davi Kopenawa, liderança e xamã Yanomami, em suas experiências na região amazônica, sobretudo pautadas pelas invasões promovidas pelo garimpo ilegal e suas consequências sociais e ambientais, denuncia que a relação entre indígenas e *brancos* para com as palavras é mediada por uma desconfiança: “Quando eu era mais jovem, costumava me perguntar: ‘Será que os brancos possuem palavras de verdade?’.” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 390).

As vozes destes indígenas indicam uma realidade onde a fala surge como elemento mediador entre o discurso e a prática, inclusive seu caráter de dúvida, quando Davi Kopenawa compartilha sua experiência com a invasão de garimpeiros e a posterior entrada de membros *brancos* na terra indígena dos Yanomami, realidade em que as diversas formas de violência desencadeadas demonstraram, para este xamã e liderança indígena, as contradições de alguns membros da sociedade regional, sobretudo através de promessas não efetuadas. Falas e ações, ou práticas e discursos, que no Vale do Itajaí foram projetadas antes mesmo do contato entre indígenas e imigrantes europeus, na efetivação do projeto colonizador do século XIX. Como em uma peça de teatro, os papéis foram sendo distribuídos, tanto pelas companhias de colonização, como pelo governo provincial, na composição das cenas, assim desejando implantar também o enredo destes atores, que já estaria pronto e acabado sem que os indígenas pudessem opinar,

Mas por volta de 1850 as decisões que se haviam tomado na Europa, na capital do Império e nas capitais das Províncias do Sul tiraram aos Xokleng qualquer possibilidade de fuga: seu território estava cercado e pronto para ser conquistado. Ao mesmo tempo, essas decisões deram origem a uma distribuição de papéis entre personagens que não tinham possibilidades de livre e conscientemente aceitá-los. Assim, nessa altura estava armado o cenário e os principais atores, o índio, o colono e o bugreiro, começavam a representar o que lhes fora reservado. O teatro trágico estava definitivamente iniciado (Santos, 1973, p. 60).

Neste teatro trágico, as atuações foram trágicas e sanguinárias, e a este fato, soma-se, ao longo das décadas, uma narrativa homogênea, que supervaloriza os feitos da imigração europeia, sustentada por relações assimétricas. Este teatro, revestido de heroísmo e da saga de desbravadores, continua sendo contado e recontado, e se são muitas as formas pelas quais o *Vale Europeu* o faz, a inicial, é o silenciamento indígena.

A História Oral surge como possibilidade de ruptura com esta realidade ao possuir nas entrevistas outras visões para o passado. Para Alessandro Portelli, as entrevistas podem romper com silenciamentos. Para o autor, a partir da entrevista há a possibilidade de promover alterações sociais; é a entrevista que procura apontar a pluralidade cultural, onde os sujeitos que o autor denominou de “sem-poder” possuem reconhecimento. Nas palavras do autor,

a mudança começa na entrevista e continua, porque esse diálogo põe em pauta o reconhecimento do significado, da importância cultural do mundo dos entrevistados. A mudança que buscamos é uma mudança que dê mais poder aos sem-poder. E que lhes dê mais poder para que a sua cultura seja reconhecida como cultura. Para que se reconheça que não há somente uma cultura, a das elites, somente uma maneira de fazer cultura e que seja essa a maneira; que existe uma pluralidade de culturas, de níveis culturais, e que há uma luta de classes na cultura, na arena cultural – uma luta de classes não menos importante do que a luta de classes que existe no nível econômico, ou político, porque a luta de classes na cultura é a base do reconhecimento dos sujeitos que têm direitos, que têm saberes, que têm uma identidade. É, então, o início de uma mudança de relações de poder (Portelli, 2010, p. 12).

O confrontar a “cultura da elite”, como quer o autor, busca, sobretudo, o reconhecimento, e propõe indicar mudanças nas incrustadas relações de poder, e que, no caso do Vale do Itajaí, moldam sujeitos através de seus papéis, como em um teatro, nas palavras de Sílvio Coelho dos Santos (1973). Paul Richard Thompson também retoma esta concepção e sinaliza para uma perspectiva mais inclusiva e abrangente do passado; ao se considerar o depoimento das diversas classes sociais, “(...) as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma

reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro” (Thompson, 1998, p. 26)⁹⁴. Logo esta construção mais inclusiva e abrangente do passado também alterará o próprio conteúdo da história, “O novo equilíbrio quanto ao conteúdo da história e às fontes de sua evidência alterará seu julgamento e, assim, finalmente, sua mensagem como mito público” (Thompson, 1998, p. 335).

Uma vez que o antagonismo entre indígenas e imigrantes não é algo natural, mas construído, conforme os critérios estabelecidos por Frederick Barth (1998) fica evidenciado em alguns casos a aproximação entre estes dois sujeitos no período de colonização. Esta aproximação é descrita atualmente em diversas entrevistas, tanto com indígenas como com descendentes de imigrantes europeus. Uma destas é a do senhor Geraldino Cecchet, residente no Alto Vale do Itajaí, na cidade de Rio do Sul: a última microrregião do Vale do Itajaí a ser colonizada e, portanto, com grande intensidade de conflitos entre indígenas e imigrantes europeus. Geraldino Cecchet relata a proximidade e amistosidade dos relacionamentos entre estes dois grupos; o relato descrito se passa no processo de colonização deste território, portanto, antes da fundação da cidade, no início do século XX; sendo assim, localidade pertencente ao município de Blumenau. Em entrevista para o periódico *Rio do Sul - Nossa História em Revista*, publicação editada pela Fundação Cultural de Rio do Sul, e lançada no ano de 2014, Geraldino Cecchet comentou das trocas realizadas entre indígenas e membros da sua família, de descendentes de italianos neste período do início da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao território, entre o final do século XIX e o início do século XX. O entrevistado comentou que sua família deixava constantemente o parolo, a panela de fazer polenta, ao ar livre, no fundo do terreno de sua moradia, parolo este com porções da crosta de polenta; durante a noite, os indígenas, ao se aproximarem da propriedade destes imigrantes, retiravam tal crosta, e como retribuição e investimento em uma relação de concórdia e amistosidade, deixavam pinhões (Felácio Júnior, 2014).

Mesmo que atitudes amistosas como estas pudessem ser encontradas no Vale do Itajaí, um projeto de colonização estava em curso neste período. Projeto que compreendia a implementação de núcleos coloniais, e para tal, a marcação da diferença foi o ponto inicial na escrita do roteiro do teatro trágico. As ações dos imigrantes europeus estiveram, portanto, agindo em contraponto aos indígenas, considerando-os como o “outro”; retratando em sua figura um *antidesejo*, como nos disse Luísa Tombini Wittmann (2007).

⁹⁴ Este termo “agora”, se refere quando das pesquisas do autor na segunda metade do século XX.

Atentos para estas ações eurocêntricas, e que geram exclusões, e dentro de suas possibilidades, são diversos os trabalhos construídos pelos indígenas do povo Laklânô que podem ser compreendidos como uma forma de atuarem contrapondo este silêncio, senão como formas de superá-lo ainda não por completo, mas de compartilhar parte do seu conhecimento e seus posicionamentos frente a esta desafiante realidade. Nesta ótica, podemos destacar o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis, e o Curso de Pedagogia Indígena Xokleng, em Ibirama, este realizado em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a Universidade Regional de Blumenau – FURB, sendo que o retorno à Terra Indígena Ibirama La-Klanô permite o ofício de professor para estes estudantes. A busca por esta formação, vem ocorrendo com significativo aumento, sobretudo entre os jovens. Em ambos os programas, diversos são os indígenas que produzem monografias, estas disponibilizadas nos sites das respectivas universidades⁹⁵. No entanto, mais recentemente estes jovens buscam também outros cursos de graduação e outras áreas de formação, para além do magistério. Neste caminhar, se destaca a pesquisa iniciada nos anos 1980 pelo professor e pós-doutor em Linguística, Nanblá Gakran, que objetivou uma valorização do idioma Laklânô “Assim, em 1981 começou a dedicar-lhe estudo intensivo com a orientação de idosos de seu povo e de linguistas” (Gakran; Markus, 2014, p. 07)⁹⁶. Investida que deu frutos, e

a partir desta base, Nanblá se propôs a dar assessoria a outras pessoas da comunidade interessadas em se dedicar ao estudo da língua Xokleng. Em 1992 iniciou cursos de capacitação, dos quais, atualmente, diversas pessoas começaram a atuar como professores bilíngues; a partir de 1994 começou a produzir textos junto com os seus alunos de primeira a quarta série (Gakran; Markus, 2014, p. 07).

Uma parcela desta caminhada foi publicada em 1998 em *Ag vê tê kágłél mû – Nosso Idioma Reviveu. Livro de leitura do Povo Xokleng/Laklânô*, realizada com vários educadores e

⁹⁵ No ano de 2018 o autor publicou sua dissertação de mestrado intitulada *A História Inconclusa do Vale do Itajaí: Território, memória e identidade nas vozes atuais do povo Xokleng Laklânô*, do qual, entre outras fontes abordou os vinte e três Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs de egressos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2015 com educadores licenciados do Povo Xokleng Laklânô. Várias foram as abordagens que estes estudantes se utilizaram na confecção de tais TCCs, temáticas que versaram desde a Arqueologia até a Saúde contemporânea fizeram parte deste processo. No entanto, independente de cada temática, três foram os elementos que perpassaram estes trabalhos: Identidade, História e Contato/Pacificação estiveram assim atrelados a produção destas pesquisas e consequentemente nos textos.

⁹⁶ Este texto, Nanblá Gakran publicou em coautoria com a agente do COMIN, Cledes Markus.

educadoras, além de educandos e educandas do povo Laklânõ. O contexto atual, mesmo com todas as adversidades, vem possibilitando alguns espaços para escrita e publicação de parcelas do conhecimento, por parte destes estudantes-professores Laklânõ. Cenário onde uma leitura eurocêntrica do passado regional não cessa, não findou – muito pelo contrário, segue vigorosa e ganhando espaço. Em se tratando destas disparidades de espaços e representações permeadas por relações de poder, entre as classes dominantes e as não hegemônicas, para usar os termos empregados por Alessandro Portelli, a História Oral é apresentada como campo onde a própria diferença entre estas classes demonstra suas potencialidades:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante (Portelli, 1997, p. 37).

Ao utilizar os termos classes não hegemônicas e classes dominantes, o autor se refere, sobretudo, a sua realidade, pois seu foco de entrevistas recaiu sobre trabalhadores italianos (além de membros da resistência ao nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial), mas também sujeitos vinculados aos detentores dos meios de produção. Ao se utilizar destes dois qualificativos – não hegemônicas e dominantes, nos aproximamos aqui da ideia de cisão, de separação, de ruptura, esta não necessariamente marcada por classes no conceito marxista, como faz Alessandro Portelli, mas de acordo com os objetivos desta pesquisa, entre sujeitos que detêm as estruturas para promover seu ponto de vista sobre um passado – europeu, à revelia dos não hegemônicos, que pretendem um olhar diverso para o passado, entre eles os indígenas.

O pesquisador italiano traz ainda à baila a inserção do historiador como sujeito produtor desta História Oral. Para Alessandro Portelli (1997), o processo após as entrevistas, culminando com a produção e publicação do texto final, é uma construção tanto do entrevistado como do entrevistador-historiador. Este último, é compreendido aqui como se estivesse atuando, assim, como um diretor de palco. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) também lança algumas questões neste sentido, apontando a inevitável parcialidade do historiador, com a construção do seu questionário e demais elementos que compõem a entrevista, o que tem implicações, assim, na fala do entrevistado, bem como no texto final.

Para John Manuel Monteiro (1995), uma historiografia comprometida com a escrita de uma história onde os indígenas possam ressurgir como sujeitos, e não apenas vítimas dos

processos de embates com os projetos coloniais, está articulada também com uma visão de futuro, quiçá, como diz o historiador, otimista para com os povos indígenas no Brasil. Para Kaká Werá Jecupé, a história, a narrativa do passado em si, é perpassada por relações de poder e parcialidades, é fruto do tempo; para este autor, a própria ideia de tempo construída pelo europeu está associada ao controle do tempo e da narrativa:

Quando chegaram as grandes canoas dos ventos (as caravelas portuguesas), tentaram banir o espírito do tempo, algemando-o no pulso do homem da civilização. Dessa época em diante, o tempo passou a ser contado de modo diferente. Esse modo de contar o tempo gerou a história, e mesmo a história passou a ser narrada sempre do modo como aconteceu para alguns, e não do modo como aconteceu para todos (Jecupé, 2020, p. 74).

A partir do controle do tempo se gestou a história sob esta visão europeia de descrição das ações humanas através do tempo, fator que gerou também, segundo o autor, uma cisão, uma forma que contempla a narrativa de alguns eventos e não de outros. Esta maneira de narrar é marcada por escolhas conscientes e atuantes, escolhas que criam *um* tipo de história, e não outro. Uma ideia de construção de tempo europeu, inserida na lógica de sua utilidade prática, para Ailton Krenak se faz presente na transformação das coisas, da natureza e, portanto, do tempo também “Essa mesma cultura, essa mesma tradição, que transforma a natureza em coisa, ela transforma os eventos em datas, tem antes e depois. Data tudo, tem velho e tem novo” (Krenak, 1994, p. 203).

Nestes termos, na construção de uma narrativa eurocêntrica, cunhada por um *tempo* e uma *história* peculiares, começa a se estruturar para com o povo Laklânõ, ainda no século XVIII, o interesse pelo seu território por parte do movimento dos tropeiros – rota de passagem, mas posteriormente criação de gado, ambos na serra catarinense. O ano de 1728 é descrito como o início de um primeiro movimento, onde o não indígena atuou em território Laklânõ com o intuito de ocupação. A própria instalação da cidade de Lages, na serra catarinense, décadas mais tarde, possuiu, entre seus objetivos, o de manter os indígenas afastados das fazendas onde se criava gado, bem como do traçado onde os tropeiros circulavam (Pereira et al., 1998). A partir dos interesses da metrópole, uma ideia de tempo e história é acompanhada de um sistema jurídico e militar, e logo as decisões tomadas nas capitais da Europa ou do futuro império brasileiro remodelaram as estratégias indígenas de sobrevivência.

A delimitação do território indígena no Brasil se deu nos embates entre indígenas e não indígenas. Sejam mineradores, criadores de gado ou colonos europeus; onde as terras indígenas possuíssem algum valor, os combates e a expulsão dos indígenas delimitariam novos territórios, novas formas de ordenamento, tanto para os indígenas como para os não indígenas. A criação de povoamentos, vilas e, posteriormente, cidades, são a face deste processo, e que no Vale do Itajaí são materializadas na fundação dos núcleos coloniais a partir de Blumenau e se expandindo em sentido oeste.

Fator este que ocasionou para os indígenas um território de resistência, onde as dinâmicas dos não indígenas, animados por interesses econômicos, ditassem, e ainda ditam, a distribuição e utilização de terras no país. Para o indígena, o seu território se tornou espaço de resistência em uma luta onde estes interesses econômicos interferiram diretamente na distribuição territorial, e a construção histórica de terras indígenas ou mesmo espaços urbanos está intimamente associada a este movimento – os indígenas estão onde estas lutas marcadas por esbulho de terras e violências os deixaram (Ribeiro, 1979; Gomes, 1991; Carneiro da Cunha, 2012).

Estas ações, sejam por parte do império, sejam por parte de tropeiros e criadores de gado, levaram à restrição do espaço natural do Laklânõ no Sul do Brasil, o que promoveu embates entre estes indígenas e não indígenas, e na década de 1830 os Laklânõ, agiram em torno da defesa do seu território na região serrana de Santa Catarina, ao perceber que não havia fuga, pois, seu território estava tomado pelo invasor (Paula, 1924; Santos, 1973). No entanto, para o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, foi no ano de 1850, com a fundação da Colônia Blumenau, que ocorreu a definitiva conquista do território indígena,

Compreende-se assim, que somente a partir de 1850 a colonização começa, em definitivo, a conquista do território ocupado pelos Xokleng. As suas andanças em busca de alimentos há muito estavam sendo limitadas. Não percorriam mais livremente o planalto, porque ali o criador de gado havia dominado os campos (Santos, 1973, p. 59).

Uma vez que o projeto colonial se viu impossibilitado de sustentar o conceito de *vazio demográfico*, se buscou alocar o indígena em um outro lugar, este desejado pela província de Santa Catarina e pelas companhias de colonização – portanto, fora do território a ser

colonizado⁹⁷. Assim, os indígenas foram apresentados através dos não indígenas; em textos e em imagens os termos genéricos como *selvagens* e *violentos*, estes que ganharam corpo e se alastraram como forma de descrever o indígena. Entre outros documentos, a maquinaria estatal através do SPI, logo no início do projeto de sedentarização dos indígenas, portanto logo após 1914, criou fotografias onde estes indígenas foram propositalmente contrastados com elementos do que se denominava de civilização, fazendo-se constante a fotografia destes indígenas recém contactados ao lado de veículos agrícolas, entre outros elementos, procurando deixar assim exacerbada uma ideia de diferença entre a civilização e os grupos indígenas (Freire, 2011).

Inseridos na “história” através do interesse de cada sujeito que os descreveu, no Vale do Itajaí, uma publicação em jornal, um relatório da companhia de colonização, ou uma carta de Hermann B. O. Blumenau para o presidente da província, foram elementos que transformados em dicotomias as relações entre indígenas e imigrantes europeus e que definiram um distanciamento entre ambos os grupos; como classifica a antropóloga Alcida Rita Ramos, são as ambivalências que marcam a relação da sociedade brasileira com os indígenas (Ramos, 2012). Para Edinaldo Freitas (2004), a constatação de uma História do Brasil, esta com inicial maiúscula, se dá através de um esvaziamento da presença indígena, e isto de forma paradoxal, onde o autor evidenciou esta presença, e para tal, indicou que este vazio está *cheio de índio*. Esta foi a forma encontrada pelo autor para evidenciar as opções feitas pelo colonizador para escrever uma história do Brasil em que o apagamento do indígena esteve associado à construção de uma identificação baseada na narrativa deste colonizador. Para o indígena se reservou os termos “silêncio” e “ausência”, mas para o colonizador o autor apresenta o termo “presença”, efeito este, onde um jogo espelhado que criou a identificação do colonizador, e a representação do indígena, este último silenciado e apagado da História do Brasil.

Para além de apontar estes apagamentos do indígena, que configuraram uma História do Brasil com “h” maiúsculo, onde se buscou a homogeneidade e as identificações baseadas nas violências dos silenciamentos, o autor sinaliza as potencialidades da metodologia da História Oral para com povos indígenas como forma de retomar estas histórias. Promover estes encontros entre historiador e indígena é movimento de construção de consciência: “Ir à aldeia é tarefa de um pesquisador consciente do contato com este ‘outro-índio’, daí ser necessário ter

⁹⁷ O conceito de Vazio Demográfico foi construído no período de colonização pela província de Santa Catarina e empresas colonizadoras, tal conceito trouxe em sua essência a ideia de que a região entre a Serra e o Litoral (Florianópolis) não possuía habitantes, e formava um Vazio Demográfico, sendo assim, apta para o projeto colonial.

presente os limites e as dimensões da sua própria cultura e da cultura dos outros, é preciso ‘diplomacia’.” (Freitas, 2004, p. 188).

Como dito, sendo as identificações no Brasil construídas por diversas formas de violências, entre estas promovidas pelo silenciamento indígena, é urgente possuir esta leitura destes limites construídos entre o indígena e o não indígena, e no Vale do Itajaí mais precisamente, o fato de ser *alemão*. Limites criados e concretizados ao longo do tempo, construídos historicamente enquanto um jogo geopolítico de apropriação do território indígena, e distribuição espacial dos grupos de imigrantes europeus. Ao finalizar esta análise, Edinaldo Freitas aponta os desafios e as potencialidades da utilização da História Oral para com indígenas, e para tal, sinaliza o contexto histórico como elemento para o desconstruir as fronteiras e limites já estabelecidos destas identificações e representações: “Se a intenção é deixar falar o índio, há de se saber o que este fala, de onde fala, as circunstâncias e os entraves que rodeiam este ato” (Freitas, 2004, p. 188).

Para tal, não é exagero retomar a ideia de que as fontes orais indígenas, ou as entrevistas com os indígenas, não devem ser tomadas como portadoras de uma verdade inquestionável, mas sim, dentro do seu contexto e o confrontar destas falas com outras fontes se torna fundamental. Este confrontar das fontes orais com outras fontes também pode ser observado na afirmação de Sônia Maria de Freitas: “Entretanto, não defendo o uso exclusivo de fontes orais, por acreditar que a utilização de diversas fontes será mais enriquecedora para a pesquisa. Considero a miscelânea proposta por Ken Plummer (1983) bastante interessante” (Freitas, 2006, p. 48).

Nesta toada, Oscar Calavia Sáez, em sua publicação *A terceira margem da história: Estrutura e relato das sociedades indígenas*, alerta para a construção da história dentro das sociedades indígenas, ou em outras palavras, a história de determinado povo indígena onde se deve analisar a relação para com os *brancos* – a história indígena em relação à sociedade regional. A criação da história, ou das histórias em relação aos contatos com estes *brancos*, e a função desta história passa assim a ser fator fundamental de análise, ao se pesquisar a história das populações indígenas. Para o autor, a própria rotina da historiografia pode ser responsável pelos apagamentos destas identificações reais em função de se visualizar *histórias* a partir de uma ótica ocidental. Nas palavras do autor,

Talvez, mais do que encontrar história lá onde alguém supôs que ela não existisse, no estudo da história indígena é importante reencontrar, na invenção do sujeito, na

variação mítica, na mimese de outros relatos, os traços vivos originais da prática da história, tantas vezes apagados pela rotina da historiografia (Sáez, 2005, p.49-50).

O autor, que pesquisou os Yaminawa, critica a ideia de *depurar o mito*,

a mitificação dos fatos históricos representa, suponho, o caso que melhor alimenta a avidez dos defensores da história oral. Depurar o mito de suas fantasias, localizar nele referências que o atrelem a uma narração fiel aos fatos, em suma extrair história do entulho mítico seria uma das tarefas principais do etnohistoriador, e uma das mais produtivas. O caso Yaminawa mostra, no entanto, que essa tarefa pode estar viciada por um pressuposto ingênuo: o de que essa racionalização teria ficado à espera de um estudo formal, o de que gerações e gerações de nativos têm se limitado a uma honesta acumulação de entulho mítico. Nada impede que a mitificação da história e a historização do mito tenham se sucedido regularmente ao longo dos séculos, e é muito provável que, do mesmo modo em que se diz que a história é constantemente inventada, possa se dizer que ela é constantemente trazida à terra pela transformação de relatos paradigmáticos em relatos eventuais (Sáez, 2005, p. 44).

Oscar Calavia Sáez assim trouxe este mito ou mitos indígenas e a criação de Histórias como uma forma de se pensar estas, em relação à sociedade regional; este se relacionar com os *brancos* se torna fator primordial para se compreender as histórias indígenas elaboradas pelos próprios indígenas, o que pode dar outro sentido para o passado, outro relevo. Nas palavras do autor: “Talvez a historicidade desse relato ganhe outro relevo se considerarmos que ele não só é, com efeito, uma narração *sobre* os brancos, mas sobretudo *para* os brancos” (Sáez, 2005, p. 45). Ao citar Marshall Sahlins e as relações entre os havaianos e seu deus Lono e a esquadra do capitão Cook, Oscar Calavia Sáez retoma a discussão entre estrutura e história para sinalizar o fato de que pode haver várias *Histórias* sobre uma mesma experiência, sendo a função do historiador interpretar e decodificar estas histórias dentro de cada cultura, em cada contexto histórico. Para além de tecer os desafios desta caminhada com a História Oral indígena, o autor aponta sugestões, “A terceira margem da história é habitada por esse historiador orgânico que seleciona dados, ritmos e direções, que determina o frio ou o calor do relato” (Sáez, 2005, p. 49).

A análise das entrevistas, quem entrevistar, o contexto apresentado, o confronto de várias fontes, são elementos que moldam se dão sentido ao projeto de pesquisa em História

Oral, e a subjetividade de cada pesquisador definirá o perfil final de tal empreitada⁹⁸. Fator este também destacado por Sônia Maria de Freitas: “Entretanto, o resultado de uma pesquisa em História Oral irá depender da cultura histórica do pesquisador e da sua base teórica” (Freitas, 2006, p. 81). Em sua publicação *Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo*, Maria Regina Celestino de Almeida, corrobora com Oscar Calavia Sáez (2005) e sinaliza uma vez mais para a compreensão dos povos indígenas a partir de suas próprias demandas: “Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados diversos [...]” (Almeida, 2013, p. 22).

Estas discussões acendem outro alerta – o protagonismo indígena. Muito se tem escrito e pesquisado sobre este tema. São várias as fontes analisadas neste sentido; documentos dos projetos de colonização indicaram ações indígenas nas entrelinhas dos relatos criados pelos próprios colonizadores, que, como parte deste projeto colonizador, silenciaram estes mesmos indígenas. Relatórios, cartas, sentenças judiciais, entre outros documentos hoje preservados em arquivos, em muitos casos são elementos que nos apresentam afirmações e negações sobre grupos indígenas em diversos lugares e tempos, no Brasil. Documentos estes que, com suas contradições, apontam a escravidão indígena, a relação com o trabalho, o esbulho de suas terras e mesmo de sua própria identificação.

Poliene Soares dos Santos Bicalho aponta o protagonismo indígena a partir da sua sistematização enquanto formação de entidades na década de 1970 (Santos Bicalho, 2011). Na publicação *Protagonismo como substantivo na História indígena*, os autores Guilherme Galhegos Felippe e Maria Cristina dos Santos apontaram para esta questão: os perigos de se pensar, na atualidade, com este conceito de protagonismo, todas as ações indígenas. Ao questionarem ações isoladas dos indivíduos e as estruturas de dado povo indígena, os autores sinalizam que

existe um esforço teórico e metodológico para transformar todos os indígenas do passado em protagonistas/agentes daquele seu presente. Como se fosse possível traçar

⁹⁸ Nesta caminhada, procurando os sentidos para o passado, é referência o trabalho com fontes orais e populações indígenas, no início dos anos 1990, de José Carlos Sebe Bom Meihy, em *Canto de Morte Kaiowá* (Meihy, 1991). O trabalho investigou o suicídio indígena e sua correlação com a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, o que denota a relação entre os próprios indígenas e um elemento externo; sinaliza a construção da identificação indígena frente ao seu entorno e como os desafios do contexto eram encarados pelos indígenas, no caso levando ao suicídio, triste realidade descrita e ganhando sentido através dos relatos

um *continuum* lógico entre as atitudes de personagens indígenas do passado e as atuais. Como se essa desejada continuidade apagasse ou homogeneizasse as oposições entre sujeito e estrutura (Felippe; Santos, 2016, p. 19).

Para os autores,

sem procurar negar o envolvimento opcional que estes indivíduos tiveram com as instituições coloniais, o que se pretende é alertar para as duas simplificações que tal análise pode incorrer: a primeira diz respeito à corroboração com o discurso que insiste na uniformização comportamental dos índios, como se houvesse um padrão de conduta que todos deveriam seguir, “*proyectando un ideal indígena o de unión indígena que nunca existió fuera del imaginario occidental del ‘buen salvaje’*” (Combès, 2010, p. 30). A segunda implicação desta análise é a imediata priorização das atuações de alguns indígenas em relação a protocolos decorrentes das demandas coloniais como se estes eventos fossem suficientes, enquanto dados descritivos, para se estabelecer o grau de comprometimento ideológico dos nativos e formular, a partir daí, um perfil protagonista dos mesmos (Felippe; Santos, 2016, p. 29-30).

Nestes termos, os autores alertam para os perigos de se pensar o protagonismo indígena como um conceito já preestabelecido, onde investigar as ações dos indígenas em relação aos projetos coloniais, fator este que invisibiliza as próprias leituras indígenas sobre determinada experiência, uma vez que somente a sua agência frente ao homem *branco* já lhe converteria em protagonista,

é como se, ao apenas citar a palavra *protagonismo*, o texto historiográfico automaticamente entrasse para o rol de produções que dão voz aos índios – quando, na verdade, provoca a difusão de um protagonismo como *adjetivo*, em que o termo passa a ser usado antes como um qualificativo agregador de importância à pesquisa, do que um esforço no repensar a atuação indígena a partir de suas próprias concepções (Felippe; Santos, 2016, p. 31).

Em suma,

ao priorizar um enfoque em que se destaca o indígena em si, com a pretensão de *elevá-lo* à categoria de protagonista só por ter estado ou atuado em uma determinada situação do passado, ou por terem apreendido códigos ocidentais, incorre-se no equívoco de transformar os índios em sujeitos anulados pela homogeneização contextual: as populações ameríndias passam a ser descritas a partir de conceitos e questionamentos eurocêntricos que, no máximo, permitiriam compreender a lógica de

ação (e reação) dos brancos que estiveram inseridos na situação de contato e convívio com os ameríndios. Com isso, mantém-se uma análise presa à tradição vitimizadora dos povos nativos, que acaba por criar um discurso de condescendência e tutela ideológica, em que os índios não passam de meras vítimas da crueldade do invasor ou bastiões de uma resistência étnica em vias de extinção. Pretende-se chamar atenção aqui para o fato de que muitas vezes o *protagonismo indígena* pode estar registrado em situações menos emblemáticas, desde o ponto de vista ocidental, como petições ao governo imperial ou a liderança de um exército frente às determinações das coroas ibéricas, mas são registros documentais em que a compreensão da presença e do comportamento dos indígenas diluem a importância de sujeitos e reforçam o fundamento da estrutura (Felippe; Santos, 2016, p. 32).

Também os autores, além de apontarem as armadilhas que o termo protagonismo indígena possa apresentar, ao ser aplicado de maneira uniforme, sinalizam para abordagens mais críticas,

a História indígena, portanto, não deveria se limitar a narrar ou descrever os eventos em que os índios simplesmente aparecem na documentação ou são levados a reagir em função do contato e do convívio com os brancos e suas instituições. Ao que nos parece, enquanto as análises estiverem focadas nas situações e não nas pessoas e nas relações de sentido que foram atribuídas às suas ações, o protagonismo indígena será apenas uma figura de linguagem retórica (Felippe; Santos, 2016, p. 43).

Analisar um relatório de Hermann B. O. Blumenau no período da colônia de imigrantes, ou mesmo uma entrevista com indígenas na atualidade, e de antemão já desejar o seu protagonismo, não difere muito de se fazer esta mesma análise colocando o indígena no lugar de vítima, ou nas *vozes dos vencidos*; alocar os indígenas como vítimas ou protagonistas pode incorrer no erro de alojar este mesmo indígena em categorias criadas pela colonização. Dito de outra forma, esperar que os indígenas tomassem tais atitudes no passado a partir dos conceitos elaborados pela colonização, ou desejar que eles tomassem tal reação para então serem aceitos como protagonistas é continuar dimensionando os indígenas apenas dentro do universo do poder colonial com seus conceitos já estabelecidos. Os indígenas sempre atuaram e agiram dentro dos seus próprios protocolos de ações em cada contexto. Isto independentemente de serem entendidos ou aceitos pelo poder colonial como protagonistas ou não. Fato que com as alterações do cotidiano, levaram estes indígenas a responderem de diversas formas, realizando

seu protagonismo em várias esferas sociais, por vezes de forma sutil, e quase que imperceptível⁹⁹.

Joana Aparecida Fernandes Silva e Giovani José da Silva, no texto *História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente*, ao pesquisarem especificamente a história indígena e fontes orais, de forma enfática indicam o desafio: “O problema aqui parece ser, então, algo que poderia ser chamado de ‘tradução das versões’, ou seja, de que maneira o historiador, através dessa metodologia, deverá controlar a qualidade dos dados e das transcrições” (Silva; Silva, 2011, p. 40). Os autores também recorrem a Sahlins (1990) para propor a história como uma construção cultural; em outros termos: a história pode ser compreendida de forma singular em cada sociedade, e as mesmas experiências recebendo sentidos diferentes. Assim, segundo os autores, “Muitas vezes a visão de sofrimento e de catástrofe é mais dos próprios pesquisadores do que dos grupos que se está estudando” (Silva; Silva, 2011, p. 43).

Ailton Krenak revela a importância destas histórias, que relatam trajetórias propagadas pelos próprios indígenas ou pelos historiadores, e que, em um futuro, irão iluminar as trevas criadas pelo colonialismo (Krenak, 2021). Em consonância com este autor, o historiador John Manuel Monteiro sinalizou que “[...] páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (Monteiro, 1995, p. 228).

Narrar histórias nas perspectivas indígenas se insere aqui como forma de superar estas violências, que além de físicas, atuando sobre os próprios corpos dos indígenas e envolvendo o esbulho de suas terras em todo o processo colonizador, são apresentadas também na escrita da história, por muito tempo homogênea, *branca* e eurocêntrica. Como dito por Maria Regina Celestino de Almeida (2010), o principal desafio para a história indígena, atualmente, é promover uma inflexão e inverter o ângulo de análise, passando de uma perspectiva dos invasores e colonizadores para a dos indígenas sobre os sentidos do passado.

Uma narrativa que se pretende hegemônica sobre a história regional é amplamente veiculada em diversos espaços da sociedade no Vale do Itajaí, como já descrito. Por seu turno, a História Oral, apresenta a possibilidade de outros significados, como nos ensinou Alessandro Portelli (1997, p. 31): “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela

⁹⁹ Exemplo disso foi a realização de faltas as aulas por parte de alunos indígenas Laklänõ que após conflitos com alunos não indígenas em escola não indígena deixam de frequentar a escola como forma de resposta e protesto, como se verá no capítulo seguinte, ato este de protagonismo indígena.

que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”. Estes significados, como diz o pesquisador italiano, são assim estabelecidos aqui pela experiência de como o indígena – o povo Laklānō, que até pouco tempo vivenciava uma cultura marcada pela tradição oral – vivencia o *Vale Europeu*. Também Verena Alberti corrobora com esta perspectiva, ao afirmar que “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (Alberti, 2004, p. 77).

3.3 HISTÓRIA ORAL INDÍGENA EM VALE EUROPEU: UM PASSADO EM DISPUTA

A História Oral se apresenta aqui onde indígenas trouxeram as suas versões para um passado marcadamente e forçosamente identificado como europeu. Historicizando e buscando alocar as falas dos indígenas, o protagonismo é, sim, evidenciado, mas a partir das ações indígenas e os sentidos que atribuem para suas próprias trajetórias, dentro de suas estruturas culturais, e não como casos isolados. Compreender estas falas, as leituras do passado, criadas a partir de múltiplos olhares como diz Oscar Calavia Sáez (2005) baseado em Marshall Sahlins, requer compreender de antemão este cenário. As entrevistas que serão apresentadas no capítulo seguinte, foram realizadas entre os meses de março e abril de 2023, na Terra Indígena Ibirama La-Klanô, com nove entrevistados; este número não esgota a discussão do tema, mas é importante frisar o caráter qualitativo da pesquisa.

Os indígenas, ao circularem pela região, são frequentemente identificados como pertencentes à etnia Xokleng, mas por vezes são membros da etnia Guarani ou da etnia Kaingang. Essas identificações se apresentam como elementos marcadores das diferenças. Descritos no passado como *bugres* e *índios* — o que agiu, assim, na configuração das identificações dos próprios europeus e seus descendentes —, agora são agrupados como Xokleng, isto como uma forma de atuar sobre o apagamento das próprias individualidades de cada sujeito. Esta situação traz aos indígenas um duplo desafio cotidiano: por um lado, quando identificados como indígenas, fora das aldeias, sobretudo nas cidades da região, são reconhecidos dentro desta uniformidade denominada de “índio”, o índio genérico, e muito raro sendo reconhecidos pela sua etnia, e como dito amalgamada em Xokleng; outro desafio é o não reconhecimento da própria identificação indígena, e para tal não é raro que sujeitos da sociedade regional denominem os indígenas com termos pejorativos como *bugres* ou ainda *caboclos*. Para tal, os não indígenas se utilizam de pseudo justificativas, calcadas nas alterações culturais,

principalmente a posse de elementos como carros e celulares, por parte dos indígenas, o que teria desmantelado a sua indianidade.

Nas entrevistas, em nenhum momento, os entrevistados-protagonistas foram perguntados se pertencem aos Laklânõ, ou Guarani ou Kaigang, ou mesmo se são “índios puros”, filhos de pai e mãe indígenas; estas informações foram surgindo ou não, conforme desejo de cada entrevistado-protagonista. Uma vez que a colonização do Vale do Itajaí se configurou através da alocação de imigrantes europeus em território indígena, o que desencadeou conflitos com estes, o projeto colonial não delimitou ou promoveu políticas específicas para indígenas através de seus grupos étnicos; isto, mesmo que sujeitos Kaigang tenham sido trazidos do Paraná para serem utilizados como intérpretes em alguns projetos de aproximação, promovidos pelo projeto colonial, e pelo próprio SPILTN. A geopolítica de ocupação do território enxergou os indígenas como *índios*, descritos na maior parte do tempo como selvagens. A rigor, o projeto colonizador os diferenciou dos imigrantes europeus e, neste sentido, os indígenas foram compreendidos como sujeitos participantes de um coletivo cuja representação no Vale do Itajaí se deu através destes conflitos, que se estendem e geram mazelas na atualidade. O indígena foi sendo utilizado em contraste, não sendo diferenciado em sua etnia indígena. Fator que configura para o indígena um determinado espaço na região, e seus estereótipos já assim acoplados a um imaginário popular. Estas entrevistas pretenderam trazer outras perspectivas de análise, qual seja: a do próprio indígena.

O ponto de início desta caminhada se deu a partir da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, na Aldeia Bugio, onde diversos outros projetos foram desenvolvidos desde o início da trajetória do autor, como descrito na Introdução da tese. Inicialmente, ocorreu a apresentação do projeto da tese para a direção e professores da escola, e a partir de então, e com a adesão espontânea de cada entrevistado-protagonista, as entrevistas foram agendadas e o roteiro de questões foi previamente apresentado, e com a transcrição para análise destes, foram novamente apresentados para os entrevistados-protagonistas. Destes nove entrevistados-protagonista, seis são funcionários desta escola, e somente o professor Copacãm Tschucambang leciona na Escola Indígena de Educação Básica Laklânõ na aldeia Kóplág¹⁰⁰. Os outros dois são Walderes Coctá Priprá de Almeida, doutoranda em Arqueologia, mas também professora e Faustino Criri, motorista da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI.

¹⁰⁰ A palavra Kóplág, no idioma Laklânõ, significa Barragem, sendo que tal aldeia se situa próxima à Barragem Norte.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, no ano de 2023 dois territórios foram reivindicados em Santa Catarina, por parte dos indígenas oriundos da Terra Indígena Ibirama La-Klanô, um sendo no Parque Nacional da Serra do Itajaí¹⁰¹ e também o local conhecido como a Gruta do Tigre, na cidade de Rio do Oeste¹⁰², cidade esta pertencente ao Alto Vale do Itajaí, próxima à cidade de Rio do Sul. Ao realizar uma visita neste local, o autor participou de audiência pública na prefeitura da cidade, no dia primeiro de março de 2023, neste momento conhecendo as reivindicações dos indígenas, e também tendo conhecido Faustino Criri. Naquele momento de reivindicações, foi apresentado a ele o projeto da tese, em conversa informal, estreitando os laços entre entrevistado-protagonista e entrevistador-historiador, o que levou à sua posterior participação no projeto.

Walderes Coctá Priprá, uma jovem liderança dentro da Terra Indígena Ibirama La-Klanô, lecionou na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, na Aldeia Bugio; atualmente se dedica ao doutorado em Arqueologia na Universidade de São Paulo – USP, e se destaca na área da educação e pesquisa. Em sua graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, pela UFSC, em 2015, apresentou a monografia *O mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklânô/Xokleng* (Priprá, 2015); já em seu mestrado, também pela UFSC, mas no Programa de Pós-Graduação em História, em 2021, defendeu a dissertação *Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklânô/Xokleng, Santa Catarina* (Priprá, 2021), objeto de pesquisa que está aprofundando em seu doutorado, por tal monta, estas ações tornaram relevante sua entrevista.

Inicialmente, o projeto de tese previa entrevistas com nove caciques: oito caciques regionais, de cada uma das aldeias, e o cacique geral da Terra Indígena Ibirama La-Klanô¹⁰³. No entanto, no desenrolar da pesquisa, se percebeu que faria mais sentido realizá-las com pessoas que estivessem vivenciando experiências em torno de movimentos de reivindicações, e invariavelmente vinculadas à educação, sendo estes professores das referidas escolas e, em parte, alunos de pós-graduação. A busca pela formação acadêmica intensificou a procura pelo conhecimento, levando estes indígenas a se depararem com desafios e conflitos para além de suas aldeias. Este jogo, confrontando os de dentro e os de fora da Terra Indígena Ibirama La-

¹⁰¹ Criado em 2004, o Parque Nacional da Serra do Itajaí é uma unidade de conservação com quase 57 mil hectares e abrange os municípios de Apiúna, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

¹⁰² Ambos os locais visitados pelo autor nos momentos das reivindicações que coincidiram com a elaboração da pesquisa para a tese.

¹⁰³ Atualmente este número de oito aldeias se alterou para dez.

Klanô, exigindo respostas de quem é indígena no Vale do Itajaí e de quem é descendente de europeu, se tornou uma constante nas falas dos entrevistados, como se verá nas entrevistas.

São duas as escolas em funcionamento dentro da Terra Indígena Ibirama La-Klanô, e que possuem um significado bastante singular: além de espaço de aprendizagem do currículo comum em todas as escolas estaduais de Santa Catarina, uma vez que estas escolas estão vinculadas à Secretaria de Educação (SED), são também locais de ensino da cultura, centro de diálogo com o não indígena, onde as apresentações culturais ocorrem, sobretudo em datas de 19 de abril, nacionalmente conhecida como Dia do Índio (atualmente dia dos povos indígenas) e reconhecida pelos Laklänõ como Abril de Reflexão, e o 22 de setembro, regionalmente descrito como Pacificação, e pelos Laklänõ descrito como Contato, momento onde as manifestações em relação às disputas pela memória regional e os conceitos de Pacificação e Contato são discutidos a partir dos seus termos e significados.

Diferentemente da escola implantada no início da sedentarização pelo SPILTN, nas últimas décadas a escola indígena foi ressignificada e busca atender às demandas indígenas, a partir de seus preceitos próprios, como afirma o professor de séries iniciais, Copacâm Tschucambang (2023). Assim, os professores e as professoras vivenciam desafios que vão além do magistério; lutar em prol da cultura indígena, mediar a relação entre anciões e educandos, criar diálogo com a sociedade regional, elaborar projetos culturais e promover articulações com escolas não indígenas são apenas alguns deles; e, para além destas ações, estes mesmos professores e professoras estão em outros campos de luta, como a demarcação da terra. Sendo assim, a escolha por iniciar as entrevistas a partir da escola pretendeu privilegiar entrevistados que possuem uma trajetória ligada a estas experiências, onde todos estes obstáculos são perpassados pela afirmação étnica e sua legitimidade. Afinado com isso, Osias Tucugm Paté (2023), integrador na Coordenadoria Regional de Ibirama, ao ser indagado sobre como a versão indígena da história poderia ser ouvida pela sociedade regional, sinalizou a escola indígena como local responsável por esta tarefa¹⁰⁴.

Caminhando com os indígenas da Terra Indígena Ibirama La-Klanô desde o ano de 2009, muitas foram as conversas que antecederam as entrevistas. Velhos conhecidos, como Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, agente administrativo da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, com o qual compartilhei a experiência de realizar o curso na área de educação indígena promovido pelo COMIN, na Escola Superior de Teologia – EST em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Em muitos casos, estas conversas trouxeram lembranças de

¹⁰⁴ Integrador é a denominação do cargo que se ocupa das ações educacionais em relação à temática indígena.

anciões e anciãs que já se foram (meus e deles) e que, com seus ensinamentos, deixaram suas memórias; ao trazê-las para as conversas, foi possível perceber nosso próprio tempo como sendo fruto de um contexto histórico onde uma certa história está sendo possível de ser escrita, pois aproximações entre *índios* e *brancos* se tornaram possíveis. Ao falar que minha família por parte de pai era da cidade de Ibirama, pude perceber nos entrevistados como se comportavam em relação ao entrevistador. Informalmente, um entrevistado confessou: “Eu dou valor para gente como você, que não é índio, mas faz este estudo, é de família de Ibirama, e procura levar a história correta para fora da terra indígena. Você é alemão, não tem obrigação de defender o índio”.

Como já descrito anteriormente, ao longo do século XX Ibirama se configurou como a cidade onde os indígenas foram aldeados e subjugados pelo Estado. Em seu cotidiano, seus habitantes, sobretudo descendentes de imigrantes alemães, conheciam a realidade indígena, muitas vezes tornada pública — como a extração de madeira na terra indígena (entre outras intervenções) realizada a partir da década de 1960 por Manoel Marchetti, prefeito municipal na gestão 1961-1966 (Brasil, 1977).

Ao ouvir os indígenas falarem de seus anciões e anciãs, em ações tanto anteriores como posteriores ao Contato de 1914, pude começar a pensar nos meus próprios anciões, dos quais, diferentemente dos indígenas, possuo poucas informações. Retroceder ao ano do Contato, 1914, ou ao ano de 1897 e ao início da colonização da Colônia Hammônia, com a chegada de levas de imigrantes europeus que povoaram a região, aumentando os conflitos entre indígenas e as frentes de colonização, realmente me fez pensar que três gerações anteriores à minha (mas também dos entrevistados) nossos antepassados estiveram em conflito. Afirmar que tais conflitos foram indiretos seria tentar diminuir a violência realizada para com os indígenas. Se a terra foi o habitat milenar indígena, e se é sobre ela que recai um projeto de colonização, e que também possuiu em seu bojo o branqueamento da população, os imigrantes, mesmo desconhecendo a realidade ou mesmo a própria presença indígena na região, tornaram-se diretamente atuantes dentro deste conflito, quer quisessem, quer não.

Dois destes conflitos ocorridos no início do século XX foram publicados meio século depois em *Blumenau em Cadernos*, na década de 1960, e chamam a atenção inicialmente pelo local dos conflitos – a localidade de Rio Rafael Alto, onde minha família paterna se instalou. Aos poucos, o relato se aprofunda e se comprehende a riqueza de detalhes e a forma como estes conflitos foram veiculados na sociedade da época, sobretudo os silenciamento, mas também no periódico blumenauense na segunda metade do século XX, quando de sua publicação.

Quando dos acirramentos dos embates, no início do século XX, a localidade de Rio Rafael Alto era uma das partes extremas no município de Ibirama, isto ao comparar com o centro da cidade e, portanto, segundo o imaginário da época, perto dos perigos que o desconhecido poderia promover para o imigrante europeu na floresta subtropical, pois, entre eles, circulavam as tenebrosas histórias de indígenas violentos. A geografia da ocupação colonial da localidade foi moldada pelo curso do rio Rafael, que desagua no rio Hercílio (também nomeado de Itajaí do Norte), que margeia uma única via não pavimentada, que se finda em local montanhoso e atualmente faz divisa com o município de Benedito Novo, já no Médio Vale do Itajaí.

A edição número 1 de *Blumenau em Cadernos* de 1961 trouxe o texto do imigrante Peter Schelle. O texto relata que, logo na primeira década do século XX e, portanto, também anterior ao Contato, nos momentos mais tensos dos conflitos entre indígenas e imigrantes europeus, quando o próprio autor se estabeleceu na localidade de Rio Rafael Alto. Relatou as desventuras de se colonizar este território, sendo que o retorno seu e de sua família, assim como de cinco famílias e cinco sujeitos solteiros, para o centro da colônia (atual centro de Ibirama) teve a insegurança e os perigos apresentados pelos indígenas como razões. Descreveu que três anos após a sua saída de Rio Rafael Alto ocorreu o assassinato de Roberto Blaetz, este por conta dos indígenas (Schelle, 1961).

A edição número 2 de *Blumenau em Cadernos* do ano de 1968 publicou a tradução (do alemão para o português) do texto *O Problema do Índio*, do Dr. Paul Aldinger, sobre a situação entre indígenas e imigrantes na localidade. O texto foi originalmente publicado no periódico *Hansabote*, este, um periódico mensal, editado exclusivamente em idioma alemão, que circulou na região da Colônia Hammônia entre 1904 e 1913. Ao chegar na região, no início do século XX, o imigrante alemão Dr. Paul Aldinger, que possuía graduação em teologia e chegando a obter o título de Doutorado foi o primeiro pastor da comunidade luterana de Colônia Hammônia e professor em escola regular. Ao retomar este texto, mais de meio século depois de sua publicação, *Blumenau em Cadernos* afirma que ele contribui para compreendermos o problema dos indígenas. Segue de forma resumida e transcrita a publicação do Dr. Paul Aldinger.

Em outubro de 1907, a morte, na Colônia Hammônia, de Helena Krause, uma menina de 13 anos, filha de Pedro Krause, foi atribuída aos indígenas, estes descritos como selvagens, situação que levou à direção da empresa colonizadora a solicitar ao governo do estado os serviços de Martinho Bugreiro, afamado assassino de aluguel de indígenas. O bugreiro e mais

17 homens chegaram em 23 de novembro, percorrendo a região, ficando no encalço dos indígenas, e na noite de Natal ocorreu seu ataque,

os Índios realizavam uma festa com danças e cantos. Só pela madrugada é que êles se deitaram. Então deu-se o assalto de surpresa. A verdade sobre o que aconteceu é mantida propositadamente em segredo. Foram aprisionadas duas mulheres, cinco meninas entre 5 e 12 anos e 3 rapazes (Blumenau em Cadernos, 1968, p. 34).

Um ambiente extremamente tenso e violento. Os recuos ou avanços da colonização, foram mediados por estes atos de brutalidade; a morte de indígenas não só foi ato corriqueiro neste período, mas foi ação do Estado, em função do estabelecimento da empresa colonizadora. Como estas histórias me foram transmitidas? Não o foram. Ao menos não no núcleo familiar. Não foram conversas em torno de uma fogueira ou ao pé de um ipê, mas sim, descobertas em uma pesquisa de doutorado, visitando arquivos históricos, bibliotecas, longe de histórias afetivas familiares e que criam laços, atuando na própria perspectiva de vida de narradores e ouvintes. Como cita a publicação do Dr. Paulo Aldinger, a verdade foi mantida em segredo de forma tão eficiente que se transformou em silêncio, e depois em esquecimento. Se os indígenas entrevistados souberam destas histórias ou de tantas outras similares, é porque foram de alguma forma transmitidas pelos pais, pelos anciões, através de conversas acompanhando os mais velhos, como afirma Faustino Criri (2023), ou em momentos de luta, como nos relatou Walderes Coctá Priprá (2023)¹⁰⁵.

Ao citar Davi Kopenawa e seu livro *A Queda do Céu*, Ailton Krenak (2021) fala da importância de se evitar este esquecimento, como pena de repetição destas violências. Mas que sentido existe em passar de geração a geração estas histórias violentas entre as próprias vítimas? Em princípio, não existem ganhos evidentes: a demarcação da terra indígena não se efetivou como prevê a Constituição Federal de 1988 e os problemas de infraestrutura se arrastam, sobretudo após as cheias que ocorrem com frequência na Terra Indígena Ibirama La-Klanô, depois da construção da Barragem Norte. E mais, por que o outro lado, o do imigrante europeu

¹⁰⁵ Momentos de lutas são apresentados como situações nas quais os indígenas decidem promover ações de reivindicação frente a eventos os quais julgam serem impostos e injustos. A natureza destas ações se dá em relação aos próprios desafios propostos. Estas podem ser como ocorreram ao decorrer da efetivação destas entrevistas, quando da suspensão das aulas na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, pois a comunidade escolar e os pais dos alunos não estavam de acordo com a implantação do novo ensino médio. Também pode tomar a forma de manifestações em função dos estragos causados pela Barragem Norte, ou a reivindicação de demarcação de terra, realizando passeatas em vias públicas, entre outras ações, o que unem anciões, jovens, crianças, enfim, não há delimitação a partir de faixa etária, gênero ou posição social.

e seu descendente não narra estas e outras histórias? Por que o derrotado conta a história e o vencedor esconde?

Não é possível confirmar que em algum momento meus antepassados estiveram envolvidos nestes combates, mas o que publicações como as anteriormente citadas mostram, de forma específica, são mais casos de mortes entre indígenas e imigrantes europeus no Vale do Itajaí anteriormente ao Contato, alimentando as fronteiras identitárias e gerando distanciamentos. O que se evidencia são os silenciamentos destas histórias por parte do imigrante europeu e seus descendentes, onde a morte e a crueldade foram uma constante na efetivação do projeto colonial. Estariam os artífices do Vale Europeu esquecendo de relatar estas e muitas outras histórias envolvendo os indígenas? Ou ainda, estariam estes mesmos artífices revestindo o Vale de um simulacro europeu, caprichoso com seu passado, buscando escamotear, esconder esta realidade de violência, e assim efetivando traços mais nobres do passado, modelando um caráter regional principalmente focado no trabalho, “trabalho alemão” (Frotscher, 1998)? Ailton Krenak denuncia esse tipo de esquecimentos como estruturas construídas estrategicamente e parte deste processo de colonização:

O ciclo das “descobertas”, ou a expansão do nascente capitalismo ainda não foi decifrado pela historiografia. Tal momento abriu as portas para a velha Europa tomar o resto do mundo ainda incógnito para ela, com todas as consequências desse fantástico movimento de transmigração de povos pelo planeta. Tentamos reconstruir o caminho de destruição que aquelas jornadas de conquista e dominação deixaram atrás de si, mas sabemos que uma das táticas de dominação é justamente apagar os rastros e desaparecer com as marcas violentas deixadas no processo (Krenak, 2021, p. 17).

Para Michel-Rolph Trouillot, este silenciamento não é elemento uno, mas é produzido de forma gradual,

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativas*); e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância) (Trouillot, 2016, p. 57).

A omissão destas histórias – dos relatos de morte e violência para com os indígenas, onde o bugreiro deu o *assalto de surpresa*, no mais violento ato de demarcação das fronteiras identitárias, agindo diretamente sobre o corpo do indígena – foi criada através de decisões de sujeitos individuais da colônia, mas também através de um projeto de colonização instalado pelo poder público. Com o passar das décadas, os descendentes dos imigrantes europeus buscaram outras histórias, se distanciando dos embates reais e desta verdade, esta, transformada em segredo, e posteriormente em esquecimento, propondo assim, raízes europeias para criar símbolos de ligação e identificação com uma Europa tão irreal quanto imaginária e baseada em uma verdade pré-estabelecida. Entretanto, como afirmado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001), a história é totalmente o oposto disto; como uma fogueira, queima estas verdades, produzindo fagulhas de dúvidas.

Coube, assim, ao indígena, narrar esta e outras verdades que foram matéria-prima para a composição social da região, mesmo que subtraídas nos porões do esquecimento. Seus antepassados se esforçaram para contar histórias com verdades nunca apagadas, mas ainda acesas e transformadas em fagulhas, passadas de geração a geração. As falas destes entrevistados estão permeadas por estas narrativas, através da memória destes anciões e anciãs, que explicam esta trajetória na construção das identificações que dividiram os grupos, e que ainda dividem. Se ouvindo seus anciões estes entrevistados puderam relatar a trajetória de como, na região, através de opções de certos sujeitos, se chegou à construção de espaços simbólicos hoje abarcados no termo *Vale Europeu*, também estes entrevistados relataram, através de suas próprias experiências, como estas diferenças foram sendo ressignificadas. E se seus anciões e anciãs combateram tanto os bugreiros como o governo do estado de Santa Catarina, os desafios foram sendo outros ao longo do século XX e XXI. A partir da primeira geração a ser sedentarizada, após 1914, os desafios, além de traumas e dificuldades de adaptação, significaram vivenciar as epidemias ceifando a vida de um terço da população; as relações turbulentas com a gestão do SPI; a construção da Barragem Norte no período ditatorial (1964-1985), que engoliu suas melhores terras. O que demonstra como as diferenças entre *índios* e *brancos* ainda são sustentadas na região. A posse da terra atua na construção de um fosso criado no período de colonização e funciona como o elemento fundamental para lançar indígenas e descendentes de imigrantes europeus em lados opostos. Foi a possibilidade de possuir terra que fez com que o imigrante se deslocasse para o Brasil, foi a terra o elemento de política utilizado pelo Estado brasileiro para atrair este mesmo imigrante europeu, e foi a mesma

terra o elemento de disputa com o indígena, como se evidenciará nas falas dos entrevistados, no próximo capítulo.

As entrevistas foram todas realizadas e transcritas pelo autor, que em seguida, com a transcrição, buscou analisar cada fala e juntar as respostas referentes a cada pergunta, deste modo aproximando as falas dos entrevistados que, em alguns casos, trouxeram respostas unâimes, em outros momentos divergiram.

Paul Richard Thompson (1998) se refere às pessoas entrevistadas como informantes, José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), de forma a historicizar este termo, define que

as novas imposições éticas exigem tratamentos diferenciados para quem se compromete a fazer entrevistas. Em vez de usar termos consagrados em outras tradições disciplinares que se valiam das entrevistas (referências como *ator*, *informante*, *objeto de pesquisa*), a moderna história oral usa deliberadamente a palavra *colaborador* (Meihy, 1996, p. 28).

Outros pesquisadores, como Sônia Maria de Freitas (2006) e Alessandro Portelli (2016), utilizam o termo entrevistado, termo empregado aqui, com um complemento. Ao buscar introduzir os indígenas que contribuíram com suas narrativas, aqui se denominou de entrevistados-protagonistas. Ao ceder suas narrativas, os entrevistados não agem de forma passiva e indiferente aos acontecimentos do passado e às repercussões destas entrevistas para o futuro, pois o entrevistado-protagonista, tanto quanto o próprio entrevistador-historiador, são construtores da entrevista. Como já descrito, este protagonismo indígena se revela em ações das quais os próprios indígenas se impuseram, grafando sentidos – faltar as aulas, exigir escola dentro da terra indígena entre outras ações que possam passar de forma despercebida como sendo geradoras de protagonismo.

Para Sônia Maria de Freitas, o depoimento, fruto da entrevista, posiciona o entrevistado no contexto histórico: “No entanto, em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico” (Freitas, 2006, p. 67). Como quer Alessandro Portelli (1997, p. 36), a narrativa e a construção do trabalho final se tornam uma unidade entre a entrevista e a ação do historiador: “O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador”. Para este autor, tanto a narrativa produzida na entrevista como a escrita são elementos que se fundem, se complementam. Assim, o autor italiano nos leva a outro ponto, à forma com que o próprio historiador surge no trabalho,

longe de desaparecer na objetividade das fontes, o historiador permanece importante ao menos como um companheiro no diálogo, sempre como um “diretor de palco” da entrevista, ou como um “organizador” do testemunho. No lugar de descobrir fontes, partidários da história oral de certo modo as criam. Longe de se tornarem meros intérpretes do operariado, eles podem estar usando as palavras do povo, mas são ainda responsáveis pela totalidade do discurso (Portelli, 1997, p. 37).

Coprodutor junto ao entrevistado-protagonista, tanto quanto este último, que são os atores de um teatro trágico, como nos disse Sílvio Coelho dos Santos, no século XXI, cabe ao historiador ser o *diretor de palco* e propor, juntamente com os próprios indígenas, uma narrativa outra para este teatro que vem sendo encenado no Vale do Itajaí ao menos desde o século XIX, onde a novidade que se quer, agora, é juntamente redimensionar a presença indígena através das entrevistas, estas, fagulhadas, incendiárias e necessárias.

Além de novos heróis, como nos disse Thompson (1998), a História Oral também promoveu os indígenas a seus próprios roteiristas, lançando luz para suas atuações, até então invisibilizadas ou surgindo apenas como o elemento antagônico, o *outro* do projeto colonizador. Estes indígenas entrevistados-protagonistas são também roteiristas. Para além das questões prévias elaboradas, estes indígenas propuseram, em suas entrevistas, visões de passado, presente e futuro; assim, são os próprios roteiristas em suas falas, que dimensionam outros rumos não somente para a sua trajetória, mas também para o Vale do Itajaí, fator este que promove um realocar de todos os sujeitos na região, não somente o indígena.

Inseridos neste contexto, tanto da colonização como do mundo que desta resultou, as entrevistas-fagulhas trouxeram não somente homens e mulheres que contribuíram com suas falas, mas, em suas memórias, vozes de homens e mulheres do passado, do *tempo do mato*¹⁰⁶, da época do Contato, vozes de anciões e anciãs que organizaram resistência contra os ataques de bugreiros, que alteraram sua forma de vida em função dos deslocamentos forçados, por conta dos avanços da colonização. Vozes estas que estruturam a vida cotidiana entre passado, presente e futuro.

É importante ponderar que os entrevistados-protagonistas estão eximidos de qualquer responsabilidade sobre o texto final, como afirma Alessandro Portelli (1997), sendo a análise das entrevistas, bem como a produção do texto final, um ato de responsabilidade do próprio historiador. Por mais paradoxal que possa parecer, a responsabilidade do texto final para com uma interpretação das falas, bem como a análise de diversas outras fontes, além da própria

¹⁰⁶ O *Tempo do Mato* é um termo utilizado pelos indígenas para se referir à forma de vida mantida pelos indígenas anteriormente ao Contato de 1914.

vivência do historiador, não recai sobre um ou vários entrevistados, como também nos fala André Castanheira Gattaz: “Assume-se, portanto, que a textualização final da entrevista é de autoria do historiador, sendo o depoente um colaborador para a fabricação deste novo documento” (Gattaz, 1996, p. 139). A transformação do oral em escrito se deu através de fases: primeiramente ocorreu a transcrição integral, com cada vício de linguagem ou repetições das palavras; em seguida, o processo de textualização, que priorizou uma *limpeza* no texto, retirando termos repetitivos e ou incorrências textuais e finalmente a transcrição, que, como dito por José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) se configura em um texto recriado e então retornado para os entrevistados, sendo autorizada sua utilização. Apesar de compreender a transcrição desta forma, as intervenções foram as menores possíveis. Para manter esta originalidade nas falas, mas ao mesmo tempo, promovendo uma leitura fluída, foi inserido informações dentro das falas dos indígenas, quando assim se fez necessário, estas estão todas em colchetes.

Dentro das possibilidades da História Oral, como a Tradição Oral, a História Oral de Vida e a História Oral Temática, optou-se por esta última, com um *formulário semiestruturado das entrevistas*, em que as questões versaram sobre as identificações dos próprios indígenas e a forma como os não indígenas realizam suas representações na região. Assim, objetivou-se, desta forma, desvendar as identificações pelas quais os próprios indígenas possam se descrever, além das representações com que os não indígenas os representam no Vale do Itajaí. Estas questões buscaram revelar uma realidade formada por contrastes, onde não indígenas, que por vezes são os próprios descendentes dos primeiros imigrantes europeus a colonizarem a região, buscam representar o indígena¹⁰⁷. No entanto, uma última ressalva se faz necessário, tendo em vista o objeto da tese pesquisar como estes indígenas são representados no Vale do Itajaí, não se fez o caminho inverso – não se buscou pensar a forma como o indígena representa o não indígena.

¹⁰⁷ Na cidade de Blumenau, é muito comum ouvir o termo *imigrante da primeira canoa*, por meio da qual as pessoas buscam, através da sua filiação, fazer referência aos primeiros imigrantes que desembarcaram, no atual centro da cidade, no início de sua empreitada colonizatória, buscando assim justificar uma legitimidade de pertencimento ao local, e seus espaços simbólicos e econômicos.

4 ENTREVISTAS-FAGULHAS: NOVOS ROTEIRISTAS PARA UM NOVO ROTEIRO

“Jamais estamos tão mergulhados na história como quando fingimos não estar, mas se pararmos de fingir, talvez possamos ganhar em compreensão o que perdemos em falsa inocência. Ingenuidade é com frequência uma escusa para os que exercem poder. Para aqueles sobre quem esse poder é exercido, a ingenuidade é sempre um erro” (Trouillot, 2016, p. 17).

Sendo os indígenas sujeitos que narram as trajetórias de suas vidas, desempenham esta atividade a partir do seu local – o Vale do Itajaí – e o fazem através dos embates de narrativas estabelecidos pela história hegemônica, em contraste, como bem destacou Manuela Carneiro da Cunha (1992a), com o histórico processo, já consolidado no Brasil, de uma história grafada através da pena do descobridor¹⁰⁸. Tanto quanto dito pela antropóloga portuguesa, não apenas este descobridor escreve a história, mas cria um espaço para o indígena nesta trajetória, e o faz através da entrada de serviço da História. Trouillot, que dá a epigrafe deste capítulo, segue neste percurso, e questiona a produção deste fazer historiográfico, “Mas o que se não a própria historicidade torna algumas narrativas, em detrimento de outras, poderosas o bastante para se tornarem a história aceita?” (Trouillot, 2016, p. 26).

Configurar uma narrativa aceita em detrimento de outra se torna o cerne deste capítulo. Sendo assim, se faz urgente a face indígena deste processo a partir da sua ótica. Este capítulo analisa as entrevistas em si – a forma como o indígena entrevistado se comprehende dentro de um Vale que se descreve como Europeu. O grupo entrevistado foi composto por diversos sujeitos, tanto homens como mulheres, estes com idades que variam entre 36 e 60 anos. Pessoas que em sua maioria vivenciaram múltiplas formas de silenciamentos e também de violências ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Especificamente na Terra Indígena Ibirama La-Klanô, puderam vivenciar os problemas causados pela instalação, nos anos 1990, da Barragem Norte — uma barragem de contenção de cheias que, em momentos de atividade, retém água em uma área entre 700 e 900 hectares, promovendo, entre outros problemas, a desagregação social e diversos impactos ambientais, como já apontado.¹⁰⁹ Se é

¹⁰⁸ Descobridor é o termo utilizado pela autora e, para o mesmo sujeito, utilizamos o termo invasor e posteriormente colonizador.

¹⁰⁹ Em pesquisa realizada sobre a produção das monografias no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina, a respeito da qual se produziu a dissertação de mestrado do autor (Wartha, 2018), ficou constatado que três apresentadas em 2015 abordam de forma central a temática da Barragem Norte, suas consequências e desafios (Ndili, 2015; Patté, 2015a; Patté, 2015b). Se faz justo salientar que outras pesquisas são desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

impossível pensar uma única visão indígena sobre uma narrativa do passado, dada a diversidade cultural já exposta, alguns elementos são passíveis de sistematização. Ailton Krenak sinaliza a criação do mundo e leitura de uma humanidade una:

Para estes pequeninos grupos humanos, nossas tribos, que ainda guardam esta herança de antiguidade, esta maneira de estar no mundo, é muito importante que essa humanidade que está cada vez mais ocidental, civilizada e tecnológica, lembre, ela também, dessa memória comum que os humanos têm da criação do mundo, e que consigam dar uma medida para sua história, para sua história que está guardada, registrada nos livros, nos museus, nas datas, porque, se essa sociedade se reportar a uma memória, nós podemos ter alguma chance. Senão, nós vamos assistir à contagem regressiva dessa memória no planeta, até que só reste a história. E, entre a história e a memória, eu quero ficar com a memória (Krenak, 1994, p. 204).

Maria Regina Celestino de Almeida, em consonância com John Manuel Monteiro, indica o aspecto com que esta história precisa caminhar, muito além de buscar somente lançar luz para as trajetórias indígenas. Para a historiadora, incorporar estas trajetórias a uma narrativa já estabelecida é o grande desafio,

Porém, não se trata apenas de repensar a trajetória dos povos indígenas em situações de contato, como tem sido feito por inúmeras pesquisas em diferentes regiões do Brasil. O mais difícil e fundamental é incorporar essas pesquisas para repensar a própria história do Brasil, como alertava Monteiro em 1995 (Almeida, 2017, p. 20).

Ao buscar compreender este cenário, a autora já acusa a relação de poder e assimetria em uma narrativa que ao mesmo tempo diminuiu a presença indígena e eleva a presença dos colonizadores, o que configura uma narrativa eurocêntrica e marcada por preconceito (Almeida, 2017). Por isso, mais do que inserir a trajetória dos indígenas em uma história dita *oficial*, as entrevistas realizadas e discutidas objetivaram trazer aspectos do passado onde os indígenas possam se apresentar, demonstrando elementos que até então permaneciam obscurecidos, e se inserem na história do Vale do Itajaí com o seu espaço. No entanto, estas entrevistas não pretendem trazer um *ritual de apaziguamento*, como nos diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior, mas transformar em cinzas algumas certezas já estabelecidas no Vale do Itajaí:

da FURB como dissertações e teses. Também como referencial teórico se destacam a publicação de Müller (1987) e publicações de Santos (1987; 1990).

A história não é um ritual de apaziguamento, mas de devoração, de despedaçamento. Ela não é bálsamo, é fogueira que reduz a cinzas nossas verdades estabelecidas, que solta fagulhas de dúvidas, que não torna as coisas claras, que não dissipa a fumaça do passado, mas busca entender como esta fumaça se produziu. O problema, antes de ser coberto pelas cinzas de uma resolução teórica, deve ser soprado para que apareça em todo o seu ardor de brasa. Ele deve voltar a queimar, a incomodar (Albuquerque Júnior, 2001, p. 317).

O que podemos chamar aqui de entrevistas-fagulhas atiçam fogo nesta fogueira do chamado *Vale Europeu*, e como indicado por Alessandro Portelli (2010), não são o fim, mas apenas o começo das mudanças. O começo dos sopros, como fala Durval Muniz de Albuquerque Júnior, onde a verdade estabelecida que sustenta o conceito de *Vale Europeu* seja assim tomada por labaredas de dúvidas.

Este capítulo está dividido através dos quatro eixos temáticos que deram base para as entrevistas, no *Formulário semiestruturado das entrevistas*. Estes eixos são compostos por treze perguntas. O Eixo A – *A história ensinada sobre o Vale do Itajaí e sobre Santa Catarina*, trouxe cinco questões que versam sobre como a história da região do Vale do Itajaí especificamente e a de Santa Catarina são compreendidas pelo entrevistado-protagonista. O Eixo B – *História e Poder: quem conta a história no Vale do Itajaí*, buscou questionar o entrevistado-protagonista sobre as subjetividades da história e as relações entre quem produz um saber historiográfico e as questões identitárias na região, sobretudo a presença ou ausência do sujeito indígena. Nesta toada, se questionam novas perspectivas mais inclusivas para a história com o Eixo C – *Seria possível uma outra história?* Por fim, o Eixo D – *Identificação indígena*, buscou questionar, através das indagações anteriores, o que os entrevistados-protagonistas entendem por ser indígena atualmente, e o que é ser indígena no Vale do Itajaí.

Eixo A – A história ensinada sobre o Vale do Itajaí e sobre Santa Catarina

A – O que você aprendeu sobre a história da região?

B – Onde você aprendeu sobre a história regional?

C – Algo incomoda você nessa forma de ensinar essa história?

D – O que você gostaria de ter aprendido ou entende que é necessário ensinar, nessa história, e que ainda não é ensinado?

E – O que você poderia falar sobre a forma como os povos indígenas são mostrados nessas histórias?

Eixo B –História e Poder: quem conta a história no Vale do Itajaí

A – Você conhece algum museu ou poderia dar algum exemplo de local, no Vale do Itajaí, em que outros grupos sejam bastante valorizados?

B – Para você, como se explica a presença maior de referências a imigrantes europeus e seus descendentes, em museus e espaços públicos do Vale do Itajaí?

C – No caso dos indígenas, o que poderia ser feito para que sua presença e sua história aparecessem de forma mais equilibrada em relação à presença e à história dos europeus e descendentes?

Eixo C – Seria possível uma outra história?

A – Como a história do seu povo é contada na Terra Indígena aos mais jovens?

B – Como a relação com os não indígenas, no Vale do Itajaí, aparece nessa história?

C – O que poderia ser feito para que os não indígenas conhecessem a(s) versão(ões) indígena(s) da história do Vale do Itajaí?

Eixo D – Identificação indígena

A – O que é ser indígena para você?

B – O que é ser indígena no Vale do Itajaí?

A distribuição destas questões pelos eixos, buscou se adequar aos principais problemas da pesquisa, mas é importante frisar que as entrevistas não ficaram presas somente ao *Formulário semiestruturado das entrevistas*, tendo ocorrido de forma fluída, como conversa entre entrevistador-historiador e entrevistados-protagonistas, onde relações de amizade que já duram mais de uma década foram fortalecidas, enquanto outras foram iniciadas. Assim, a narrativa da história no Vale do Itajaí esteve aqui realizada com vozes indígenas e mãos de descendente de imigrante europeu¹¹⁰. Cada tópico tratado a seguir, esteve baseado nos eixos presentes no formulário e organizado a partir das respostas dos entrevistados.

As entrevistas foram todas realizadas na Terra Indígena Ibirama La-Klanô, algumas nas residências dos entrevistados-protagonistas, mas a maioria se desenrolou nas dependências do ambiente escolar. Alguns entrevistados-protagonistas se apresentaram mais interessados em falar sobre a demarcação da terra indígena, outros sobre as políticas identitárias (como as cotas de ações afirmativas). A estrutura das questões apresentadas no *Formulário semiestruturado*

¹¹⁰ Nas entrevistas, os indígenas se dirigiram ao entrevistador como “branco”, como “alemão”.

das entrevistas foi utilizada como elemento que orientou as entrevistas, mas as falas a transcendiam e diversas ações do cotidiano foram narradas, como por exemplo o receio dos jovens crescerem longe da cultura indígena, ou ainda a noção de território que perpassa os limites da própria terra indígena. Os assuntos não se fechavam em si, mas circulavam, voltavam em questões mais adiante, conforme os entrevistados-protagonistas percebessem a sua necessidade. Áreas como educação, demarcação da terra, políticas de cultura, são temas que podem ser compreendidos como transversais, pois perpassaram boa parte das questões, *indo e vindo* – retornando nas falas e assim sinalizando como alguns desafios enfrentados pelos indígenas não podem serem compreendidos somente dentro de suas respectivas áreas, como a educação, a cultura. Questões relacionadas à educação, por exemplo, são compreendidas como fazendo parte de um escopo maior da vida dos entrevistados-protagonistas, o que se reflete quando estes apontam que as políticas educacionais precisam ser desenvolvidas dentro da Terra Indígena Ibirama Lã-Klanõ, visando os indígenas, mas também políticas educacionais visando as escolas não indígenas na sociedade regional¹¹¹. Assim, transcendendo os limites não somente de um tema como educação, os entrevistados-protagonistas transcendem também os limites da terra indígena, e vão além de suas próprias etnias. Fato que sinaliza para a máxima de que não é possível enfrentar os desafios encarados pelos indígenas sem levar em consideração a sociedade regional. As experiências vivenciadas por estes indígenas apontam que elementos até então imperceptíveis, para um olhar menos atencioso, são atualmente fundamentais na construção destas identificações. Para o professor Copacãm Tschucambang (2023), a Barragem Norte é um destes elementos, pois cria dicotomias entre indígenas e não indígenas na região. Neste sentido, é impossível isolar e extrair, de forma objetiva, como se através de uma pinça, apenas uma ou duas frases que abarquem estas experiências.

4. 1. EIXO A - A HISTÓRIA ENSINADA SOBRE O VALE DO ITAJAÍ E SOBRE SANTA CATARINA

Ao descrever este tópico de forma singular, como a história e não como as histórias são ensinadas, é sugerida uma suspeita da construção e efetivação da singularidade de uma única narrativa sobre o passado regional, onde a presença indígena foi alocada de forma arbitrária junto à colonização europeia. Nas entrevistas se constatou que a singularidade não apenas

¹¹¹ Para uma discussão mais pontual sobre educação, currículo e cultura indígena no Vale do Itajaí, bem como os desafios da implementação da lei 11.645/2008 na região, ver Oliveira; Kreuz; Wartha (2014).

sinaliza uma única narrativa sobre o passado, mas também o seu local de produção – a partir dos sujeitos imigrantes e por consequência, seus descendentes. Tanto quanto já afirmado por Maria Regina Celestino de Almeida (2017), isso funciona como em uma gangorra, onde a construção de uma identificação do colonizador, forjada com elementos positivos como a tenacidade e o trabalho, contrasta com uma descrição do indígena, e que se resume a preconceitos, estereótipos, onde suas particularidades culturais são extintas em nome de uma única representação resumida na categoria “índio”.

A – O que você aprendeu sobre a história da região?

[...] ah, gente sempre aprendeu a história do não indígena contada da forma deles, nos livros didáticos. Então, até um dia eu me lembro que eu falei pra profe, quando eu estava no quinto ano: “Ah, os indígenas vivem em cabana, oca e tal, tal”. Estava lá a história que ela passou, então, eu disse pra ela: “Professora, mas nós não vivemos mais assim, a nossa aldeia lá, nós temos casa”. Enfim, mas nunca a história, uma voz sozinha não fortalecia, aquele, no passado lá, alguns anos atrás, a minha voz não tinha força totalmente pra dizer que era diferente. Então, hoje assim, a gente já entende que tem algumas pessoas que têm mentalidade diferente, de ensinar a história, então, é mais fácil de tu trazer as duas realidades, então, mesmo sendo indígena, eu tinha que aprender uma história que, na verdade, não era a correta. (Indiamara Doeié Priprá, 36 anos, 2023, p. 02).

Então nas escolas não indígenas, o mais interessante que hoje eu olho para o que eu aprendi lá, a gente nunca ouvia falar dos povos indígenas. É engraçado que em Santa Catarina a gente tem três etnias, três povos indígenas, mas nunca eram faladas. E quando eram faladas, era, “Ah, os índios”. Então, eles juntavam todos, e colocavam num pacote só. E o que a gente aprendia era mais sobre o povo italiano, alemão, dependendo de onde a gente estava, por exemplo, José Boiteux, italiano, alemão, tu vai para Doutor Pedrinho, italiano, alemão, turco, polonês. Então, era mais sobre esses povos que a gente aprendia, né? Quais são os tipos de alimentação, de onde eles vieram, quem que eles... o porquê que eles estavam naquele lugar ali. Mas nunca traziam a questão indígena. Assim, para dizer: “Oh, aqui dentro nós temos alunos que estudam aqui, são indígenas”. Nunca! Nunca! A gente sempre foi deixado de lado, assim. E eu lembro que muitos trabalhos, até mesmo na escola que a gente apresentava, que a gente fazia os trabalhos, a gente sempre era deixado de lado. Porque, “Oh, os índios não sabem nada”, então, entendeu? Então a gente sempre era deixado de lado. Os nossos trabalhos eram nós mesmos que fazíamos. Então, se eu estava no quinto ano, eu pegava aquele grupo que era dos meus daqui, porque os de lá não aceitavam entrarmos no grupo (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 04).

Uma história singular é moldada por uma narrativa eurocêntrica, na qual a identificação do indígena é forjada na medida que suas singularidades são apagadas, narrativa esta que, como resultado, apaga as especificidades culturais dos Laklânõ. Esta se apresentou no cotidiano vivenciado por alguns entrevistados-protagonistas, ao frequentarem escolas não indígenas, caso da Assistente Técnica Pedagógica na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté,

Indiamara Doeîê Priprá; seu relato se refere ao período final dos anos 1990, quando alguns dos entrevistados estudaram em escolas não indígenas na região, em municípios como Doutor Pedrinho, José Boiteux – onde se encontram parcelas da terra indígena. Contudo, mesmo dentro deste cenário, em uma formação histórica do tecido social regional marcada por relações entre indígenas e imigrantes europeus, ocorre um processo de invisibilização e/ou o reforço de estereótipos, como também sinalizado por Walderes Coctá Priprá (2023). Osias Tucugm Paté ressaltou o aprendizado da história, onde o indígena agiu, tomou decisões,

A história conta que eles [indígenas em relação ao Contato] decidiram, “Não, nós temos que... conversar com eles [funcionário do SPILTN] pra gente sobreviver”. “Pra eles cuidarem das nossas crianças”. Então, foi uma decisão. Então, só que a história do museu não relata isso. Ela vai relatar que ele [Eduardo de Lima e Silva Hoerhann] foi o cara (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 06).

O ato da invisibilização ou a sua descrição de forma estereotipada ou genérica nos livros didáticos trazem, em si, narrativas onde as diversas formas de violência são praticadas e ficam na memória (Priprá, S, K., 2023, p. 01). Histórias estas que não são isentas; neste contexto, a atuação da sociedade regional para com o indígena (este, de carne e osso) se utiliza da mesma escola, da mesma sala de aula, do mesmo livro didático, seus heróis bem definidos – estes, brancos e eurocêntricos, e que transcendem os muros escolares (Paté, O, T., 2023, p. 06). Esta experiência em escolas não indígenas mostrou indígenas apagados da “História” dentro da sala de aula, dos livros didáticos e demais projetos pedagógicos, realidade em que esta marcação da diferença entre indígenas e não indígenas surgiu de forma tanto evidente quanto explosiva no “Dia do Índio”, em 19 de abril:

Ah, abril, indígena. É 19 de abril, então vamos colocar uma peninha ali e vamos cantar uma música. E o que me incomodava também era não levar alguém indígena para contar uma história, ou aquela história, ou a história do povo Xokleng aqui, ou a história dos povos indígenas. Isso me incomodava muito, porque daí as pessoas no mês de abril, eles faziam bullying comigo. Comigo e com quem estudava comigo. Tipo, “Ah, então, uuuh” [tocando a mão nos lábios emitindo uma sonoridade atribuída ao indígena], fazia assim, sabe. E naquele mês era o mês do bullying, então a gente faltava muito naquele mês. Por conta dessa... E a gente não entendia como bullying, a gente entendia como tiração de sarro, “Ah, eles vão começar a rir da minha cara, então esse mês eu vou... essa semana eu vou duas vezes por semana”. E assim acontecia no mês de abril. A gente acabava não indo por conta da vergonha que a gente tinha dos colegas que faziam isso com a gente (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 03).

Nesse momento, a invisibilização era deixada de lado e o reforço de estereótipos vinha à tona, cocares com penas e músicas simbolizaram essas ações, e o que inicialmente era o *Mês do Índio*, passou a ser o *Mês do Bullying*; como forma de resposta, alguns indígenas faltavam às aulas, como descrito por Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023).

E eu lembro que nesse período, assim, a gente sofreu bastante por conta da discriminação, nesse período. A gente estudou bastante tempo na cidade de Doutor Pedrinho, no Colégio Frei Lucínio Korte. A gente tinha professores que entendiam a gente, mas tinha professores que faziam muitas coisas, pra nos oprimir mesmo naquele lugar. E porque, como aqui a situação era muito ruim de trânsito, de locomoção, muitas vezes a gente chegava no colégio sujo de barro. Às vezes tinha que andar descalço porque não tinha como estar com aquele tênis todo cheio de barro. E daí, por conta disso, assim, nós éramos os índios sujos, nós éramos os índios, os porcos, sabe, porque é só porco que fica na lama, os macacos. Enfim, várias palavras assim, que sempre humilhando a gente, sabe. (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 02).

Chegou o ano 2000, se eu não estou enganada, 2001, por ali. Houve uma briga dentro do Colégio Frei Lucínio Korte, onde a gente... briga envolvendo tantos alunos quanto os funcionários da escola. E isso fez com que nós, alunos, não quiséssemos mais estudar lá embaixo, no Colégio Frei Lucínio Korte. Aí a gente falou: “Não, a gente não quer mais estudar aqui”. E foi assim, foi em meados de agosto ou setembro, mais ou menos, eu não lembro exatamente o mês. Mas foi o mês que a gente veio para a aldeia. A gente não queria mais estudar lá (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 02).

A marcação da diferença e a construção de uma representação para o indígena a partir dessa escola, ação esta criada pelo não indígena (abarcando a relação com outros alunos, professores e ações educativas que vão desde o silenciamento até a criação de estereótipos), em muitos casos, desencadearam desentendimentos entre alunos indígenas e alunos não indígenas, sinalizando como uma história singular e eurocêntrica se apresentou para estes entrevistados-protagonistas — não somente como uma versão, mas como a versão hegemônica que, desde jovens, puderam perceber.

Sendo a Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté multisseciada, e possuindo a oferta de ensino do que era denominada quarta série, os estudantes indígenas buscaram prosseguir os estudos em escolas próximas à terra indígena. Caso da Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte, na cidade de Doutor Pedrinho, mas também da Escola de Educação José Clemente Pereira em José Boiteux,

Então, fomos com meus irmãos, estudei na escola Clemente Pereira, no segundo ano. Como sempre, a vida do indígena tem aquelas altas e baixas, né? Então, passamos por situações de discriminação, eu, com a profe. Iá da sala de aula, mas, enfim, isso não me abalou. Me deu mais determinação pra seguir em frente. Me deixou mais forte. Porque naquele momento eu coloquei na minha cabeça que eu iria levar em frente, eu iria estudar. Até na minha concepção de criança, “Ah, um dia eu quero dar aula pro filho dela”. Hoje, claro que naquele tempo lá eu via que talvez por ser criança eu não tinha entendimento que aquilo era uma discriminação. Mas depois, com o passar do tempo que eu fui crescendo, a gente foi aprendendo como ser tratado, quais os direitos, eu entendi então que aquilo lá era uma forma de discriminação, sim! Mas, enfim, só para fortalecer (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 01).

Nas falas destes entrevistados-protagonistas, a escola, essa não indígena não é descrita como um espaço de diálogo, mas sim como espaço de conflito. Este evento conflituoso que poderia ser a porta de entrada de diálogos e práticas antirracistas, lançou para as próprias vítimas a ação que gerou respostas. Os funcionários da direção da escola não surgem nestas falas como sujeitos apaziguadores, ou mesmo atuantes – sendo a escola pública, neste sentido, o Estado não foi atuante como elemento para ao menos mediar o conflito e suas várias formas de violência. Realidade onde constantes momentos de animosidades entre estes alunos indígenas e alunos não indígenas foram se tornando insustentáveis, e a eclosão de um conflito generalizado ocorreu na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte. Após a desavença, os alunos indígenas optaram por não retornarem para essa unidade escolar como forma de resistência aos maus tratos sofridos, ação que com o passar dos anos e o amadurecimento destes mesmos estudantes, levou a se formar uma consciência na busca por direitos.

O desenrolar dos fatos, ocasionou a busca pela ampliação de ofertas de séries finais do ensino fundamental na própria Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, projeto concluído, e na metade do segundo semestre daquele ano, a unidade escolar pôde atender esses alunos e alunas, ofertando vagas para as séries finais do ensino fundamental¹¹².

Então estudei do quinto ano lá até o sétimo. Finalzinho do sétimo ano, onde aconteceu aquela desavença entre os indígenas e não indígenas, e nós tivemos que vir para a aldeia e estudar. Então, aqui fizemos a reivindicação, enfim, os pais, onde conseguimos a escola, que hoje temos aqui. (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 01).

A gente não queria mais estudar lá. E daí os pais começaram a luta pra transformar. Porque aqui a escola Vanhecú Patté, ela era anos iniciais e ainda era o multisseriado. Então daí os pais falaram: “Não, a gente vai lutar para transformar essa escola em uma escola de ensino fundamental, que tem desde o primário até o oitavo ano”, a oitava

¹¹² Tamanho foi o trauma, que a entrevistada não soube precisar se o ano em questão teria sido 2000 ou 2001. Esta unidade escolar é formada por professores indígenas, e oferece vagas para turmas do ensino fundamental até o ensino médio.

série que era na época. Então foi uma luta muito grande e os pais conseguiram isso. Naquele período, quando a gente veio de Doutor Pedrinho pra cá, três professoras se voluntariaram e vieram dar aula pra gente aqui. Eu lembro que teve uma professora que disse: “Nem que eu pague alguém pra dar aula lá no meu lugar [na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte], mas eu quero dar aula pra vocês na aldeia” (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 02).

Estas falas sinalizam dois pontos importantes: os pais dos alunos indígenas são descritos como sujeitos atuantes, assim como alguns professores. Estes pais, se mobilizaram para a efetivação da transferência destes alunos para uma escola dentro da terra indígena com a ampliação de oferta de vagas. Por outro lado, alguns professores em ações individuais realizaram suas aulas na escola indígena na aldeia, em clara manifestação de apoio aos alunos indígenas; fato que ressalta a ação individual de alguns professores, mas não da escola, do Estado, este enquanto escola não surge nas falas como atuante para mitigar o conflito.

Essa visão de pensar a história hegemônica e controlada por um grupo apenas, e que retrata o indígena negativamente, sinaliza uma outra vertente para os demais entrevistados-protagonistas: uma leitura da história a partir do sofrimento e da resistência. Sofrimento e resistência como sinônimos, caminhando juntos como dois conceitos que dão sentido para este passado. Nestas falas, o sofrimento é definido como algo do passado, já a resistência se apresentou como portadora de pretensões futuras. O ato de sofrer é pretérito, enquanto o ato de resistir direciona um ideal. Passado e futuro são descritos como elementos que construíram uma perspectiva histórica:

A minha avó é a filha do último líder espiritual, o Câmrem. Não só ela, mas meus tios, os outros velhos também, então, eles contam muitas histórias, como aconteceu, em termos de massacre que ocorreu, que o povo sofreu. Então, muitas histórias me contaram. Então, hoje a gente sabe que onde o pessoal andava, inclusive, como é que eles exploravam esses locais, porque eles tinham conhecimento sobre o seu território através dos pontos de referência, porque cada local tem um nome. (Copacâm Tschucambang, 48 anos, 2023, p. 01)¹¹³.

Olha, olhando para trás, os mais antigos, no caso, o meu pai, que foi cacique por 30 anos, o Aristides Faustino Criri, onde eu levo o nome dele, contava, me ensinou muito como viver numa situação dessa que fomos muito massacrados pelo homem branco. Mas se falando sobre o caso Vale Europeu, que hoje se fala nome de Europa. Que os europeus vieram aqui e massacraram os índios. Surravam eles, levava, cortava a orelha das crianças, para eles assim, mostrar como troféu, que eles ganharam uma guerra para o patrão deles, para os generais, na época. Para que, então, eles conseguissem o que eles queriam. Fomos muito massacrados (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 02).

¹¹³ As referências ao líder espiritual o denominado de Camlém, Kamréém ou Kamlém. Apesar das divergências na escrita, se trata do mesmo sujeito.

A gente leva a história a sério, né? Acho que é isso que tem que acontecer nas regiões, nas escolas, pra que eles levem um pouco mais a sério a história do povo indígena. E eu vou trazer aqui principalmente do povo Laklânõ, que é uma história muito sofrida aqui no Alto Vale do Itajaí. É uma história muito sofrida mesmo, muito sangrenta. E hoje, hoje eu já falo dela com mais facilidade, digamos, mas pra mim é difícil ainda falar da história do povo Laklânõ. Porque a gente cresceu ouvindo como que o nosso povo foi massacrado. Aí em 2006, se eu não estou enganada, teve a morte do cacique presidente, Lauro Juvei, que foi assassinado (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 11-12).

Estes relatos apontam a ligação entre estes entrevistados-protagonistas e as lideranças indígenas, onde a violência confere papel central. Várias formas de violência, termos como massacre, surra e sofrimento são elementos que sintetizam estas memórias. A descrição minuciosa das formas de violências realizadas nos embates das frentes de colonização, onde os bugreiros representaram a face mais cruel, denota mais do que formas de violência e seus traumas, direcionando para a maneira como as relações entre indígenas e não indígenas foram estabelecidas. Darcy Ribeiro (1979, p. 108) nos indicou uma estratégia de animalização como forma de enfrentamento: “O espírito humano tem certas exigências e o colono precisava ver no índio um animal feroz para poder caçá-lo com a consciência tranquila. A ele não se aplicavam as atitudes humanitárias, sentimentais, que aquela mesma gente demonstrava de tantos outros modos.”

Primeiro vou contar um pouco quando eu estudei lá em Blumenau. Quando eu estudei lá em Blumenau, eles repassavam a história da região de Blumenau. Só que lá eles citam também o povo Xokleng lá, nas histórias. Poucas vezes é citado. Poucas vezes. Só que lá era uma região onde o povo Xokleng vivia. Até a história deles falam, mas bem pouco, mas já aparece. Então de lá que eles vieram sendo expulsos daquele território pra cá. Pela colonização. Então onde eles puderam se esconder? Aqui no Alto Vale. Onde cada colonização avançava do litoral pra cá, eles iam mais pra dentro aqui. E quando vinha a colonização do Norte, do Sul, eles foram se concentrando aqui nesse Alto Vale. Então eles percorriam bastante a área aqui do estado. E aqui, a gente do Alto Vale, a gente ficou. O nosso povo ficou aqui. Onde eles se concentraram numa tentativa de se esconder da perseguição. Porque o governo fazia campanhas para exterminar o povo. Segundo a história que também nossos anciões contam, e também a história do Brasil também relata um pouco sobre isso. Então onde eles foram se concentrando nessa região pra se esconder (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 02).

Alfredo trouxe em sua fala a forma de narrar onde a educação pública na cidade de Blumenau elaborou uma ideia de Vale do Itajaí, esta em que o imigrante era alocado na região como seu protagonista, e o indígena perseguido e expulso. Neste relato, o entrevistador-

protagonista contou uma história onde este sistema binário se efetuou, para Alfredo estes termos como exterminar e perseguir são forjados junto a criação de uma região para a implantação de núcleos coloniais.

Os graus de violência aumentaram à medida que as frentes de colonização promoviam sua expansão para o interior do Vale do Itajaí, levando parcelas dos indígenas a buscarem a atual região do Alto Vale como reduto de sobrevivência. Esses combates e violências são descritos como formas de definir o próprio território, como afirmado pelo Diretor da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, Alfredo Nanblá Priprá (2023).

Se a terra foi o principal foco de luta no período de colonização, onde os projetos de ocupação pretendiam definir a distribuição espacial dos imigrantes europeus, é preciso dizer que esse processo não se findou totalmente, e a Terra Indígena Ibirama La-Klanô não possui a sua demarcação integralmente finalizada. Mais do que um termo jurídico ou antropológico, as lutas pela demarcação de terras indígenas no Brasil se apresentam como desacaradas disputas entre o público e o privado, entre os interesses do agronegócio, da mineração, da biopirataria, entre outros setores, contrapondo-se à defesa do território indígena:

Então, dessa forma que eles exploravam esses locais, indo e voltando [os indígenas no passado]. Então, eles não eram nômades, mas sim, porque uma pessoa nômade vai sem direção, sem nenhum destino, pega e vai embora. E não! Mas só que conforme o tempo de caça, o tempo de coleta, conforme a situação do tempo, do ano, eles ficavam num local e depois iam para outro. Dessa forma, então, eles exploravam (Copacâm Tschucambang, 48 anos, 2023, p. 01-02).

Figura 22: Mapa do território Laklânō



Fonte: Santos, 1973¹¹⁴.

Entre as principais investidas desses setores, uma das formas de se descharacterizar a legitimidade indígena sobre determinado território é apresentando o conceito de nomadismo, levando a crer que os indígenas apenas circularam no local em questão, não configurando

¹¹⁴ Este mapa apresenta na linha tracejada a área onde indígenas Laklânō viviam antes dos conflitos e da Pacificação.

qualquer vinculação que possa atualmente justificar uma eventual demarcação. Fator este já rechaçado por Copacâm Tschucambang (2023), ao apontar que nas histórias ouvidas dos seus antepassados, a presença e circulação pelo território se fazia de forma a ser movimentada pelas alterações climáticas e demandas de alimentação, configurando relação de pertencimento, e não apenas de passagem. Vislumbrando os embates pela demarcação, atualmente, a negação do conceito de indígena nômade e a descrição real da forma de utilização do território pelo povo Laklänõ, ao longo dos séculos, se mostra mais como uma dimensão da disputa jurídica com os interesses do capital privado¹¹⁵. Dito de outra forma, ao procurar deslegitimar o indígena como sujeito do território no Vale do Itajaí, a ideia de um indígena que no passado teria sido nômade é utilizada por setores da sociedade que buscam retirar este pertencimento do indígena com o território e por consequência inviabilizando o seu direito a terra:

Tanto que daí, na década de 70, o governo militar, como se não bastasse isso tudo, ele entra com um projeto para fazer uma barragem de contenção de cheias, e que não veio perguntar para a comunidade indígena se eles queriam, se eles aceitavam. Não! Simplesmente pegaram e botaram de goela abaixo, como hoje ainda é. Se passou muitos anos, mas hoje ainda é. O próprio governo hoje faz isso. Então lá na década de 60, nossos antepassados já vinham fazendo isso. Então hoje ela continua. Antigamente eles matavam os índios a tiro, a “facãozada”, a foice. Hoje não. Hoje é totalmente diferente. Hoje é como diz o próprio branco, diz assim que a lei, ela prevalece para os mais fortes, não para os menores. Então é isso que nós sofremos há muitos anos e estamos sofrendo ainda. E nós temos que lutar para isso (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 02).

Se a violência pode ser percebida com ações de mortes e ou danos físicos para os indígenas, outras formas são explícitas como a imposição para a construção da barragem, esta, efetuada, segundo o entrevistado-protagonista como de maneira a “goela abaixo”. Essa brutalidade, utilizada no que Faustino Criri (2023) denominou de “guerra”, foi o procedimento pelo qual as orelhas de indígenas eram apresentadas como troféus, humilhando, aterrorizando e dando fim ao conflito, tendo no modelo de colonização a sua versão final. As batidas dos bugreiros, com suas ações violentas, os traumas em torno da残酷de com que essas mortes foram realizadas, sendo os corpos indígenas muitas vezes partilhados com golpes de facão —

¹¹⁵ O laudo antropológico encomendado pela FUNAI, realizado entre 1997 e 1998, concluiu que os indígenas ocupavam tradicionalmente as terras que se encontram em litígio atualmente, e sugeriu a ampliação da área de mais de 14 mil hectares para uma área de mais 37 mil hectares; posteriormente, em 2003, através da Portaria n. 1.128, de 13 de agosto de 2003, o Ministério da Justiça declarou a demarcação destes 37 mil hectares como posse permanente, ação esta não efetivada.

que, no relato do bugreiro Ireno Pinheiro, se abriam de forma macia igual bananeira (Santos, 1997) —, retornam na memória, e surgem nas falas de alguns entrevistados-protagonistas, causando dor e sofrimento.

Daí, cada vez que tu vais ver a história, cada vez que tu vejas um vídeo ou uma foto, aquilo volta muito forte. Não é vingança, é um sentimento ruim mesmo. Tipo, não, poxa, se ele fez lá no passado, ele vai fazer agora também. Vai viver isso. Eu não sei se o branco pensa a mesma coisa que o índio, mas o índio pensa assim (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 14).

Esses retornos, na fala da Orientadora da Cultura Xokleng na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, Abigail Paté (2023), ficam explícitos, e uma quebra de confiança para com os *brancos* se instala, ou nunca tenha se efetivado. Para os entrevistados-protagonistas, uma leitura do passado está associada à forma como o “ser indígena”, na região, se dá através da relação com o não indígena. Isto ocorrendo desde a leitura de sua própria infância, onde alguns entrevistados-protagonistas experienciaram o fato de serem indígenas diretamente em relação com não indígenas, e os embates em função de diferenças já estabelecidas que distanciariam ambos. Ou, seguindo outro caminho, e recuando nas memórias dos seus antepassados, os entrevistados-protagonistas trouxeram à tona as ações de violência no período da colonização que buscaram o extermínio do indígena. O limite entre fazer parte do projeto colonizador e ser assentado em um lote colonial, ou ser caçado, tendo suas orelhas expostas como troféu, era o limite entre ser imigrante europeu ou ser indígena, fator presente nas memórias dos entrevistados-protagonistas.

B – Onde você aprendeu sobre a história regional?

Essas histórias que a gente sabe que é mais do que o meu avô, o meu avô que é o pai da minha mãe, que é o Kundagn, que é o meu nome hoje. Kundagn ali é o nome do meu avô [...]. Então eu aprendi com esse meu avô as histórias que hoje a gente sabe. Então com esse meu avô que é o pai da minha mãe, o Kundagn. (Simeão Kundagn Piprará, 60 anos, 2023, p. 01-02).

Eu tive a oportunidade de conversar com pessoas que vieram praticamente do mato, sabe? E que me ensinaram muita coisa. E toda vez que eu falo isso, eu me emociono, porque, assim, talvez meu filho não vá ouvir isso. (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 03).

Então, na escola, hoje, assim, a gente vê que a responsabilidade maior dessa parte de história e cultura, ela está sob responsabilidade da escola, mas que deveria ser uma parceria, mas, enfim, a escola é que faz mais essa parte, então, o que acontece para

contar a história? Trazemos os nossos anciões, que são eles que detêm esse conhecimento, então, a escola planeja. Temos os orientadores da cultura e da língua, onde eles planejam rodas de conversa e nós trazemos para a escola esses anciões, porque hoje nós não temos registros disso. Os registros que tem é tudo desmistificado, um conta uma história, outra conta outra, como a gente já falou antes, então, a verdadeira história para os nossos alunos conhecerem são através dos anciões, por isso que a gente valoriza muito eles, porque eles são as nossas encyclopédias. Como a gente brinca ainda, o nosso Google, para saber da nossa história, então, para passar cultura, história, é sempre através do ancião ou do sábio, uma pessoa mais velha, que também recebeu conhecimento lá do vô, da vó, e vai passando essas informações, então, vai passando de geração para geração, como eu disse, essas conversas, ideias, e histórias do passado (Indiamara Doeiê Priprá, 36 anos, 2023, p. 04).

Estas histórias que circulam entre os indígenas, e suas diversas versões sobre o passado, se efetivam principalmente através da tradição oral – a forma milenar da cultura Laklänõ. Ouvir seus anciões foi apresentado de forma unânime como fonte de conhecimento sobre o passado. Após as experiências vividas por alguns entrevistados-protagonistas em escolas não indígenas, sobretudo o conflito na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte, na cidade de Doutor Pedrinho, que levou os alunos a retornarem para a aldeia, puderam se “encontrar dentro da história”. Com isso, foram evidenciadas essas disputas por narrativas na região, e os entrevistados-protagonistas puderam perceber, através de conflitos, a forma mais dura com que a história é escrita e vivenciada. Após a implantação de séries que contemplassem esses estudantes indígenas envolvidos no conflito, e seu retorno para dentro da escola indígena, o conflito passou a explicar, para esses alunos, os seus desafios.

E nossos pais, aqui na aldeia, eles sempre diziam pra gente assim: “Não, vocês estão indo lá pra estudar [para escolas não indígenas]. Então, não ouçam o que eles falam. O objetivo de vocês é estudar. A gente quer que vocês se formem”. Os nossos anciões aqui, eles sempre foram de dizer assim: “Vocês são o nosso futuro. E vocês têm que aprender esses códigos de lá de fora pra poder ajudar a nossa comunidade”. Então, eu sempre tive, também esse objetivo. Sempre pensando no que os anciões sempre falavam nas nossas conversas. Então eu sempre fui de: “Eu vou estudar porque um dia eu quero ajudar o meu povo de uma outra forma” (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 02).

Esta narrativa da entrevista-protagonista aponta para a relação entre o fato de os jovens estudarem com perspectiva de futuro. Isto como ação política e coletiva onde os pais surgem como incentivadores. Entre os entrevistados-protagonistas, Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023), Indiamara Doeiê Priprá (2023) e Walderes Coctá Priprá (2023), nascidos nos anos 1980, trouxeram em suas narrativas uma nova fase dentro da realidade Laklänõ. Até o

final dos anos 1980, então marcados pelas restrições impostas em tempos da ditadura militar, e poucas ofertas de estudo, muitos indígenas não eram encorajados a buscar a formação em escolas e outros espaços de aprendizagem, o que limitava o acesso a outros conhecimentos, outras formas de confrontar a realidade. A formação acadêmica nesse caso se tornou um desafio muito grande, sendo bastante emblemático o caso do professor Nanblá Gakran (2014), nos anos 1980, que pesquisou e trabalhou o idioma Laklânõ, referência para essa geração. A geração posterior, ao buscar adentrar em cursos de graduação no início dos anos 2000, observou novas possibilidades, como interiorização das universidades, o desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo a internet, e o incentivo das gerações anteriores, privadas dessas possibilidades. Esta caminhada não se restringiu somente a esta faixa etária, e outros indígenas se lançaram na busca pela graduação, mas esse movimento vem marcando esta geração nascida a partir dos anos 1980, que sobretudo buscou (e vem buscando) a formação no magistério e a atuação nas escolas indígenas. Já entre os mais jovens, se percebe a busca por graduações diversificadas, desde o cinema, passando pelo direito até psicologia, o que pode ser percebido na frequência destes estudantes nas universidades do estado de Santa Catarina, entre elas, FURB e UFSC.

A busca pela formação acadêmica, em muitos casos, levou os indígenas a atuarem no magistério; professores e professoras que, atuando nas escolas indígenas, vêm criando esta ponte entre a geração de seus pais e a geração de seus filhos. Se, por um lado, o universo acadêmico lhes apresentou correntes teóricas e metodologias de pesquisa, também apresentou uma universidade que, de modo geral, pretende padronizar o conhecimento e nem sempre se apresenta como efetiva defensora da diversidade cultural — fato que, se por vezes gera estranheza quanto à presença indígena —, e por outras vezes, carrega em si os ensinamentos dos seus próprios pais e anciões.

Caso emblemático é de Osias Tucugm Paté, que atuou como professor e diretor da Escola Indígena de Educação Básica Vanhecú Patté, e assumiu o cargo de Integrador na Coordenadoria Regional de Educação – CRE de Ibirama, primeira oportunidade para um indígena e ocorrida no ano de 2023. Esta CRE abrange toda a região da antiga Colônia Hansa-Hammônia, com escolas indígenas e não indígenas. As vivências com indígenas mais velhos, com anciões, proporcionaram ao entrevistado-protagonista um lugar singular, como sendo um verdadeiro elo entre dois universos. Por um lado responsável, pela questão indígena nas escolas desta CRE, Osias Tucugm Paté traz consigo as falas de seus anciões, como já mencionado.

A minha avó, a minha avó Schatang, na qual fui criado também por ela, que é filha do Cârem, que eu falei antes, ela ensinou sobre as ervas medicinais, porque ele tinha conhecimento sobre as ervas do espírito, da natureza. E é desta forma que eles ensinavam as crianças e seus filhos, e educavam eles desta forma. Então, era a educação deles, a maneira de educar. (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 04)

Então nesse período dos 6 anos até os 12 anos, eu andava muito com meus avós aqui, na aldeia. Eles tiravam palmito, tiravam mel, enfim, eles faziam tudo em coletivo. Quando eles iam tirar mel, sabiam que ia tirar mel, eles se deslocavam pra um lugar e levavam uma galera junto. Então iam meus primos, meus tios, meus avós, tudo. E nessas andanças aí, eles contavam muita história sobre o Contato (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 01).

Os entrevistados-protagonistas se recordam de ouvirem histórias narradas por seus anciões, estas sendo narradas com uma aprendizagem prática relacionada aos eventos do cotidiano, na colheita de frutos e ervas medicinais e com os afazeres coletivos. Histórias estas contadas ainda quando estes entrevistados-protagonistas eram crianças, gerando uma ligação afetiva com essas narrativas, se aproximando dos mais velhos quando iniciavam uma história (Tschucambang, 2023), ou convivendo diretamente com seus avós (Priprá, S, K., 2023). Anciões estes que, além de apresentarem a história regional — “Acho assim, mais com os anciões, né? Os anciões que contam as histórias, assim, mais... sobre... o nosso lugar” (Paté, A., 2023, p. 03) —, mas também apresentaram a história do Brasil — “Segundo a história que também nossos anciões contam e também quando... E também a história... A história do Brasil, né?” (Priprá, A. N., 2023, p. 02).

Essas histórias não foram anedóticas, isentas de sentido ou consoladoras de um presente desafortunado, fruto de um passado nefasto, mas sim, a própria preparação para a vida, em que a violência foi apresentada como um mecanismo político do Estado, agindo como elemento principal na construção das relações com os indígenas (Criri, 2023). As falas dos entrevistados-protagonistas trouxeram o ancião e a anciã como pessoas de destaque para esse aprendizado sobre o passado, mas também revelaram que as alterações sociais e culturais promoveram grande abalo na forma de estruturação das famílias indígenas, e em função disso, nem todas as crianças atualmente têm acesso a(o) ancião(ã), seu avô e avó (Almeida, 2023; Priprá, I, D., 2023),

Então como que a gente revive, como que é contada essa história? Hoje aqui a gente traz o ancião. Muitos dos nossos alunos, eles não têm contato mais com os anciões porque o avô faleceu, o bisavô faleceu, daí só tá o pai, o pai é novo ainda. Como eu estou dizendo, essa questão do estudar fora. Muitos saíram pra estudar fora e não retornaram mais por conta da dificuldade que existe aqui dentro da terra indígena. De

emprego, de... enfim. E daí ficam pra fora, só vêm quando tá prestes a se aposentar, daí vem pra terra indígena. Daí traz todos os filhos de novo, e esses filhos não tiveram contato com o ancião. E hoje eles não têm mais o ancião presente na vida deles. Então é aqui na escola que ele tem o primeiro contato com o ancião (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 07).

É nesse contexto que a escola se configura como o local de ligação entre ancião e anciã e o estudante, na atualidade.

C – Algo incomoda você nessa forma de ensinar essa história?

Ah, o que mais me incomoda é que eles sempre trazem o indígena de uma forma pejorativa. O indígena é aquele vagabundo que não vale nada, que só quer terra, não sei porque quer terra se não trabalha. Sempre essas formas, essa forma de falar que é sempre colocando o indígena na sola do sapato. Como se a gente nunca tivesse aqui, que os primeiros habitantes daqui fossem eles e não nós. Então, isso machucava bastante [...]. (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 05).

E como a sociedade maior ela traz essa outra imagem, às vezes elas se confrontam com essa história que a gente conta. Até o próprio município vizinho confronta essa ideia de que eles [colonizadores] vieram pra cuidar de nós. A escola indígena ela não faz esse papel. A escola indígena fala que a gente decidiu [em relação a se aproximar dos funcionários do SPILTN, no denominado Contato]. Só que o município vizinho, ele faz isso [fala o inverso, atribui aos funcionários do SPILTN o protagonismo, o que se denomina então de Pacificação]. E querendo ou não, a gente tem indígena na escola vizinha não indígena. E ela traz essa outra imagem pra gente. Daí ela acaba inferiorizando a nossa decisão. Ela acaba prevalecendo essa visão do Eduardo. Do Eduardo em si (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 07-08).

Este sistema binário construído pelo projeto colonial fica evidenciado nas falas quando dos conceitos indígenas e não indígena, ou ainda o trabalhador e o vagabundo são descritos em relação com a sociedade regional. Ao construírem experiências dentro e fora da terra indígena, muitas foram as histórias ouvidas e contadas pelos entrevistados-protagonistas; este ambiente é influenciador e é influenciado, o que também levou estes entrevistados-protagonistas a proporem soluções diferentes, como se verá mais adiante, em que as questões são voltadas para qual caminho seguir, visando o fim de uma história eurocêntrica.

E eu não posso contar a história do alemão, eu não posso contar a história do polaco, do italiano, porque eu não sei. Eu não posso, eu não tenho esse direito de falar, o italiano vive assim, o polaco vive assim, o alemão. Não, eu não posso. Assim como eles também não podem contar a nossa história sem conhecer. E por que eles dão muita importância de priorizar a história do alemão, do polaco, do italiano, nas

escolas? E por que não é priorizado dentro das escolas a história do índio, a história do índio do Brasil, a história do índio aqui do Alto Vale? (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 04).

Uma ótica de um passado onde a versão indígena possa circular e estar em pé de igualdade em universidades, currículos escolares e espaços públicos através de monumentos, nomes de ruas, entre outros espaços nos quais uma memória da imigração europeia se tornou exclusiva, segundo as entrevistas, está baseada na superação de alguns obstáculos. Assim, de forma unânime, o que mais incomoda estes entrevistados-protagonistas é o eurocentrismo, que possui como característica uma narrativa onde o indígena é invisibilizado, ou possui uma representação estereotipada.

Alfredo Nanblá Priprá (2023), vivendo em Blumenau com seus pais na infância nos anos 1990, quando frequentou a escola pública naquele município, ao relembrar estas aulas, afirma o protagonismo do europeu. A criação desta memória, privilegiando o sujeito europeu, não se deu somente através de uma valorização destes imigrantes, mas esteve atrelada à depreciação do sujeito indígena:

Eu lembro um pouco que eu tinha oito anos. Oito, nove anos eu tinha. Eles falavam mais dos imigrantes. Botavam eles como protagonista da história. O índio como um que tá lá embaixo, só pra atrapalhar, digamos assim. (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 02).

Mas se tu for falar aqui com os nossos indígenas, eles vão ficar com mais raiva. Porque tu vais contar a história real. Tu vais contar a história real. Eles vão ficar com mais raiva. Só vão alimentar o que já tem dentro deles. Isso é difícil. Aí quando vão estudar na escola dos brancos, às vezes os brancos revertem a história. Aí eles voltam lá com mais raiva (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 14).

O modelo binário é assim sintetizado como metodologia para a criação destas identificações, e para tal, se utiliza de uma leitura da história. Nesta realidade onde o indígena estuda em escolas não indígenas, é apresentada uma leitura do passado irreal, segundo os entrevistados-protagonistas; é descrita como um *reverter a história*, pela coordenadora de cultura indígena Xokleng, Abigail Paté (2023), o que leva o estudante indígena a criar sentimentos de animosidade em relação à situação dos indígenas na sociedade, atualmente.

Deflagram-se, assim, as disputas pela narrativa dentro do espaço escolar, e em se tratando de escolas públicas, são ações criadas como práticas do Estado (Paté, O, T., 2023). A construção de identificações por parte de imigrantes europeus e a representação de indígenas

em oposição a eles, transparece nas falas dos entrevistados-protagonistas, os indígenas, e o que lhes diz respeito atuando como o antídesejo, como nos disse a historiadora Luísa Tombini Wittmann (2007), já relatado anteriormente. Mas para além de criar esta estrutura binária, onde o indígena e o antídesejo, outra face do projeto colonizador foi a sua invisibilização. Negar a presença indígena foi uma estratégia do governo provincial de Santa Catarina e do projeto colonial como um todo, tanto que, para os entrevistados-protagonistas, esta invisibilização ainda está atuante como forma da construção de uma memória coletiva sobre o Vale do Itajaí¹¹⁶. Para o professor Copacãm Tschucambang (2023, p. 02), o que mais lhe incomoda nesta história regional é o fato

de esconder a própria realidade, tentar apagar a história. Porque o projeto para eliminar o povo indígena, o Xokleng, em Santa Catarina, isso foi... se olhar, foi muito forte, na verdade. Então, isso eu nem gosto de falar essas coisas, porque as pessoas que sabem, sabem como que foi. E dessa forma, eu digo que o governo em si, tem essa dívida com a comunidade indígena, principalmente com o Xokleng. Mandar matar para poder ocupar o espaço, isso que me incomoda, na verdade (Copacãm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 02).

Fundamental constatar nesta fala, o surgimento do termo dívida, uma dívida do governo com os indígenas, notadamente os Laklänõ. Esta dívida não surge como termo desassociado de outros, mas está associada a termos como *apagar a história*, e *mandar matar*. O surgimento desta dívida, ou a sua natureza está assim atrelada ao evento traumático do qual os indígenas passaram no processo de resistência para com o processo de colonização e ocupação do território por parte das companhias de colonização enquanto um projeto político da província de Santa Catarina. Uma dívida aberta para um passado que não passa, como já apresentada por Reinaldo Lindolfo Lohn e Emerson Cesar de Campos (2017, p. 116) configura assim a História do Tempo presente como quando de *trajetórias não encerradas*, não encerradas para quem? Se *Blumenau em Cadernos* e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann trouxeram um passado findo e encerrado para o indígena, suas vozes os colocam no momento presente como relata Copacãm Tschucambang (2023) e voltam para cobrar esta dívida.

Christian Delacroix (2018) aponta o surgimento da História do Tempo Presente em diversos países no imediato pós Segunda Guerra Mundial, e assim o contexto social e político

¹¹⁶ O conceito de Vazio Demográfico apresentado anteriormente, se configurou na materialização deste projeto elaborado pelo Estado.

para com a utilização destas memórias de eventos traumáticos recentes. Se na Rússia uma memória de uma nação vitoriosa neste confronto, esta, manipulada pelo poder estatal procura silenciar uma análise mais crítica, na Espanha é justamente a ruptura com o pacto do silêncio da ditadura de Franco que impulsiona uma História do Tempo Presente.

Para Christian Delacroix

[...] os contextos de afirmação e de institucionalização da HTP têm em comum uma demanda de caráter cívico de fazer justiça às vítimas esquecidas das ditaduras. Essa demanda pode chocar-se não somente com um poder político “anestésico” e que pratica sem reticências a anistia, mas também com uma parte do corpo social que deseja o esquecimento ou mesmo a autoabsolvição (Delacroix, 2018, p. 46).

No entanto, para além de um Estado Nacional, esta dívida é descrita a partir de um indígena. Não é possível desta maneira criar uma delimitação entre os sujeitos como no relatado conflito europeu, entre nazistas e a resistência, ou ainda no caso brasileiro da ditadura militar, entre torturadores e torturados; e para além desta delimitação dos sujeitos, esta fala de Copacâm Tschucambang não delimita a História do Tempo Presente com uma fronteira entre Ditadura e pós Ditadura, mas o seu próprio contexto é elaborado a partir de outros traumas e outros horizontes e por tanto, outro recorte temporal que Delacroix (2018) nomeou de cronologias deslocadas.

A dívida, surge assim ligada aos traumas do passado, e a busca por justiça, e

em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma *dívida* a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais (Delacroix, 2018, p. 47).

Se o passado foi marcado por combates entre indígenas e as frentes de colonização, onde as ações dos bugreiros representaram a face mais cruel, onde a eliminação do sujeito indígena foi política de estado, esta negação de uma história real, atualmente funciona como forma de esconder estas ações, e apresentar a colonização como ação heroica. E se a invisibilização como

estratégia de estado não é capaz de findar esta questão, o eurocentrismo lançou mão de outra arma, a forma estereotipada de descrever o indígena.

Os professores, naquele tempo ali, eles focavam só no livro didático; não é a história que tá ali, vamos passar essa história ali. Então nós, como indígenas, sabíamos que aquela história não era certa. Mas mesmo assim, então, isso incomodava, porque nós não podíamos passar pra eles nossa realidade, porque em momento algum, assim, eu me lembro de alguém dizer pra nós, assim: “Ah, vocês poderiam trazer alguém da comunidade pra contar como é a história de vocês realmente lá dentro da aldeia”. Nunca foi pedido isso [...]. (Indiamara Doeiê Priprá, 36 anos, 2023, p. 02)

Incomodava bastante pelo modo que era abordado o tema. O tema indígena, sabe. Principalmente com as questões culturais, assim. Então, o índio era tratado como “As mulheres trabalhavam e o índio não, o homem. O indígena não. Que as tarefas que eram feitas dentro da aldeia eram atribuições só das mulheres, e não era dos homens. Que os homens só caçavam”. Só percorriam o trecho, como dizem eles. E não participavam das tarefas diárias. E isso me incomodava muito, porque eu vivia aqui dentro, então eu sabia que não era assim. Até quando era abordado esse tema, e também uma das coisas, assim, que era abordada, era só naquele período de abril. O período das questões indígenas. (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 03).

Porque o que a gente sabe, lá em Blumenau, Rio do Sul, aqui na região do Alto Vale dizendo, assim: “Não, não dá para passar dentro da terra indígena porque os índios, eles pegam, massacraram, matam, assaltam”, e que não é nada disso. E que é tudo mentira isso que se fala. Então, o que o povo indígena sofre muito com isso é de que eles falam por nós, em vez de vir aqui conversar conosco. Não, eles não conversam, mas eles falam por nós dizendo que é esse tipo de coisa que acontece, que não concordo com isso (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 02).

Estas falas deixam entrever a necessidade de se contar a história. Como apontado na fala de Faustino, *eles falam por nós*, mas como falam? Falam apresentando um indígena irreal e que atende os preceitos de quem assim narra. Ou ainda de um indígena que não trabalha, são estes elementos criados a partir de quem conta a história. O ato de delimitar o indígena como sujeito coletivo com suas expressões culturais já definidas e cristalizadas em um passado que nunca existiu, e reafirmado no presente, é recorrente, como relataram Indiamara Doeiê Priprá (2023), Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023), e Faustino Criri (2023). Ou ainda, utilizando ações e recortes específicos para justificar uma suposta natureza violenta do indígena,

é, porque, com certeza, eles brigavam [indígenas], porque eles tinham os barraquinhas deles, as maloquinhas deles. Aí a pessoa vinha vindo derrubando, ia derrubando tudo, aí claro que tinha que ficar brado. Aí essa era a versão dos colonizadores, os índios começam a tacar flecha, porque, mas eles estavam defendendo o que é deles (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 06).

A violência realizada pelos próprios indígenas surge como elemento em disputa. Se algumas falas não trazem este termo, outras apontam como inevitável uma defesa nos próprios termos em que a colonização se efetivou – através da violência. Se o passado foi marcado por conflitos e a construção de distanciamentos entre indígenas e imigrantes europeus, o desenrolar da colonização seguiu com a negação desta história trágica, e a configuração de um eurocentrismo se efetivou com o nomear do território e o povo ali presente – para Walderes Coctá Priprá, a supervalorização do imigrante europeu na história promove a invisibilização indígena:

Até eu, como professora, vou dizer, as escolas que estão ao nosso entorno, eles não trabalham pra tirar essa história que foi impregnada assim, sabe? Então, eles mesmo vão trazendo mais e mais a história do europeu, enquanto a história do povo indígena que é daqui vai ficando mais pra trás (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 11).

Segundo Osias Tucugm Paté,

eles se predominam, entendeu? Aqui não é um vale do Xokleng. É um vale europeu. Ou seja, eu não sou um Xokleng. Eu sou um europeu. Aqui não tem Xokleng. Acho que é isso que... São essas coisas que precisam ser desconstruídas, entendeu? Ela é muito centralizada na ideia europeia. O Vale aqui é só ter o europeu. Xokleng não existe aqui dentro (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 08-09).

As minuciosidades com que o Vale do Itajaí trata estes elementos europeus se explicitam em algumas descrições regionais, realidade em que as demarcações identitárias vão muito além das nacionalidades, em sua maioria alemã e italiana, e procuram retratar essas identificações nos seus pormenores, onde a busca pela cidadania do país de origem, a construção de árvores genealógicas muitas vezes findam na dupla cidadania como forma de autoafirmação europeia. Neste sentido, a cidade de Pomerode promove anualmente a Festa Pomerana, já a cidade de Laurentino possui o título de cidade-irmã da italiana Lona Lases, da Província Autônoma de Trento, e para celebrar e sustentar tal aproximação, um monumento foi erigido em uma praça central desta cidade catarinense. Por vezes apagados da história, ou por vezes estereotipados, os entrevistados-protagonistas apresentaram a forma como os indígenas são representados no Vale do Itajaí, reservando ao indígena um espaço menor; como foi apresentado por

Alfredo Nanblá Priprá (2023), atualmente se percebe como esse modelo não somente continua, mas se expandiu para outros espaços da sociedade além da escola. Nome de ruas, festas com cunho cultural são alguns elementos neste sentido.

D - O que você gostaria de ter aprendido ou entende que é necessário ensinar, nessa história, e que ainda não é ensinado?

Um dos pontos iniciais que surgem para este questionamento, advém do incômodo da nomeação do território como *Vale Europeu*, e que logo é apontado por Alfredo Nanblá Priprá (2023, p. 02): “Mas daí botam como o Vale Europeu, por exemplo. Onde acaba querendo extinguir uma história ali. Extinguir, tirar da história o povo [...].” O necessário a ser ensinado na história, para este entrevistado-protagonista, passa pela desconstrução da sua versão eurocêntrica e, portanto, pela possibilidade simétrica de que diversas vozes sejam ouvidas e outras formas de se pensar a história regional possam serem construídas:

Eu acho que o importante hoje são as escolas falarem para os seus alunos, ensinar eles, educar; porque a palavra educação não existe ainda. A palavra educação ainda está longe. A educação é ensinar o brasileiro, o português, o alemão, o polaco e o indígena. Todo mundo falar em torno da educação que todo mundo tem que ser educado um com o outro. E isso eles têm que aprender lá na pré-escola, lá no jardim. Eles têm que aprender desde lá, até a faculdade. Um professor de direito, um professor de antropologia, um professor de economia, ele tem que ter esse ensinamento desde o jardim, a pré-escola. Ensino fundamental lá fora, claro, fora das escolas indígenas, o professor branco ele tem que ensinar os alunos a aprender, conviver com isso, que é uma história dele, a história de Rio do Sul, é a história de Blumenau, é a história de Ibirama, é a história do Alto Vale, e nós estamos inseridos nisso, nós somos o principal disso tudo. E isso que os alunos não sabem, e isso eles têm que aprender desde já, desde pequeno até quando eles forem advogados, juízes, promotores (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 03-04).

Então, a comunidade em volta, elas não têm conhecimento da existência, até mesmo a comunidade indígena, no município vizinho. O pessoal de Dona Emma, por exemplo, alguns sabem, mas não todos. Então, isso faz com que os próprios filhos cresçam não sabendo a história do seu município, a história do seu estado, a história do seu país. Estão totalmente desinformados sobre a realidade da sua região, e que acaba estudando a história europeia, outras histórias, mas não conhece a história do seu lugar. Então é lamentável isso. Não sei se é proposital ou não, mas isso não é de agora, vem há muito tempo, que é a política do governo isso, na verdade, que vem ocorrendo há muito tempo”. (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 01). Então, eu acho que a história, ela tem que ser, de Santa Catarina, ela tem que ser ensinada nas escolas. E dessa forma, as crianças, os alunos vão crescer sabendo a história real do seu estado e do seu município. Isso faz com que as pessoas descubrem a realidade dos próprios avós, como que aconteceu, que eles estão ali, de onde vieram, mas que já tinha gente morando, mas eles acabaram ocupando espaço, expulsando os verdadeiros moradores (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 03).

Ah, eu penso que ela deve ser incorporada no processo colonizatório do município. Do município, do estado de Santa Catarina, do Brasil. Eu penso que ela tem que fazer uma parte permanente dentro das escolas. Não só no mês de abril, que é lembrado a história do índio. Mas o índio, ele tem que ser lembrado pela sua cultura, pela sua tradição, pelo benefício que o indígena trouxe pro Brasil (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, p. 03).

Esta história, a ser promovida através da escola e suas práticas pedagógicas, de modo que os estudantes possam compreender a sua realidade a partir da instalação de suas famílias no espaço regional, e a forma como o processo histórico se efetivou em toda a região é proposta por Tschucambang (2023). Assim, a escola aparece como local privilegiado para estas discussões, e políticas educacionais são sugeridas em relação estreita entre a escola indígena e a escola não indígena (Tschucambang, 2023; Almeida, 2023; Criri, 2023):

A história hoje em si, ela tem que ser ensinada a realidade dela, como nós professores sempre falamos, ela tem que ser ensinada dos dois lados, porque a história, mesmo falando lá do passado, hoje ainda a história do europeu, como estudando não indígena, ela desfavorece a nossa comunidade indígena, os nossos antepassados, que tiveram aquele sofrimento, aquela brutalidade lá no passado, então hoje a história tem que ser contada como ela é, a realidade, o porquê, como, quando, por que isso aconteceu, de que forma que hoje o índio é, “Ah, só porque é índio quer terra”, não é essa a nossa realidade, hoje nós buscamos os nossos direitos, direitos são iguais pra todos, então a história tem que ser ensinada diferente, a realidade dos dois povos, o indígena e o não indígena (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 03).

Então, eu sou muito de trazer de um modo geral do macro pro micro, então, tu vais trazer hoje, no Brasil, a gente tem 305 povos, 274 línguas. Eu acho que é importante os alunos saberem disso, mas depois, você deve falar da região, porque todas as regiões nós temos terras indígenas, nós temos aldeias. Então eu sempre falo, assim, nas palestras que eu vou, que eu tenho oportunidade de palestrar eu sempre falo para os professores que eles têm que levar os alunos deles para ter contato com esses indígenas, porque é só assim que você vai conseguir desconstruir (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 06).

Dentro desta ótica, os entrevistados-protagonistas apresentam uma ideia de educação pautada na relação com o não indígena, apontando a importância das discussões serem realizadas nas escolas não indígenas, e entre essas práticas pedagógicas, surgem como sugestão visitas à terra indígena (Priprá, W. C., 2023). Práticas estas que não procuram impor somente a versão da história indígena, mas apresentar a sua versão, e que esta seja colocada em pé de igualdade com a até então hegemônica versão construída pela colonização europeia, como afirma a educadora Indiamara Doeîê Priprá (2023).

Atrelados a esse aspecto, em que a história regional é pensada a partir da narrativa indígena, surgiram entrevistados-protagonistas que apontaram a preservação cultural como elemento indispensável para a aprendizagem da história, o que demonstra suas ligações entre a cultura e a história. Ou, dito de outra forma: ser indígena no Vale do Itajaí atualmente está invariavelmente ligado a suas práticas culturais e à compreensão da forma como sua trajetória, enquanto grupo étnico, foi sendo moldada na região, tendo em vista a própria marcação da sua composição étnica como fator determinante perante os desafios impostos pela colonização.

Tanto na faculdade, como nas nossas escolas, que nossos filhos aprendessem as histórias. Hoje nós mesmos, pais, pelo trabalho que nós estamos tendo, nós estamos esquecendo disso. Nem contam a história para nossos filhos. Então o meu avô, o Kundagn, sentava de noite e contava. Contava uma história e terminava assim (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 02).

Acho que o meu modo de ser, meu modo de pensar, o modo do meu pai pensar, esse momento coletivo que a gente tem, entende? Que acho que precisa ser fortalecido dentro da terra indígena. Porque eu acho que é uma das características que identifica muito nós, enquanto Xokleng (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 04).

Neste sentido, Simeão Kundagn Priprá (2023) apontou como as crescentes oportunidades construídas para os jovens indígenas estudarem em universidades estão se refletindo em projetos que buscam a preservação cultural e sua difusão, o fortalecimento da cultura, o ser indígena ligado à ancestralidade, em meio aos desafios que se descontinam na atualidade. No entanto, um aspecto cultural foi amplamente abordado pela coordenadora da cultura indígena Xokleng, Abigail Paté (2023) – o idioma:

Tipo, a minha criança, ela precisa aprender que não é ela que existe sozinha no mundo. Não é só a cultura dela que prevalece. A gente tem outras culturas. Não que eu vou deixar de trabalhar minha cultura com eles [alunos] pra trabalhar do branco, mas eu preciso explicar pra eles que não é só a língua deles que existe também. É nessa ideia que a gente tá tentando ensinar hoje para as crianças (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 10).

O interessante desta fala é que, ao se referir à importância do idioma Laklänõ, a entrevistada apontou a importância da diversidade cultural, não defendendo sua cultura especificamente, mas demonstrando que os estudantes, além de aprenderem o idioma, são

orientados para a diversidade cultural, a importância de se compreenderem como sujeitos portadores de uma cultura indígena em meio a outras tantas. O fato sinaliza a perspectiva do ser indígena em um contexto no qual os professores se mostram atenciosos para a construção dessas identificações em que o indígena, cedo ou tarde, irá se defrontar com o não indígena.

E – O que você poderia falar sobre a forma como os povos indígenas são mostrados nessas histórias?

A história do *Vale Europeu* tem o panteão dos seus heróis formado por uma escala, com Hermann B. O. Blumenau sendo seu ápice, passando por cientistas como Fritz Müller, ou ainda o engenheiro Emil Odebrecht; por contraste, criou dois procedimentos para o indígena, e que nas falas dos entrevistados-protagonistas são apresentados de forma unânime: uma representação estereotipada ou invisibilizada. Dependendo dos interesses do projeto colonizador, ambos os procedimentos foram elaborados e afirmados: a invisibilização como quando da construção do conceito de *Vazio Demográfico* se efetivou para negar a presença indígena e atrair imigrantes, mas com a impossibilidade de negar este indígena, se passou a nomeá-lo com adjetivos como selvagem e violento, o que procurou justificar o seu extermínio.

Se nas edições pesquisadas de *Blumenau em Cadernos* e na exposição de longa duração do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, o sujeito indígena surge, mesmo que estereotipado e ou vinculado ao passado, nestas entrevistas, o termo invisibilizar foi muito utilizado. Este fato sinaliza a maneira como estes indígenas não se sentem representados. Essa cisão, que criou as diferenças, e que procura ressaltar mais os aspectos das contrariedades entre europeus e posteriormente seus descendentes com o indígena, é descrita por Abigail Paté (2023, p.13), onde as crianças não indígenas já seriam educadas nessas estruturas que geram desconfiança e afastamento: “Não sei porque isso, eu acho que as crianças dos não indígenas também vieram com essa história, que nem nós, temos a nossa história”. Uma representação para o indígena no Vale do Itajaí é assim formada através de dois mecanismos. Um deles, o apagamento da/na história (Priprá, A, N., 2023; Tschucambang, 2023), como destacou Alfredo Nanblá Priprá:

Porque sempre na história botam como o pessoal colonizador é o habitante. Tira o indígena como o habitante da região. A gente pode até ver! As histórias aí falam de Vale Europeu, por exemplo. O Vale Europeu. E cadê a etnia que o Xokleng, que vive aqui nesse vale, viveu? Aqui no estado a gente tem três etnias: o Xokleng, o Guarani

e o Kaigang. E esses viviam aqui nesse Vale. Mas daí botam como o Vale Europeu, por exemplo. Onde acaba querendo extinguir uma história ali. Extinguir, tirar da história o povo (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 02).

O outro se configura em diversos estereótipos (Almeida, 2023; Priprá, I, D., 2023; Priprá, S, K., 2023; Priprá, W. C., 2023). Quando vence a barreira da invisibilização, o indígena passa a ser descrito de forma genérica, resultando em uma política que apaga suas particularidades étnicas, reforçando o termo “índio” como categoria genérica, e não raro, sendo seguido de adjetivos depreciativos.

Contraste este, produtor de identificações, onde o descendente de europeu as constrói através de uma narrativa, que segundo Faustino Criri, é produzida em espaços hegemônicos, como escolas e universidades, deslocadas da própria realidade indígena e caracterizadas por um silenciamento que agora é revestido de pesquisa acadêmica, falando sobre o indígena e não com o indígena: “O que ele mostra ali [Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann] é só, na verdade, ele conta a história de Eduardo, esse de Ibirama. Não conta muita coisa sobre o Xokleng. Ele foca muito nisso. Ele não representa muito Xokleng. [...] Só que a história do museu não relata isso. Ela vai relatar que ele foi o cara, que... ele é o herói” (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 06).

Não, ele [o pesquisador e professor universitário], na verdade, ele é contado assim lá fora. Mas olhando por uma TV, olhando um jornal, que os índios são isso, que os índios são aquilo, e a população branca, a população não indígena, ela não vem dentro da terra indígena para ver a realidade de perto, para depois contar nas suas escolas, nas universidades. O professor universitário, ele conta uma história que ele viu no gibi, que ele viu num jornal, que ele viu numa notícia. Mas o interessante é que eles fizeram isso para nós. Discriminação! Dizendo que não pode chegar lá porque os índios matam. Hoje, muita gente da região aqui do Alto Vale, eles não passam por dentro da aldeia. A gente conversa com algumas pessoas, e elas dizem: “Não, será que dá para passar por lá dentro da aldeia para ir para tal lugar? Para ir para a BR-116, para Itaiópolis, para lá?”.

[...]

Aí eles contam, o professor universitário passa lá no telão dizendo que aqui é a história dos índios, que não sei o que, parece que ele estava lá dentro da aldeia e trouxe aquilo lá. Não! Eu acho que ele tem que vir aqui dentro, pesquisar, coletar informação, falar comigo que eu sou índio, falar com outro índio, falar com um ancião, para então levar para a universidade, levar para um pré-escolar, levar para um ensino fundamental. Essa aqui é a história real dos índios (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 02-04).

Esta fala de Faustino Criri, assim como as demais, denota como a questão *O que você poderia falar sobre a forma como os povos indígenas são mostrados nessas histórias?* ainda

representa desafios, e estes não somente para uma educação indígena, mas esta articulada com toda a sociedade regional.

4. 2 EIXO B - HISTÓRIA E PODER: QUEM CONTA A HISTÓRIA NO VALE DO ITAJAÍ?

Se através de suas vivências os entrevistados-protagonistas denunciaram uma história ainda eurocêntrica, é preciso se aprofundar nesse aspecto – o dos mecanismos e formas que sustentam um fazer historiográfico que busca marcar os espaços dos sujeitos através de uma leitura de mundo definida por indígenas e imigrantes europeus, ou seus descendentes, no Vale do Itajaí. Espaços de poder como universidades, centros culturais, secretarias de educação e museus são privilegiados nesse quesito, e aqui fazem parte da questão.

A) Você conhece algum museu ou poderia dar algum exemplo de local no Vale do Itajaí, em que outros grupos sejam bastante valorizados?

O que eu vejo ali [Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann], tentam mostrar o Eduardo como um herói da história que salvou, porque o povo indígena era considerado um animal, né? (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 03).

Então o que que me incomodava também nisso, né, o que que me incomodava? O Eduardo, quem conduzia essa visita, tinha o Eduardo como um herói, tipo se não fosse o Eduardo nós estávamos todos mortos, nós não indígenas. Se não fosse o Eduardo. E me incomodava, assim, a maneira que era tratado o Eduardo, e o indígena como um mal da história. Porque se não fosse o Eduardo, não iria existir Ibirama, não iria existir José Boiteux, Presidente Getúlio, como se o indígena fosse o empecilho do progresso. E isso me incomodava muito, sabe? E a gente vai crescendo, a gente vai entendendo as visões (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 04).

Sim, eu já fui lá visitar o Museu de Ibirama. Falo em museu, mas não é divulgado e eu acho que não está num local adequado de visitação. Teria que ser num local mais visível para visitação, para as pessoas verem. Eu acho que nem o próprio pessoal de Ibirama mesmo não sabe que tem essas coisas ali, eu acho (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 03).

Os entrevistados relataram que conhecem ao menos um museu. Entre estes, surgiu a descrição do Museu Municipal Carlos Lampe, de Rio Negrinho, no Planalto Norte catarinense, cidade limítrofe a Porto União, onde se encontra a Terra Indígena Rio dos Pardos, habitada por vinte e dois sujeitos Xokleng do grupo Ngrokòthi-tô-prèy. Também foi descrito o Museu Paleontológico Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen – Mupah, da cidade de

Taió, no Alto Vale do Itajaí, bastante conhecido regionalmente em função de possuir, em seu acervo, peças da cultura material Laklānō. Além do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE) – Oswaldo Rodrigues Cabral, em Florianópolis, e, em sua maioria, os entrevistados-protagonistas mencionaram o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann de Ibirama. Para além de descrições dos museus, relataram parcelas de suas experiências ao se depararem tanto com o acervo, como com o local da exposição, como citado por Abigail Paté (2023) ao visitar o MARQUE,

Parece que até foi colocada aquelas coisas numa salinha pequeninha lá só pra ficar lá. [...] Sei lá, a gente poderia ter... trazer. Não sei se nós iríamos cuidar também, né? Mas se estivesse perto de nós, essas coisas, elas iriam trazer um sentimento. Ela tem um sentimento que nós temos nossos antepassados, nossos ancestrais vivos perto de nós.

Porque lá tá longe, tipo: “Há, minha família tá jogada”. Estou falando como indígena agora.

A minha família está jogada lá, sofreu tanto e está jogada lá. Pra nós isso é muito importante. Isso é o sagrado nosso. Nossa arte, é muito sagrado nosso (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 05).

Estas falas de Abigail apontam enorme desconforto, sinalizando para práticas de reparação. De forma unânime, todas as experiências vivenciadas pelos entrevistados-protagonistas, nos museus, foram descritas como sendo insatisfatórias, sendo que estes espaços não trouxeram a representação indígena de forma tal qual estes compreendem ou desejariam. Se tais museus não são descritos como portadores de um discurso eurocêntrico em sua totalidade, a representação do indígena presente nessas instituições não se dá de maneira a satisfazer as expectativas indígenas dentro de suas formas de pensar o passado e sua cultura, ou ainda não sendo um espaço divulgado e não tendo suas potencialidades exploradas, como é visto no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann por Copacâm Tschucambang (2023). Este museu, que leva o nome de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, e que a sociedade regional apresenta como o pacificador dos indígenas, é descrito pelos entrevistados-protagonistas como sendo o espaço que realmente descreve e apresenta seu homônimo em um esforço para moldar a sua figura como herói.

Ah, os alemães, os italianos, esses estão no auge, né? E daí você pergunta assim [no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann] “E você tem história dos povos indígenas daqui do Sul? Quem são os povos indígenas?”, “Ah, tem ali, ó, essas

coisinhas ali". Eu fui em alguns museus que eu fui assim, tinha lá materiais, artesanato, até mesmo histórias em posters, essas coisas assim, que não condiziam com a história daqui do Sul, sabe? Então, é muito... aqui em Ibirama, sempre que eu vou lá [no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann] é uma coisa que eu questiono muito, muito, muito. Que eles dizem, "Ah, aqui é o museu de vocês", mas vai lá ver se tem alguma coisa lá do povo Laklânõ (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 06).

Para além da criação desse pedestal em forma de museu, o sujeito comum europeu também é descrito, sobretudo, nas suas vertentes nacionais, alemã e italiana, como questiona a relação entre a presença europeia e indígena nesse museu, Walderes Coctá Priprá (2023):

É mais o branco. Mais o branco, o indígena é... não digo zero, mas não chega a ser zero, mas alguma coisa, mas nem significa nada aquilo lá, acho, pela história de Ibirama, pela história aqui do Alto Vale (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 11).

As falas de Faustino Criri (2023) e Simeão Kundagn Priprá (2023), também reforçam o fato de que, se há a presença de artefatos indígenas neste museu, estes não são utilizados para representar os próprios indígenas. A representação do sujeito europeu é explicitamente colocada como uma opção pelos entrevistados-protagonistas: uma opção neste jogo de dualidades no qual a história vem sendo configurada no Vale do Itajaí. Se este museu é visto como um espaço de disputa pela memória da região, levando à construção de aspectos que formam as identificações, o herói dos “brancos” tem o nome do museu, uma sala temática, e o fruto de seu trabalho é representado como a abertura de espaço no território para a colonização. Embora o outro lado da narrativa, da história, não seja apresentado no museu, é trazido na memória dos indígenas e explicitado por Indiamara Doeîê Priprá:

Quando a gente vai lá [no Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann], eu olhando assim, a gente percebe que só o europeu é mais representado naquele museu. Eu não sei se isso é porque a pessoa que fez esse contato com o indígena era dali, né, então a memória da pessoa, do europeu, ela é mais resguardada, como um mártir, vamos dizer. Mas na nossa história nós sabemos que nós também tivemos pessoas que foram mártires por nós, mas enfim, o museu só retrata o europeu, não retrata a realidade dos povos indígenas lá (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 03).

Os mártires indígenas não são representados no museu, mas o são em suas memórias, vívidas e pulsantes.

B) Para você, como se explica a presença maior de referências a imigrantes europeus e seus descendentes, em museus e espaços públicos do Vale do Itajaí?

As disputas por memória e representação na região, que entre outros elementos, buscam definir o espaço social e simbólico de uma sociedade, alocando os grupos sociais não somente no passado, mas também no presente e em perspectivas de futuro, se expandem para outros espaços da sociedade além dos museus. Estes que, segundo os entrevistados-protagonistas, vão desde os nomes de logradouros e à criação de eventos¹¹⁷, até as práticas pedagógicas das escolas.

Para além dos museus, esta contenda pela memória no Vale do Itajaí se apresenta para os indígenas como espaço fundamental de disputa pela narrativa histórica; uma narrativa que represente o indígena e sustente seus interesses tanto hoje como no futuro. Dada a importância e as consequências desta narrativa, como percebida pelo indígena, uma vez que a própria descrição do que é ser indígena, está baseada nestes relatos, uma história para o futuro, como diz Faustino Criri (2023), se faz urgente e corrobora com Paul Thompson (1998, p. 3017): “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (Thompson, 1998, p. 307). Mas este esmero no narrar, busca, principalmente, garantir o protagonismo indígena através da fala, ligado ao próprio direito de se autodeclarar indígena¹¹⁸.

Assim, tanto o Contato, como os nefastos efeitos da construção da Barragem Norte, ou os embates com bugreiros, são pensados a partir dos sentidos que possam ganhar para o indígena. Os entrevistados-protagonistas sinalizam os desafios onde a presença de referenciais europeus é sustentada, ao passo que o indígena quase sempre é invisibilizado na região:

¹¹⁷ Em um esforço para marcar a sua singularidade, se diferenciando das demais, cada cidade no Vale do Itajaí busca elementos únicos para se ligar à Europa, principalmente países de onde seriam oriundos os primeiros imigrantes, geralmente Alemanha ou Itália. Na cidade de Guabiruba já são tradicionais os festejos natalinos com a presença do Pelznickel, espécie de Papai Noel, vestido com vegetação, chifres e máscara. A figura assustadora busca fazer uma alusão à mesma prática em algumas regiões da Alemanha.

¹¹⁸ Este receio apontado pelo entrevistado-protagonista, de ser arbitrariamente descrito como não sendo indígena, está associado à Resolução n. 4, de 22 de janeiro de 2021, pela qual a FUNAI buscou alterar os critérios para definir quem é indígena no Brasil; ação infrutífera, contradizendo a autodeclaração dos povos e a Constituição vigente no país. Fato que evidencia os ataques aos indígenas, inclusive aos direitos conquistados e garantidos na Constituição.

É uma tentativa de apagar o índio da história, o povo indígena. Então eu nomeando tal pessoa, uma escola, tal rua eu vou tá apagando o indígena da história, que nunca existiu (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 04).

É uma forma de silenciar. Que nunca existiu, [...]. Então é uma forma de silenciar, que nunca existiu indígena ali, essa terra aqui nunca existiu indígena. Então, pra que eu vou pôr nome indígena né? (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 04).

Mas deveria ter, divulgar mais, mas como eu falei antes, não sei se é uma forma de esconder, onde querem fortalecer mais o nome europeu na região. Isso é uma maneira de esconder mesmo a história onde o povo Xokleng ocupava. Dessa forma, eles querem pregar que os europeus vieram para cá, foram os primeiros a chegar aqui. É isso que eles querem mostrar (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 02-03).

Entre os entrevistados-protagonistas, na disputa pelo simbólico e pelas narrativas no universo regional, surgiram termos como *apagar da história*, relatado por Alfredo Nanblá Priprá (2023), ou ainda *silenciar*, como sinaliza Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023), ou então *esconder*, relatado por Copacâm Tschucambang (2023) e Faustino Criri (2023). Mas, para além de descrever esta invisibilização de forma espontânea nas entrevistas, os entrevistados-protagonistas sinalizam as suas razões:

Eu sei, é porque eles não querem mostrar. Eles não querem mostrar onde existem índios. Porque a gente já percebe isso, [...]. E a gente vê hoje que é por isso que poderia, hoje ali no nosso município que é indígena, poderia ter alguma coisa colocada, uma flecha naquela bandeira onde eles têm de colono. [...] A ideia é não mostrar (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 04-05)¹¹⁹.

Em uma descrição sensível para alcançar este simbólico e uma lúcida sugestão desta convivência pacífica, Simeão Kundagn Priprá (2023) sugere a inserção de aspectos da cultura indígena naquele que talvez seja o espaço simbólico mais precioso de um município, a sua bandeira, a bandeira municipal de José Boiteux. Para Osias Patté (2023, p. 09), a explicação passa pela centralização no europeu, “Ela [a narrativa hegemônica da região] é muito centralizada na ideia europeia. O Vale aqui é só ter o europeu. Xokleng não existe aqui dentro”.

¹¹⁹ O brasão municipal que compõe a bandeira do município de José Boiteux possui um arco e flecha; estes, no entanto surgem no mesmo quadrante onde está o desenho de uma barragem, mas os indígenas em si, não são representados neste brasão. Somente o arco e a flecha.

Esta ideia da não existência do indígena é descrita como forma que simplesmente nega a presença indígena na região; já o conceito de esconder a sua presença surge como mecanismo onde há o conhecimento da presença indígena, mas, como projeto de ocupação do território, se efetuou negar esta presença. Se há uma divergência entre os entrevistados-protagonistas, quando o indígena é descrito como não existente, ou escondido, para Abigail Paté (2023, p. 08) ambas as situações refletem a mesma causa, a discriminação: “Eu digo só uma palavra: Discriminação. Porque o índio não tem... Sabe? Não pode colocar o nome do índio lá porque é índio”. Assim, uma visibilidade maior do indígena poderia resultar em reivindicações, sobretudo em relação à posse da terra, uma afirmação que surge a partir das vivências de Walderes Coctá Priprá (2023, p. 07); deste modo, em sua fala, explica a opção sistemática para invisibilização do indígena na região, afirmando esses desencontros, onde esses imigrantes europeus, e hoje seus descendentes, sobretudo limítrofes à terra indígena, rotulam e reduzem o indígena como sujeito que reivindica a terra — “É porque se você coloca um nome indígena ele vai ficar visibilizado. E daí o que que eles têm assim, ‘Ah, eles vão querer vir aqui pegar o nosso território’, mas não é bem assim, né?”

O que se evidenciou nos questionamentos das entrevistas é a representação, o fazer parte do território, não somente indígena, mas sim, vivenciando-o com o imigrante e seus descendentes:

Bom, eu acredito que isso acontece devido à história, a história que, vamos dizer, que ela é mal contada. Então a valorização sempre fica pro não indígena, então quem tem história no entendimento do não indígena são aquelas pessoas que vivenciaram, que viveram, então por isso sempre aquela homenagem, a essas pessoas [...]. Mas eu acredito que lá fora também deveria ter esse sentido, porque também teve sangue indígena derramado nessas ruas, nessas praças, onde estão essas esculturas ou algo assim (Indiamara Doeié Priprá, 36 anos, 2023, p. 03-04).

Também com um discurso pautado tanto na versão de indígenas, mas também de não indígenas, Indiamara Doeié Priprá (2023) comprehende que a representação de imigrantes em espaços simbólicos se dá de forma a configurar homenagens por parte da sociedade atual para seus antepassados, e sugere que os indígenas também devam possuir o mesmo sentido de homenagear seus antepassados ao se referir às praças dos municípios da região. Estas, em sua maioria, portadoras de elementos alusivos à memória de sujeitos de envergadura regional, quase sempre homens e oriundos dos primeiros grupos de imigrantes europeus, pertencentes às classes

mais afortunadas. Atualmente seus descendentes ocupam cargos de destaque na região, tanto do ponto de vista econômico como político.

C) No caso dos indígenas, o que poderia ser feito para que sua presença e sua história aparecessem de forma mais equilibrada em relação à presença e à história dos europeus e descendentes?

Se o fenômeno da invisibilização é unânime como ação que marca a realidade indígena no Vale do Itajaí, gerando desconhecimento e até preconceito por parte da sociedade regional, também a solução para a sua superação é unânime. Esta passa pelo conhecimento da história indígena, divulgação da sua cultura, e sobretudo, o protagonismo, onde o próprio indígena fala, sugere e demonstra suas perspectivas nas cidades da região:

Ai, eu sei aqui, mas não sei responder. Eu sei aqui [apontando para altura do peito], mas não sei responder. Acho que até porque se se tivesse... se tivesse loja com nome de indígena, sabe? De alguém mais que passou por ali talvez isso fizesse com que nós olhássemos diferente (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 09).

Abigail Paté (2023) sugere a arte indígena como uma das formas que poderia contribuir para tal. Outros entrevistados-protagonistas apontam o compartilhamento dos espaços simbólicos onde a presença já entronizada do sujeito europeu figura soberana. Esta mirada, que pretende maior visibilidade indígena, não pretende negar ou mesmo diminuir a presença europeia, segundo as entrevistas, mas pretende equiparar, e também ocupar os mesmos espaços públicos e, portanto, simbólicos. Tal fato passa, invariavelmente, pelos emaranhados círculos do poder público, e esta nova realidade deveria ser construída entre indígenas e não indígenas, como citado por Simeão Kundagn Priprá (2023, p. 09): “E o branco fazendo a parte dele, como você está falando, para poder os dois se entenderem que são iguais, não são diferentes”, mas também por Indiamara Doeîê Priprá,

Eu acredito, assim, que primeiramente tem que mudar a mente das pessoas, então a conscientização da pessoa, e isso deve partir, penso eu que é muito dos poderes públicos, porque é de lá que vem aquela forma de discriminação. Então, por exemplo, se tem um prefeito na cidade, onde tem indígena, e ele sempre favorece o não indígena, e deixa os indígenas de lado, vamos dizer, nunca vai ter aquele

fortalecimento. Então, por quê? Eu digo isso porque o indígena, ele também vota, ele também elegeu aquele político, mas o indígena, ele só vai ter valor pra ele naquela época de eleição, passou disso, não tem mais. Então eu penso que esses políticos também deveriam ter consciência, assim como as pessoas que trabalham nessas repartições públicas, que trabalhassem dessa mesma forma, tentando juntar as duas culturas (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 04).

Esta difusão do conhecimento é atrelada à voz indígena, onde a sua narrativa guiaria essas ações e opções, e dentro dessa escalada, a escola aparece como local privilegiado, tanto indígena como não indígena, o que marca, igualmente, o elo entre a terra indígena e a sociedade regional. Fato este que demonstra que os entrevistados-protagonistas não pretendem impor uma versão da história e não pretendem excluir os heróis erigidos pela sociedade regional, mas conquistar espaços de representação e de memória, tal qual os imigrantes e seus descendentes já possuem. Desta forma, algumas falas sugerem a criação de monumentos, ou nomes de ruas, ou ainda uma representação na bandeira de municípios, outras apontam a escola e práticas educacionais para tal. Se as mesmas falas apontam invisibilização ou mesmo o indígena representado de forma estereotipada, mas não se pretendeu excluir uma *história dos brancos*. Ambígua ou não, contraditória ou não, nestas falas se evidenciou uma coparticipação na elaboração da memória regional.

A escola, assim, surge como o mecanismo capaz de promover uma ligação entre os indígenas e os sujeitos da sociedade regional de forma sistemática, através de suas ações pedagógicas. A escola é descrita pelos entrevistados-protagonistas a partir da perspectiva da transformação, isto, pautado nas experiências dos próprios indígenas entrevistados, sobretudo, em vivências em escolas não indígenas. A escola é descrita como espaço capaz de contribuir para a superação dos desafios propostos, e se pauta no seu revés, a forma como uma escola, um sistema educacional vem sendo conivente com uma leitura homogênea e eurocêntrica. Para Pedro Paulo Funari e Ana Piñón, a escola sempre foi espaço fundamental, neste processo: “A escola foi, desde o início, elemento capital na conformação das imagens a respeito dos indígenas” (Funari; Piñon, 2022, p. 115).

Eu penso que tinha que trabalhar na escola essa questão. Trabalhar sobre a história local, a história real. Mostrar onde o indígena aparece. O povo indígena. E também na parte política ali, poder político ali. Igual quando se nomeia uma rua nova, por exemplo. Dá nome de um índio pra tentar manter ele na história. E assim por diante. Talvez até Ibirama, como é uma cidade onde o povo vivia. Ali que os nossos avós circulavam. Talvez ali até fazer uma política de colocar nas placas ali a escrita Xokleng por exemplo (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 04).

Mas no meu ver, eu penso que a primeira coisa que teria que ser inserido é na grade curricular dos municípios. Porque quando está na grade, tem como você cobrar e dizer assim: “Cadê? Vamos trabalhar isso? Vamos, né?” Eu penso se está no currículo que tem que falar sobre a história de colonização e tal. Mas ela fala do modo geral, quem me garante que eu vou trabalhar a questão indígena como um todo? Eu vou falar do indígena, que o indígena existe, mas do meu modo de vista. E não do modo de vista pedagógico, histórico, cultural, religioso (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 06).

É igual eu falei, são sementinhas que são lançadas. Cabe aos professores daquela escola, disseminar essa história. E não ficar, como é que eu vou dizer, não ficar sentado somente. Mas ele também ir procurar, pra poder mostrar para os alunos, porque se o professor não mostra caminhos, como que o aluno vai desbravar? Não tem como. Agora, a partir do momento que ele traz os alunos pra cá, digamos, traz os alunos pra aldeia Bugio, e que esses alunos tenham contato com os alunos daqui ele já vai dizer: “Puxa, mas é diferente”. Aí quando ele for pra casa, ele vai dizer: “Ó pai, ó mãe, eu fui lá na aldeia, eu joguei bola com as crianças, eu fui na trilha da Sapopema”. E daí, “Ó mãe, eu vou querer ir lá de volta, vamos lá”. Você já começa a ver uma mudança, sabe? (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 08).

Então, eu acho interessante que isso seja trazido à tona, para que as pessoas conheçam a história. E comecem a também nos apoiar na questão da luta do povo. Hoje eu vou trazer aqui a história do povo Laklânô, o povo Kaingang, que está aqui, o povo Guarani (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 10).

As ações da escola, na fala de diversos entrevistados-protagonistas, são apontadas de várias formas: a construção de uma grade curricular perpassada, de forma transversal, pela temática indígena; apresentação do conhecimento indígena como um contributo na construção da sociedade nacional; superação dos estereótipos criados no *Dia do Índio*; redimensionamento dos sujeitos no universo regional, onde o aspecto regional possa explicitar as construções históricas das relações entre colonização e indígenas. Dentro deste aspecto, ouvir a versão indígena dos processos históricos é descrito não somente como forma, mas também como método (Priprá, W. C., 2023; Priprá, A. N., 2023; Almeida, 2023; Tschucambang, 2023). A visita às aldeias, a trilha da Sapopema¹²⁰, são sugeridas como opções, mas também sendo apontadas como ações pedagógicas que rompem barreiras, por meio das quais os indígenas possam apresentar a sua organização social, e sobretudo a sua história, o que para muitos alunos e professores de escolas não indígenas passa a ser uma outra versão até então desconhecida da história regional. Nas palavras de Osias Tucugm Paté,

¹²⁰ A Trilha da Sapopema, ainda em atividade, foi uma das primeiras experiências pedagógicas com o objetivo de receber visitas e estudantes da sociedade regional. Esta atividade é composta por uma trilha realizada dentro da Terra Indígena Ibirama La-Klanô, em que os indígenas apresentam aspectos da biodiversidade, mas também de sua cultura e história, bem como dos seus desafios atuais.

a gente precisa desconstruir o que foi construído pela colonização, desconstruir essa ideia eurocêntrica que foi criada aqui dentro, que ela vive ainda, está dentro da sociedade não indígena e que nós enquanto Xokleng precisamos ser ouvidos também, ouvir a nossa história, que a nossa história ela foi vivida também (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 09-10).

Para este mesmo desafio, Faustino Criri (2023), aponta uma outra sugestão: a possibilidade de o indígena narrar a sua história naquele que talvez seja o maior capital simbólico do Vale do Itajaí, a sua maior festa, e que envolve aspectos do patrimônio imaterial e material – a Oktoberfest, além de suas congêneres em outros municípios. Festas construídas a partir de iniciativas públicas municipais e que atualmente se entrelaçam com a iniciativa privada, sendo sobretudo afirmadoras de identificações europeias. Para Faustino Criri (2023), esta sugestão corrobora com as demais, no sentido de ser construído um espaço para o indígena apresentar a sua ótica do passado, elaborada não de forma unilateral, mas pautada no diálogo com a sociedade regional. De forma sintetizada, o entrevistado-protagonista arremata:

Eles [sociedade regional] têm que, querendo ou não, eles têm que concordar que a história do Brasil, a história deles somos nós. E nós temos que contar para os filhos e para os netos, bisnetos deles. Para eles, eles têm que parar e entender que a história somos nós. Eles são intrusos, não nós. Eles são intrusos, eles que vieram para cá, se infiltrando, e entraram, que eles têm que dizer, eles têm que parar e ter consciência de dizer para o filho dele, para o neto dele: “Infelizmente, nós estamos aqui na terra que é dos indígenas” (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 08).

Na disputa pelo simbólico, este “contar a história”, por parte do indígena precisaria ser demarcado, ocorrendo antes mesmo da festa começar, no processo de abertura, atuando como uma forma de “autorizar” a utilização do espaço tradicionalmente ocupado pelo Laklänõ,

por exemplo, o evento que tem aí é na Oktoberfest. E tem que chamar uma abertura dessa e dizer: “Olha, antes da abertura, vamos contar a história do Brasil, porque nós viemos, nós os alemães viemos aqui, invadimos e estamos fazendo a festa. Mas aqui os espaços que foram dados para nós, eram dos brasileiros, que são os indígenas” (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p.08).

Demarcado como um forte espaço simbólico, mas também político e econômico na cidade onde historicamente a abertura do primeiro barril de chopp, que dá início à festa, ocorre

com a participação do governador do estado, os indígenas demonstram assim, que as formas de superação de preconceitos e representações indígenas desencontradas não podem ser realizadas somente a partir de uma perspectiva indígena; as ações são sugeridas sempre a partir do diálogo com o não indígena, seja em espaços de festas identitárias eurocêntricas, universidades, ou em escolas não indígenas. Diferentemente das ações e políticas públicas criadas, por muitas décadas, de forma unilateral, nas quais a colonização prosseguiu ocupando e dando sentido ao território outrora indígena, o futuro é sugerido pelos entrevistados-protagonistas como pautado em aproximações onde o indígena possa narrar seu passado.

4. 3 EIXO C - SERIA POSSÍVEL UMA OUTRA HISTÓRIA?

Ancestralidade, identificação, anciões, todos esses são elementos que se mesclam quanto a questões relativas ao passado; dentro dessa trajetória, a escola novamente surge como um elemento fundamental, um elo entre os estudantes e os anciões, e as leituras diversas de passado, presente e expectativas de futuro. Aliás, como afirmado pelo educador Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023), ao promoverem suas narrativas, os anciões não conjugam os verbos no pretérito; em uma história onde não há cisão entre presente e passado, as tramas e traumas narrados são descritos com ares de presente, a história está viva! Ou como vários autores já sinalizaram sobre os conceitos que definem a História do Tempo Presente, o passado que não passa, em *trajetórias não encerradas* (Lohn; Campos, 2017), os indígenas vivenciam em suas falas, na conjugação dos verbos.

Mas a outra escola surge, a escola do lado de fora; a escola não indígena também conta sua versão da história. Sobretudo nas cidades que possuem parcelas de seus territórios junto à Terra Indígena Ibirama La-Klanô, onde as rusgas ainda são presentes, as narrativas em torno do passado são disputadas a ferro e fogo, e a construção do outro e de si é evidenciada no cotidiano. Este desafio é descrito pelo educador Osias Tucugm Paté (2023), quando demonstra que, desde o início da busca pelo conhecimento escolar, as duas versões para com o Contato de 1914 entre indígenas e funcionários do SPILTN se chocam; as duas versões disputam não somente o protagonismo do passado, mas no caso do indígena, romper o silenciamento.

A) Como a história do seu povo é contada na terra indígena aos mais jovens?

Esta questão encontrou respostas unâimes, tendo como ponto central a escola.

Hoje a gente conta mais na escola. Na escola a gente conversa, como tem professores contratados pra trabalhar, então na escola é contado muito. É trabalhado isso com os alunos (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 02).

Sobretudo pautada na ligação escola e anciões, nesta dimensão, a Escola Indígena de Educação Vanhecú Patté possui “orientadores da cultura” que, entre outras atividades, ficam encarregados de mediar a relação entre estes anciões e anciãs e os estudantes. Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023) evidencia a situação de que nem todos os alunos e alunas possuem seus anciões em seus círculos familiares; estes ou já faleceram, ou mesmo estão distanciados; ou ainda, as constantes mudanças de residência, em função dos seus pais buscarem colocação no mercado de trabalho nas cidades vizinhas, acabam por distanciar estes alunos de experiências mais próximas dos seus anciões. Neste cenário, a escola funciona como ponte entre gerações e possibilidade de relação entre esses alunos e os mais velhos (Almeida, 2023). Fato que constantemente acaba sendo mais direcionado para a escola, realidade em que a responsabilidade recai em sua parcela maior sobre essa instituição do que propriamente as famílias, como pondera Indiamara Doeîê Priprá (2023). Mas, se a escola atualmente é utilizada como ponto de fortalecimento cultural e político, no passado seu objetivo e sua natureza foram bem outros, e essa consciência é mantida:

Então a escola, inclusive, quando foi criada dentro da terra indígena, a intenção do SPI, ou depois FUNAI, era de acabar com a cultura mesmo. [...] Hoje a escola trabalha para tentar reverter isso. A mesma escola, a mesma ferramenta, hoje a gente usa para reverter, buscar um pouco da história, um pouco, um pouco, porque não tem como recuperar. [...] Até mesmo, eu estava conversando com o Patté, no final da semana, ele estava aqui, um ancião, lá da aldeia Sede, no final da semana passada ele estava aqui, ficou aqui no final da semana. Aí, conversando e falando da história, ele conta para quem quiser saber, eu tambémuento para quem quiser saber, não tem como eu obrigar as pessoas a saberem (Copacâm Tschucambang, 48 anos, 2023, p. 03).

Identificar a função pela qual a escola foi construída pelo Estado dentro da terra indígena (como local de uniformização da cultura, onde os indígenas aprenderiam a cultura dos *brancos*) é mecanismo fundamental de compreensão não somente deste terrível passado, mas também das projeções de futuro, como relata o professor Copacâm Tschucambang (2023), e a ressignificação da escola a partir dos interesses da própria comunidade indígena. São dois os

pontos a serem destacados. Por um lado, a história não pode ser recuperada em sua totalidade, mas somente uma parte. A história é vista assim como uma parcela do passado; esta fatiada e moldada. Por outro lado, esta história precisa de ouvintes, ela precisa de pessoas que estejam interessadas, ela precisa de público,

então, e assim a gente continua a nossa história, né? Agora daqui pra cá a gente vai tentar ensinar para as crianças que elas não podem perder isso. A gente tá querendo fazer até aulas deles diferente, de levar eles pra lá no meio do mato, fazer alguma coisa diferente: a cultura, pra eles não perderem isso. Que a gente vê que é muito triste. O povo que perde os costumes, a tradição, é triste. Ele não sabe nem o que ele é, ele não segue nem o branco, nem ele, entendeu? (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p.12).

A gente fala para eles, eu pelo menos falo para eles, que eles têm que estudar, eles têm que conhecerem a causa indígena. A gente nunca vai deixar de ser índio. Nunca. Podemos ser advogados, médicos, podemos ser o que for. Mas nós nunca vamos deixar de ser índio, nós nunca vamos deixar de ser. Deixar da nossa cultura, da nossa alimentação, do nosso jeito de viver, do nosso jeito de receber as pessoas. Mas que nós temos que estudar, nós temos que combater isso com a nossa sabedoria. [...]. Ele [o indígena] tem que ter essa história em mente, mas com o conhecimento atual. Então é isso que eu vejo, que eu falo para as crianças, os professores têm que ensinar dessa maneira. Para que nós não podemos, como diz o branco, não perder a nossa identidade. E a nossa identidade é o que é mais importante. É isso que eu vejo (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p.13).

A nossa história aqui é contada de uma forma com muita luta. A gente traz isso para as crianças, que nada que a gente tem hoje é de graça. Nada que a gente conquistou hoje foi de mão beijada. E a gente mostra para eles que todo dia é uma luta. Às vezes tem conquistas, às vezes não. Essa semana a gente retornou as aulas aqui. E durante esse período de uma semana, é claro que eles não contam como dia letivo, mas foi um período que a gente mostrou para as crianças, “Ó, a gente vai conseguir o que a gente quer através de luta”. Então é o primeiro, de muitos aqui, é o primeiro movimento que eles participaram (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 08).

A história transmitida aos mais jovens não está isolada do momento presente, não é desconectada da realidade, dos embates do momento atual, muito pelo contrário. Assim como quando estudante do ensino fundamental, Walderes Coctá Priprá (2023) relata as lutas diárias como forma de contar a história atualmente, onde as reivindicações constantes são maneiras de inserir os alunos e alunas na perspectiva de mundo onde os embates são uma realidade para o indígena. Para além dessas lutas, a relação com os anciões e anciãs, e também com a manutenção/preservação da cultura, mostram como a história, ou forma de narrar a história para os mais jovens, não se remete somente à história como conhecemos, como disciplina escolar, mas articulada com o momento presente e suas demandas específicas, para os indígenas (Paté, A., 2023; Criri, 2023).

As discussões apresentadas anteriormente sobre História do Tempo Presente sobretudo como um processo relacional, onde tanto o Estado, ou grupos sociais que buscam reconhecimento e justiça, nos termos de Delacroix (2018) percebem o passado ou o presente de forma a estarem ligados e relacionados ao tempo de forma específica são assim apontados aqui, nas falas destes entrevistados-protagonistas como construtores de uma história enquanto narrativa elaborada desta forma, com a criação de seu recorte entre passado e presente, bem como entre os fatores bem delimitada,

aqui a gente conta a nossa versão, vamos dizer assim. Que lá fora, eles contam a versão deles, como é que é o outro lado vantajoso pra eles. Aqui, a gente conta a nossa, nossa real história. O Contato é contado na escola, ele é contado pelo professor, ele é trabalhado. É contado, feito a tentativa de desconstruir o que tá escrito, querendo difamar. Por exemplo, tinha um livro aqui que nós tínhamos até 2005, se não me engano, tinha esse livro circulando aqui, onde estava escrito na capa do livro de História, descobrimento do Brasil. Então ali a gente trabalha desconstruindo essa fala. Aí tinha lá a navegação do navegador, tinha o escravo e o índio ficava de fora. Ou ficava ali só em figura, mas nunca era citado. Ele como um dos protagonistas da história, ele sempre ficava meio de lado, digamos assim. Então a gente desconstruía essa fala ali, porque o Brasil, ele não foi descoberto. A gente contava para os alunos. E assim mesmo a situação aqui, em relação à história aqui do Alto Vale, por exemplo, aqui onde o povo se concentrou, né? Onde ele vivia? Então, na verdade, ele vivia por todo o estado [...]. E na escola é contado. E também em casa. Os próprios anciões transmitem (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 04-05).

Esta questão trouxe uma dualidade nas falas apresentada pelos entrevistados-protagonistas, com suas variáveis na afirmação “A nossa versão da história”, denotando que há uma outra versão, a da sociedade regional (Priprá, A, N., 2023). Partindo das disputas pelas narrativas, Osias Tucugm Paté (2023), como descrito anteriormente, trouxe um exemplo bastante marcante, ao relatar os pormenores do Contato. Este, do qual, segundo o entrevistado-protagonista, os indígenas foram os protagonistas, assim articulando a aproximação com funcionários do SPILTN, o que vem desconstruir uma narrativa em torno da construção do mito do pacificador, ainda veiculada em publicações, acervos ou no imaginário popular.

Fica evidenciada, neste relato, a disputa de narrativas e os lugares dos indígenas na região, atualmente. Sujeitos controlados pela Pacificação ou protagonistas? Estas disputas são tão amplas que, mesmo nos anos iniciais após a sedentarização do indígena, com o Contato de 1914, não estiveram bem delimitadas. O contato entre os funcionários do SPILTN e alguns grupos indígenas, entre eles o Laklänõ, levou estes últimos a acreditarem estar, eles próprios, pacificando o *homem branco*, como descrito por Darcy Ribeiro, uma *pacificação interpretada*

às avessas, fato que, segundo o antropólogo, ocorreu, pois “É que pela primeira vez tiveram ocasião de proceder segundo as prescrições de sua própria etiqueta, sem sofrer revide” (Ribeiro, 1979, p. 185).

B) Como a relação com os não indígenas, no Vale do Itajaí, aparece nessa história?

Se as questões anteriores demonstraram uma unanimidade nas respostas, a relação com os não indígenas trouxe várias formas de interpretação, a começar pela própria figura de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Não apenas sua biografia, mas o processo da Pacificação como ação política do governo de Santa Catarina e do Brasil, reverberam falas divergentes no momento atual, para indígenas como também para não indígenas. Desta forma, também a relação com a sociedade regional, com o “outro”, possui diversas interpretações para os entrevistados-protagonistas: desde uma versão mais nostálgica, quando do *tempo do mato*, antes do Contato — sobretudo em função de um passado onde o indígena não era dependente do não indígena, e a autonomia gerava maior felicidade, como diz Copacâm Tschucambang (2023) — , até o reforço deste não indígena como figura antagônica, o “outro” da história, sintetizado no termo *branco*, expresso em palavras, com um certo ar de revolta e ressentimento, como apontado na fala de Abigail Paté (2023, p. 11): “É o outro. A gente fala: os brancos”.

Na verdade, sempre são os vilões, né? Ainda. É isso que eu estou dizendo. A gente tenta trazer diferente, mesmo, tentar trazer diferente, ainda a gente fala assim, “Os brancos”. Aí tem umas crianças aí que tem raiva daqueles brancos. Por causa de um passado, eles têm raiva dos brancos. [...] Quanto mais eles aprofundarem na história, quanto mais eles aprofundarem, mais eles vão ver que eles vão ficando com raiva dos brancos (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 11).

Eu conversava muito com os velhos. Aí tem o meu falecido tio Weitschá, Weitschá Teiê, ele falava para mim que, ao se analisar, antigamente era muito melhor, né? E não tinha esse negócio aí de hoje a gente ficar dependendo do não indígena. E hoje a gente depende porque não tem jeito. Antes eles eram livres. Então não dependia deles. Então eles tinham a forma de viver e hoje então têm que estar submisso a eles em questão de sobrevivência. Desde ferramenta, e assim por diante. [...] E de fato, antigamente, tudo que eles queriam, eles tiravam da natureza para se manter. E hoje não têm (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 03-04).

Eles aparecem invadindo onde eles [os indígenas] estavam. Enquanto entrava um branco lá, eles aparecem nesse sentido, onde eles estavam invadindo. [...] Então teve, por exemplo, após o governo delimitar uma área, para o povo.

[...] Então nesse sentido, aparece tal lugar eles estão entrando lá na nossa terra. Eles aparecem nesse lado, assim. Isso é na atualidade. Mas lá no passado eles aparecem como um que veio tentar exterminar eles (Alfredo Nanblá Priprá, 37 anos, 2023, p. 05).

A entrada dos colonizadores na região do Vale do Itajaí representou a entrada do *branco* no cotidiano indígena. De forma contínua, esta aproximação foi se tornando mais presente e a criação de identificações e representações se tornando uma constante. Esta entrada deste *branco* e os conflitos decorrentes se materializaram nestas falas, atravessando gerações onde estes *brancos* são descritos como os sujeitos antagônicos aos indígenas – são descritos como os invasores do território. Como um corte, é a entrada deste sujeito que trouxe alterações onde a vida indígena se tornou mais desafiadora.

Os elementos que constroem este “outro” identificado como “branco” são apontados como a disputa pela terra por alguns entrevistados-protagonistas. Neste contexto, esta terra em contenda precisa ser compreendida como elemento central na construção das diferenças e dos diferentes no universo regional; terra indígena invadida pelo não indígena, assim descrito por Alfredo Nanblá Priprá (2023, p. 05). Estas disputas por terras, gerando as diferenças e os diferentes, não se findaram e não estão no passado somente, pois atualmente seguem pela demarcação. Em rigor, as disputas por terras em torno da Terra Indígena Ibirama La-Klanô nunca estiveram completamente findadas com suas demarcações, como apontam as definições do *Laudo Antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng*, levantamento este realizado entre 1997 e 1998, que conclui que tal terra indígena deve abranger 37.108,3568 hectares, onde se constatou a ocupação tradicional nas terras das localidades pretendidas de Bom Sucesso, Barra da Prata, Serra da Abelha, Varaneira e Palmeirinha (Pereira *et al.*, 1998).

Assim, até hoje na própria demarcação de terra que existe, as crianças, como a gente fala, eles mesmo possam ver essa discriminação que está existindo entre o branco mesmo, como dizem. Aí isso dá uma imagem ruim pra eles também. Os próprios alunos, olhando essas coisas assim. Mas a gente tá hoje tentando colocar eles, as duas partes (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 02-03).

[...] mostrando que os que estão aqui ao nosso redor e que estão nas divisas das nossas terras, ou que estão mesmo dentro das terras homologadas, a gente diz pra eles [indígenas mais jovens]: “Não, esse povo, eles não têm culpa de estarem ali, porque eles também foram enganados. Foram enganados”. Agora outros já estão de má fé, sabendo que é errado, vão lá e compram, na atualidade, compram titulação de terra. Então, a gente mostra pra eles, que eles têm o direito deles e nós também temos os nossos direitos, só que a gente tem que respeitar eles, porque eles também construíram, eles têm propriedades ali, eles têm plantações ali, então a gente não pode generalizar como eles nos generalizaram na história. A gente não pode fazer isso. Então tudo isso é trabalhado com os alunos e mostrado para eles. Somos iguais, e se, porventura, esses não indígenas se unissem com a gente, com certeza, o nosso objetivo

seria mais fácil pra conquistar, tanto eles quanto nós, porque eles seriam pagos e nós teríamos nossas terras de volta (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 09).

Como forma de demonstrar a realidade da situação, são apresentadas aos estudantes das escolas indígenas a realidade não somente Laklânõ, mas também a versão e os desafios dos agricultores que reivindicam estas terras (Priprá, S, K., 2023; Priprá, W. C., 2023). Novamente, a demanda por narrar a sua versão da história surge, o que, por contraste, apresenta também este “outro”, tanto quanto nos fala Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023, p. 07):

A gente não conta aqui a história que Martim Bugreiro, ele foi um sanguinário, tem muito sangue indígena na mão dele, indígena e não indígena. Mas a gente não conta assim que ele é um sanguinário, e sim que ele participou desse processo de eliminação do povo, não só do povo Laklânõ, não, do povo indígena de Santa Catarina. E como ele é contado? A gente não tem um lado A ou um lado B.

Como descrito no capítulo relativo ao Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann onde a ambiguidade se apresenta como forma de descrever este sujeito, para Martim Bugreiro, ou Martinho Bugreiro, também a unanimidade não se efetiva. A presença deste bugreiro é apresentada como portadora de um contexto histórico com suas especificidades. Assim, a história transmitida pelos entrevistados-protagonistas se configura de forma invariavelmente a apresentar o não indígena, inicialmente marcada a partir da autonomia indígena, do seu protagonismo, e posteriormente, contada com cuidado e preservada onde o respeito entre os diferentes deve prevalecer,

o não indígena para todos nós, sempre gera essa desconfiança, porque o índio, você sabe que o índio é desconfiado. Tudo que passou, qualquer barulho, qualquer coisinha que se faça, ele é desconfiado. E a gente fala para os filhos, fala para os netos, fala para os amigos, fala para os alunos, fala para as pessoas que eles têm que se comportar mais de mente aberta. [...] Então isso eu falo, nós temos que ter um cuidado, nós temos que ter uma história, mas essa história tem que ser contada com cuidado, para nós nos defendermos [...] Porque hoje eu estou falando contigo, amanhã eu já não posso estar junto, de repente eu posso estar num outro mundo, mas a minha história ela tem que ser bem contada, bem organizada, para que os mais novos, eles possam prosseguir com isso, guardar isso aqui, guardar nossa história, guardar a nossa cultura, para que o homem branco não venha aqui: “Ô, você não é mais índio”. Não! Espera aí, eu tenho uma história aqui, eu conheço o meu bisavô, meu tataravô, meu pai, meu irmão, meu tio, eu tenho uma história aqui, eu posso te contar. Então nós temos que estar preparados para isso (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 14).

O Eduardo... a gente tenta dizer para os indígenas que ele não foi um herói como a história lá fora conta. [...] só que no mesmo momento a gente também não tenta desrespeitar o não indígena [...] hoje a gente fala para os nossos alunos, é não indígena, a gente também tenta dizer para eles, assim como vocês querem o respeito, não querem discriminação [...] nunca tentando diminuir as pessoas lá fora, sempre tentando deixar no mesmo patamar (Indiamara Doeié Priprá, 36 anos, 2023, p. 05).

Acho que essa história tem que ser contada. Que havia uma decisão. Ouvir os dois lá na história. Porque eles se reuniram em algum momento [os indígenas se reuniram para se aproximar dos funcionários do SPILTN] e essa história ela tem que ser contada, que eles se reuniram em algum momento.

A gente conta essa história, nesse sentido, de que eles decidiram pra isso. Eles iam... Eles iriam aceitar [os indígenas em relação ao processo de Contato]. Se eles [funcionários do SPILTN] viessem conversar com eles. Isso é o que a gente sempre passa para nossas crianças. Porque o Eduardo, ele não foi ele que fez o contato, mas foram os Xokleng que fizeram o contato com ele, que conversaram com ele.

Na verdade, a gente conta assim, que conforme a colonização foi apertando, eles [colonizadores] foram colonizando e chegaram a esse ponto. Daí o Martim Bugreiro também estava matando. Então, eles [indígenas] tomaram, exatamente por isso que eles tomaram essa decisão [de estarem de acordo com o Contato]. E como a sociedade maior ela traz essa uma outra imagem, às vezes elas [as duas versões] se confrontam com essa história que a gente conta (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 07).

C) O que poderia ser feito para que os não indígenas conhecessem a(s) versão(ões) indígena(s) da história do Vale do Itajaí?

Eu não sei. Não sei. Eu não sei, não sei dizer. É difícil, não sei. Não sei porque isso, eu acho que as crianças dos não indígenas também vieram com essa história, como temos a nossa história: “Não, o branco é mau, o branco fez isso pra mim”. E eu acredito que os não indígenas são a mesma coisa. Eles têm essa guerra desde lá de trás. Então, eles continuam nessa mesma guerra. E o que as crianças pensam hoje? Eu imagino que eles pensam mais forte do que os mais velhos. Como as nossas crianças. Nossas crianças também pensam hoje mais forte. A guerra deles hoje é mostrar que eu sou índio, nem que for só pra me tirar a minha roupa, cantar, fazer alguma coisa. Que é mostrar que é índio. Então, eu acho que o branco tem a mesma coisa. Porque ele vem com isso na cabeça, com essa guerra antiga. A guerra dos índios e dos brancos (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 12-13).

Para alguns entrevistados-protagonistas, a questão é tão complexa que não é possível visualizar uma resolução a curto prazo, mas esta ideia surge justamente em uma perspectiva de que distanciamentos e violências são transmitidos; sendo assim, a educação atua na continuidade de uma história de animosidades, que já estaria implícita entre os indígenas e os não indígenas no Vale do Itajaí, segundo Abigail Paté (2023). Mas se a educação surge como elemento capaz de gerar tais distanciamentos, a mesma educação é citada como forma de superá-la. Portanto, este conceito de educação, aqui compreendido e descrito através dos procedimentos institucionais de obtenção de determinada parcela do conhecimento, envolvendo

o protagonismo indígena na luta por espaços simbólicos e políticos da região, se apresenta de forma unânime. Mas foi a partir da escola que este conceito de educação foi apresentado. Esta, pautada em uma construção de relações estruturadas em projetos educacionais, onde escola indígena e não indígena caminhariam para o mesmo horizonte, como já vem ocorrendo em alguns casos (Priprá, I, D., 2023; Paté, O, T., 2023; Priprá, W. C., 2023),

eu acredito que isso é uma mentalidade, isso vai muito das escolas, na verdade, não só aqui, mas as escolas de fora também são responsáveis por isso. Então, eu acredito que essa mentalidade tem que ser moldada na cabeça dos professores que trabalham com esses alunos, e nada melhor do que conhecer a história é tu vindo para conhecer ela. Porque nós não temos nada publicado, temos poucas coisas, que pode repassar a nossa história, então, nada melhor do que tu vires no local e conhecer realmente a história, para depois levar a tua nova visão da realidade do povo indígena.

Eu acredito que teria que ser paralelo às duas escolas, as indígenas e não indígenas, porque é importante nós também conhecermos outras culturas, e assim como o não indígena também vir conhecer a nossa. (Indiamara Doeié Priprá, 36 anos, 2023, p. 05-06).

Porque assim, a gente tem muita gente formada hoje, tá? Nós, indígenas. Professores indígenas. Eu falei que a escola é o espaço que vai fazer isso. O postinho de saúde não vai fazer isso, o que vai fazer é a escola. A igreja não vai fazer isso, é a escola. Entende? Acho que talvez ouvir mais os professores indígenas pra contar essa realidade. Tipo, vamos reunir os alunos, vamos conversar, vamos fazer essa troca de informação (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 08).

Hoje até a gente tá trabalhando com uma questão aqui de fazer alguns memoriais em alguns locais por aqui na nossa redondeza. São projetos ainda que a gente tá trabalhando com a comunidade. E a gente quer fazer memoriais que contam realmente a nossa história. A história do povo Laklänõ. A gente não veio pra cá, a gente é daqui (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 07).

[...] eu sei que você também é professor, e que possa compartilhar essas histórias com os teus alunos, como falamos hoje, para desfazer a história do passado, é hoje falando com os mais novos. Com os mais novos, né? É esses mais novos que vão desconstruir essa história que foi contada sobre o povo, sobre os povos indígenas daqui do Sul e até mesmo do Brasil. Então, e trazer as crianças para conhecer, para brincar com as nossas crianças, isso já vai ser de grande valia, porque eles vão ter uma experiência (Walderes Coctá Priprá, 38 anos, 2023, p. 12).

Esta ideia fica evidenciada na fala do diretor Alfredo Nanblá Priprá (2023, p. 05-06),

eu penso que a maior ferramenta é a escola, né? Não adianta eu lá publicar um livro, se ninguém vai ler. Agora, se lá na escola o professor trabalhar a história do povo, daí o aluno tá ali sentado e ele vai aprender e vai transmitir futuramente pra sua família. [...] eu acredito sim que a maior ferramenta é a escola.

Pois é, como eu falei já pra ti, meu interesse nunca foi isso. De contar nossa história. Mas agora a gente vê que precisa, precisa contar para que o pessoal de fora veja isso,

que não é verdade o que é contado por alguns. Quem fala mal mesmo de nós são aqueles que tiram de nós. E como os índios reagem deles? Não, o índio é bravo, o índio briga, o índio prende. Mas não é, é porque eles que fazem pra nós. E os que não fazem é recebido totalmente bem aqui. Daí eles levam as informações. As pessoas ali que não têm muito conhecimento, acham que é verdade. Acham que o que essa pessoa está falando é verdade. [...] Hoje para mim, é importante isso, de a gente publicar. E as crianças verem que não foi assim que a história que tem contado nos livros. [...] E que essa geração à frente, que a gente está falando, que conheça a nossa realidade. Porque talvez eu, eles não vão ver mais isso. Mas os outros que vêm depois da gente, que eles conhecem essa realidade. Que não é aquilo que vinham sabendo dos antepassados deles. Que eles nos vejam como pessoas. Não como... Não ser pessoa. Isso que eu quero (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 03-12).

Então eu acho que essa divulgação nos municípios, da cultura do povo, então essa divulgação e veja assim que é pouco divulgado, pouco divulgado no estado. Hoje, quando ficam sabendo, ou ficaram sabendo sobre o povo Xokleng, mais por causa da barragem. [...] Então é dessa forma que eles veem como a comunidade, ou ficam sabendo da comunidade Xokleng, que existe um povo aqui, José Boiteux, onde tem a barragem. Então, para eles é só onde tem a barragem, mas eles não sabem outros locais que são mais para cima. Então, para eles a comunidade está impedindo ali a operação da barragem, que não é bom (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 04).

Na minha visão, não basta só o não indígena vir aqui conhecer, nem o indígena vá lá contar. Mas que esteja lá contado. Pra quem olhe dizer assim: “Não, essa é a história”. [...] Então não basta, por exemplo, a pessoa vir aqui dentro conhecer, e o indígena ir daqui lá contar. Mas que esteja escrito. Na história do município, na história de Santa Catarina. Uma coisa que eu vejo que os municípios são muito relapsos é em ter esse tipo de memória nas suas prefeituras (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 08).

Este último fragmento aponta como a história é descrita como espaço do conhecimento a ser valorizado, no entanto também aponta que não há consenso sobre como isto deve ser realizado. Retomando o fragmento descrito por Indiamara Doeîê Priprá, se evidencia o conhecimento da história se deslocando para a própria terra indígena, uma história *in loco* como forma de construção do conhecimento da realidade indígena, e a partir disso, o visitante podendo ele próprio construir sua própria ótica da história indígena, e regional.

Nesta esteira, surge a autonomia, o protagonismo indígena como sujeito narrador de sua história, como alerta Simeão Kundagn Priprá (2023), seja através da tradição oral ou de publicações. Esta última opção vem ao encontro das projeções de Altieres Nandjawu Priprá de Almeida (2023), em que a história indígena narrada pelos próprios indígenas deveria constar em publicações oficiais do estado e dos municípios, mecanismo este que pretende, assim, levar este protagonismo indígena ao pedestal de uma história chancelada pelo poder público e, portanto, divulgada e propagada através deste. O ato de narrar a história a partir do protagonismo indígena é apresentado assim como atrelado aos espaços de poder e reprodução dos diversos saberes, e, para Faustino Criri (2023, p. 08), “O que ele [o Vale do Itajaí e sua

sociedade] poderia fazer é dar espaço para o índio. O espaço na escola, para ele lá contar a história para o próprio aluno, contar a história lá numa universidade, contar a história num evento que tiver”

Atreladas aos processos educativos nas escolas, surgem também leituras onde a cultura indígena precisaria ser divulgada para além da terra indígena, romper barreiras, sobretudo nos municípios vizinhos, com ações culturais permanentes (Tschucambang, 2023). Além da sugestão anteriormente referida, de Faustino Criri (2023), de ocupar um lugar privilegiado na abertura da Oktoberfest.

4. 4 EIXO D - IDENTIFICAÇÃO INDÍGENA

A identificação indígena, e sua representação no Vale do Itajaí, é uma questão que perpassa todas as demais, e, portanto, buscar respondê-la é se posicionar. Buscar se posicionar frente ao pesquisador que, pelos olhares indígenas, e que foi descrito como *branco*, é um outro exercício, quanto mais um pesquisador que se identificou como possuindo antepassados no interior de Ibirama, na localidade de rio Rafael; como descrito, local de batalhas mortíferas entre indígenas e imigrantes europeus. Descrever seus elementos culturais já não basta! Assim, a questão se complexifica, e vai além do que é ser indígena em um Vale que se quer Europeu, mas também ser indígena a partir, e apesar, deste *Vale Europeu*. Identificar-se como descendente de europeu não é um limitador, muito menos um problema em si, mas o é quando estas leituras de passado geram distanciamentos, estranhamentos, ações de exclusões e por vezes conflitos, e, como no passado, servem para justificar tais ações. Se as experiências destes conflitos são trazidas por Walderes Coctá Priprá (2023) e sua geração, em relação à escola não indígena, onde o clima de animosidade cresceu ao ponto de um conflito generalizado se instalar, é porque essas diferenças de alguma forma ainda existem; dito de outra forma, posicionar indígenas e descendentes de imigrantes, ou ainda *brancos*, em lados opostos, é um expediente atuante no Vale do Itajaí.

Assim, desde cedo, estes indígenas-estudantes perceberam que ser indígena não era uma opção. Ser indígena naquele momento atuava como um demarcador de fronteiras, uma divisão entre o “nós” e “eles”. Não havendo retrocesso, a única opção foi e continua sendo lutar para mudar este cenário, onde estas fronteiras possam ser dissolvidas, e para tal, o protagonismo na narrativa indígena se faz indispensável. Como ressaltado por Manuela Carneiro da Cunha (1994) e John Manuel Monteiro (1995), as descrições dos indígenas são binárias e moldadas

por interesses, estas muitas vezes atrelados as elites regionais. Em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, o turismo movimenta recursos financeiros para a cidade de pouco mais de sete mil habitantes, realidade onde a figura do guarani Sepé Tiaraju, em defesa do seu território contra as ofensivas dos exércitos ibéricos, produziu sua icônica frase “Essa terra tem dono”, e hoje se mescla com os ideais da construção da identificação gaúcha, moldada a partir do século XX – a ligação com o território, a cavalaria, o combate, o mate, são elementos que geram aproximações quando convenientes. No entanto, para os indígenas descendentes do líder guarani e que habitam a região, vivendo na maioria das vezes de forma paupérssima como na maioria das aldeias indígenas do Brasil, a realidade é bem diferente. Os indígenas atuais e suas reivindicações por demarcações de terras, infraestrutura e saúde estão no limbo, e se esta terra realmente tem dono, atualmente, este, claramente, não é o indígena.

No Mato Grosso do Sul, especificamente na região da cidade de Dourados, onde o agronegócio se expande de maneira vertiginosa, indígenas vêm sofrendo diversos tipos de violências, como as apontadas pelo *Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil*, em seus dados de 2021, elaborado pelo CIMI, onde os atos de violência se fundem em física e psicológica. Em um caso recente, vivenciado pela comunidade Guarani Kaiowá do Tekoha Ava’ete, “Os indígenas relatam que os ataques têm acontecido com frequência quase cotidiana, sempre à noite, a partir das 18h, e geralmente se estendem até a madrugada, sendo caracterizados por disparos de armas de fogo e uso de munição não letal (balas de borracha)” (CIMI, 2021, p. 81). A expansão do agronegócio apresenta uma ideia de dilatação de fronteira quase que infinita para esse setor, o que deflagra um combate direto com o indígena, visto como entrave para o progresso regional.

Sendo o indígena no Brasil sempre representado a partir dos interesses da expansão colonial, e como visto, oscilando em torno do contexto histórico, se questiona: como é ser indígena a partir das vozes deles próprios? Dito de outra forma, como é ser indígena em uma região que sustenta a pomposa identificação de *Vale Europeu*, que busca garantir este título através de elementos que vão da manifestação do Pelznickel, na pequena Guabiruba, até a milionária Oktoberfest, passando pelo recentemente inaugurado Alles Park Pomerode, parque temático que garante ao visitante, neve artificial o ano inteiro e “[...] diversão e alegria de um jeitinho bem alemão para as famílias que visitam” (Alles Park, 2023).

A – O que é ser indígena para você?

O que é ser indígena? Eu sei aqui dentro [apontando para o peito], mas eu não sei falar. [...] Que nós somos muito da prática. Nós sabemos fazer, mas nós não sabemos colocar aqui o que nós sentimos (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 13).

Para mim indígena é compartilhar do meu conhecimento tradicional, e não deixando também de conviver com um não indígena. Resumindo, é ser um cidadão normal, mas com uma peculiaridade diferente. [...] Então, quando eu digo assim, o que é ser indígena para você, é transitar idas e vindas sem deixar de ser indígena, sem deixar de ter um costume, sem deixar de ter uma preferência de alimento, uma preferência de vida, uma opção sexual. (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 09). Ser indígena hoje é um orgulho muito grande de chegar lá e dizer assim: “Ô, você é de onde? Eu sou lá de José Boiteux, na terra indígena, Laklânõ. Eu sou indígena”, você é indígena? “Eu sou. Tá aqui”. É a mesma coisa o italiano dizer que ele é italiano. Eu vejo muito por aí dizendo: “Ô, meu pai é italiano, meu pai é alemão, meu pai é polaco, não sei o quê”. Com tanto orgulho, meu nome é Dos Santos (Faustino Criri, 54 anos, 2023, p. 14).

Eu como indígena, para mim é ser igual... igual a outra pessoa. A minha diferença é que eu quero viver uma coisa sossegada. Ter uma vida em paz, a minha vida. Não igual a gente teve uma vez passada, que os outros não levavam eu como índio. Eles achavam que eu era bem inferior, uma coisa que não valia nada. Minha vida era para ser destruída. Eu tinha que acabar. Eu penso que ser índio é ser respeitado igual os outros. E a minha cultura (Simeão Kundagn Priprá, 60 anos, 2023, p. 11).

Ser indígena nas vozes dos entrevistados-protagonistas é sobretudo algo pautado por uma ideia de identificação, esta, uma autoidentificação que começa a partir da sua própria consciência. Como alerta Alfredo Nanblá Priprá (2023, p. 07), “[...] não adianta eu ser índio e não me considerar índio [...]. Então, ser índio, ser indígena é ele se autoidentificar como indígena”. Esta autoidentificação também é elemento que surge como um demarcador de fronteira com o mundo exterior, com o não indígena, onde elementos como o orgulho de ser indígena, o respeito para com os outros grupos, notadamente o “branco”, são assim estabelecidos (Paté, A., 2023; Almeida, 2023; Criri, 2023; Priprá, S. K., 2023).

Ser indígena? Ser indígena tem vários fatores, e muito forte é a identidade. A identidade. Então ser indígena é a pessoa saber da sua origem. Meus descendentes eu sei. [...] A origem. Ser indígena, ser Xokleng é saber da sua história, da sua origem, de onde eu vim, como eu sou. Então é desta forma que eu vejo, né, ser indígena (Copacâm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 05).

Bom, ser indígena eu não sou. Eu sou um Laklânõ/Xokleng. Entende? Então ser um Laklânõ/Xokleng pra mim é isso. É tipo... a gente... eu manter isso que eu tenho, entende? Essa minha espiritualidade. Eu acho que é... é esse ambiente que eu vivo é... esse pensar do meu ancião, entende? É... manter a minha identidade. Tipo... hoje eu quero dizer assim, eu luto todos os dias pra me manter Xokleng, entende? Pra mim manter minha característica Xokleng, mesmo com tudo que eu passei fora da aldeia, mas eu luto todos os dias pra me manter como Xokleng. Acreditando nos animais,

buscando o meu medicamento na floresta, vivendo meu dia a dia coletivo, cuidando da minha criança, acho que isso me define como Xokleng porque a definição de Laklânô/Xokleng é ser coletivo, é ser espiritual, é ser o pai de todo mundo, é ser responsável por todo mundo, porque na minha cultura eu não tenho tio, eu tenho pai, acho que é isso. Eu ser responsável por todo mundo, conforme a gente vai chegando a uma certa idade, a gente vai se tornando responsável por todo mundo. Entende? E... acho que é isso que me define (Osias Tucugm Paté, 45 anos, 2023, p. 09).

Entre os elementos citados como definidores dessa identificação indígena, surge uma vinculação com o passado, a preservação dos aspectos culturais, gerando assim uma leitura dessa história (Tschucambang, 2023; Paté, O, T., 2023). Mas essa leitura não se finda na busca pela reprodução cultural e sua relação com a biodiversidade que marca a alimentação, a habitação, o conhecimento da manipulação de ervas na preparação de chás, entre outros aspectos culturais criados através da relação com o meio. Esta leitura do passado invariavelmente é perpassada pelas memórias das violências, como elemento indissociável da identificação indígena,

Bom, ser indígena pra mim hoje é o que eu sempre digo, eu defino a minha identidade, porque ser indígena pra mim hoje é tudo. Porque como eu falei a minha história lá no passado, a discriminação, nunca neguei, como diz o meu sangue, a minha verdadeira identidade. O ser indígena pra mim hoje é passar pros meus alunos a nossa verdadeira identidade, a nossa verdadeira história, ser indígena é ser humano também, então hoje ser indígena, assim, é inexplicável pra gente, porque pela história que aconteceu com o nosso povo, nosso antepassado, hoje nós resistimos, então hoje ser indígena pra nós é resistência, pela história que a gente passou lá atrás, os nossos antepassados (Indiamara Doeî Priprá, 36 anos, 2023, p. 06).

E como arremata Walderes Coctá Priprá, (2023, p. 10): “Ser indígena hoje é ser lutadora, assim, porque tudo nós temos que ganhar na garra, na luta, é ser muito guerreiro mesmo”. A identificação indígena é vinculada às lutas do cotidiano, por sua vez associadas às transformações culturais, reverberando nas relações com o mundo não indígena.

B – O que é ser indígena no Vale Europeu?

Já quando o questionamento se refere a como o entrevistado-protagonista entende o que é ser indígena no Vale do Itajaí, a situação se altera, e se uma unanimidade marcou a definição de uma identificação indígena e suas variáveis, ser indígena dentro de um Vale onde a

Oktoberfest é o bastião da cultura, a identificação passa por leituras diversas — a começar por uma ideia de identificação e sua singularidade, esta mesma em relação aos demais povos indígenas do Brasil, como sinalizou o professor Copacãm Tschucambang (2023):

Então, nós aqui, nós entendemos e temos uma cultura, um modo de vida, forma de se organizar, a nossa organização social totalmente diferente um do outro, então, são 305 povos que se organizam diferente um do outro, que quando as pessoas falam, os indígenas do Brasil, parece que é tudo uma coisa só, “Ah, o pessoal do Sul”. Não, são todos com um modo de vida diferente um do outro (Copacãm Tschucambang, 48 anos, idade, 2023, p. 06).

Mas se a diversidade que compõe a cultura indígena é ressaltada, e surge como pluralidade, ela também é descrita como elemento que promove o preconceito,

pra mim, continua a mesma coisa. De preconceito. É difícil. É muito difícil às vezes. Tem lugares que a gente vai e eles são mais, assim, eu digo falso, porque eu não acredito. Conversam um pouco com a gente. Mas tem lugares que a gente mesmo se sente, assim, que não tem como conversar com o não indígena. Porque fica sempre com o pé atrás. Então essa desconfiança, essa discriminação, preconceito, vai existir sempre. Eu não sei como. Eu acho que isso não muda. Pode fazer de tudo, mas isso não muda porque é uma coisa que mesmo nós ensinando para os nossos alunos, é de sentimento que não me sai. Eu acho que o branco é a mesma coisa. Porque já vem de lá. Então, eu sempre falo, eles falam de igualdade, essas coisas, eu fico pensando, não adianta. Não adianta, isso é uma coisa que não vai acontecer. Não adianta (Abigail Paté, 38 anos, 2023, p. 14).

Preconceito pelo simples fato de ser indígena, como afirmado por Abigail Paté (2023). As dificuldades em torno do “ser indígena” no Vale do Itajaí são descritas sobretudo em função da centenária disputa pela terra, como relata Walderes Coctá Priprá (2023, p. 11),

lá fora é mais fácil para dialogar do que aqui no Vale. No Vale aqui é muito difícil, porque eu não sei te dizer, mas a pressão aqui dentro do Vale do Itajaí, é muito grande, por causa da questão de Terra Indígena. É por causa das questões de terra indígena, entendeu? Por causa dos nossos direitos. E daí tu tem um Estado que é totalmente a favor do não indígena. Então eles tentam a qualquer custo apagar a história indígena. E daí você, como indígena, você está ali, você está lá hasteando a bandeira, muitas vezes eles tentam te esconder, mas você de volta aparece, entendeu?

Fato que chega a ser insustentável, levando sujeitos, por vezes, a silenciarem a sua própria identificação em alguns momentos, demonstrando, assim, um Vale impossibilitado de dialogar com o indígena,

tem muitos problemas. Eu não digo nem problema, eu digo vergonha. É como eu disse. Você se declarar indígena no meio de 200 pessoas que não são indígenas, é difícil, porque você é olhado de uma outra forma. Então, para que eu vou me declarar indígena, se aqui ninguém é indígena? Então essa questão do silêncio já começa por aí [...]. Então é cômodo para mim, não é que é cômodo, é mais viável eu não me identificar do que eu me identificar como indígena. É uma estratégia, entendeu? E daí isso é prejudicial porque daí eu perdi toda aquela essência (Altieres Nandjawu Priprá de Almeida, 39 anos, 2023, p. 09).

Essas ações também impulsionam para as lutas, segundo Indiamara Doeîê Priprá (2023), pois é preciso reverter tal cenário, em que uma imagem depreciativa sobre o indígena vem sendo disseminada por décadas na região:

Bom, ser indígena nesse meio é complicado, porque a gente vê muita discriminação, mas ao mesmo tempo que eu digo que é complicado, mas isso nos dá mais força de buscar os nossos direitos, mesmo sendo taxado como índio preguiçoso, vagabundo, enfim, bandido. Mas que eu vejo que, não vou dizer que não tenha, né, mas lá fora também tem, então é paralelo, então ser indígena nesse mundo hoje dessa forma é triste ver que as pessoas não entendem a realidade e nos julgam de uma forma que não é, mas também nos dá força pra buscar os nossos direitos, a seguir os nossos ideais, e hoje sabemos que a nossa conquista é sempre com lutas [...] mas sempre as nossas manifestações são dessa forma porque isso nos determina a buscar, a mostrar para esse Alto Vale do Itajaí que esse vale é indígena também (Indiamara Doeîê Priprá, 36 anos, 2023, p. 07).

Mas se existem estes embates movidos pelas dificuldades em relação ao “ser indígena” no *Vale Europeu*, os entrevistados-protagonistas também trouxeram formas de resistência, a iniciar pela própria nomenclatura do Vale do Itajaí que lhe confere esta alcunha europeia. A disputa pelo termo já denota este embate, como demonstra Alfredo Nanblá Priprá (2023, p. 06-07),

pra ser reconhecido a gente tem que lutar pra ser índio. Porque aqui, por exemplo, declaram um Vale Europeu. Se a gente declarar que aqui é o Vale Xokleng, vamos dizer assim. Eles declaram Vale Europeu, eu posso declarar que aqui não é Vale

Europeu. Aqui é Vale Xokleng, onde o povo viveu, onde tem sua raiz, cultura, costume e tradição. Que sempre viveu aqui. Viviam da matéria-prima que a mata nos fornecia. Se a gente declarar isso, imagino assim que, nesse sentido, a gente pode ser ouvido, né?

Uma verdadeira guerra de narrativas, onde a denominação não é somente para determinar o espaço geográfico, mas nomeando-o, dando sentido, e por consequência, nomeando este “outro” (Certeau, 1982), configurando assim uma guerra de identificações. Faustino Criri (2023, p. 16) sinaliza que, no Vale do Itajaí, ser indígena “é mais difícil, é mais difícil, mas nós vamos resistir, estamos resistindo e vamos resistir e vamos, tenho certeza de que vamos ganhar essa guerra”. Essa disputa pela denominação também surge na fala de Simeão Kundagn Priprá (2023, p. 11) como forma de apropriação, mas também de negação: “Por que não é um vale indígena? Porque quando eu estava falando para ti, isso aqui era tudo, tudo indígena. É, agora para eles é europeu, para eles já era deles há tempo”, também Osias Tucugm Paté corrobora com essa perspectiva (Paté, O, T., 2023).

Quando estudantes na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte na cidade de Doutor Pedrinho, ao desembarcarem do ônibus e adentrarem no referido educandário, alguns entrevistados-protagonistas relataram que este estereótipo de “índio”, como forma pejorativa, foi recorrentemente utilizado por outros estudantes não indígenas. Muito jovens, na verdade, por vezes crianças, aprenderam a partir de suas experiências que marcações identitárias, como afirma Frederick Barth (1998), não são naturais, mas sim naturalizadas, são construções político-ideológicas, são, assim, escolhas dos sujeitos que criam estas marcações; no seu caso, se deram a partir de seus próprios corpos. Essas ações levaram esses estudantes a perceberem que uma leitura tanto singular quanto eurocêntrica do passado já direcionava um espaço para eles na região, isto com projeções de futuro. Em um Vale que se quer Europeu, as demarcações estavam dadas, e ser indígena não é/foi uma opção, mas se apresentava como um desafio. Sua representação, sua história e lugar social estariam assim definidos. Boa parte dos entrevistados-protagonistas, desde muito jovens, perceberam que uma narrativa singular e que não os representava também estava marcada por relações de poder; o não indígena buscava, através desta narrativa, criar um lugar para o próprio indígena, delimitando assim a sua representação através da história. Uma fronteira, nos termos de Frederick Barth (1998), foi travada ali. Essas experiências na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte, na cidade de Doutor Pedrinho, mostraram a estes entrevistados-protagonistas também o outro lado dessa fronteira, que estabelecia o que era ser indígena e, automaticamente apontava o que era ser o não indígena,

este por vezes vinculado a ser europeu ou seu descendente. Fronteiras marcadas pelo jogo das oposições, gerando uma *relação de estreita dependência*, como fala Tomaz Tadeu da Silva (2003); ser indígena, na percepção de alguns alunos não indígenas naquele momento, era ser portador de vários símbolos e valores que não pertenciam aos descendentes de europeus. Afinal, partiu destes, o estabelecimento desta demarcação chegando ao último refúgio humano – seus corpos. Fato que desencadeou conflitos.

Em se tratando de uma região que parcelas de sua elite procura denominar de *Vale Europeu*, a estigmatização de sujeitos que não se enquadram neste perfil (o de *europeu*, ou o que se fez entender sobretudo como alemão) sobretudo os indígenas, na maioria das vezes proporcionou experiências comuns aos entrevistados, sendo que suas respostas em muitos casos se assemelham. Fator tão singular que busca apagar as próprias individualidades dos indígenas, e o termo “índio” engloba todos os sujeitos, eliminando suas particularidades mesmo de gênero ou faixa etária, além de experiências pessoais. Esta construção de uma ideia de indígena singular, ou o *índio genérico*, para o indígena no Vale do Itajaí, sobretudo a partir do imigrante europeu, ou mesmo, a partir dos interesses da província e do estado de Santa Catarina, é ato tão marcante que define a narrativa destes sujeitos em relação ao indígena, e perpassa todas as questões relativas a identificações, representações e elementos que configuram as diferenças, com todos os entrevistados-protagonistas.

A ótica da história que esses entrevistados-protagonistas apontam está marcada pela disputa de narrativas. Mas, se por um lado existe uma narrativa eurocêntrica que busca eliminar o indígena da história, ou dissolver suas particularidades e ser descrito na categoria de “índio genérico”, esta, descrita como sendo utilizada nas escolas não indígenas das quais os entrevistados foram alunos, por outro lado, a própria história indígena se apresenta como resistência em suas vozes. Assim como já apontou John Manuel Monteiro (1995), essas vozes que rompem esses processos são dos próprios indígenas. Marcados pelo corpo e pelo passado regional, essas memórias ressurgiram nas entrevistas no viés descrito por Marc Ferro (1983), onde as histórias aprendidas de criança são levadas para toda a vida. Se, por um lado, essas histórias ressurgiram na voz, agora, de adultos, com outras experiências e sentidos, por outro lado, estas experiências da infância não desapareceram: latejam, estão aí pedindo ressignificação. Passado e presente se chocam na construção de um futuro.

Se gerações anteriores foram marcadas por silenciamentos, como no período da ditadura militar, o cenário agora apresenta outras possibilidades. Essas memórias agora são parte de entrevistados-protagonistas que em sua maioria se converteram em educadores, onde a sua

profissão se transformou em ressignificar esse passado para outras gerações, prática esta onde está presente o esperançar, nos termos de Paulo Freire (1992). O esforço da criação de um *Vale Europeu* pautado em uma ligação histórica com a narrativa da ação de homens heroicos que atravessaram o oceano Atlântico e transplantaram para o interior de Santa Catarina um pedaço da Europa, é lançado por terra quando surgem as entrevistas-fagulhas e suas verdades. Estas, apontam a outra face deste processo: a ideia de raça, o racismo, o sexism, as políticas de branqueamento do final do século XIX e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de agricultores na pequena propriedade rural dão o tom do projeto colonizador como um projeto político. Estas narrativas apontam que estas verdades vão além das ações dos bugreiros, e não se findaram com o Contato de 1914, mas as fagulhas da dúvida em forma de entrevista nas vozes indígenas, colocam em xeque a natureza de um Vale Europeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da História no Vale do Itajaí vai além da escrita e abarca suas múltiplas ações, como museus, e outras expressões que podem serem mais gritantes ou não – os silenciamentos. Pensada nestas multiplicidades, se questionou quem elabora esta História? Existe um direcionamento, uma forma e fórmula para a representação do passado regional? E sobretudo, que representações produz? Estaria a produção historiográfica regional acorrentada caninamente as estruturas do poder? Que sujeitos são marcados por uma História do Vale do Itajaí? Ou ainda, que sujeitos são invisibilizados?

A pesquisa que culminou com esta tese buscou contribuir dentro da historiografia justamente elaborando respostas para estas questões. Foi justamente os elementos que configuraram uma história regional – *Blumenau em Cadernos* e Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann (entre outros), que foram convertidos aqui em fontes. Fontes de pesquisa. Se buscou assim, se desnudar o fazer historiográfico do Vale do Itajaí a partir de um lugar, e então compreender como o indígena surge nesta História. Posto isto, em um segundo momento, indígenas narram a sua perspectiva de se pensar a História regional – essa foi a contribuição mais autêntica desta tese.

Mas como já descrito na máxima sinalizada por Michel de Certeau (1984), antes de entender a História, é necessário entender como ela é compreendida dentro de determinada sociedade. Como os meandros do fazer historiográfico agem em uma sociedade que decidiu se autonomear de Vale Europeu? Nessa trajetória, as escolhas recaíram invariavelmente sobre Blumenau, outrora a Sede da Colônia Blumenau, iniciando a colonização sistematicamente a partir da metade do século XIX, e Ibirama, o então centro da Colônia Hansa a partir do final deste mesmo século e local de consolidação da Pacificação como projeto de Estado, que ao isolar o indígena, expandiu as frentes de colonização. A trilha desta trajetória, adotou como horizonte, compreender como uma determinada forma de elaboração da história vem sendo construída em ambas. Isto não apenas como casos isolados, mas como espaços que foram centros difusores da colonização europeia no Vale do Itajaí – ambas as cidades precisaram dar repostas para o sujeito indígena no projeto de colonização e que ao longo do tempo se consolidaram como leituras do passado, e transformados em História, estas em páginas de periódicos, artefatos de museus, e nas memórias dos habitantes do Vale do Itajaí que movimentaram estes conflitos entre colonizadores europeus e indígenas a partir de seus próprios interesses.

Para responder as questões acima descritas, *Blumenau em Cadernos*, trouxe algumas pistas. Em 2019, o referido periódico publicou o pronunciamento de transição do cargo de Cônsul honorário da Alemanha. O até então Cônsul honorário, Hans Dieter Didjurgeit, em seu discurso, enalteceu a importância da ligação entre Alemanha e Blumenau, e sobretudo a cultura e a tradição. Para ele, o idioma é fundamental na construção de laços de pertencimento. E ao sinalizar esta valorização, apontou suas ações como Cônsul, “Por que falo isto e o que tem a ver com esta noite? Porque desde o primeiro dia da nossa missão como Cônsul, tomamos como prioridade o ensino e o aprendizado da língua alemã. Sem a preservação da língua não manteremos esta cultura tão valiosa e cultuada por nós” (Didjurgeit, 2019, p. 95). Assim, o orador da noite, descreveu uma série de ações realizadas em parcerias no estado de Santa Catarina, visando a aprendizagem do idioma alemão. Entre estas, a escola bilíngue em 6 unidades escolares, e o resgate do Conselho Municipal da Língua Alemã, ambos em Blumenau. Em sua atuação, Hans Dieter Didjurgeit agradeceu a Rodrigo Ramos, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, pelos projetos e ações desenvolvidas em parceria.

Já a edição de outubro de 1970, o periódico trouxe a notícia de que em 26 de setembro do mesmo ano, o diretor de *Blumenau em Cadernos*, José Ferreira da Silva recebeu a Ordem ao Mérito da República Federal da Alemanha, diretamente do Cônsul alemão de primeira classe, Roland Zimmermann. Este que em seu discurso, apontou o multivalente Ferreira da Silva, nas suas atuações como jornalista, político, entre outras atividades, mas foi reverenciado como historiador, e marcado por enaltecer em suas publicações, Hermann B. O. Blumenau. Nesta trajetória, o cônsul sinalizou as contribuições do homenageado para a história local, e mais do que isso, a sua contribuição para a compreensão entre Brasil e Alemanha (*Blumenau em Cadernos*, 1970).

A busca por uma ligação ou elementos que identifiquem o Vale do Itajaí com a Alemanha, ou com outros países europeus, transborda na região. O Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e o periódico *Blumenau em Cadernos* demonstram de forma empírica esta forma de agir. Em outros espaços, outros elementos despontam nesta trajetória, o natal Pelznickel em Ibirama, o Alles Park em Pomerode que promete neve artificial o ano inteiro, são algumas atualizações neste sentido; mas nesta corrida que pode ser classificada como de reconhecimento eurocêntrico, a cidade de Blumenau prepara novas investidas e a Vila Germânica, o espaço onde ocorre anualmente a Oktoberfest, será remodelado em breve e deverá contar com um museu.

Ao remontar novamente a *Blumenau em Cadernos*, tanto a edição de 2014 (bimestre setembro/outubro), momento em que se completou o centenário da Pacificação, como a edição comemorativo de cinquenta anos desta publicação em 2007, foram elaboradas a partir de duas perspectivas que resumem a forma da qual o indígena passou a ser representado. Se em 2014 o silêncio permaneceu, em 2007 o indígena foi descrito nos primeiros capítulos no espaço natural da região, quase que aguardando o colonizador de além mar – assim reforçando um indígena do passado, sem conflitos e fora do momento presente. Esta balança histórica que eleva o imigrante europeu em detrimento do indígena, pode ser compreendida como a tônica destas relações desnudadas; tanto no periódico blumenauense, como no Museu ibiramense. Não basta criar elementos positivos do imigrante europeu, sobretudo alemão, a fórmula traz em si uma resposta para o indígena que pode assumir duas nuances como já descrita; em alguns casos é silenciada em outros estereotipada – eis a estrutura da maquinaria. Na maioria das vezes, lançado ao passado, o indígena, representado como mais um obstáculo da expansão da colonização ao lado de animais peçonhentos. A História além de textos e artefatos de museu ganha as ruas, e o monumento do Centenário inaugurado em Ibirama em 1997 bem demonstra isso – a cidade não nega o indígena, desde que esteja no passado. No distante passado com arco, flecha e não se levante. Descrição esta que também pode ser sintetizada nas publicações da região, onde a presença indígena foi manipulada de acordo com os interesses de cada autor.

Na outra vertente, o indígena passou a ser violentamente silenciado. Os esforços para um silenciamento indígena na região, são tanto quanto ou mais fantasiosos e distantes da realidade quanto a criação de um indígena estereotipado. Este silenciamento não é por tanto, algo ao acaso, mas criado e mantido, “A prática de silenciamento exige engajamento” nos diz Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 85), pois como afirma o próprio autor, a produção do silenciamento tem início e articulação com a elaboração das próprias fontes, sendo que “Um silenciamento eficaz não requer uma conspiração, nem mesmo um consenso político. Suas raízes são estruturais” (Trouillot, 2016, p. 172).

As publicações regionais pesquisadas bem demostram isso; tal esforço chegou ao ponto de autores como Valberto Dirksen na publicação *Dona Emma - História do Município*, afirmar que os indígenas haviam desaparecido assim que os imigrantes iniciaram sua instalação, não havendo assim conflitos (Dirksen, 1996). Oras, não foi o próprio projeto colonizador que levou os indígenas a darem respostas sendo uma delas se afastarem destes mesmos colonizadores? Ou como fez Alexandre Avancini (1996), que reconhecendo os indígenas na atualidade, mas de forma que estes não estejam associados com o município de Vitor Meirelles do qual relata,

mas sim ao município vizinho de José Boiteux, como se a milenar presença indígena na região pudesse ser delimitada através de linhas imaginárias que criam os municípios e os indígenas fossem parte disso.

Na construção de uma história regional homogênea onde o cunhar da nomeação de Vale Europeu sinaliza o delinear desta mesma narrativa, heroica e eurocentrada o título já pressupõe um início e um fim. No entanto, se este fazer historiográfico é marcado por uma natureza eurocêntrica, por outro, as vozes indígenas surgem através de diversas formas. A *retomada* em territórios também é a retomada de diversos espaços da sociedade. A presença em universidades são alguns destes espaços, onde indígenas passaram a buscar formação acadêmica, criando articulações e parcerias e assumem cargos de professores, arqueólogos, e produtores de conteúdo em plataformas digitais; movimento este que aponta a multiplicidade de áreas e ações das maneiras como estes indígenas aparecem para contarem a História.

A História Oral e as vozes indígenas sinalizam este momento. Os indígenas entrevistados apontam tanto o passado, como o presente e delineiam o futuro a partir de vivências onde ser indígena está atrelado a um espaço já proposto no *Vale Europeu*. Os indígenas sabem que nem mesmo o passado está a salvo. A insegurança promovida com as ações decorrentes do que ficou conhecido como o *Marco Temporal*, e um mergulho em 1988 logo após a promulgação da *Constituição Cidadã*, demonstram como ser indígena no Brasil, é um expediente que está a todo momento passível de sofrer reveses. Sujeitos que são abertamente contrários aos próprios indígenas procuram dizer como estes devem ser e agir. Mobilizados através de forças políticas, estes, pretendem congelar o indígena no passado com arcos e flechas, deixando suas terras para a exploração do agronegócio, mineração ou outros setores. Ou ainda, que estes indígenas sejam eliminados.

Fica evidenciado nestas vozes não o fim de elementos que ligam descendentes de europeus com a Europa (por mais que possa ser questionado esta legitimidade), mas se evidencia que o indígena deseja o seu espaço de memória e representação no Vale do Itajaí. As entrevistas sinalizam que o indígena não deseja queimar estátuas, mas deseja ter uma estátua do seu representante no mesmo patamar que o *branco*. Assim, também não deseja acabar com o bastião de uma representação eurocêntrica, a Oktoberfest, mas sim, que a abertura deste evento, oportunizasse a fala indígena sobre a sua versão da História.

As vozes indígenas trouxeram em seu conteúdo como é ser indígena em um *Vale Europeu*, e com as diversas forma de violência vivenciadas aprenderam a lição destacada por

Michel-Rolph Trouillot quando afirma que “(...) dito de outra forma, a história se revela apenas por meio da produção de narrativas específicas. O mais importante é o processo e são as condições de produção dessas narrativas” (Trouillot, 2016, p. 55). O processo ao qual se refere o autor, no Vale do Itajaí dos quais foram apresentados ao longo do texto demonstraram como uma narrativa hegemônica é possível, e sugerido formas de combatê-la.

Por isso a disputa por narrativa surge de forma tão assimétrica, tão desproporcional. Ao sufocar o indígena, estereotipando-o, lançando-o no passado ou mesmo invisibilizando, o que surge é uma voz hegemônica e focada no sujeito europeu. O que faz parecer que não são disputadas por estas narrativas, mas o prevalecer de uma única narrativa – a do sujeito europeu. No entanto, mesmo que de forma desproporcional e em condições desfavorecidas, a narrativa indígena nunca esteve ausente.

Se por um lado, as investidas nas cidades da região do Vale do Itajaí para configurar uma leitura eurocêntrica do passado, onde *Blumenau em Cadernos* e o Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann são frutos desta opção, por outro, a presença indígena surge fulminante para demonstrar que uma História asséptica como diz Marc Ferro (1983), é impossível de ser elaborada no Vale do Itajaí. A presença indígena não pode mais ser negada, e esta assertiva se dá de forma avassaladora. Se os arquitetos de um projeto chamado Vale Europeu procuram sustentar as frágeis colunas deste edifício, seu fundamento é indígena, e é no subterrâneo que brotam estas histórias jamais apagadas, pois a resistência indígena nunca findou e se reconfigura em novos formatos, principalmente com a popularização da internet, a expansão da oferta de cursos superiores e projetos culturais; assim esta memória emerge, conforme afirma Michel Pollak (1989), quando o cenário político se torna mais favorável.

A presença indígena surge nos monumentos, em *Blumenau em Cadernos*, em museus na região e nas vozes cada vez mais numerosas e agudas dos próprios indígenas. Diante do exposto, querer assumir uma postura de Vale Europeu em todas as suas dimensões, não pode mais ser assumido como algo natural, mas sim como uma construção e como tal, possui sua própria historiografia, datada, com sujeitos e seus posicionamentos, evidenciando assim as instituições e locais onde tais narrativas são enunciadas e produzidas.

Ao indígena, cabe o papel de apresentar não uma Nova História, mas evidenciar a sua história. Este cenário abre a possibilidade de desconstruir uma história homogênea e sobretudo finda em si mesmo, onde o indígena já estaria encerrado no passado seja em páginas de *Blumenau em Cadernos*, seja no repertório proposto pelo Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Uma História para desfatalizar o passado e abrir o futuro está curso.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 2.ed. Recife: Ed. Massangana, 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: Edusc, 2007.
- ALLES PARK. Site Alles Park. Pomerode, Santa Catarina. Brasília. Disponível em: <https://allespark.com.br/atracoes/>. Acesso em 22 de maio de 2023.
- ALMEIDA, Altieres Nandjawu Priprá de. 39 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 31 de março de 2023.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 21–39, 2013. DOI: 10.20949/rhhj.v1i2.39. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- ALT Mayer, Everton. Aspectos identitários da imigração tirolesa no Brasil (1859-1938). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo 56, n. 06, p. 55-76, nov./dez. 2015.
- ALVES, Rosilene Maria. **Se mostram de novo os bugres:** abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- ARAÚJO, Rafael. A história do tempo presente na América Latina e no Brasil: recortes cronológicos e possíveis periodizações *In:* ELIBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael (Org.). **Tempo presente:** uma história em debate. Recife/Rio de Janeiro: EDUPE/Autografia, 2019.
- ARENDE, Silvia Maria Fávero; WITTMANN, Luisa Tombini. O “Problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLIII, n. 05/06, p. 62-82, mai./jun. 2002.

AVANCINI, Alexandre. **Vitor Meireles: um mergulho no passado.** Florianópolis: Papel Livro, 1996.

BACCA, Lauro Eduardo. Meio ambiente em Blumenau: da Pré-história à História. Edição especial 50 anos de Blumenau em Cadernos. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 11/12, p. 19-56, nov./dez. 2007.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Hermann Otto Blumenau: o outro olhar construindo identidades outras. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLV, n. 11/12, p. 33-41, nov./dez. 2004b.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Imigração e Globalização. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVII, n. 09/10, p. 74-80, set./out. 2006.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Vivendo além das fronteiras: O guarda-roupa alemão de Lausimar Laus. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLV, n. 03/04, p. 33-44, mar./abr. 2004a.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 187-229.

BELL HOOKS. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado:** tempo e justiça. Tradução de André Ramos, Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes, Mariana: SBTHH, 2018.

BLUMENAU, Lei Nº 841, de 19 de setembro de 1958. Concede subvenção mensal à publicação Blumenau em Cadernos, mensário dedicado a história e aos interesses do Vale do Itajaí. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/1958/85/841/lei-ordinaria-n-841-1958-concede-subvencao-mensal-a-publicacao-blumenau-em-cadernos-mensario-dedicado-a-historia-e-aos-interesses-do-vale-do-itajai>. Acesso em 10 de fev. de 2024.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, TOMO XI, Out. 1970. N° 10, p 189-190.

BLUMENAU EM CADERNOS. “O País” e a catequese dos índios. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 04, p. 07-21, abr. 2000.

BLUMENAU EM CADERNOS. Apresentação. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XL, n. 10, p. 05-06, out. 1999.

BLUMENAU EM CADERNOS. O problema dos índios. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo IX, n. 2, p. 33-36, fev. 1968.

BLUMENAU EM CADERNOS. Os resultados da catequese dos índios em Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 03, p. 07-19, mar. 2000.

BLUMENAU, Hermann. Dr. Blumenau e sua proposta de colonização. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 09/10, p. 09-35, set./out. 2000.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A Colônia Alemã Blumenau:** na província de Santa Catarina no Sul do Brasil. Org. Cristina Ferreira; trad. Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em movimento; Instituto Blumenau 150 anos, Blumenau, 2002.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos:** Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil. 1899-1999. Org. Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry; trad. Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schunke. Blumenau: Cultura em Movimento, Instituto Blumenau 150 anos, 1999d.

BLUMENAU-NIESEL, Jutta. Hermann Blumenau – Um Alemão no Brasil. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 60, n. 04, p. 31-50, jul./ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio –FUNAI. **Dossiê Manoel Marchetti**. Brasília, DF: Funai, 1977.

BRASIL. Ministério do Interior. Relatório do Procurador Jader Figueiredo. Brasília, 1968. Ministério Público Federal. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em: 16 dez 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. *On line*. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indigenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museu, Identidade e Patrimônio Cultural. In: MAE-USP. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. **Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008. p. 145-151.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Principais pontos a serem debatidos sobre a ampliação do conceito e dos processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier, VASCONCELLOS, Camilo de Mello, ORTIZ, Joana Montero (coord.). **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto). p. 40-43.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 07-37.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma História Indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992a. p. 09-24.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992b. p.133-154.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios na Constituição. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, p. 429-443, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. 2. ed. rev. e atual. Chapecó: Argos, 2015.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2021**. Brasília. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: texto 5. Brasília: CNV, 2014. v. II. p. 205. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>. Acesso: 17. nov. 2022.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. A ilha de Santa Catarina, chave da presença espanhola na América Meridional – Séc. XVI ao XVII. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 07/08, p. 66-83, jul./ ago. 2007.

CRIRI, Faustino. 54 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Palmeirinha, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 10 de abril de 2023.

CURI, José. A influência do “Talian” na fala catarinense (final). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 07/08, p. 37-77, jul./ ago. 2005a.

CURI, José. A influência do “Talian” na fala catarinense. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau/SC, Tomo XLVI, n. 05/06, p. 20-63, maio/jun. 2005b.

CURI, José. A luz misteriosa. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 05/06, p. 78-82, maio/jun. 2007.

DAGNONI, Catia. Editorial. **Rio do Sul – Nossa História em Revista** [Fundação Cultural de Rio do Sul, Arquivo Público Histórico], Rio do Sul, tomo I, n. 01, jul. de 1999. p. 01-28.

DAGNONI, Catia et al. **Indígenas do Alto Vale do Itajaí**: o povo Laklânô/Xokleng e a colonização de Rio do Sul. Rio do Sul: Nova Letra, 2016.

DALLABRIDA, Norberto. Imigração e colonização de trentinos e de italianos na Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, tomo 56, n. 06, p. 07-22, nov./dez. 2015.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIDJURGEIT, Hans Dieter. Discurso de Hans Dieter Didjurgeit – Cerimônia de passagem do cargo de Cônsul honorário da Alemanha. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, TOMO 60, N° 4, 2019, p. 93-98

DIRKSEN, Valberto. **Dona Emma**: História do município. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005.

FELÁCIO JÚNIOR, Jonas. História de Rio do Sul: Barra da Itoupava contada pelas memórias de Geraldino Cecchet e Mávia de Aquino Santos - Memórias. **Rio do Sul - Nossa História em Revista**, Rio do Sul, v. 16, n. 6, p.78-103, dez. 2014.

FELIPPE, Guilherme Galhegos; SANTOS, Maria Cristina dos. Protagonismo como substantivo na História indígena. In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. (org.). **Protagonismo Ameríndio de Ontem e Hoje**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-52.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. Trad. Vladimir Araújo. São Paulo: IBRASA, 1983.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest**: Turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORIT, Luciano Félix et al. Índios do Vale Europeu. Justiça ambiental e território no Sul do Brasil. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, p. 21-41, 2016.

FOUQUET, Eugen. “O País” e a catequese dos índios. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 04, p. 07-21, abr. 2000.

FOUQUET, Eugen. Os resultados da catequese dos índios em Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 03, p. 07-19, mar. 2000.

FOUQUET, Karl. Vida e obra do Dr. Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XL, n. 10, p. 07-102, out. 1999.

FRAGA, Nilson Cesar. A Barra do Rio Dollmann dá lugar a uma barragem que promete segurança ao Vale do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 07, p. 23-30, jul. 1997.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Iconografia Indigenista. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.) **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. p. 17-139.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Edinaldo. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. **História Oral**, São Paulo, n. 7, p. 181-97, jun. 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão:** outros e usos e outros produtos do labor humano. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FROTSCHER, Méri. **Identidades móveis:** práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola:** subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2022.

GAKRAN, Nanblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklânõ (Xokleng) “Jê”.** 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GAKRAN, Nanblá; MARKUS, Cledes (org.) **Ag vê tê kágłêl mû – Nosso Idioma Reviveu:** Livro de leitura do Povo Xokleng/Laklânõ. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p. 135-140.

GEVAERD, Ayres. Apresentação. **Notícias de Vicente Só.** Casa Dr. Blumenau, Blumenau, Ano I, n. 1, p. 05, jan./mar.1977.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. v. 1.

GONÇALVES, Janice. A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão: a produção histórica no âmbito do IHGSC. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), XXIII, 2005, Londrina. **Anais eletrônicos [...].** Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_6c26917f721c30abccbe6c708c93b674.pdf . Acesso em: 19 out. 2023.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.15-36, jan./jun. 2005.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2323>. Acesso em: 19 out. 2023.

GROSSELLI, Renzo Maria. Os tiroleses italianos na Colônia Blumenau: de malfeiteiros a amantes da “ordem e progresso”. **Blumenau em Cadernos**, tomo 56, n. 06, p. 23-3, nov./dez. 2015.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. In: Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008. p. 21-33.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. **Horizontes da Escrita:** Historiografia, uma Idéia de Região e a Monumentalização do passado: Alto Vale do Itajaí – SC (1985-2007). 2009. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

HADLICH, Ivo. Blumenau em Cadernos: registro vivo da nossa identidade cultural. [Edição Especial 50 anos]. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 11/12, p. 07-08, nov./dez. 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-133.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. A Pacificação documentada na primeira década: o que os relatórios nos dizem. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 49, n. 03, p. 78-97, mai./jun. 2008a.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. A Pacificação dos Botocudo através dos relatórios do SPI. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLV, n. 07/08, p. 62-74, jul./ago. 2004.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. Entrevista com o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos em 1999. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 50, n. 05, p. 80-107, set./out. 2009.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 – 1954)**. 2012. Tese (Doutorado em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e os botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 – 1926)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População - Brasil, BR. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IBIRAMA, Decreto Nº 4.244, de 10 de agosto de 2018. Aprova o regimento interno do Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/ibirama/decreto/2018/425/4244/decreto-n-4244-2018-aprova-o-regimento-interno-do-museu-municipal-eduardo-de-lima-e-silva-hoerhann-e-das-outras-providencias?q=Decreto+N%C2%BA+4.244>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei Nº 3.504, de 30 de agosto de 2021. Denomina Casa Histórica Hermann Schwarzrock a construção em estilo enxaimel localizada no Rafael Baixo. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/ibirama/lei-ordinaria/2021/351/3504/lei-ordinaria-n-3504-2021-denomina-casa-historica-hermann-schwarzrock-a-construcao-em-estilo-enxaimel-localizada-no-rafael-baixo?q=3504>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei Nº 3.222, de 17 de dezembro de 2015. Denomina a ponte Hermann Baumann e dá outras providências. Disponível em <http://legislacaomunicipal.com/gedocnet/imagens/83485458000105/Lei03512.pdf>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei Nº 2.636, de 23 de junho de 2009. Denomina ruas da cidade de Ibirama. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/ibirama/lei-ordinaria/2009/264/2636/lei-ordinaria-n-2636-2009-denomina-ruas-da-cidade-de-ibirama?q=2636>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei Nº 174, de 8 de agosto de 1952. Denomina ruas da cidade de Ibirama. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/ibirama/lei-ordinaria/1952/18/174/lei-ordinaria-n-174-1952-dispõe-sobre-percurso-das-ruas?q=0174>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei N° 1.374 de 10 agosto de 1989. Denomina rua da cidade de Ibirama. Disponível em
<https://legislacaomunicipal.com/documento?documento=/gedocnet/imagens/83485458000105/Lei01374>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBIRAMA, Lei N° 551, de 16 de julho de 1968. Cria o Museu. Disponível em <http://legislacaomunicipal.com/gedocnet/imagens/83485458000105/Lei00551.pdf>. Acesso em 16 de out. de 2024.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. v. 1-2.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Prosit! Herr Doktor Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XL, n. 11/12, p. 72-77, nov./dez. 1999.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Um Catarina de Tijucas. **Blumenau em Cadernos**, tomo XXXVIII, n. 03, p. 53-56, mar.1997.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KILIAN, Frederico. Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XIX, n. 09, p. 245-252, set. 1978.

KINAS, Andreas. Minha Vida. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 08, p. 31-45, ago. 1997.

KLUEGER, Urda Alice. Manhãs de domingo em Blumenau: um rosário de reminiscências. Edição Especial 50 anos. **Blumenau em Cadernos**, tomo XLVIII, n. 11/12, p. 363-371, nov./dez. 2007.

KOK, Glória. **A fabricação da alteridade nos museus da América Latina**: representações ameríndias e circulação dos objetos etnográficos do século XIX ao XXI. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-30.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto PUC, 2014.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 201-204.

KRENAK, Ailton. Prefácio – A invasão do Novo Mundo. In: GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema (org.). **Abya Ayla**: Genocídio, Resistência e Sobrevivência dos povos originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2021. p. 17-20.

LACMANN, Wilhelm. Cavalgadas e impressões no sul do Brasil. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 11/12, p. 09-55, nov./dez. 1997.

LENARD, Alexander. Botocudo. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 60, n. 01, p. 07-21, jan./fev. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos**: A tragédia da conquista narrada pelos astecas. Trad. Carlos Urbin e Jacques Wainberg. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo Presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 2, n. 24, p. 97-113, ago. 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. Contexto: São Paulo, 2005. p. 111-153.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013. p. 145-157.

MARTINS, Pedro. **Anjos da cara suja**: etnografia da comunidade cafuza. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Revista História Oral: um auto-olhar. **História Oral**, v. 7, p. 11-19, jul. 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/73>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Canto de morte Kaiowá**: história oral de vida. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013. p. 15-88.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: Documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da Memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, dez. 1992.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.) **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p. 221-228.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores:** estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. Tese (livre-docência), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MOSER, Magali. Entre os primórdios do jornalismo em Blumenau e as tentativas de evitar a imprensa local. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 58, n. 02, p. 35-45, mar./abr. 2017.

MÜLLER, Sálvio A. **Opressão e depredação:** A construção da barragem de Ibirama e a desagregação da comunidade indígena local. Blumenau: EDIFURB, 1987.

NAMEM, Alexandre Machado. **Os Botocudo no Vale do Itajaí, Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2020.

NOVAES, Adauto. A outra margem do ocidente. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 07-14.

NDILI, Neuton Calebe Vaipão. **Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklânõ a partir da construção da Barragem Norte.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA Edna Elza. A Ocupação do espaço. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (org.). **Rio do Sul:** uma história. Rio do Sul: Editora da UFSC, 2000. p. 13-46.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; KREUZ, Martin; WARTHA, Rodrigo. **Educação, História e Cultura Indígena:** desafios e perspectivas no Vale do Itajaí /Lilian Blanck de Oliveira, Martin Kreuz, Rodrigo Wartha (orgs.). Blumenau – SC: Edifurb, 2014.

PATTÉ, Ana Roberta Uglõ. **Barragem Norte na Terra Indígena Laklânõ.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015a.

PATTÉ, Woie Kriri Sobrinho. **Gestão da água na Terra Indígena Ibirama Laklânõ:** estudo da relação do povo Laklânõ/Xokleng com o uso da água. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015b.

PATÉ, Abigail. 38 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 04 de abril de 2023.

PATÉ, Osias Tucugm. 45 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Plipatol (Barragem), Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 06 de abril de 2023.

PAULA, José Maria de. Memória sobre Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo SPI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 20, Rio de Janeiro, 1924. Annaes..., v.1, p.117-137.

PELLIZZETTI, Nodgi Enéas. Apresentação. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (org.). **Rio do Sul**: uma história. Rio do Sul: Editora da UFSC, 2000. p. X.

PEREIRA, Walmir da Silva et al. **Laudo antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng**: história de contato, dinâmica social e mobilidade indígena no sul do Brasil. Porto Alegre: FUNAI, 1998.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Apresentação. **Blumenau em Cadernos**, tomo 56, n. 06, p. 04-06, nov./dez. 2015.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Apresentação. [Edição Especial 50 anos]. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 11/12, p. 09-14, nov./ dez. 2007.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Apresentação. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 07/08, p. 07-08, jul./ago. 2005.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Introdução. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 03, p. 09-10, mar. 1997.

PIOVESAN, Greyce Kely; VEADO, Natália Dias Ad-Vincula. **Guia de Museus de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2008.

PLÜSCHOW, Gunther. Com os Botocudos. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 10, p. 07-23, out. 1997.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. (Coleção Ideias). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. 38 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 29 de março de 2023.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. **Lugares de acampamento e memória do povo Laklânõ/Xokleng, Santa Catarina.** 2021. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. **O Môg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena:** uma experiência Laklânõ/Xokleng. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PRIPRÁ, Alfredo Nanblá. 37 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 04 de abril de 2023.

PRIPRÁ, Indiamara Doeîê. 36 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 31 de março de 2023.

PRIPRÁ, Simeão Kundagn. 60 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Bugio Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 04 de abril de 2023.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo: um orientalismo americano. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 2011, n. 1, p. 27-48, jul. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/17673>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto:** o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Em nome do objeto:** museu, memória e ensino de história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

RAMOS, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História**, São Paulo, v. 42, p. 01-22, 2023.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. Acesso: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/5-snhs04?start=160>. Data 26 de jun. de 2023.

RENAUX, Maria Luiza. Um capítulo da história brasileira: Santa Catarina, tradição e atualidade à luz dos antigos planos imperiais. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 04, p. 10-19, abr. 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** – 2º ed. rev. e ampl. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SÁEZ, Oscar Calavia. A terceira margem da história: Estrutura e relato das sociedades indígenas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20 nº. 57, p. 39-51, fev. 2005.

SALLENTIEN, Franz. Documentos Originais – Correspondências. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 04, p. 45-51, abr. 1997.

SANTA CATARINA. **Santa Catarina em síntese.** 2 ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2014.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Cultura. Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. **Guia de Museus de Santa Catarina.** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Edições FCC, 2024. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/3223-guia-de-museus-de-santa-catarina-2024>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SANTOS BICALHO, Poliene Soares Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, cidadania e direitos (1970-2009). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-14.

SANTOS, Aurélia Maria. Turismo e história no Parque Ecológico Spitzkopf. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 05/06, p. 76-90, mai./jun. 2005.

SANTOS, Fernando Luiz dos; SCHÖRNER, Ancelmo. Conflitos territoriais entre indígenas e colonos em Doutor Pedrinho (SC): 1980-2000. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVIII, n. 03/04, p. 62-93, mar./abr. 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos.** Rio de Janeiro: Garamond, Minc, DEMU, 2006.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). **Dossiê Ibirama:** A Barragem e a população da área indígena. 1990.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A barragem de Ibirama e os índios. **GEOSUL: Revista do Depto. de Geociências**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 42-47, 2. sem. 1987.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil:** a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **O homem índio sobrevivente do Sul:** antropologia visual. Florianópolis, UFSC, Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: ANAI Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes Garatuja, 1978.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Univali, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 5ª Edição revisada, 2004.

SCHELLE, Peter. Memórias de um imigrante artesão feito colono. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, v. IV, n. 2, p. 34-37, fev. 1961.

SCHLOEGEL, Bráulio Maria. Apresentação. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 03, p. 05-06, mar. 1997a.

SCHLOEGEL, Bráulio Maria. Blumenau em Cadernos – 40 Anos. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 11/12, p. 66-67, nov./ dez. 1997b.

SCHLOEGEL, Braulio Maria; FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli M. V. Introdução. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil. 1899-1999**. Org. Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry; trad. Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schunke. Blumenau: Cultura em Movimento, Instituto Blumenau 150 anos, 1999. p. XIX-XIII.

SCHMITT, Darlan Jevaer. **Blumenau em Cadernos e José Ferreira da Silva**: passado e presente para o Vale do Itajaí - Santa Catarina (1957-1973). 2011. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SCHÜLER, Pe. Uma caçada de bugres. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 01/02, p. 09-23, jan./fev. 2005.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013. p. 119-143.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTTINI, Alfredo. A noite no eremitério. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 01/02, p. 89-92, jan./fev. 2005.

SCOTTINI, Alfredo. Imigrantes ou deportados. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 59, n. 02, p. 7-80, mar./abr. 2018.

SEYFERTH, Giralda. O Vale do Itajaí e a política imigratória do império Edição Especial 50 anos. **Blumenau em Cadernos**, tomo XLVIII, n. 11/12, p. 57-82, nov. /dez. 2007.

SILVA, Carla Fernanda da. **Grafias da luz**: a narrativa visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, abr. 2011. p. 34-51. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/129>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 09/10, p. 36-98, set./out. 2000.

SILVA, José Ferreira da. A que viemos. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo I, n. 1, p. 01, nov. 1957a.

SILVA, José Ferreira da. Figuras do Passado. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo I, n. 1, p. 11-12, nov. 1957b.

SILVA, José Ferreira da. Figuras do Presente. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo I, n. 1, p. 13, nov. 1957c.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 73-102.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um grande cerco de paz:** poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório:** performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

THEIS, Ivo Marcos. Apresentação. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLI, n. 09/10, p. 07-08, set./out. 2000.

THEIS, Ivo Marcos. Editorial. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, tomo XLIII, p. 07, n. 11/12, nov./dez. 2002.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lolio Lourenço de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TKOTZ, Werner Alexandre. **Indaial conhecendo sua História.** [AMARHIN. Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá], Indaial/SC, Tomo I, n. 01, p. 05, 2015.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado:** poder e a produção da história; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016.

TSCHUCAMBANG, Copacâm. 48 anos. Entrevista concedida a Rodrigo Wartha, Aldeia Palmeirinha, Terra Indígena Ibirama La-Klanô, José Boiteux, Santa Catarina. Transcrição: Rodrigo Wartha. 11 de março de 2023.

VALE NORTE. Suplemento Especial. Ibirama, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Varnhagen**. [Introdução e organização de Nilo Odália/Coordenação de Florestan Fernandes]. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu:** programa de desordem absoluta. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VOIGT, André Fabiano. A migração de alemães para o Vale do Itajaí (1838-1850), processo informal de ocupação de terras. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXXVIII, n. 04, p. 20-26, abr. 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. A imigração e os botocudos (Xokléng) do Taió [Respostas às intervenções dos simposistas]. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais...**, do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969, p. 495.

WAL, Rosália. Arquitetura de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XLVI, n. 05/06, mai. p. 64-73, jun. 2005.

WARTHA, Rodrigo. **A história inconclusa do Vale do Itajaí:** território, memória e identidade nas vozes atuais do Povo Xokleng Laklânõ. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

WARTHA, Rodrigo. **O Povo Xokleng Laklânõ:** O Povo do Sol. Blumenau: EdiFURB, 2019.

WIESE, Harry. **De Neu-Zurich a Presidente Getúlio:** Uma história de sucesso. Presidente Getúlio: Nova Era, 2000.

WIESE, Harry. **Terra da fartura:** história da colonização de Ibirama. Ibirama: EdiGrave, 2007.

WIIK, Flávio Braune; SIMONETTI, Rafael Pereira. Discursos na imprensa sobre índios e caboclos durante o Contestado: o caso do Diário da Tarde. **Diálogos** (On-line), v. 21, p. 79-95, 2017.

WIIK, FLAVIO BRAUNE. Contato, epidemia e corpo como agentes de transformação: um estudo da aids entre os Índios Xokléng (jê) de Santa Catarina. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 397-406, 2001

WITTMANN, Luísa Tombini. Introdução ou a escrita da história indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, v. 1, p. 9-19.

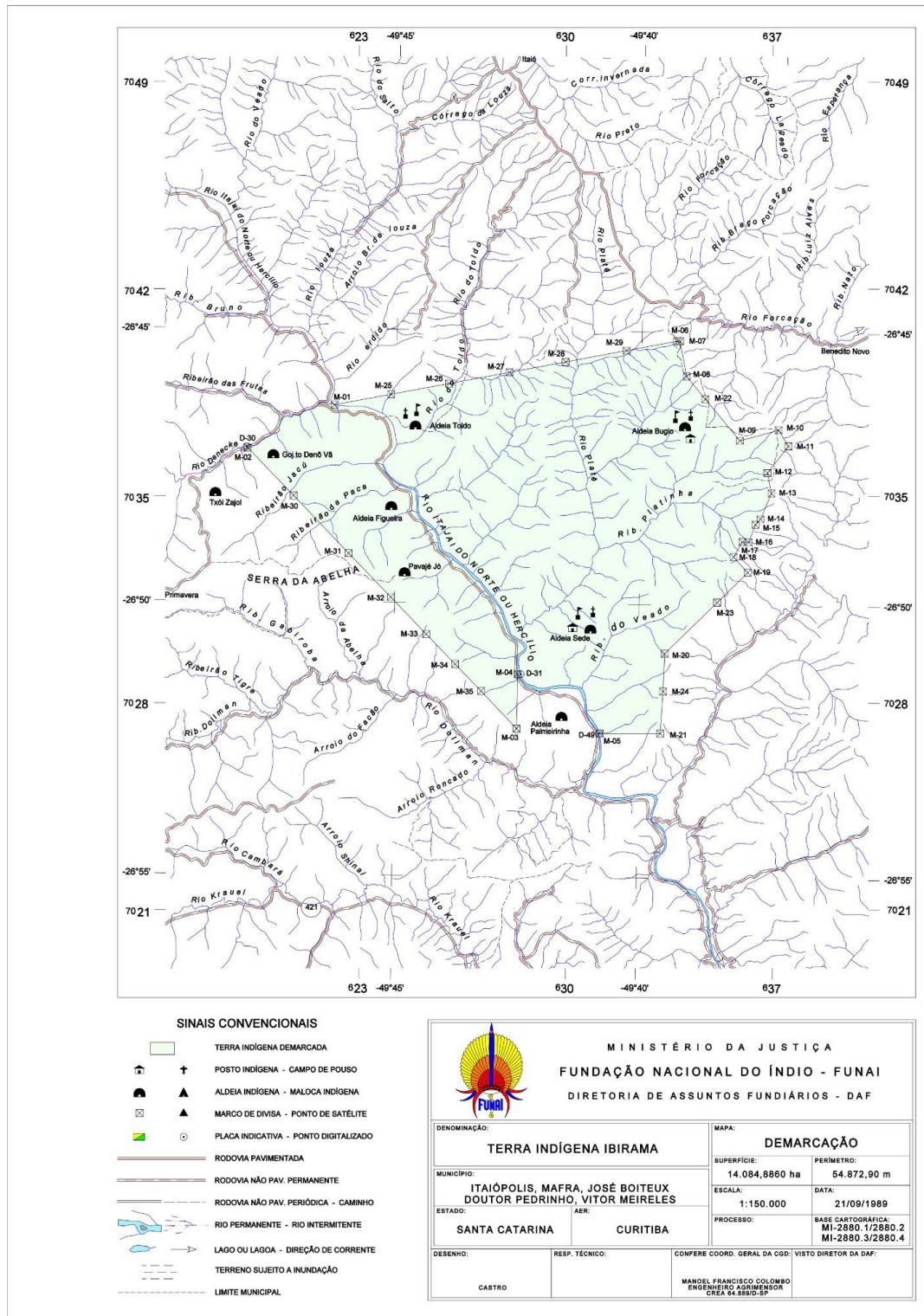
WITTMANN, Luísa Tombini. **O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

WHITE, H. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. v. 1, p. 439-483.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v.2, p. 5-15. 1994.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa Terra Indígena Ibirama



ANEXO B – Terra Indígena Ibirama La-Klanô

